

DANIEL PIASSA GIOVANAZ

**DA CONQUISTA DO CANAL 12 À COMPRA DO JORNAL A  
*NOTÍCIA*: as articulações políticas que consolidaram o oligopólio da  
RBS em Santa Catarina**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Waldir José Rampinelli.

Florianópolis  
2015

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Giovanaz, Daniel Piassa

Da conquista do canal 12 à compra do jornal A Notícia :  
As articulações políticas que consolidaram o oligopólio da  
RBS em Santa Catarina / Daniel Piassa Giovanaz ;  
orientador, Waldir José Rampinelli - Florianópolis, SC,  
2015.

289 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa  
de Pós-Graduação em História.

Inclui referências

1. História. 2. História. 3. Jornalismo. 4. Comunicação.  
5. Oligopólio. I. , Waldir José Rampinelli. II.  
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós  
Graduação em História. III. Título.

# “Da conquista do canal 12 à compra do Jornal a Notícia: as articulações políticas que consolidaram o oligopólio da RBS em Santa Catarina”

**Daniel Piassa Giovanaz**

Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final para obtenção do título de

**MESTRE EM HISTÓRIA CULTURAL**

## **Banca Examinadora**


  
Prof. Dr. Wander José Rampinelli (Presidente e Orientadora) – PPGH/UFSC

  
Prof. Dr. Samuel Pantoja Lima – UNB

  
Prof. Dr. Paulo Fernando Liedtke – UFSC

  
Prof. Dr. Carlos Golembiewski – UNIVALI

Prof. Dr. Marcio Roberto Voigt (suplente) – PPGH/UFSC

  
Prof. Dra. Cristina Scheibe Wolff  
Coordenadora do PPGH/UFSC  
Florianópolis, 11 de dezembro de 2015.



## **AGRADECIMENTOS**

Ao orientador Waldir José Rampinelli, pela confiança e tranquilidade que transmitiu desde as primeiras conversas.

Ao meu irmão Felipe, pelo esclarecimento de dúvidas jurídicas em várias fases da pesquisa – e, claro, pelos 24 anos de carinho.

Aos entrevistados e a todos os que colaboraram para que eu tivesse acesso a eles.

Aos meus pais, que acompanharam a pesquisa com interesse, apesar da distância, e são os maiores responsáveis pela conclusão deste trabalho.

Aos professores e servidores técnico-administrativos da UFSC.

Aos amigos, simplesmente por existirem.

À Poliana, pelo amor.



*“A tranquilidade aparente do monopólio subsiste sobre um vulcão, onde estão prestes a explodir, em erupções, os diversos interesses empresariais da RBS e uma insubmissão ainda não apropriada pela sociedade organizada quanto ao uso de frequências e canais. Esse vulcão, mais cedo ou mais tarde, acaba explodindo”. (Daniel Herz, 1992)*

*“Se vogliamo che tutto rimanga come è, bisogna che tutto cambi” [Se queremos que tudo permaneça como está, é preciso que tudo mude]. (Tancredi Falconeri, personagem de O Leopardo (1956), de Giuseppe Tomasi di Lampedusa)*





## RESUMO

Este trabalho apresenta uma revisão histórica da trajetória da Rede Brasil Sul de Comunicações (RBS) em Santa Catarina a partir de uma análise de suas articulações junto ao poder político e às elites econômicas em âmbito regional e nacional. Para tanto, descrevo inicialmente as circunstâncias que caracterizaram a disputa da concessão do canal 12 de Florianópolis na década de 1970 e o consequente estreitamento das relações entre a RBS e as oligarquias locais, que haviam respaldado a ditadura militar no Brasil desde seus primórdios, em 1964. Com base em informações extraídas de entrevistas e de uma leitura crítica das fontes documentais e bibliográficas sobre o tema, disserto sobre o papel desempenhado pela empresa no período de abertura política do país, o que, somado às suas relações profícuas com os presidentes neoliberais até 2002, permitiu a ampliação de seu patrimônio e a diversificação de seus negócios. Em seguida, me proponho a discutir a atuação de dois intelectuais orgânicos que ajudaram a preservar os interesses do setor empresarial de diferentes maneiras na última década e, finalmente, exponho a incapacidade dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) para reprimir a concentração de mídia no Brasil. O recorte temporal da narrativa encerra-se com a compra do jornal *A Notícia* pela RBS em 2006, transação que simbolizou a consolidação de um oligopólio midiático em Santa Catarina e a legitimação de um modelo de propriedade cruzada concebido em pleno autoritarismo da ditadura militar.

**Palavras-chave:** Jornalismo. Comunicação. RBS. Santa Catarina. Oligopólio.



## ABSTRACT

This study presents a historical review of the trajectory of Rede Brasil Sul de Comunicações (RBS) company in Santa Catarina based on an analysis of its relations with political power and economic elites in regional and national level. For this purpose, I describe initially the circumstances of the dispute of the license for channel 12 in Florianópolis in the 1970s and the subsequent strengthening of ties between the company and local oligarchies, which had supported the military dictatorship since its beginning, in 1964. After a several interviews and a critical reading of documentary and bibliographical sources on the subject, I expose the role performed by RBS during the political opening period, which, added to its profitable relations with the neo-liberal presidents until 2002, allowed the expansion of its heritage and the diversification of its branches of business. Then, I discuss the duties undertaken by two organic intellectuals who helped preserving the interests of the owners of media companies in different ways in the last decade and, finally, I try to demonstrate the inability of the governments of the Workers' Party (PT) to crack down on media concentration in Brazil. The narrative ends with the acquisition of the newspaper *A Notícia* by RBS in 2006, transaction that symbolized the consolidation of a media oligopoly in Santa Catarina and the legitimation of a cross-ownership structure derived from the authoritarianism of the military dictatorship.

**Keywords:** Journalism. Communication. RBS. Santa Catarina. Oligopoly.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>1. O LANÇAMENTO DA TV CATARINENSE: COM AS BÊNÇÃOS DA REDE GLOBO E DA DITADURA MILITAR.....</b>	<b>25</b>
1.1. A AFILIAÇÃO À REDE GLOBO E A EXPANSÃO AO INTERIOR GAÚCHO .....	25
1.2. OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO EM FLORIANÓPOLIS: VINCULAÇÃO PARTIDÁRIA E DEFASAGEM TECNOLÓGICA.....	35
1.3. AS ESTRATÉGIAS DE SIROTSKY PARA GARANTIR A ENTRADA DA RBS EM SANTA CATARINA .....	41
1.4. O DISCURSO IMPERIALISTA COMO FORMA DE LEGITIMAR O CRESCIMENTO DA EMPRESA .....	52
<b>2. A COMUNHÃO DE INTERESSES COM AS ELITES DO INTERIOR E A PARCIALIDADE NAS ELEIÇÕES DE 1982.....</b>	<b>69</b>
2.1. O RELACIONAMENTO COM AS OLIGARQUIAS APÓS A INAUGURAÇÃO DA TV CATARINENSE .....	69
2.2. A ARTICULAÇÃO COM AS LIDERANÇAS POLÍTICO-EMPRESARIAIS DO INTERIOR .....	83
2.3. O FAVORECIMENTO A ESPERIDIÃO AMIN NA DISPUTA COM JAISON BARRETO EM 1982 .....	91
<b>3. O LOBBY DA RBS NO CONGRESSO NACIONAL AO FINAL DO REGIME MILITAR .....</b>	<b>105</b>
3.1. A MEDIATEZADAÇÃO DA CIDADANIA E O LANÇAMENTO DO <i>DIÁRIO CATARINENSE</i> .....	105
3.2. A INFLUÊNCIA DA RBS NAS ENTIDADES CORPORATIVAS E SINDICAIS .....	121
3.3. A ATUAÇÃO DE FERNANDO ERNESTO CORRÊA NA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE .....	132
<b>4. A SIMBIOSE ENTRE A GLOBO, A RBS E OS GOVERNOS NEOLIBERAIS .....</b>	<b>153</b>
4.1. LIBERALIZAÇÃO, ENDIVIDAMENTO E SOCORRO GOVERNAMENTAL .....	153
4.2. MUDANÇAS NO PODER EXECUTIVO, MANUTENÇÃO DOS PRIVILÉGIOS .....	179
4.3. A ATUAÇÃO DOS INTELLECTUAIS ORGÂNICOS PEDRO PARENTE E DERLY DE ANUNCIAÇÃO .....	194

<b>5. A COMPRA DO JORNAL A NOTÍCIA E A CONSOLIDAÇÃO DO “IMPÉRIO”</b> .....	<b>211</b>
5.1. JOINVILLE: O ÚLTIMO REDUTO DE RESISTÊNCIA NO MERCADO IMPRESSO .....	211
5.2. A “QUEDA DE BRAÇO” ENTRE A RBS E O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL .....	224
5.3. A LEGITIMAÇÃO DA PROPRIEDADE CRUZADA EM SANTA CATARINA .....	235
<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>247</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>253</b>
<b>ANEXO A</b> – LISTA DE ENTREVISTADOS .....	279
<b>ANEXO B</b> – “QUEM É QUEM NA TV CATARINENSE”: QUINTA PÁGINA DA REVISTA RECAD0, EDITADA EM 1979 POR OCASIÃO DO LANÇAMENTO DA TV CATARINENSE .....	281
<b>ANEXO C</b> – FRAGMENTO DE RELATÓRIO CONFIDENCIAL DO SNI QUE DESCREVE A ATUAÇÃO DOS JORNAIS EM CIRCULAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL EM 15 DE OUTUBRO DE 1975 .....	283
<b>ANEXO D</b> – FRAGMENTO DE DOCUMENTO DO SNI QUE NOTIFICA A DEMISSÃO DE PROFISSIONAIS “ESQUERDISTAS” DA RBS EM NOVEMBRO DE 1980 .....	285
<b>ANEXO E</b> – CAPA DA PRIMEIRA EDIÇÃO DO JORNAL <i>DIÁRIO CATARINENSE</i> (05/06/1986) .....	287
<b>ANEXO F</b> – PORTARIA PPS-256-1986, QUE CONFIRMA A NOMEAÇÃO DE ANA AMÉLIA LEMOS COMO SECRETÁRIA PARLAMENTAR EM JUNHO DE 1986 .....	289

## INTRODUÇÃO

Os alicerces do desenvolvimento da radiodifusão no Ocidente precederam a criação de tecnologias de envio de mensagens a distância. Segundo Raymond Williams (1989), o advento da televisão e do rádio respondeu a uma tendência de expansão do comércio, da indústria e do militarismo no século XIX, o que modificou as formas de ordenamento social e, gradativamente, tornou ultrapassadas as instituições tradicionais de controle, como as escolas e as igrejas. No período entreguerras, o aprimoramento dos mecanismos de comunicação audiovisual passou a despertar o interesse não apenas da sociedade civil, ansiosa por novas opções de entretenimento, mas também dos governos, especialmente nos países do hemisfério norte: em tempos de polarização ideológica e de avanço do totalitarismo na Europa, os poderes políticos sentiram-se atraídos pela possibilidade de emitir informações em um único sentido e em grande escala.

A potencial influência dos equipamentos de radiodifusão sobre a opinião pública logo suscitou discussões em âmbito jurídico acerca do direito à exploração dos meios de comunicação eletrônicos; nos Estados Unidos, a premissa da livre propriedade “misturou”, de alguma forma, as concepções de *público* e *privado*, o que resultou em uma limitação do poder do Estado sobre as emissoras de modo a incentivar a competitividade e prevenir a censura (WILLIAMS, 1990, p. 21-44). Apesar de sua formação econômica e sociocultural distinta, o Brasil desenvolveu um sistema de radiodifusão aos moldes estadunidenses (LIMA, 2001), e a estreita relação entre as esferas política e comunicacional tornou-se ainda mais flagrante ao final da década de 1960, com o apogeu da ditadura militar e a popularização dos aparelhos televisores em todas as regiões. Foi precisamente nessa conjuntura que a Rede Brasil Sul de Comunicações (RBS) instalou-se em Santa Catarina, em 1979, para dar continuidade a um projeto iniciado no Rio Grande do Sul doze anos antes, quando o fundador Maurício Sirotsky Sobrinho assinara um contrato de afiliação de suas emissoras de TV à Rede Globo.

Menos de quatro décadas após o início de suas atividades em Florianópolis, a RBS passaria a comandar seis estações de televisão, quatro jornais impressos de circulação diária e oito emissoras de rádio AM e FM em território catarinense. Esse crescimento acelerado, de

acordo com Daniel Herz (1992), resulta de um amálgama de *competência empresarial com capacidade de articulação política*. Concentro minhas atenções, neste trabalho, sobre o segundo aspecto dessa narrativa: a partir de uma revisão histórica da trajetória da empresa em Santa Catarina, defendo a hipótese de que as alianças estabelecidas pela família Sirotsky junto aos poderes políticos em âmbito regional e nacional foram mais determinantes para sua expansão do que qualquer outro fator. Como insinua o próprio autor,

(...) a RBS tornou-se uma empresa altamente profissionalizada, mas a chave do sucesso de um grupo de rádio e televisão continua sendo a capacidade de articulação política. Ter uma boa relação com os integrantes do Executivo, com as bancadas governistas no Congresso e saber lidar com as estruturas regionais de poder sempre foi algo vital. (HERZ, 1992, p. 1)

Segundo a pesquisadora Marialva Barbosa (2007), a história oferece contribuições aos estudos sobre jornalismo porque se atém *às razões, às causas e aos porquês*, e assim permite compreender de maneira mais ampla os motivos da sobrevivência ou da extinção de um veículo em determinado contexto. Ela sugere que os historiadores da imprensa devem aproveitar as contribuições da chamada *história cultural*, cujos fundamentos estão expressos nos trabalhos pioneiros de Edward Palmer Thompson sobre a cultura popular, no materialismo dialético adotado como método por Eric Hobsbawm, e nas obras-primas de Natalie Davis e Roger Chartier, entre outros (MOURA, 2010). A compreensão da trajetória de jornais, rádios e emissoras de televisão – ou ainda, neste caso, de uma empresa que controla vários veículos, como a RBS – requer, portanto, uma percepção da história como um processo complexo no qual se concebem relações sociais, culturais, falas e “não ditos”, diante dos quais o pesquisador deve reconhecer-se articulado a um lugar de produção político e cultural (BARBOSA, 2007).

Os pressupostos de Antonio Gramsci acerca das condições de disputa da hegemonia nas sociedades capitalistas sustentam, em alguma medida, minha interpretação sobre o papel desempenhado pelos meios



de comunicação e suas repercussões na esfera política. Admito, por exemplo, que eles atuam no processo de organização da opinião pública, ainda que seu controle não esteja vinculado diretamente ao Estado, o que os define como *aparelhos privados de hegemonia*<sup>1</sup> (GRAMSCI, 2006). Antes de analisar como as relações cultivadas historicamente pela RBS junto ao poder político e às classes dominantes permitiram à família Sirotsky concentrar a propriedade de uma parcela significativa desses “aparelhos” em Santa Catarina, considero relevante mencionar o conceito de *cultura do silêncio*, proposto por Paulo Freire (1976) a partir de seus estudos sobre a herança colonial do Brasil. A supressão do direito de falar, em decorrência de sua apropriação por um grupo restrito de pessoas, é entendida neste trabalho como elemento indissociável da dominação estrangeira ou metropolitana, cujas relações foram reproduzidas pelas elites que passaram a controlar os veículos de comunicação nos países do Terceiro Mundo.

A compreensão da cultura do silêncio pressupõe uma análise da dependência enquanto fenômeno relacional que acarreta diversas formas de ser, de pensar, de expressão, tanto da cultura do silêncio como da cultura que “tem voz”. (...) O silêncio da sociedade-objeto face à sociedade metropolitana se reproduz nas relações desenvolvidas no interior da primeira. Suas elites, silenciosas frente à metrópole, silenciam, por sua vez, o seu próprio povo. (FREIRE, 1976, p. 70-71)

O Brasil é um dos países que apresenta níveis mais elevados de concentração da propriedade dos meios de comunicação. Venício de Lima (2001) sublinha que esta tendência se repete em todas as regiões: um único grupo controla os jornais de maior circulação em cada estado, além de várias estações de rádio AM e FM, portais de notícias na internet e emissoras de televisão líderes de audiência – em geral,

---

<sup>1</sup> Para o pesquisador Venício de Lima (2001), “o advento dos meios de comunicação eletrônicos, sobretudo a televisão, transforma a mídia no ‘aparelho privado de hegemonia’ mais eficaz na articulação hegemônica (e contra-hegemônica), vale dizer, na capacidade de construir/definir os limites do hegemônico (da realidade) dentro dos quais ocorre a disputa política” (LIMA, 2001, p. 191).

afiliadas à Rede Globo. Constata-se, enfim, a predominância de uma estrutura que o autor define como *propriedade cruzada*.

Trata-se da propriedade, pelo mesmo grupo, de diferentes tipos de mídia do setor de comunicações. Por exemplo: TV aberta, TV por assinatura (...), rádio, revistas, jornais e, mais recentemente, telefonia (fixa, celular e móvel, via satélite), provedores de internet, transmissão de dados, *paging*, etc. (LIMA, 2001, p. 101)

De acordo com o diagnóstico de Barbosa e Ribeiro (2005), há quatro perspectivas dominantes nos estudos históricos sobre os meios de comunicação no Brasil, cada uma com suas limitações. Um primeiro grupo dedica-se a descrever de forma linear o aparecimento ou desaparecimento de periódicos que teriam sido importantes no passado, a partir de uma análise essencialmente factual; o segundo conjunto de trabalhos analisa as modificações nas estruturas internas dos jornais com base em ações individuais, sem vinculá-las a transformações históricas e sociais; há ainda um eixo de pesquisas que trata os jornais apenas como portadores de uma ideologia, preocupando-se em *descobrir o que há por trás* do discurso noticioso, sem considerar a sua historicidade nos limites específicos de cada tempo e espaço; e, finalmente, um quarto conjunto abrange os trabalhos que se debruçam sobre o contexto histórico em que os periódicos se inserem, desprezando a dinâmica interna do jornalismo e seus aspectos técnicos, discursivos e profissionais. Na maioria dos casos, a história aparece como mero pano de fundo, e a correspondência entre o texto e o contexto é mais descritiva do que explicativa (BARBOSA; RIBEIRO, 2005) – o que enfatiza a necessidade de se atribuir relevância, na mesma medida, a aspectos conjunturais da política brasileira e a circunstâncias particulares pertinentes à trajetória de cada veículo da RBS, para evitar generalizações. Valério Cruz Brittos (1999) acrescenta que as pesquisas sobre o crescimento de uma empresa no mercado midiático devem levar em conta uma série de determinantes político institucionais (BRITTOS, 1999, p. 92), como as posições privilegiadas que seus dirigentes ocupam junto a órgãos legislativos ou executivos. Esses elementos são indissociáveis à história de expansão da RBS desde os primeiros anos da ditadura militar até a retomada das

eleições diretas, com ênfase para o trabalho realizado junto à Assembleia Nacional Constituinte entre 1987 e 1988.

Para encadear os acontecimentos do passado e “fabricar” (CERTEAU, 2002, p. 65) uma narrativa coerente, apresento os resultados da pesquisa em cinco capítulos, organizados a partir de uma estrutura cronológica através da qual espero oferecer elementos para uma reflexão sistemática sobre as razões que possibilitaram o crescimento dos veículos da família Sirotsky em Santa Catarina em contextos políticos relativamente fluidos, sem incorrer nas fragilidades expostas por Barbosa e Ribeiro (2005).

Embora a mídia seja, em última instância, o objeto deste trabalho, a metodologia adotada não inclui análises de discurso ou de conteúdo de notícias, reportagens, colunas de opinião e editoriais veiculados em jornais ou emissoras de rádio e TV. Essa escolha, motivada inicialmente pela impossibilidade física e temporal de se analisar o superabundante material jornalístico produzido em Santa Catarina desde 1979, demonstrou que, não obstante os esforços da empresa para defender a objetividade como valor jornalístico, é “nos bastidores” que ela “acaba tomando posição” (GOLEMBIEWSKI, 2008, p. 2).

As diferentes formas de articulação política da RBS no estado, pois, não poderiam ser apreendidas apenas através de um exame de suas coberturas jornalísticas: ainda que os noticiários contenham indícios dessas relações, preferi tecer uma narrativa baseada principalmente em fontes orais<sup>2</sup> e na leitura crítica de materiais bibliográficos e estudos acadêmicos que se debruçaram sobre a história dos veículos da família Sirotsky e sobre a imprensa brasileira, de modo geral, ou que utilizaram as coberturas da RBS como ponto de partida para análises de discurso. Durante a seleção dos entrevistados, priorizei aqueles que: atuaram como editores-chefe ou chefes de redação; foram gestores ou acionistas do conglomerado; participaram de processos judiciais relacionados à

---

<sup>2</sup> Entre maio de 2014 e outubro de 2015, gravei 18 entrevistas em Florianópolis e Porto Alegre, além de uma troca de mensagens por correio eletrônico com Celso Antônio Tres, procurador da República. A lista completa de fontes orais está disponível no **Anexo A**.

empresa; exerceram cargos relevantes nos poderes Executivo e Legislativo durante a ditadura militar e após a redemocratização; trabalharam como colonistas ou comentaristas políticos em Santa Catarina; foram repórteres da concorrência, ou participaram ativamente de movimentos sindicais no período analisado. O trabalho inclui ainda consultas a documentos do Sistema Nacional de Informações (SNI), aos diários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, à Biblioteca da Presidência da República, às atas da Assembleia Nacional Constituinte e a documentos concernentes à Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Federal (MPF) em junho de 2008 por ocasião da compra do jornal *A Notícia*, de Joinville.

Sobre este acontecimento, especificamente, embora seu impacto mercadológico e seus desdobramentos jurídicos permitam apreender particularidades da história da RBS e suas vinculações políticas em Santa Catarina, constatei durante a pesquisa que a oficialização da compra do jornal joinvilense não era mais que a ponta de um *iceberg* – um sintoma e, ao mesmo tempo, a eminência de um oligopólio<sup>3</sup> sustentado desde a década de 1970 por relações de conivência com o poder público e com as elites estaduais. A preferência por um recorte temporal mais amplo, que remetesse inicialmente às estratégias de inserção da RBS em Florianópolis, fundamentou-se sobretudo no entendimento de que existe certa mecânica social indissociável à história dos homens – a qual Friedrich Engels e Karl Marx (2008) denominaram *motor da história* –, que atua no sentido de conferir dinamicidade aos processos: cabe ao historiador fazê-la “aparecer em suas engrenagens mais sutis” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009, p. 1). Ao deparar-me com diferentes aspectos da trajetória da família Sirotsky em Santa Catarina, intuí que não seria possível compreender tantas “engrenagens” senão a partir do manejo de um *corpus* documental que suplantasse temporalmente a aquisição do jornal *A Notícia* e permitisse atribuir forma e sentido aos eventos anteriores, os quais, cada um à sua maneira, conduziram àquela negociação. Conforme Certeau (2002), as maquinações da história não se deixam perceber na própria realidade, e as engrenagens do passado não são perfeitamente identificáveis na

---

<sup>3</sup> No quinto capítulo, justifico por que o termo *oligopólio* – e não *monopólio* – é o mais preciso para caracterizar juridicamente o domínio exercido pela RBS em Santa Catarina.

ordem social; elas necessitam da linguagem como matéria-prima e são desnudadas tão-somente quando da elaboração de uma narrativa<sup>4</sup>.

O primeiro capítulo, como mencionado, é uma revisão histórica do lançamento da TV Catarinense, em 1979, a partir das disputas pela outorga da concessão do canal 12 de Florianópolis. Ele contempla, ademais, uma análise da conjuntura política que possibilitou a consolidação de um modelo de negócio “tentacular” (STADNIK, 1991) no Rio Grande do Sul desde a afiliação da RBS à Rede Globo, em 1967. Disserto ainda sobre as estratégias empreendidas por Maurício Sirotsky Sobrinho para garantir o ingresso do conglomerado em Santa Catarina, considerando possíveis aproximações entre seu discurso de profissionalismo – em pretensa oposição ao jornalismo partidário das oligarquias – e aquele usado pelos países imperialistas para legitimar invasões territoriais. Reconheço que, em um primeiro momento, a comparação pode soar inapropriada, mas as correspondências entre os argumentos mostraram-se tão flagrantes que não pude deixar de incluí-las no texto para ilustrar como a família Sirotsky utilizou-se de sua superioridade econômica para impor uma narrativa favorável à expansão de seus negócios.

A conquista do canal 12 pela RBS transformou o mercado jornalístico local e suscitou uma nova correlação de forças na política catarinense. Apresento no segundo capítulo os esforços de rearticulação do conglomerado com as oligarquias Ramos e Konder-Bornhausen após o lançamento da emissora em Florianópolis e a posterior comunhão de interesses junto à Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido de sustentação da ditadura militar. Em seguida, descrevo a conquista da TV Santa Catarina e da TV Coligadas como acontecimentos determinantes para o sucesso dos empreendimentos dos Sirotsky no interior catarinense, permitindo-lhes aproximar-se das elites político-

---

<sup>4</sup> Cabe ressaltar que, neste ponto, a interpretação de Michel de Certeau difere sutilmente daquela que havia proposto Marx. Para este último, “as maquinações estavam na ordem social, faziam parte da realidade, do referente, do passado, do qual tratava o historiador; historiador que trazia para o interior de sua narrativa os modos como esta história se produzia e os modos de produção que davam movimento e eram o fundamento mesmo do devir histórico” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009, p. 2)

empresariais das regiões Norte e Vale do Itajaí. O capítulo termina com uma análise sobre a colaboração da RBS para a eleição de Esperidião Amin ao Governo de Santa Catarina em 1982, o que evidencia a incongruência do discurso de neutralidade e desvinculação partidária difundido pela empresa.

Depois de articular-se às elites estaduais, entre 1983 e 1985, coube à RBS acompanhar o processo de abertura política em âmbito nacional, que poderia acarretar mudanças significativas nos sistemas de comunicação e impor entraves aos interesses empresariais. O capítulo seguinte, pois, trata especificamente da atuação do conglomerado gaúcho junto a entidades corporativas como a Associação Nacional dos Jornais (ANJ) e a Associação Brasileira de Emissoras de Radiodifusão (Abert), de modo a garantir um lugar cativo nas discussões relativas à elaboração da Constituição Federal de 1988. Nesse ínterim, são descritas as implicações políticas do lançamento do *Diário Catarinense*, o primeiro jornal impresso da família Sirotsky em Santa Catarina, em 1986, e da morte de Maurício Sirotsky Sobrinho, fundador e então presidente do RBS, no mesmo ano.

A retomada das eleições diretas e a promulgação de uma nova Carta Magna não provocaram abalos imediatos na estrutura oligopólica dos meios de comunicação no Brasil e na predominância do modelo de propriedade cruzada. A preservação dos interesses dos proprietários dos principais jornais, rádios e emissoras de televisão do país deveu-se, entre muitos fatores, ao *lobby* realizado pelas entidades corporativas durante a Assembleia Constituinte, com ênfase para a participação decisiva da Rede Globo e da RBS. Por isso, dedico o quarto capítulo a analisar como os maiores grupos empresariais de mídia foram favorecidos pelo processo de privatização das telecomunicações, principalmente durante os dois mandatos presidenciais de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Assumem relevância, nesse sentido, as razões que permitiram a manutenção dos privilégios do conglomerado em Santa Catarina mesmo após as vitórias de candidaturas de oposição nas eleições de 2002 para o Poder Executivo, com Luiz Henrique da Silveira no governo do estado e Luiz Inácio Lula da Silva na Presidência da República. Para compreender como a família Sirotsky aproveitou-se de um momento de transição política para garantir condições ainda mais propícias para a expansão de seus empreendimentos, problematizo a

atuação de dois *intelectuais orgânicos* (GRAMSCI, 2006) que desempenharam papéis relevantes dentro e fora da RBS: Pedro Pullen Parente e Derly Massaud de Anunciação. Este capítulo possui a maior amplitude temporal da dissertação e, por isso mesmo, é o mais longo. Cogitei a possibilidade de dividi-lo em duas partes, mas prevaleceu a intenção de concentrar em um mesmo capítulo as informações pertinentes aos governos neoliberais no Brasil após o fim da ditadura, de modo a suscitar um efeito de continuidade – ao separar os mandatos de Lula e FHC em duas seções diferentes, o trabalho poderia sugerir uma ruptura entre os dois governos que, em última instância, não se realizou no âmbito das políticas de comunicação.

O município mais populoso de Santa Catarina, Joinville, era o local de mais difícil penetração dos veículos da RBS no início dos anos 2000. A hostilidade do mercado local manifestava-se nos baixos índices de assinatura e circulação do *Diário Catarinense*, que tinha como principal concorrente o mais tradicional jornal da cidade, *A Notícia*. Precisamente nesse contexto, em 2006, o conglomerado gaúcho decidiu comprar o veículo joinvilense e tornou-se, enfim, referência de leitura em todas as regiões do estado. Segundo o Ministério Público Federal (MPF), que ajuizou em 2008 uma Ação Civil Pública para anular aquela negociação sob a acusação de formação de oligopólio, a RBS tornou-se, a partir de então, um *império* (SANTA CATARINA, 2008, p. 7) – três anos depois, uma sentença proferida pelo juiz Diógenes Marcelino Teixeira julgaria o pedido improcedente e autorizaria a compra, legitimando a concentração de mídia no estado. São esses os acontecimentos sobre os quais me debruço no quinto e último capítulo, que inclui as notas de rodapé mais extensas do trabalho, dada a inevitável dificuldade de se mencionar conceitos jurídicos que carecem de definições precisas. Espero demonstrar, no conjunto da narrativa, que a compra do jornal *A Notícia* não apenas consolidou o domínio da RBS no mercado impresso local, mas ratificou a eficácia das articulações políticas estabelecidas por seus gestores desde a entrada em Santa Catarina.





## **1. O lançamento da TV Catarinense: com as bênçãos da Rede Globo e da ditadura militar**

Apresento neste capítulo uma análise histórica do processo que resultou no lançamento da TV Catarinense, a primeira emissora da Rede Brasil Sul de Comunicações (RBS) em Santa Catarina, em 1979. Para tanto, descrevo brevemente o modelo de negócio iniciado no Rio Grande do Sul, a partir da afiliação à Rede Globo, e problematizo a superioridade técnica dos veículos da RBS sobre os demais meios de comunicação que atuavam em Florianópolis em 1973, à época da abertura do edital para o canal 12. Disserto em seguida sobre as estratégias empreendidas por Maurício Sirotsky Sobrinho<sup>5</sup> para legitimar a entrada do conglomerado em Santa Catarina, considerando possíveis aproximações entre seu discurso de profissionalização e a narrativa utilizada pelos países imperialistas para justificar a invasão e a intervenção em territórios alheios.

### **1.1. A afiliação à Rede Globo e a expansão ao interior gaúcho**

Quando o navio a vapor *Hahemstaufen* aportou no Rio de Janeiro em julho de 1913, centenas de imigrantes judeus perseguidos pelo regime czarista russo permaneceram na baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, à espera de uma autorização para seguir viagem. Desde 1891, a *Jewish Colonization Association* (JCA) recrutava fugitivos para trabalhar em suas colônias agrícolas na América do Sul, prometendo em troca protegê-los contra ameaças antisemitas. Seide e Sosie Sirotsky, por exemplo, desembarcaram com seis filhos no litoral fluminense e foram conduzidos de trem a uma gleba no planalto médio do Rio Grande do Sul (SCHIRMER, 2005). Neto do casal Sirotsky e membro da primeira geração de descendentes nascidos no Brasil, Maurício Sobrinho abriu mão do sobrenome europeu ao se tornar radialista em Passo Fundo, no Norte gaúcho. Diferentemente de seus antepassados russos, que no início do século XX omitiam o nome da família por

---

<sup>5</sup> Maurício Sirotsky Sobrinho nasceu em Passo Fundo-RS em 5 de junho de 1925 e foi o fundador da RBS. Pai de Nelson Pacheco Sirotsky e Pedro Pacheco Sirotsky, ele faleceu em 24 de março de 1986.

remeter à origem judaica, ele buscava uma alcunha de fácil pronúncia para iniciar a carreira como locutor e animador (SCLIAR, 1991). Nos anos seguintes, após abandonar os microfones e transformar-se no mais proeminente executivo de radiodifusão do estado, o sobrenome judeu voltou a acompanhá-lo em mesas de discussão, assinaturas de contrato, discursos e homenagens. Mais do que isso, a simples menção à família Sirotsky, outrora desvinculada de seu nome artístico, logo se tornaria uma referência direta e inequívoca ao maior império regional de comunicação do país.

A Rede Brasil Sul de Comunicações (RBS), hoje chamada de Grupo RBS, foi a primeira experiência de investimento em estações geradoras para produção televisiva em municípios do interior do Brasil com alta lucratividade. O embrião desse modelo de negócio começou a ser gestado em Porto Alegre em julho de 1957, quando Maurício Sirotsky Sobrinho adquiriu a Rádio Gaúcha em sociedade com os empresários Arnaldo Ballvé, Frederico Ballvé e Nestor Rizzo. Após reformularem a grade de programação, os quatro conseguiram triplicar em poucos meses a audiência da emissora e logo atraíram novos anunciantes.

Comandar uma estação de TV era um dos sonhos de juventude de Sirotsky, segundo a biografia publicada pelo escritor gaúcho Moacyr Scliar (1991). Por isso mesmo, a partir de 1958, quando a rádio tornou-se novamente rentável, ele visitou várias vezes o governador do Rio Grande do Sul, Ildo Meneghetti, para tentar obter apoio na concessão de um canal televisivo que estava pendente no Ministério de Viação e Obras Públicas. O responsável por aquele ministério era Amaral Peixoto, genro de Getúlio Vargas, e a outorga da concessão que permitiria o lançamento da TV Gaúcha “parece ter relação direta com o convívio e amizade de Sirotsky (...) com o círculo de amigos e correligionários de Getúlio Vargas e João Goulart” (LARANGEIRA, 2006, p. 135). Após quase três anos de insistência, Maurício Sirotsky Sobrinho conseguiu que o próprio Juscelino Kubitschek “despachasse” um canal durante seu último café da manhã como presidente da República (CRUZ, 1996, p. 40), em 21 de janeiro de 1961.

Inaugurada em dezembro do ano seguinte, a TV Gaúcha retransmitiu parte da programação da TV Excelsior, de São Paulo,

durante a primeira metade da década de 1960. Ao final da parceria, Maurício Sirotsky Sobrinho adquiriu 50% das ações da rádio e da TV Gaúcha, e seu irmão Jayme Sirotsky e o advogado Fernando Ernesto de Souza Corrêa somaram-se ao negócio. Juntos, os três começaram a projetar a formação de uma rede com alcance em todas as regiões do Rio Grande do Sul, o que só seria possível com o suporte técnico, financeiro e operacional de um grupo de comunicação consolidado nacionalmente.

Os governos autoritários<sup>6</sup>, desde o golpe de abril de 1964, pretendiam que uma única emissora concentrasse a audiência televisiva no Brasil, facilitando o processo de reorganização dos sistemas de comunicação no país e impedindo a propagação de um discurso de oposição. A Rede Tupi, de Assis Chateaubriand<sup>7</sup>, não gozava da

---

<sup>6</sup> As expressões *governo autoritário*, *ditadura militar*, *regime autoritário* e *regime militar*, mencionadas recorrentemente nas próximas páginas, fazem referência ao regime instaurado no Brasil em 1º de abril de 1964, que pôs fim ao mandato do então presidente João Goulart e perdurou até 15 de março de 1985, quando José Sarney assumiu a Presidência da República. Embora possa haver divergências sutis entre os significados de cada termo, sugiro que eles sejam lidos neste trabalho como sinônimos.

<sup>7</sup> Getúlio Vargas havia sido um dos mais importantes parceiros políticos de Assis Chateaubriand, e o declínio de seus empreendimentos – a TV Tupi e os Diários Associados – foi estimulado justamente por mudanças no cenário político brasileiro após o suicídio do então presidente (MORAIS, 2011). “Com Vargas no poder, Chateaubriand se tornaria o primeiro empresário a construir um império de comunicação. (...) Em 1961, contabilizava 20 estações de televisão e 28 emissoras de rádio” (CHAGAS; FERNANDES, 2015, p. 87). O empresário José Bonifácio de Oliveira, conhecido como “Boni”, ressalta que os negócios de seu sócio Roberto Marinho, fundador das Organizações Globo, consolidaram-se na ditadura militar (1964-1985), mas que as condições para sua expansão foram estabelecidas precisamente durante o mandato presidencial de Juscelino Kubitschek (1956-1961): no processo de distribuição de concessões promovido por Getúlio Vargas, Roberto Marinho “foi esquecido. Não lhe deram um canal de televisão. Então, o presidente Juscelino Kubitschek, seu amigo, em um jantar, (...) pegou um guardanapo e escreveu ‘conceda-se um canal de televisão à Rádio Globo’. (...) Evidente, estava adoçando a boca dos amigos e minorando a ira dos inimigos. Então, a radiodifusão no Brasil é uma história de política, de poder. (...) São famílias que eram donas de jornais e foram agraciadas com esse negócio, dado sem

confiança plena dos militares porque havia apoiado a continuidade do governo de João Goulart; o Grupo Simonsen, proprietário da TV Excelsior, fora um dos principais sustentáculos do presidente deposto, e havia um interesse notório da ditadura em desestabilizá-lo até provocar seu fechamento (KURTH, 2006). Assim, a preferência dos militares pela emergente Rede Globo, do Rio de Janeiro, não foi uma surpresa, dado seu apoio à tomada de poder pelas Forças Armadas, expresso textualmente no editorial “Ressurge a democracia!”, publicado no dia seguinte ao golpe no jornal *O Globo*<sup>8</sup>.

Quando a TV Excelsior encerrou suas atividades no Rio de Janeiro e em São Paulo, devido a problemas financeiros, a TV Gaúcha transferiu seu convênio operacional para a Globo, que havia assumido a liderança de audiência no Brasil. Sua ascensão fora propiciada não só pelo respaldo político dos governos militares, mas por uma série de contratos assinados entre seu presidente, Roberto Marinho, e executivos do grupo de mídia estadunidense *Time-Life* entre 1962 e 1965. No acordo, o conglomerado brasileiro recebeu um capital aproximado de 6 milhões de dólares para compra de equipamentos, modernização e construção de novas estações, e o grupo *Time-Life* adquiriu em troca uma participação de 30% nos lucros da empresa (HERZ, 1986) – em pesquisa posterior, Fernando Morais, biógrafo de Assis Chateaubriand, acrescenta que “em pouco tempo ficou-se sabendo que (...) os norte-americanos tinham participação de 49%” (MORAIS, 2011, p. 553). Assim que o prazo de validade do contrato expirou, as Organizações Globo obtiveram benefícios governamentais para liquidar a dívida através de um decreto que Delfim Netto, então ministro da Fazenda, levou à Presidência da República em março de 1968. O decreto isentava as emissoras brasileiras do pagamento de impostos sobre equipamentos importados, permitindo “que a diferença cambial atenuasse o custo da liquidação de um contrato com o grupo americano” (GASPARI, 2002, p. 215).

---

nenhum tipo de concorrência. Eu chamo isso de capitânias hereditárias – receberam um negócio e o transferem de pai para filho” (CHAGAS, 2012, p. 90).

<sup>8</sup> RESSURGE A democracia!. *O Globo*, Rio de Janeiro, 2 abr. 1964, Editorial, p. 2.

Como a Constituição Federal de 1946 proibia a qualquer pessoa física ou jurídica estrangeira a participação em empresas brasileiras de comunicação, foi aberta uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o caso. O parecer emitido pela CPI em setembro de 1966 foi desfavorável à Rede Globo, mas o conglomerado presidido por Marinho seria absolvido em outubro do ano seguinte, quando Adroaldo Mesquita da Costa, então consultor-geral da República, publicou um relatório sobre a transação indicando que não houvera sociedade entre as duas empresas. Após a oficialização do negócio e a absolvição das Organizações Globo, começou a ser aplicada no Rio Grande do Sul uma nova dinâmica associativa: Maurício Sirotsky Sobrinho promoveu a abertura de estações de televisão no interior gaúcho e agrupou-as sob a sigla RBS, conferindo a elas o caráter de afiliadas à Rede Globo<sup>9</sup> em 1967. O modelo de afiliação foi a estratégia utilizada por Roberto Marinho para instalar estações geradoras<sup>10</sup> de menor porte nos municípios do interior do país e estender o alcance de sua programação nacional, exportando para todas as regiões seu padrão estético e, ao mesmo tempo, difundindo entre profissionais, telespectadores e anunciantes a ideia de que aquela forma de produção televisiva era sinônimo de inovação e credibilidade (SOUZA, 1999).

O projeto de expansão da Rede Globo e de suas afiliadas funcionava de modo “tentacular”, segundo definição de Célia Stadnik (1991), e significou uma restrição de alternativas para as pequenas empresas de comunicação, as quais se tornaram submissas ao poder crescente de grandes redes regionais, associadas, por sua vez, a

---

<sup>9</sup> “Maurício se deu conta de que seus empreendimentos dependiam da adesão ao sistema de poder deixado na orfandade das armas. A adesão tinha de ser explícita na conversão aos códigos de jornalismo de elite, se quisesse ter voz e voto no condomínio midiático. Em troca, poderia expandir-se até onde não desafiasse a hegemonia das Organizações Globo. Era pegar ou largar. Maurício pegou, confiante no velho taco. A feição regional da RBS, entalhada na cara padrão que a Globo moldou para o Brasil, era o seu poder de barganha, a moeda de troca naquele jogo pesado” (CADERNOS DE PORÉM, 2003, p. 14).

<sup>10</sup> São chamadas de geradoras as emissoras autorizadas pelo Estado a transmitir sua própria programação, através da concessão de um canal televisivo. Emissoras repetidoras são estações que apenas retransmitem o conteúdo produzido pelas geradoras.

conglomerados nacionais. O sistema de afiliações teve como consequência imediata, pois, o cerceamento da autonomia das emissoras locais na definição de sua política editorial e de sua grade programação jornalística:

Até mesmo a RBS, que é uma empresa bem estruturada economicamente, não goza de autonomia. Para colocar em prática a sua filosofia empresarial, ela depende da Globo. É esta quem determina os horários e o tipo de programação que suas afiliadas podem produzir e colocar no ar. (...) O espaço para produção local é restrito e controlado. (SOUZA, 1999, p. 45)

Embora as fontes consultadas não evidenciem nenhum ato de resistência ou insubordinação da RBS – exceto uma tentativa de expansão ao Paraná, vetada por Roberto Marinho (SCHIRMER, 2002) –, há indícios de que Maurício Sirotsky Sobrinho sentia-se desconfortável com a ideia de submissão à TV Globo. No dia 24 de abril de 1979, uma semana antes da inauguração de sua primeira emissora em Santa Catarina, o presidente do grupo gaúcho enviaria ao *Jornal do Brasil* uma série de retificações a uma reportagem publicada pelo periódico em 28 de janeiro daquele ano. No texto da carta, Sirotsky tenta relativizar os questionamentos sobre a autonomia das emissoras afiliadas à Globo, informando que 18% da programação da TV Gaúcha era produzida localmente e que, por isso mesmo, não seria adequado classificar seu conglomerado como um *mero sistema repetidor*<sup>11</sup>.

A despeito de questões relacionadas à sua autonomia, a RBS inaugurou em menos de um ano, graças à afiliação à Rede Globo, 104 estações repetidoras de televisão no Rio Grande do Sul, além de quatro geradoras – TV Caxias, TV Imembuí, TV Tuiuti e TV Erechim –, liderando em audiência, cobertura, tecnologia de geração e distribuição de sinal televisivo no estado. A TV Caxias, por exemplo, fundada em 22 de fevereiro de 1969, foi a primeira a transmitir imagens televisivas a cores no Brasil, durante a Festa da Uva de 1972 em Caxias do Sul,

---

<sup>11</sup> SIROTSKY SOBRINHO, M. [Carta] 24 mar. 1979, Porto Alegre [para] *Jornal do Brasil*, Brasília. 2f. Considerações sobre a matéria Padrão Globo de Televisão Cria o Modismo Eletrônico.

cidade-natal de Hygino Caetano Corsetti, então ministro das Comunicações<sup>12</sup>. E, à medida que recebia novas concessões para explorar serviços de radiodifusão, a RBS renovava seu compromisso de apoiar e preservar os interesses da ditadura militar – apesar da referida afinidade da família Sirotsky com o ex-presidente João Goulart, “a fidelidade ideológico-política ao regime era pré-requisito indispensável aos candidatos de uma emissora” (DE MARCO, 1996, p. 68).

O poder de influência de Roberto Marinho junto ao Ministério das Comunicações, determinante para o crescimento da RBS e das demais emissoras afiliadas à Globo durante os governos autoritários, está descrito em diversas fontes bibliográficas. Os pesquisadores Celso de Castro e Maria Celina D’Araújo, que examinaram o acervo documental da Presidência da República entre 1974 e 1979 e publicaram suas análises sob o título de “Dossiê Geisel”, relatam que o presidente das Organizações Globo costumava interferir na distribuição das concessões de radiodifusão através de chantagens e ameaças (CASTRO; D’ARAÚJO, 2012, p. 153-154). Breno Caldas, líder do jornal *Correio do Povo*, concorrente da RBS no Rio Grande do Sul<sup>13</sup>, por sua vez, chegou a afirmar que, durante as décadas de 1970 e 1980,

---

<sup>12</sup> No final de 1971, segundo Renato Cruz (2006), “representantes da Globo e suas afiliadas resolveram conversar com Corsetti para (...) convencê-lo de que a melhora na qualidade da TV era mais urgente que a TV em cores, que podia ser deixada para depois. Não conseguiram fazê-lo mudar de ideia” (KURTH, 2006, p. 43). Maurício Sirotsky Sobrinho, então, sugeriu ao então ministro das Comunicações que a transmissão inaugural a cores fosse realizada na Festa da Uva, pois sabia que Corsetti era natural de Caxias do Sul e ficaria seduzido com a proposta (CLARK; PRIOLLI, 1991).

<sup>13</sup> A Companhia Jornalística Caldas Júnior foi o maior conglomerado de comunicação do Rio Grande do Sul entre o início do século XX e a década de 1970. Sua decadência coincidiu precisamente com a ascensão da RBS. Embora Breno Caldas, assim como os Sirotsky, estivesse alinhado aos governos militares, sua capacidade de articulação política mostrou-se menos eficiente, o que contribuiu para a ruína da empresa. Se, ao início da ditadura, “havia uma certeza de que a convivência com o poder (...) garantiria qualquer tipo de aval que se fizesse necessário e que a qualquer momento o socorro chegaria” (GALVANI, 1996, p. 149), o abandono político que se verificou em 1985 reforça a hipótese de que a Caldas Júnior havia perdido para a RBS sua

(...) ninguém fazia nada no Ministério das Comunicações (...) sem o beneplácito do Roberto Marinho e das Organizações Globo. A qualquer coisa que você propusesse ao Ministério das Comunicações, a primeira providência deles não era ver se a pretensão era razoável, se estava dentro do regulamento, ou se seria do interesse do país. Não! A primeira cogitação era verificar de que modo aquilo afetava o Roberto Marinho. Isso é visível. Isso até me foi dito, com todas as letras. E eu senti na carne que era verdade! (CALDAS, 1987, p. 54)

Assim, no período mais intenso da repressão política, entre 1968 e 1969, os militares passaram a investir na criação de canais de micro-ondas, ampliando a Rede Embratel, o que permitiu à Globo espalhar seu sinal com mais facilidade pelo território brasileiro, de acordo com o pesquisador Sérgio Mattos (2002). Enquanto a emissora de Marinho tornava-se hegemônica nacionalmente, a RBS aumentava seu faturamento a cada mês no Rio Grande do Sul e mantinha sua liderança no mercado de comunicações local, principalmente após a compra do jornal *Zero Hora*, em 1970. Na segunda metade daquela década, o patrimônio dos Sirotsky incluía dez estações de televisão afiliadas à Rede Globo, cinco emissoras de rádio, um jornal impresso

---

posição privilegiada junto ao poder público em âmbito estadual e nacional: em meio à crise pela maxidesvalorização cambial da primeira metade da década de 1980, “muitos empresários foram procurados [pela Caldas Júnior], o próprio governador do estado, Jair Soares, várias vezes, (...) o presidente da república João Figueiredo, mas não havia nada sólido e concreto que encaminhasse o salvamento dos jornais” (Ibidem, p. 14). É presumível que, naquele ínterim, os Sirotsky passaram a desfrutar da preferência de líderes da bancada governista – como o ex-deputado Nelson Marchezan (ver 4.1.) –, o que lhes assegurava uma série de benefícios que antes eram legados à Caldas Júnior. Nesse sentido, a parceria com a Rede Globo foi um fator determinante: antes de fazer a proposta de afiliação aos Sirotsky, Roberto Marinho havia tentado estabelecer uma parceria com Breno Caldas, que rechaçou a oferta e, a partir de então, assistiu ao declínio de seus empreendimentos: “O Roberto Marinho (...) pensava em criar, na verdade, uma televisão *dele* aqui, quando me fez a oferta. E eu queria uma televisão *minha*, que eu manobrasse, com a minha orientação. E isso, claro, só seria possível se eu tivesse o controle do negócio” (CALDAS, 1987, p. 30).



com tiragem média de 70 mil exemplares diários, uma editora de livros e um parque gráfico próprio (CAPPARELLI, 1982, p. 106).

Precisamente após essa primeira fase de expansão pelo interior gaúcho, o fundador e presidente Maurício Sirotsky Sobrinho começou a projetar o crescimento territorial de suas empresas para além das fronteiras do estado. O destino mais provável seria Santa Catarina, não apenas pela proximidade geográfica, mas também devido à defasagem do mercado jornalístico catarinense. Sirotsky presumia que as baixas tiragens, os reduzidos índices de audiência e a vinculação partidária dos jornais e emissoras de Florianópolis poderiam favorecer a inserção de seus veículos.

À medida que as pretensões expansionistas da RBS tornaram-se conhecidas em Brasília, o Sistema Nacional de Informações (SNI)<sup>14</sup> passou a solicitar a suas filiais no Sul do país informações sobre a família Sirotsky e a postura assumida por seus meios de comunicação em relação ao regime militar. O relato mais extenso e detalhado, emitido pela agência do SNI em Porto Alegre em 10 de dezembro de 1973, contém 25 páginas e apresenta um parecer desfavorável a Maurício Sirotsky Sobrinho, associando seu nome inclusive a denúncias de enriquecimento ilícito:

Consta que a fortuna fácil do marginado está ligada ao fato do mesmo sonegar os impostos<sup>15</sup> (imposto de renda), utilizando-se de recibos falsos, nos quais constam importâncias maiores que as reais. (...) Maurício Sirotsky Sobrinho é

---

<sup>14</sup> O SNI era o principal órgão de espionagem e monitoramento da ditadura militar brasileira. Ele foi criado através da Lei 4.341/1964, dois meses após o golpe, para supervisionar as atividades de informação e contrainformação, reunir fichas técnicas de indivíduos considerados suspeitos e identificar possíveis ameaças aos governos autoritários.

<sup>15</sup> A Polícia Federal deflagrou em março de 2015 a Operação Zelotes para investigar indícios de irregularidades relacionadas justamente à sonegação fiscal em empresas brasileiras – dentre as quais a RBS –, no âmbito da Receita Federal. Ainda que não haja provas concretas no documento do SNI emitido em 1973, chama a atenção que o mesmo crime esteja associado a um suposto enriquecimento ilícito da família Sirotsky há mais de 40 anos.

dados, também, a agiotagem. Exemplo: emprestou 17 ou 18 milhões a Poty Chabalgoity<sup>16</sup>, da Mundialtur, sob fiança de Othelo Lourant (...) a juros de 10% ao mês. Por falta de pagamento, executou Othelo na Justiça e o mesmo, para pagar a dívida, perdeu dois de seus automóveis, por apropriação indébita. (BRASIL, 1973b, p. 19-23)

Embora o documento colocasse em xeque a índole do fundador da RBS, o Poder Executivo em Brasília parecia preocupar-se tão-somente com atos de “subversão”, ou seja, de oposição manifesta à ditadura militar – esta era a única informação capaz de motivar o veto de uma concessão de rádio ou canal de televisão durante o governo Geisel, conforme sugerem Castro e D’Araújo (2012). Nesse sentido, ainda que o mesmo relatório enfatizasse a amizade entre Sirotsky e Leonel Brizola<sup>17</sup> (BRASIL, 1973b, p. 21), a afiliação à Rede Globo representava um atestado inequívoco de adesão ao regime; foi o que demonstrou outro parecer recebido pelo SNI no mesmo ano, produzido desta vez pela agência de São Paulo:

Atualmente Maurício [Sirotsky Sobrinho] está associado às programações da TV Globo, Canal 5, que retransmite imagens ao Rio Grande do Sul através da TV Gaúcha S.A., que funciona como estação repetidora. Apesar de sua desonestidade, o cidadão acima referido consegue ter bons amigos,

---

<sup>16</sup> Advogado gaúcho, Domingo Poty Chabalgoity tornou-se chefe da seção de assuntos jurídicos da Divisão de Radiodifusão do Dentel em 1977 e exerceu o cargo de diretor substituto da mesma divisão durante a primeira metade da década de 1980. Após o final da ditadura, ele assumiu a função de coordenador de outorgas do Ministério das Comunicações, e era um dos responsáveis por acelerar a tramitação de processos da RBS no órgão ministerial, segundo Lauro Schirmer (2002). “Assim, os processos da RBS andavam com mais rapidez do que os encaminhados pela Rede Globo diretamente ao ministro e até ao presidente da República” (SCHIRMER, 2002, p. 54-55).

<sup>17</sup> Leonel de Moura Brizola havia sido governador do Rio Grande do Sul (1959-1963) e, a partir da renúncia do então presidente Jânio Quadros, em 1961, coordenou a resistência civil ao golpe de Estado para assegurar a posse do vice-presidente constitucionalmente reeleito pelo voto popular, João Goulart.

particularmente na Rede Globo. (BRASIL, 1973a, p. 19-23)

## **1.2. Os meios de comunicação em Florianópolis: vinculação partidária e defasagem tecnológica**

O primeiro jornal da província de Santa Catarina, *O Catharinense*, foi inaugurado em 28 de julho de 1831 para defender os interesses políticos de seu fundador, Jerônimo Coelho, deputado provincial por seis legislaturas. A publicação deixou de circular no ano seguinte, mas a tendência de vinculação político-partidária dos meios de comunicação no estado manteve-se predominante por cerca de 150 anos.

A estrutura midiática em Florianópolis no começo da década de 1970 era semelhante ao que se verificava no Sudeste brasileiro e no Rio Grande do Sul 15 anos antes: baixo volume de capital investido, falta de experiência em produção jornalística e uma extrema dependência em relação aos anunciantes e agências de publicidade locais, sem integração entre os municípios (CRUZ, 1996). A defasagem técnica e os interesses partidários que se sobressaíam na produção de notícias determinavam as baixas tiragens dos periódicos catarinenses, a tal ponto que o diário de maior circulação era o gaúcho *Correio do Povo*; no Vale do Itajaí, *O Estado de S. Paulo* era o mais lido, enquanto as publicações paranaenses *Gazeta do Povo* e *O Estado do Paraná* lideravam em circulação entre o Planalto Norte e Balneário Camboriú.

Os conteúdos veiculados pelos meios de comunicação de Florianópolis eram pautados historicamente pelo interesse das oligarquias locais<sup>18</sup>. Das 55 emissoras de rádio que operavam no estado

---

<sup>18</sup> As famílias Ramos e Konder-Bornhausen são chamadas de *oligarquias* com base na definição de Norberto Bobbio (1982), segundo o qual o poder oligárquico é caracterizado por um *governo de poucas pessoas*, pertencentes ao mesmo partido, à mesma classe social ou família. Entrevistado durante a elaboração deste trabalho, Jorge Konder Bornhausen rejeita o emprego do termo, preferindo utilizar a expressão “famílias tradicionais” (BORNHAUSEN, 2015).

em 1965, dez possuíam vínculos formais com as famílias Ramos ou Konder-Bornhausen, que se revezavam no Poder Executivo estadual e “decidiam o que ia ser publicado nos jornais” (PEREIRA, 1992, p. 62-63). Em depoimento a esta pesquisa, Jorge Konder Bornhausen, governador biônico<sup>19</sup> de Santa Catarina entre 1979 e 1982, relata que os dois grupos políticos rivalizavam desde a segunda metade da década de 1940, mas se congregaram a partir da ditadura militar:

As forças políticas aqui, de 1946 em diante, se dividiram predominantemente entre PSD [Partido Social Democrata] e UDN [União Democrática Nacional]. O grupo do PSD era liderado principalmente pela família Ramos: primeiro pelo Nereu [Ramos], depois com o Aderbal [Ramos da Silva], depois com o Celso [Ramos]. (...) E o lado de cá, da UDN, era o meu pai [Irineu Bornhausen] e o Adolfo Konder, que tinha sido governador (...). Foi dessa maneira até 1964. Em 1964, o meu pai apoiou a Revolução<sup>20</sup>; o Celso Ramos, que era o governador, não apoiou, mas também não ficou contrário. E as circunstâncias fizeram com que eles se unissem (...): aí foi instinto de sobrevivência. (...) Durante o regime militar, a escolha dos governadores passou sempre por esses grupos políticos – Ramos e Konder-Bornhausen –,

---

<sup>19</sup> O termo “biônico” era utilizado popularmente para designar os cargos políticos cujos titulares haviam sido nomeados em Brasília pelo regime militar, principalmente em áreas de importância estratégica, para evitar processos eleitorais e garantir a continuidade da ditadura.

<sup>20</sup> Jorge Bornhausen qualifica como “revolucionário” o processo que resultou na saída de João Goulart da Presidência da República. Segundo ele, a deposição do então presidente resultou fundamentalmente de uma insatisfação da sociedade civil, respaldada posteriormente pelos militares. No entanto, o termo *golpe civil-militar* oferece uma compreensão mais ampla e, ao mesmo tempo, mais precisa sobre os incidentes ocorridos entre março e abril de 1964, porque não omite o caráter autoritário daquela transição: o historiador René Armand Dreifuss (1981) utiliza essa nomenclatura para realçar a participação decisiva de setores conservadores da sociedade brasileira, a interferência externa da CIA e a atuação estratégica de empresários do setor jornalístico, como Roberto Marinho, em apoio aos militares.

sem exceção. (...) Cada um indicava três nomes.  
(BORNHAUSEN, 2015)

O poder de influência das oligarquias catarinenses durante os primeiros anos de regime militar foi notificado inclusive pela Agência Central de Inteligência (CIA) estadunidense. Em documento enviado pelo consulado dos Estados Unidos em Porto Alegre ao Departamento de Estado Norte-Americano em julho de 1968, a família Bornhausen é definida como “os Kennedy às avessas”; Jorge Bornhausen, à época com 30 anos, é descrito como um jovem extremamente hábil, detentor de uma mirada moderna e liberal e uma extensa carreira política pela frente<sup>21</sup>.

Antes do golpe civil-militar de 1964, os dois blocos de poder mais influentes de Florianópolis tinham suas demandas representadas por diferentes partidos e veículos de comunicação: a Rádio Diário da Manhã era conhecida como porta-voz dos interesses da UDN, dos Konder-Bornhausen<sup>22</sup>, enquanto os dirigentes do PSD, da família Ramos, notoriamente definiam a programação e o teor das coberturas do jornal *O Estado de Santa Catarina* e da Rádio Guarujá. Assim, os meios de comunicação florianopolitanos atuavam como instrumentos de organização e hegemonização da opinião pública a partir das demandas das classes dominantes, constituindo a parte mais dinâmica da superestrutura ideológica de classe (GRAMSCI, 2006) e exercendo um papel que coincidia com o dos partidos políticos<sup>23</sup>. Somente a partir de

---

<sup>21</sup> Telegrama enviado em 19 de julho de 1968, identificado como “Biographic Report on Jorge Konder Bornhausen”. O acesso ao conteúdo do telegrama foi possível devido a um repositório criado e disponibilizado pela Universidade de Brown, nos Estados Unidos. Disponível em: <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr%3A366920/>. Acesso em: 15 mar. 2015.

<sup>22</sup> Fundada por Irineu Bornhausen, a Rádio Diário da Manhã operava em ondas curtas, na frequência 740 kHz, e foi vendida para os Sirotsky na década de 1980. Posteriormente, filiou-se à Rede Central Brasileira de Notícias (CBN), e seu nome foi alterado para CBN Diário.

<sup>23</sup> A disputa da hegemonia é uma das chaves para a compreensão da posição que ocupam os meios de comunicação de massa na sociedade civil na obra de Antonio Gramsci. Essa disputa, segundo o autor, ocorre através dos chamados aparelhos privados de hegemonia, sem ligação direta com o Estado –

31 de maio de 1970, com a inauguração da TV Cultura pelo empresário Darci Lopes, a população de Florianópolis começaria a ter acesso a conteúdos jornalísticos não atrelados diretamente a interesses partidários (PEREIRA, 1992).

Ainda no começo daquela década, antes da chegada da RBS, outros três eventos contribuíram para impulsionar o processo de profissionalização<sup>24</sup> da atividade jornalística no estado. O primeiro diz respeito à evolução tecnológica: no dia 22 de setembro de 1971, começou a circular em Blumenau o *Jornal de Santa Catarina*, pioneiro na utilização da tecnologia de impressão *offset* em território catarinense, que dispunha de um sistema de telefoto e de uma frota de 26 veículos para distribuição dos exemplares, além de repórteres, editores, diagramadores e fotógrafos trazidos do Rio Grande do Sul. O lançamento do jornal, coordenado pelo jornalista gaúcho Nestor Fedrizzi e chamado pelos leitores de “Santa”, pode ser considerado o marco inicial da modernização da imprensa local. Sua inauguração, aliás, motivou a mudança de sede do jornal concorrente, *O Estado de Santa Catarina*, quatro anos depois, de uma modesta sala com impressão à máquina quente na rua Felipe Schmidt para um prédio moderno, também com impressora em *offset*, na rodovia SC-401, em Florianópolis. Na segunda metade da década de 1970, porém, o *Jornal de Santa Catarina* passaria ao controle do empresário Mário Petrelli, aliado político dos irmãos Paulo e Jorge Konder Bornhausen, o que reduziria em alguma medida sua imagem de independência político-partidária.

---

sindicatos, sistemas educacionais, partidos políticos, igrejas ou meios de comunicação. Perry Anderson (1986) acrescenta que as funções ideológicas de poder da burguesia, segundo Gramsci (1979), são compartilhadas entre o Estado e os cidadãos, mas que não se pode subestimar o papel do rádio, da televisão, do cinema e dos partidos políticos como parte de um “sistema de controle cultural no seio da sociedade civil” (ANDERSON, 1986, p. 29).

<sup>24</sup> A ideia de profissionalização contempla um conjunto de implicações e complexidades que transcendem a mera formalização do trabalho, especialmente quando se refere ao ofício dos jornalistas. Ainda neste capítulo, apresento algumas das diferentes interpretações e tentativas de apropriação desse conceito pela própria RBS (ver 1.4.).

Outro acontecimento relevante para a profissionalização do jornalismo em Santa Catarina foi a nomeação do engenheiro Colombo Machado Salles como governador biônico, também em 1971. Ao declarar “guerra às oligarquias locais” a pedido do presidente Emílio Garrastazu Médici, ele provocou os jornais impressos a realizarem pela primeira vez coberturas alheias ou contrárias aos interesses do governo catarinense. A imprensa local viveu então uma fase “liberal” (Ibidem, p. 91), com críticas frequentes ao governador, enquanto nacionalmente os jornalistas enfrentavam um momento de violência, censura e repressão política ostensiva por parte dos militares. Devido à pressão das oligarquias familiares de Florianópolis, Colombo Salles seria substituído por Antônio Carlos Konder Reis no governo do estado em 1975.

O lançamento do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) foi o terceiro episódio decisivo para o aperfeiçoamento da atividade jornalística no estado antes do início das atividades da RBS. A partir dos debates de um grupo de trabalho liderado pelo jornalista Moacir Pereira em 1973, elaborou-se um projeto pedagógico provisório, e o Ministério da Educação autorizou a oferta de 40 vagas para a primeira turma, que ingressaria em 8 de março de 1979. Segundo o jornalista César Valente (2005, p. 78-79), que participou da comissão de criação do Curso de Jornalismo, a excelência da formação oferecida pela UFSC foi reconhecida logo em seus primeiros anos e serviu para elevar as discussões sobre a prática jornalística:

A década de 70 é um marco importante na imprensa florianopolitana. É um marco fundamental para o jornalismo catarinense. Essa injeção de profissionalismo nas práticas semiamadoras do jornalismo ilhéu foi, a meu ver, o principal fato jornalístico destes 50 anos. Agitou o ambiente, provocou discussões, estimulou o aperfeiçoamento. A cidade não foi mais a mesma, todos fomos, de uma ou outra forma, influenciados. (VALENTE, 2005, p. 77)

O critério de distribuição das concessões para emissoras de rádio e televisão, no entanto, ainda se baseava apenas no favorecimento político e nas pressões realizadas junto ao Ministério das Comunicações e aos demais representantes do Poder Executivo em Brasília. Para os

governos militares, as concessões funcionavam como moeda de troca para assegurar o apoio dos meios de comunicação; é o que sustenta José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, conhecido como “Boni”, após três décadas de trabalho na direção da Rede Globo: “Se um jornal era dócil ao governo, seu dono ganhava uma concessão de rádio. Se o jornal e rádio eram dóceis, o dono ganhava uma televisão” (SOBRINHO, 1997 apud BIZ; GUARESCHI, 2005).

A estrutura do setor de comunicações brasileiro foi projetada aos moldes do sistema estadunidense e, portanto, está condicionada historicamente pelo princípio de defesa do livre mercado, com limitações explícitas à intervenção estatal sob a égide da liberdade de expressão<sup>25</sup>. Porém, ainda que o Estado não tivesse respaldo constitucional para regular a propriedade das empresas jornalísticas durante a ditadura, cabe ressaltar que eram os próprios governos autoritários os responsáveis por autorizar as concessões, o que favoreceu a formação de oligopólios familiares dispostos a restringir a concorrência e a suprimir a pluralidade (THOMPSON, 1998, p. 252) em nome dos interesses do regime militar.

Além da TV Cultura, de Florianópolis, que retransmitia 50% da programação diária da TV Tupi, a outra emissora televisiva que funcionava em Santa Catarina no início da década de 1970 era TV Coligadas, de Blumenau. Esta fora fundada por um grupo de empresários em setembro de 1969 e retransmitia o sinal da Rede Globo com qualidade e alcance inferiores à maioria dos estados. Ambas tinham como empecilhos para sua expansão o alto preço dos equipamentos, a formação profissional precária dos jornalistas e a popularidade do rádio, que ainda angariava mais espectadores e anunciantes que a televisão nos municípios menos populosos.

Nesse contexto, foi lançado em 17 de dezembro de 1973 o edital nº 37-73, que abria concorrência para a exploração do canal 12 de TV em Florianópolis (BRASIL, 1973c, p. 12976). O edital colocaria

---

<sup>25</sup> Lima (2014) adverte que “lá [nos Estados Unidos], no entanto, além de uma agência reguladora autônoma (...), desde 1943 existiram normas legais para limitar a propriedade cruzada, tanto em nível local (regional) como nacional” (LIMA, 2014, p. 171).



frente a frente dois blocos de poder antagônicos: iriam medir forças, de um lado, as oligarquias locais aglutinadas em torno da Arena, que possivelmente teriam o apoio do Governo de Santa Catarina; de outro, a RBS, cujos interesses seriam representados por Maurício Sirotsky Sobrinho, respaldado pela influência de Roberto Marinho e das Organizações Globo em Brasília.

### **1.3. As estratégias de Sirotsky para garantir a entrada da RBS em Santa Catarina**

As principais fontes bibliográficas sobre a expansão da RBS a Santa Catarina sugerem que o plano de instalar-se no estado começou a ser debatido entre os gestores do conglomerado gaúcho no início da década de 1970 (CRUZ, 1996; SCHIRMER, 2002). No entanto, conforme o relato do primeiro gerente comercial do grupo em Florianópolis, Eurides Antunes Severo, a ideia é anterior ao que costuma constar nas publicações oficiais da RBS; segundo ele, “as primeiras pesquisas específicas sobre a possibilidade de instalar jornais, rádios e televisões em Santa Catarina foram feitas a partir de 1964, com o começo da ditadura” (SEVERO, 2014). Possivelmente, não interessa à empresa assumir que suas sondagens e especulações sobre o mercado e a política catarinense começaram ainda na década de 1960, e tampouco lhe parece conveniente associar de alguma maneira seu crescimento à ascensão dos governos autoritários no Brasil<sup>26</sup>.

---

<sup>26</sup> A pretensão de ocultar ou desvincular a ditadura militar da narrativa de crescimento da RBS é evidenciada principalmente nos relatos de funcionários e ex-funcionários da empresa. No livro “RBS: da voz-do-poste à multimídia”, escrito pelo jornalista Lauro Schirmer em 2002, mesmo quando as histórias parecem indissociáveis – por exemplo, a contratação de Carlos Machado Fehlberg, ex-Secretário de Imprensa do governo Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), como diretor de redação dos jornais *Zero Hora* e *Diário Catarinense* –, há um esforço notável para evitar que a empresa pareça conivente com o autoritarismo do regime. No caso mencionado, a saída encontrada por Schirmer (2002, p. 90-92) foi citar um depoimento de Fehlberg que menciona justamente sua luta *contra* a censura e a violência no

É consenso, porém, que antes mesmo do lançamento do edital que abria concorrência para a concessão de um segundo canal de televisão em Florianópolis, Maurício Sirotsky Sobrinho já havia encomendado um levantamento técnico detalhado sobre a economia de Santa Catarina, a partir do qual definiria as estratégias de expansão de seu conglomerado. A pesquisa demonstrou que o estado possuía então o quinto maior parque industrial do país, e que um dos entraves para um crescimento ainda mais acelerado da economia catarinense, na opinião do governador biônico Colombo Machado Salles (1971-1975), era a falta de integração entre os municípios e regiões.

Embora a outorga do canal fosse, em termos formais, uma responsabilidade do Ministério das Comunicações, “a palavra do governador seria decisiva em Brasília” (SCHIRMER, 2002, p. 101), o que favorecia as oligarquias florianopolitanas que pretendessem disputar o canal, graças a sua influência política e à amabilidade de suas relações com os militares. Além disso, é relevante considerar que a substituição de Colombo Salles por Antônio Carlos Konder Reis no Governo de Santa Catarina em 1975 foi apoiada justamente por uma coalizão entre as famílias mais tradicionais do estado, tornando a disputa pela concessão ainda mais difícil para a RBS.

Maurício Sirotsky Sobrinho sabia que estava em desvantagem em termos de articulação política e que precisava estreitar seus laços com o novo governador. Sua primeira estratégia, nesse sentido, foi a contratação de Ariel Bottaro Filho, chefe de comunicações do governo Konder Reis, para ocupar o cargo de correspondente do jornal *Zero Hora* em Santa Catarina. Segundo Antunes Severo, “muito antes” de obter a concessão para operar o canal 12, Sirotsky entrara em contato com Bottaro Filho a fim de manter relações mais próximas com o Poder Executivo local:

---

período ditatorial. Embora a participação de Fehlberg em um dos governos mais repressivos da história do país seja obviamente uma informação relevante no relato de Lauro Schirmer, não há qualquer menção à sua passagem pela Secretaria de Imprensa de Médici no referido texto. Um breve currículo de Fehlberg, exibido imediatamente abaixo do depoimento, na página 92, também oculta essa informação.

Com o passar dos anos, a RBS, que já estava “namorando” Santa Catarina, começou a agir mais objetivamente, contratando o Ariel Bottaro Filho, uma pessoa ligada ao governador, para trabalhar como correspondente e ser o seu editor de telejornalismo quando a televisão estivesse no ar. Isso demonstra o cuidado que teve a RBS muito antes de obter a concessão. Não digo que o Ariel ajudaria a convencer o governador, mas ele conhecia a realidade do estado e conhecia o pensamento do governador. (SEVERO, 2014)

A conquista do canal 12, no entanto, requeria mais que a contratação de um membro do Governo de Santa Catarina, dada a voracidade com que as oligarquias Ramos e Konder-Bornhausen<sup>27</sup> pretendiam disputar aquela concessão. O edital nº 37-73 fora assinado por Hygino Caetano Corsetti, então ministro das Comunicações, em 10 de dezembro de 1973, e publicado na Seção I do Diário Oficial da União uma semana depois. No texto do documento, o ministério informava que, transcorridos 45 dias da publicação do edital, seriam aceitas pelo prazo de 15 dias propostas para a execução e exploração do serviço de radiodifusão (BRASIL, 1973c, p. 12976).

A abertura do edital havia ocorrido após uma solicitação do empresário tubaronense Hilário Silvestre, fundador da TV Florianópolis, a qual tivera seus direitos de transmissão vetados pelo Departamento Nacional de Telecomunicações (Dentel) por critérios técnicos quatro meses após a sua inauguração, em 1964. Antunes Severo analisa que Silvestre “era um empresário que de repente se viu com um equipamento de televisão na mão, e não ganharia a concessão porque não tinha vínculo com os grupos políticos” (SEVERO, 2014). Uma vez mais, fica evidente no relato do primeiro gerente comercial da TV Catarinense que a influência junto às elites políticas locais era um pré-requisito tácito para se obter uma concessão de radiodifusão em Santa Catarina.

---

<sup>27</sup> Os interesses de Jorge Bornhausen, à época do edital, estavam “representados” pelo empresário e amigo de infância Mário Petrelli, então presidente da TV Coligadas, de Blumenau.

Os dois blocos políticos mais poderosos do estado, embora conjugados em torno da Arena – apenas para impedir o avanço oposicionista do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) –, decidiram disputar separadamente a concessão do canal 12. Aderbal Ramos da Silva e José Matusalém Comelli, então diretor do jornal *O Estado de Santa Catarina*, rivalizaram com o empresário Mário Petrelli, que havia adquirido uma emissora de rádio em Joinville e tinha o apoio da família Bornhausen. Em entrevista, Jorge Bornhausen alega que sua amizade com Mário Petrelli antecede qualquer vínculo político: “A minha relação com o Petrelli é do tempo de estudante, é relação de ordem familiar. Temos um relacionamento de uns 60 anos” (BORNHAUSEN, 2015). Antes que as oligarquias locais pudessem suspeitar das pretensões da RBS em Santa Catarina, o empresário Darci Lopes, sócio majoritário da TV Cultura, também manifestou interesse em disputar o canal. A exemplo de Hilário Silvestre, Darci Lopes tampouco possuía vinculações com o poder público estadual, por isso era pouco provável que fosse contemplado com a concessão (PEREIRA, 2014; SEVERO, 2014). A RBS, por sua vez, também teria poucas chances na disputa caso não apoiasse os Ramos ou os Konder-Bornhausen. Por isso, em 20 de novembro de 1975, Maurício Sirotsky Sobrinho ofereceu ao jornalista José Matusalém Comelli sua experiência e conhecimento técnico para que os dois operassem juntos um canal de televisão. Comelli e os Ramos eram considerados àquela época os favoritos do governador, e há indícios de que Konder Reis havia prometido a eles o canal 12 em troca de apoio político.

Antes mesmo de assumir o Governo de Santa Catarina, já na condição de governador eleito, Antônio Carlos Konder Reis assumiu compromisso solene com o jornalista José Matusalém Comelli, garantindo que a concessão do segundo canal de televisão de Florianópolis seria atribuída à TV Jurerê. Comelli, genro do ex-governador Aderbal Ramos da Silva, principal líder do extinto PSD e dos Ramos dentro da Arena, apoiara abertamente Konder Reis, da ex-UDN. (PEREIRA, 1992, p. 137)

Como a tentativa de articulação da RBS com os Ramos não foi exitosa<sup>28</sup>, Sirotsky decidiu lançar mão de seu poder de convencimento (SCLIAR, 1991) e do respaldo das Organizações Globo junto ao Ministério das Comunicações. Se a palavra do governador poderia influenciar na decisão do ministro Euclides Quandt de Oliveira, era preciso persuadir Antônio Carlos Konder Reis a “lavar as mãos” naquela disputa, sem indicar preferência política por nenhum dos lados – dessa forma, prevaleceria o argumento da capacidade técnica, favorecendo a RBS. Maurício Sirotsky Sobrinho compreendeu que a concorrência acirrada entre os Ramos e os Konder-Bornhausen, que antes se impunha como um entrave às pretensões dos gaúchos, poderia ser o fator decisivo para seu êxito: bastava explicar a Konder Reis que, ao preferir uma das duas famílias, a outra imediatamente se tornaria uma feroz opositora de seu governo.

O encontro decisivo entre Sirotsky e Antônio Carlos Konder Reis, conforme o depoimento de Moacir Pereira (2014), aconteceu em Porto Alegre, quando o então governador de Santa Catarina viajara para realizar uma consulta médica devido a uma dor de garganta. Era a oportunidade ideal para uma abordagem aparentemente despreziosa; um momento inusitado, imprevisto, em um ambiente informal e, principalmente, distante dos olhares das oligarquias florianopolitanas:

O Konder Reis foi a Porto Alegre de carro, porque era uma consulta particular. E o Maurício Sirotsky, sabendo disso, foi lá fazer uma visita para ele<sup>29</sup>, e na visita disse que tinha esse **projeto**

---

<sup>28</sup> Houve ainda outra tentativa de composição, por iniciativa de Walter Clark, executivo da Rede Globo, em 1975. Ele propunha que a TV Jurerê transmitisse a programação da Rede Globo com o respaldo do governo do estado. “Surgiu, então, (...) a proposta de constituição de uma sociedade com três sócios para comandar a nova emissora da Capital catarinense: José Matusalém Comelli, Maurício Sirotsky Sobrinho e Walter Clark [Rede Globo]. Comelli teria descartado as duas hipóteses, convencido de que teria o canal” (PEREIRA, 1992, 138).

<sup>29</sup> Aquele encontro só foi possível porque Maurício Sirotsky Sobrinho estava inteirado sobre a agenda do governador catarinense, o que evidencia a importância da contratação de Ariel Bottaro Filho como fonte de informações privilegiadas.

**de implantar uma televisão profissional em Santa Catarina**, com esquema técnico, e só pedia uma coisa: que o Antônio Carlos Konder Reis não vetasse as pretensões dele. E o governador disse que não vetaria<sup>30</sup>. Naquele momento, o Maurício Sirotsky conquistou a televisão. (PEREIRA, 2014, grifo meu)

O argumento da profissionalização do jornalismo em Santa Catarina como processo que poderia ser estimulado pela entrada da RBS em Florianópolis certamente foi crucial (CRUZ, 1996). Desde 1973, o regime militar enfrentava uma série de problemas financeiros, e a população assistia ao fracasso do chamado “milagre econômico brasileiro”. O contexto socioeconômico desfavorável e o fim do bipartidarismo exigiam que o Estado encontrasse novas bases de legitimidade, ou seja, mudasse a estratégia de obtenção de apoio político – o que, inevitavelmente, resultaria em mudanças nas políticas de comunicação. Assim, começou a ser difundida durante o governo de Ernesto Geisel a ideia de que os meios de comunicação partidários haviam perdido sua credibilidade e já não eram capazes de garantir o respaldo do regime militar: seria preciso outorgar concessões a “instituições corporativas flexíveis o suficiente para garantir o apoio clientelístico” (ALVES, 1985, p. 185). A “televisão profissional” e o “esquema técnico” (CRUZ, 1996) prometidos por Maurício Sirotsky Sobrinho representavam aos ouvidos do governador Konder Reis justamente o ideal de flexibilidade que a conjuntura política nacional exigia em um contexto de relativa liberalização. Não há outros indícios sobre o conteúdo da conversa entre os dois<sup>31</sup>, e tampouco se sabe sobre as reuniões realizadas por Maurício Sirotsky Sobrinho durante suas frequentes viagens a Brasília entre 1976 e 1977. Schirmer (2002) descreve apenas que ele usou de “muita habilidade” para obter a

---

<sup>30</sup> “Ao não interferir, ele [Antônio Carlos Konder Reis] tomou uma posição, permitindo que a escolha feita pelos militares, com apoio da Rede Globo, fosse referendada em Florianópolis” (GOLEMBIEWSKI, 2000, p. 29).

<sup>31</sup> Antônio Carlos Konder Reis jamais forneceu detalhes aos pesquisadores sobre aquele acontecimento. Em entrevista, Moacir Pereira ressalta: “Tentei perguntar ao Konder Reis, e ele me deu uma resposta absolutamente formal: ele não entra no mérito da questão. Claro, o assunto é delicado” (PEREIRA, 2014).

neutralidade do governador na disputa, convencendo-o de que a inserção da RBS no mercado estadual impulsionaria um processo de modernização, desvinculando os meios de comunicação de interesses ou afinidades partidárias. É possível, de fato, que as oligarquias locais tenham sido preteridas por sua defasagem tecnológica e estrutural, mas, a despeito da superioridade técnica da RBS, Moacir Pereira relata que a batalha nos bastidores do Ministério “envolveu lances pesados, alguns conhecidos pelos empresários envolvidos, outros mantidos sob o mais absoluto sigilo” (PEREIRA, 1992, p. 138).

Diferentes relatos sobre a personalidade de Maurício Sirotsky Sobrinho sustentam que a decisão tomada por Antônio Carlos Konder Reis foi motivada não apenas pelo relacionamento amigável da Rede Globo com a ditadura militar, mas também pelo reconhecido poder de convencimento e pela habilidade do fundador da RBS nas relações interpessoais. Este costuma ser lembrado como um sujeito “destes brincalhões que usam o humor como forma de aproximação às pessoas” (SCLIAR, 1991, p. 69); conta-se ainda que ele “tinha o dom de conquistar as pessoas” (SEVERO, 2014) e que “não o embaraçava a presença de gente importante; ao contrário, (...) mesmo numa roda de ministros, ele era – graças ao carisma – o centro das atenções” (SCLIAR, 1991, p. 69-70). Ainda nesse sentido, porém, o depoimento de Moacir Pereira evidencia uma contradição; embora ressalte que a conquista do canal 12 ocorreu devido a “uma questão eminentemente *pessoal*”, ele afirma que o esforço de convencimento junto ao governador foi “uma ação *política e profissional*” de Sirotsky.

O que aconteceu **foi uma ação política e profissional muito competente** do saudoso Maurício Sirotsky Sobrinho. (...) Não tenho nenhuma informação de que tenha havido troca de favores. (...) Deu liga entre os dois [Maurício Sirotsky e Antônio Carlos Konder Reis]. **É uma questão eminentemente pessoal.** (...) Esse é um aspecto fundamental: ele era um cara que chegava fácil nas pessoas, se comunicava facilmente, era uma pessoa legal. (PEREIRA, 2014, grifo meu)

É provável que um jogo de interesses escusos em Brasília tenha influenciado na decisão de Antônio Carlos Konder Reis, apesar da

habilidade de Maurício Sirotsky Sobrinho. Os documentos reunidos por Castro e D'Araújo (2012), por exemplo, sinalizam que, àquela época, Euclides Quandt de Oliveira, então ministro das Comunicações, sentia-se pressionado por Roberto Marinho:

O ministro [Euclides Quandt de Oliveira] expôs sua política em relação à radiodifusão (...) [Segundo ele,] devia-se procurar certo equilíbrio entre duas ou três redes, para que nenhuma delas tivesse condições de exercer um monopólio virtual da audiência de televisão. (...) Marinho discordou. (...) Afirmou que deveria ser permitido o crescimento, sem restrições e sem limites, da Rede Globo. (...) O comportamento da Globo deveria fazê-la merecedora de atenção e favores especiais do governo. (CASTRO; D'ARAÚJO, 2012, p. 153-155)

De acordo com a mesma fonte, Marinho chegou a ameaçar vender a Rede Globo caso não tivesse apoio do governo militar para continuar a crescer através de sua rede de afiliadas. Possivelmente, a pressão sobre o ministro das Comunicações contribuiu para a outorga da concessão do canal 12 à RBS, principal repetidora da Globo no Sul do Brasil. É relevante considerar que Florianópolis era a única capital brasileira em que a Rede Globo não tinha liderança de audiência absoluta na metade da década de 1970; devido à instabilidade do sinal de sua retransmissora, a TV Coligadas, de Blumenau, a Globo perdia em número de espectadores para a TV Cultura e, por isso, Roberto Marinho teria ainda mais interesse em garantir a entrada da RBS em Santa Catarina (SCARDUELLI, 1996). Esta hipótese não é descartada por Nelson Pacheco Sirotsky, filho de Maurício Sirotsky Sobrinho, em entrevista à pesquisadora Dulce Márcia Cruz:

Quando nós imaginamos ir para SC, fomos na Globo e dissemos o seguinte: nós queremos repetir em Santa Catarina o modelo do Rio Grande do Sul. A Globo estava extremamente insatisfeita com a operação dela (...) em Santa Catarina, que era a operação da TV Coligadas. (...) Fomos na Globo, e falamos, olha aqui



peessoal, se vocês quiserem (...) nós vamos montar o projeto Globo lá e aquilo que é um problema para a Globo, deixará de ser um problema, porque na nossa mão nós asseguramos que vamos botar esse negócio pra frente. E eles deram sinal verde. Se vocês ganharem, terminado o contrato com a Coligadas, nós fazemos o contrato com vocês. (CRUZ, 1996, p. 81)

Após várias mudanças de composição, quatro empresas disputaram a concessão do canal 12: além da RBS, inscreveram-se no edital a TV Jurerê, dirigida por José Comelli, representante dos interesses da família Ramos; a TV Sol e Mar, encabeçada por Mário Petrelli, apoiado pela família Bornhausen; e, finalmente, a TV Itaguaçu, um projeto independente de Darci Lopes. Quando se sentiram ameaçadas pelos Sirotsky<sup>32</sup>, a TV Jurerê e a TV Sol e Mar fundiram-se sob o nome de TV Nova Jurerê, e apresentaram-se com uma composição acionária mista: “1/5 com José Matusalém Comelli, genro de Aderbal Ramos da Silva; 1/5 com Cesar Gomes, genro do ex-governador Celso Ramos; e 3/5 com Mário Petrelli, Paulo Konder Bornhausen e Antônio Carlos de Almeida Braga” (PEREIRA, 1992, p. 139) – o que indica que, somente ao final do processo, as elites políticas cogitaram a possibilidade de que a RBS fosse contemplada com o canal. Não obstante, em março de 1977, o governador catarinense já havia informado ao Ministro das Comunicações que não tinha preferência política por nenhum dos grupos, o que favoreceria o conglomerado gaúcho<sup>33</sup>:

---

<sup>32</sup> Fundador da TV Cultura, Darci Lopes foi o primeiro empresário do setor a manifestar preocupação com o domínio de mercado que a RBS poderia obter caso fosse contemplada com o canal 12. Segundo Moacir Pereira (1992), ele tentou impedir o lançamento do edital em 1973 e depois batalhou para que fosse outorgada a concessão a um grupo local, temendo a influência que a RBS, como afiliada da Rede Globo, exerceria em Brasília. Embora Darci Lopes tenha dito que havia fatos mais graves a relatar sobre aquele processo, ele próprio anunciou anos depois que não pretendia mais dar entrevistas sobre o tema.

<sup>33</sup> Jorge Bornhausen acrescenta em seu depoimento que Salomão Ribas Júnior, então Secretário da Casa Civil do Governo de Santa Catarina (1977-1979), ajudou a convencer Antônio Carlos Konder Reis a permitir a entrada da RBS

Konder Reis disse que não tinha veto a fazer. Para Nelson Sirotsky, essa postura representou um grande trunfo: tinham obtido em Santa Catarina “a isenção do poder político. Não o apoio, mas a muito difícil isenção”. Em Brasília a estratégia foi a mesma, de acordo com Nelson Sirotsky. O argumento da capacidade técnica e profissional foi usado para contrapor às alianças políticas existentes. (CRUZ, 1996, p. 63)

Embora Pereira (1992) e Cruz (1996) indiquem que a decisão foi tomada segundo critérios técnicos e a despeito de quaisquer preferências políticas, o então secretário-executivo do Ministério das Comunicações, Rômulo Furtado, que ocupou o cargo entre 1974 e 1990, admite que a distribuição de quaisquer concessões durante o regime militar era sempre pautada por uma relação de confiança: o presidente escolhia os grupos que, “por sua história e tradição, não apresentavam riscos de assumir posição crítica em relação ao governo” (KURTH, 2006, p. 47). Para assegurar que não estaria “municando os inimigos”, no dia 27 de abril de 1976, a Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul (SSP/RS) enviou um documento em caráter confidencial ao SNI informando onde estavam registrados os dados sobre os antecedentes de Fernando Ernesto de Souza Corrêa, Jayme Sirotsky e Maurício Sirotsky Sobrinho, a fim de que os militares pudessem checar novamente a confiabilidade dos sócios da RBS antes de autorizar a concessão. Como não foram encontradas informações comprometedoras (BRASIL, 1976b), o direito de explorar o canal 12 de Florianópolis foi concedido ao conglomerado gaúcho – identificado no documento como Rede Gaúcha-Zero Hora de Comunicações – em decisão oficializada pelo Decreto nº 79.644, de 3 de maio de 1977 (BRASIL, 1977, p. 5191-5192). No documento que confirma a outorga da concessão pelo prazo de 15 anos, constam as assinaturas do então presidente Ernesto Geisel e de Euclides Quandt de Oliveira, que “patrocinou” aquela decisão

---

no estado. Nelson Pacheco Sirotsky confirma: “O Salomão Ribas Júnior, que era na Casa Civil do governo do Konder Reis, foi um cara que abriu muito a porta para nós. Apresentou muitas pessoas, deu sugestões de nomes para trabalhar conosco. (...) O Jorge Bornhausen, o Esperidião Amin, no fim das contas, fizeram a mesma coisa, depois. Eles sempre foram muito importantes e nos ajudaram muito” (SIROTSKY, 2015)

(PEREIRA, 1992, p. 137). A RBS receberia do ministério, ainda naquele ano, uma autorização para operar sistemas de repetidores em VHF e de retransmissores em UHF<sup>34</sup>, e começaria a planejar a construção de sua sede e a instalação de uma antena em um terreno recém-adquirido no Morro da Cruz, formação rochosa com 285 metros de altura na região central da Ilha de Santa Catarina. A primeira transmissão oficial da TV Catarinense aconteceria no dia 1º de maio de 1979, no canal 12 de Florianópolis, repetindo o sinal da Rede Globo para 3/5 do território estadual e oficializando o início das atividades da RBS em Santa Catarina.

A edição nº 7 da publicação *Recado*, peça publicitária de comunicação externa da RBS de abril de 1979, contém uma sessão intitulada “Quem é quem na TV Catarinense”, que apresenta os nomes, as fotografias e os respectivos cargos dos cinco gestores que seriam responsáveis pelo funcionamento da emissora (**ver Anexo B**). Respectivamente, foram designados Nelson Pacheco Sirotsky como diretor; Nelson Vaccari, como gerente executivo; Eurides Antunes Severo, como gerente comercial; Ariel Bottaro Filho, como editor-chefe de telejornalismo; e Avremiro Zimmermann, como gerente da sucursal de Porto Alegre<sup>35</sup>. Não constam na lista os nomes dos sócios Maurício Sirotsky Sobrinho, Jayme Sirotsky e Fernando Ernesto Corrêa, que preferiram permanecer no Rio Grande do Sul. Este último havia participado do início das operações da TV Catarinense, conforme o relato de Antunes Severo, mas preferiu desvincular seu nome do canal 12 alguns meses antes:

A RBS sempre teve um cuidado muito grande em acompanhar os limites legais para trabalhar. O Maurício [Sirotsky Sobrinho] e a sua assessoria conheciam perfeitamente essas determinações legais, e também sabiam qual era a realidade em Santa Catarina. (...) O canal 12 havia sido concedido ao Maurício e ao Jayme Sirotsky, seu irmão, e ao Fernando Ernesto Corrêa. Depois, o

---

<sup>34</sup> VHF e UHF são, respectivamente, as siglas para os termos em inglês *Very High Frequency* (Frequência Muito Alta) e *Ultra High Frequency* (Frequência Ultra Alta).

<sup>35</sup> QUEM É quem na TV Catarinense. *Recado*, Porto Alegre, p. 5, abr. 1979.

Fernando saiu da sociedade, o que faz parte da organização estratégica da RBS, para que eles pudessem continuar comprando emissoras sem esbarrar no limite legal. Ele não saiu da RBS; saiu da TV Catarinense, em junho de 1979. A rigor, a empresa sempre teve a participação de pessoas da própria família, mas que se revezavam com pessoas de fora quando necessário. (SEVERO, 2014)

Os “limites legais” a que Antunes Severo se refere dizem respeito às disposições do Decreto-Lei 236/1967, uma tentativa rara e malsucedida de estabelecer limites ao número de concessões de radiodifusão que uma mesma pessoa jurídica poderia controlar no Brasil – aquele decreto foi desrespeitado em outras regiões do país, e não há registro de punições (LIMA, 2011b). Assim, é provável que a empresa não tivesse prejuízos nem sofresse qualquer tipo de sanção caso Fernando Ernesto Corrêa permanecesse como integrante do quadro societário da TV Catarinense; para o primeiro gerente comercial da emissora, a exclusão do nome de Corrêa foi uma precaução exagerada do departamento jurídico da RBS (SEVERO, 2015).

#### **1.4. O discurso imperialista como forma de legitimar o crescimento da empresa**

O economista inglês John A. Hobson dissertou em 1902 sobre o argumento da “missão civilizadora”, utilizado para justificar a formação de colônias europeias na África no final do século XIX. Segundo ele, o discurso dos países imperialistas baseava-se em uma série de crenças, metáforas ou palavras “mascaradas”; a *linguagem da diplomacia*, enfim, passou a ser utilizada como ferramenta para outorgar legitimidade às ações de dominação impulsionadas pelo acúmulo de capital, pela necessidade de explorar novos mercados e pela comunhão de interesses com as classes dominantes (HOBSON, 2009). O autor acrescenta que foi nesse contexto, por exemplo, que *anexação* tornou-se um eufemismo para a palavra *invasão*, justamente para tentar amenizar através da

linguagem o domínio cultural e econômico exercido por agentes externos a determinado território.

Lênin (1991) define o imperialismo a partir de pressupostos semelhantes aos de Hobson, mas acrescenta que a ascensão dos monopólios, que marca a transição para uma nova ordem econômica e social, nada mais é que uma fase superior do desenvolvimento capitalista:

Uma particularidade extremamente importante do capitalismo, atingida a fase superior de seu desenvolvimento, é a que se designa por *integração*, isto é, a reunião em uma única empresa de diversos ramos da indústria que possam abranger as sucessivas fases de tratamento da matéria-prima (...) ou então que possam desempenhar, umas em relação às outras, o papel de auxiliares. (...) A concorrência transforma-se em monopólio. Daí resulta um imenso progresso na socialização da produção. E, particularmente, no domínio dos aperfeiçoamentos e inovações técnicas. (LÊNIN, 1991, p. 18-25)

O conceito de *integração* permite alusões à trajetória de crescimento da RBS no Rio Grande do Sul entre as décadas de 1960 e 1970. O termo foi analisado primeiramente por Rudolf Hilferding (1985), que listou as vantagens de uma empresa integrada na obtenção de lucros suplementares em relação a seus concorrentes. Ao investir na instalação de estações geradoras e retransmissoras de alta tecnologia para produção televisiva com o apoio das Organizações Globo, o conglomerado da família Sirotsky obteve condições para seu aperfeiçoamento técnico; além disso, após a construção de um parque gráfico próprio, passou a prescindir de outras empresas para o serviço de impressão de jornais, e começou a projetar seu crescimento territorial para Santa Catarina.

Há outras aproximações conceituais possíveis entre a retórica dos países imperialistas e o discurso construído pela RBS para garantir sua expansão na década de 1970 – o termo *império*, aliás, foi utilizado para se referir à empresa no texto da petição inicial de uma Ação Civil

Pública ajuizada pelo Ministério Público Federal (MPF) em junho de 2008 (SANTA CATARINA, 2008, p. 7). A seguir, serão apresentados elementos que permitem identificar quais foram as principais “armaduras verbais” (HOBSON, 2009, p. 199) que serviram à família Sirotsky como justificativa para o início de suas operações fora do Rio Grande do Sul<sup>36</sup>.

Presidente da RBS entre 1991 e 2012, Nelson Pacheco Sirotsky costuma reafirmar em entrevistas o mesmo argumento utilizado por seu pai, Maurício Sirotsky Sobrinho, para garantir a entrada do conglomerado em Santa Catarina. Em depoimento recente ao portal Panorama Mercantil<sup>37</sup>, ele ressalta os atributos que sustentam a credibilidade de seus veículos jornalísticos:

Trabalhamos de forma profissional, com alto padrão de qualidade, o que nos dá liderança em todos os segmentos em que atuamos. Como consequência, temos um modelo de negócio que nos garante independência econômica e

---

<sup>36</sup> As teorizações de John A. Hobson referiam-se especificamente ao avanço imperialista das nações europeias entre o final do século XIX e o início do século XX. Apesar dos possíveis prejuízos conceituais da analogia proposta neste capítulo, é relevante considerar que o imperialismo não se caracteriza somente nas relações externas entre a nação metropolitana e os povos coloniais ou dependentes; como processo basicamente político-econômico, se manifesta também internamente, provocando, por exemplo, a divisão de um mesmo país em áreas atrasadas e prósperas (IANNI, 1970, p. 9-10). No caso da RBS, dada a dependência e a falta de autonomia de suas emissoras em relação à programação da Rede Globo e, ainda, o papel de “subcentro” assumido pelo conglomerado dos Sirotsky a partir do contrato assinado junto a Roberto Marinho, pode-se supor também uma aproximação teórica com a ideia de *subimperialismo*. Segundo Ruy Mauro Marini (1977, p. 17), o termo subimperialismo caracteriza justamente as políticas expansionistas com autonomia relativa, que acompanham o processo de integração do sistema produtivo capitalista ao mesmo tempo em que mantêm a hegemonia exercida pelo imperialismo em maior escala.

<sup>37</sup> SIROTSKY, N. **Não gosto do formato reality show** (depoimento). Entrevista concedida ao portal Panorama Mercantil, publicada em 8 jul. 2011. Disponível em: <http://www.panoramamercantil.com.br/entrevista-com-nelson-sirotsky/>. Acesso em: 5 jan. 2015.

sustentabilidade. Essa mesma independência nos dá também liberdade editorial para evitarmos qualquer tipo de pressão política ou comercial. Não admitindo qualquer tipo de pressão, garantimos nosso maior patrimônio, a credibilidade. (SIROTSKY, 2011, *on-line*)

A superioridade tecnológica e a padronização estética, que a própria Globo exigia de suas emissoras afiliadas, contribuiu para reforçar a imagem positiva da RBS junto ao público e aos anunciantes do Rio Grande do Sul. No entanto, a essa ideia de competência técnica e vanguarda tecnológica, foram incorporados arbitrariamente valores como a independência, a isenção, a não vinculação política de seus meios de comunicação e a objetividade de suas coberturas, constituindo em torno do termo *profissional* um enunciado favorável ao desenvolvimento e à credibilidade do conglomerado.

O argumento da “desvinculação política”, utilizado por Sirotsky junto ao governador Antônio Carlos Konder Reis, parte de duas contradições evidentes: primeiro, porque a Rede Globo se utilizara da benevolência dos governos militares para conseguir acesso facilitado às concessões de radiodifusão e para obter um aporte ilegal de capital estrangeiro, e esses recursos foram aplicados na estruturação tecnológica suas emissoras afiliadas<sup>38</sup>. Assim, de fato, a RBS pôde operar na década

---

<sup>38</sup> O jornalista e pesquisador Carlos Augusto Locatelli (2009) menciona ainda que “outro fato sancionado nas esferas oficiais contribuiu para aumentar o poder de mercado e consolidar as posições da Globo numa arena supostamente capitalista. Em 1971, quando o modelo de redes de televisão já estava delineado, ao substituir o sistema de transmissão em preto e branco, o governo federal optou pelo sistema em cores PAL, vindo da Alemanha, e rebatizado aqui de PAL-M. Se entre os consumidores a mudança tecnológica poderia ser postergada, pois o custo dos novos aparelhos era muito elevado, entre as emissoras, quase todas em situação financeira difícil, isso significava a necessidade de investimentos imediatos para a substituição de todos os equipamentos. O que se viu foi que somente a Globo teve condições de fazê-lo rapidamente” (LOCATELLI, 2009, p. 167). Sobre essa relação de troca de favores, o ex-diretor da Editora Globo, Paulo Nogueira, chegou a afirmar que até “um macaco teria erguido um império nas condições dadas a Roberto Marinho pela ditadura em troca de apoio político” (NOGUEIRA, 2015, *on-line*).

de 1970 com uma estrutura produtiva e uma visão de mercado “muito além do panorama local, em que predominavam empresários apegados a esquemas familiares” (STADNIK, 1994, p. 20), mas essa vantagem fora obtida graças a articulações políticas, negociações escusas e jogos de interesse com o poder político. A segunda contradição é que os veículos da RBS no Rio Grande do Sul em 1976, poucos meses antes da outorga da concessão para operar o canal 12 de Florianópolis, não eram tão independentes quanto se poderia presumir pelo discurso do fundador da empresa: enquanto propagava a desvinculação partidária da atividade jornalística no estado vizinho, Maurício Sirotsky Sobrinho prometia apoio irrestrito aos candidatos governistas em Porto Alegre às vésperas das eleições (HERZ, 1992, p. 2). O então chefe de reportagem da Rádio Gaúcha, Eduardo Meditsch, relata como os jornalistas da RBS eram coagidos a apoiar os candidatos conservadores àquela época: “Dois meses antes das eleições, aparecia um cartaz na parede da redação dizendo que não podia dar notícias da oposição. (...) Era ordem da direção” (MEDITSCH, 2015). Em reportagem publicada na revista *Porém* em novembro de 2003, Eleutério Carpena recupera fragmentos de editoriais veiculados pelo jornal *Zero Hora* entre 1974 e 1979, durante o governo Ernesto Geisel, para realçar o oficialismo das publicações da RBS naquele período. O levantamento demonstra que eram recorrentes os elogios a “autoridade e irreversibilidade da Revolução”, a qual proporcionava “resultados positivos para o país [sic]”. Segundo o repórter, durante a cobertura da posse do general Emílio Garrastazu Médici, a RBS defendeu “1) a ‘naturalidade’ da ditadura; 2) sua continuidade como instituição definitiva e portanto eterna; 3) a ideia de ditadura ‘institucionalizada definitivamente’ como elemento deflagrador do ‘desenvolvimento’” (CADERNOS DE PORÉM, 2003, p. 16-19).

Antes de discutir os limites e o potencial semântico do adjetivo *profissional* para caracterizar a atuação de determinado veículo ou cobertura jornalística, como fizeram os Sirotsky, é necessário reconhecer a complexidade de um processo de profissionalização que, no Brasil, coincidiu paradoxalmente com a censura e o autoritarismo do regime militar. Além disso, deve-se considerar que as décadas de 1970 e 1980, por diversos fatores, permitiram a popularização dos meios de comunicação em escala global – “o papel dos jornalistas (...) sempre foi controverso, e essa característica cresceu com o aumento das vendas”



(BRIGGS; BURKE, 2006, p. 197). Otto Groth (2011) acrescenta que há inúmeras incertezas na delimitação da profissão jornalista e que qualquer análise “tem que contar com limites inseguros, limites fluidos, combinações questionáveis” (GROTH, 2011, p. 333). Ao identificar-se como responsável ou protagonista da profissionalização do jornalismo no estado, enfim, a RBS parte de uma construção narrativa arbitrária, uma vez que pretende estabelecer consenso a partir de dissensos (MOTTA, 2013, p. 27).

Possivelmente, foram as pesquisas encomendadas pela RBS e as informações repassadas por Ariel Bottaro Filho que permitiram a Maurício Sirotsky Sobrinho definir o discurso que convenceria o governador biônico Antônio Carlos Konder Reis a permitir a entrada da empresa em Santa Catarina, conforme mencionado. Esse discurso, que consistia no esforço de associar a imagem de competência técnica e superioridade tecnológica a certa noção de *profissionalismo*, supostamente distinguiria a produção jornalística da RBS em relação aos demais meios de comunicação em atividade no estado – Moacir Pereira (1992) e Lauro Schirmer (2002) afirmam que o mesmo argumento de profissionalização e imparcialidade, que foi bem aceito junto ao governador catarinense, também serviu para convencer o então ministro das Comunicações, Euclides Quandt de Oliveira, que assinaria a outorga do canal 12 de Florianópolis. Assim como os países imperialistas europeus pretendiam difundir a ideia de que seu estágio de desenvolvimento era mais “evoluído” que o de suas colônias (QUIJANO, 2005), a RBS também atribuía a si própria uma missão de caráter “civilizatório”: modernizar e profissionalizar, segundo seus próprios critérios, o mercado local.

O fato de que os europeus ocidentais imaginaram ser a culminação de uma trajetória civilizatória desde um estado de natureza, levou-os também a pensar-se como os *modernos* da humanidade e de sua história, isto é, *como o novo e ao mesmo tempo o mais avançado da espécie*. Mas já que ao mesmo tempo atribuíram ao restante da espécie o pertencimento a uma categoria, por natureza, inferior e por isso anterior, isto é, o passado no processo da espécie, os europeus imaginaram também serem não apenas os portadores

exclusivos de tal modernidade, mas igualmente seus exclusivos criadores e protagonistas. (QUIJANO, 2005, p. 239)

Os países imperialistas foram capazes de impor essa perspectiva histórica como hegemônica dentro de um novo universo intersubjetivo, a despeito da incoerência e da ilegitimidade de um *poder autodeclarado*, o que só foi possível devido ao caráter de legitimação e de “produção da verdade” (FOUCAULT, 1999) inerente a qualquer discurso que se pretende dominante. Sua efetividade argumentativa consiste na capacidade de constranger e marginalizar os demais discursos, baseando-se em critérios arbitrários, mesmo prescindindo de uma fundamentação conceitual sólida. É por isso que a RBS faz questão de associar sua imagem a uma vanguarda tecnológica, conforme análise de Larangeira (2006):

O enaltecimento do pioneirismo da empresa no histórico da mídia brasileira é recorrente no discurso da RBS. (...) Esse recurso argumentativo de identificar a empresa com o aprimoramento tecnológico foi utilizado várias vezes para conseguir concessões de TV e de justificar uma pretensa imparcialidade política. A RBS vale-se da tecnologia como capital político. (LARANGEIRA, 2006, p. 149)

Muniz Sodré (2001) também critica o uso da tecnologia como capital político pelos meios de comunicação brasileiros e acrescenta que a *doutrina da modernização* é um elemento-chave para a compreensão da história de expansão das emissoras e jornais que dominam o mercado jornalístico no país.

Embora tenha emergido decisivamente no final da década de 1970 através das palavras de Maurício Sirotsky Sobrinho junto ao governador de Santa Catarina e ao ministro das Comunicações e seja frequentemente reafirmado por Nelson Pacheco Sirotsky em entrevistas, é evidente que o discurso de profissionalização relacionado à RBS não possui um único autor, ou seja, não pode ser considerado como obra de apenas um indivíduo, com nome e sobrenome. De acordo com o princípio da descontinuidade, não existe *um* grande discurso, ilimitado,

contínuo; pelo contrário, os vários discursos são um conjunto de práticas descontínuas que se ignoram ou se excluem entre si. Assim, a palavra *autor* representa nada mais que um “princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência” (FOUCAULT, 1999, p. 26). É possível, no entanto, localizar uma série de textos em que esse recurso argumentativo se faz presente, inserindo-se inevitavelmente em um contexto de disputa da chamada “memória discursiva” (ORLANDI, 1999, p. 31).

A maior parte da produção bibliográfica sobre a entrada da RBS em Santa Catarina foi escrita a partir da década de 1990 por funcionários ou ex-funcionários da empresa. Apesar do aspecto positivo dessa constatação – eles conhecem a empresa “por dentro”, e isso lhes permite um olhar diferenciado em relação aos demais pesquisadores –, é possível que tenha havido omissões, seja por desconhecimento, por razões afetivas, saudosismo, respeito ou admiração à empresa e a seus gestores. Afinal, os participantes de um discurso raramente percebem suas relações de poder, sua ideologia e seus efeitos construtivos (FAIRCLOUGH, 2001, p. 31).

O livro “RBS: Da voz-do-poste à multimídia - A história e as histórias nunca contadas da maior rede de comunicação do sul do Brasil”, publicado por Lauro Schirmer<sup>39</sup> em 2002, por exemplo, contém relatos inéditos de negociações, reuniões estratégicas, discussões e embates políticos ocorridos nos bastidores da empresa. Porém, ainda que em alguns capítulos o ex-funcionário se proponha meramente a “descrever” a expansão do conglomerado a Santa Catarina, a frequente utilização do argumento do profissionalismo como justificativa para o seu crescimento assume um caráter de legitimação arbitrário no conjunto da narrativa. A força coercitiva desse discurso é tamanha que,

---

<sup>39</sup> Lauro Schirmer ingressou na RBS como chefe de telejornalismo da TV Gaúcha em 1963, indicado por Maurício Sirotsky Sobrinho, e foi diretor de redação do jornal *Zero Hora* entre 1970 e 1990. Conselheiro e confidante de Jayme Sirotsky (SCHIRMER, 2005), ele assumiu a coordenação editorial do grupo e, após sua aposentadoria, passou a dar assessoria a projetos culturais da empresa. Não há como desconsiderar, portanto, sua vinculação histórica com o conglomerado gaúcho e sua indisposição para publicar quaisquer informações que pudessem contrariar os interesses dos Sirotsky.

mesmo a pesquisadora Dulce Márcia Cruz, que adota uma postura pretensamente crítica, propondo-se a “analisar as estratégias (...) que levaram a Rede Brasil Sul de Comunicações (...) a assumir a liderança entre as emissoras de televisão catarinenses” (CRUZ, 1996, p. 13), reitera em sua obra o argumento utilizado estrategicamente pela empresa para justificar sua expansão desde a década de 1970. Com uma retórica tautológica, a autora qualifica o *não profissionalismo* dos meios de comunicação concorrentes ora por sua atuação partidária, ora por sua estrutura “amadora”, simplesmente, sem questionar as bases dessa argumentação:

A RBS era uma empresa moderna e já integrava a indústria cultural, **ao contrário das emissoras catarinenses, que se estruturavam de forma amadora**, e dos concessionários de radiodifusão locais, que baseavam sua atuação na política partidária. Segundo as hipóteses que se pretende demonstrar neste trabalho<sup>40</sup>, **a RBS diferenciava-se porque tinha conhecimento profissional** (...), além de manter uma postura pública de imparcialidade político-partidária. (CRUZ, 1996, p. 67)

Ao contrário do que o fragmento dá a entender, *estrutura amadora* e *conhecimento profissional* não são acepções necessariamente opostas – a ideia de estrutura parece remeter à falta de equipamentos e maquinários, em um sentido estritamente tecnológico, enquanto o “conhecimento profissional” refere-se certamente ao conjunto de habilidades e competências adquiridas pelos trabalhadores da empresa. Uma relação fundamentada sobre significações tão desiguais não contempla, pois, a complexidade do processo de profissionalização do jornalismo no estado. A obra de Cruz (1996) apresenta, em última

---

<sup>40</sup> Em suas considerações finais, a autora afirma ter corroborado esta hipótese, muito embora ressalte os compromissos estabelecidos entre o conglomerado e as elites políticas e econômicas de Santa Catarina: “O que se pode concluir é que a hipótese levantada no início da pesquisa estava correta. A partir do levantamento dos dados, ficou evidente que a RBS estava melhor estruturada que as emissoras de televisão locais, já que possuía os requisitos de uma indústria de bens culturais” (CRUZ, 1996, p. 178).

instância, uma crítica inédita ao discurso de Maurício Sirotsky Sobrinho, mas demonstra-se incapaz de identificar e superar suas fragilidades; assim, a autora internaliza e reproduz os mesmos pressupostos que se propusera a criticar, suscitando uma série de conclusões imprecisas e equivocadas, dentre as quais a mais nociva é o enaltecimento da família Sirotsky pelo sucesso de suas estratégias de negócio. Nesse sentido, o ex-repórter da RBS em Santa Catarina, Paulo Scarduelli (1996), expõe em sua dissertação de mestrado uma interpretação ainda mais favorável à empresa: ao ressaltar sua capacidade de conciliar a grade local com a programação da Rede Globo para aumentar o número de espectadores e, com isso, fomentar o mercado de anunciantes no interior do Rio Grande do Sul, sua pesquisa tornou-se um elogio ao modelo de afiliações exportado a Santa Catarina como alternativa regional ao processo de globalização da informação.

O discurso que atribui ao conglomerado gaúcho a missão de profissionalizar o jornalismo local também é preponderante no livro “Imprensa & poder: a comunicação em Santa Catarina”, escrito em 1992 por Moacir Pereira<sup>41</sup>. O autor lista uma série de razões que contribuem para a compreensão daquele processo, dentre as quais a principal seria “a presença da Rede Brasil Sul” (PEREIRA, 1992, p. 80). Sua narrativa também utiliza como premissa o próprio discurso de legitimação da empresa, pois associa arbitrariamente à mera presença da RBS uma significação que remeteria ao profissionalismo, à modernização, à desvinculação do jornalismo em relação aos partidos políticos. Por outro lado, em entrevista concedida em maio de 2014, o mesmo Moacir Pereira, na condição de pesquisador da história da comunicação em Santa Catarina, apresenta um argumento que pode servir como contraponto ou questionamento à sua própria produção bibliográfica:

A partir de 1966, com a extinção dos partidos políticos e a fusão do PSD e da UDN basicamente na Arena, esse processo de vinculação do jornalismo aos partidos começou a desaparecer

---

<sup>41</sup> Moacir Pereira trabalhou como comentarista político em diversos veículos da RBS em Santa Catarina, dentre os quais a própria TV Catarinense, em seus primeiros anos. À época da publicação, porém, ele era funcionário do jornal concorrente *A Notícia*.

gradativamente, devido à extinção do pluripartidarismo. A profissionalização era inevitável, pelo contexto. (PEREIRA, 2014)

Cabe ratificar os outros três acontecimentos que contribuíram para o aperfeiçoamento técnico do jornalismo catarinense, a despeito da RBS: o lançamento do *Jornal de Santa Catarina*, a “guerra às oligarquias” iniciada durante o governo de Colombo Salles e a criação do Curso de Jornalismo da UFSC. Em depoimento, o ex-governador Jorge Konder Bornhausen acrescenta que:

(...) a TV Coligadas e a TV Cultura já não tinham ligação direta com partidos políticos: tinham, sim, absoluta independência. Nesse sentido de independência política, a chegada da RBS a Santa Catarina não foi um marco. O que eles tinham era mais experiência, melhor tecnologia, mas mais independência política, não. (BORNHAUSEN, 2015)

O ex-governador Esperidião Amin também ressalta que a desvinculação partidária do jornalismo em Santa Catarina precedeu a inauguração da TV Catarinense:

Eu diria que a data de corte é um pouco diferente do que se conta. Na verdade, no final da década de 1960, quando os primeiros sinais de televisão foram produzidos em Florianópolis e Blumenau, a questão partidária já passou a ter uma participação menor. (...) Então, quando eu fui nomeado para a Prefeitura de Florianópolis, em 1975, havia já meios de comunicação muito independentes, como a Rádio Anita Garibaldi e a Rádio Jornal A Verdade. Mas o principal veículo da época era a TV Cultura. (...) Lá ajudei a lançar um programa de interesse público chamado “Pergunte ao prefeito”, que tinha quase uma hora de duração e era ao vivo e improvisado. Totalmente

independente<sup>42</sup>. (...) Essa televisão cumpriu um grande papel na cidade e não tinha nenhum espírito partidário. A RBS trouxe suas tecnologias e representou uma aragem diferente, mas não absolutamente nova. (AMIN, 2015)

Um dos aspectos mais importantes do argumento difundido pelos Sirotsky é sua capacidade de mascarar as relações entre a esfera profissional e a esfera política. Há pouco questionamento, entre as fontes consultadas, à hipótese de que a profissionalização dos jornalistas em Santa Catarina foi um movimento impulsionado pela RBS, muito embora seja improvável que esse processo tenha ocorrido independentemente de disputas políticas.

O processo de regulamentação e profissionalização do jornalismo está diretamente associado os contextos históricos e políticos em que surgiram, os quais consistiram em fatores que contribuíram para impulsionar a necessidade de leis e formas legais de regulamentação dessa atividade. Os princípios legais de regulamentação da atividade mostraram-se vinculados às pretensões políticas daqueles que estavam envolvidos em sua defesa e, nesse sentido, a profissionalização aparece como um recurso para agir na esfera da política governamental e estatal. (...) Nesse contexto, a profissionalização surge como um recurso não só para ser reconhecido pelo Estado, mas para se ter acesso a ele e dele obter os possíveis benefícios. (PETRARCA, 2007, p. 130)

A narrativa que atribui à RBS a “missão” de profissionalizar o jornalismo em Santa Catarina oculta, portanto, o fato de que não há como compreender o fenômeno profissional brasileiro sem considerar as relações entre o mercado e o Estado (BONELLI, 1999). Além disso,

---

<sup>42</sup> É evidente que Jorge Bornhausen e Esperidião Amin não são capazes de avaliar de maneira crítica se determinada produção jornalística é profissional ou independente. No entanto, considero que suas percepções podem ser valiosas para a interpretação daquele processo, uma vez que apresentam o ponto de vista daqueles que eram fontes dos noticiários políticos.

ignora as características que definem os jornalistas socialmente enquanto classe ou campo profissional, e a partir das quais se poderia descrever o processo de profissionalização do jornalismo em determinada região.

Profissão sempre exige uma pluralidade de pessoas que representam uma unidade, um “todo”. Se profissão for definida com relação ao conteúdo, então ela é a base de uma chance contínua de provimento e de ganho para um grande grupo. Se profissão for definida pessoalmente, então ela é um grupo de pessoas que encontra em uma atividade específica o seu provimento contínuo, o seu ganho constante. (...) Outras manifestações especiais nas profissões também não poderiam ser compreendidas sem o caráter grupal da profissão: o desenvolvimento de determinados costumes próprios dos pertencentes a uma profissão quanto ao seu comportamento e até mesmo às roupas; o emergir de determinadas qualidades de caráter, que não são só causas, mas também consequências da profissão; o desenvolvimento de um aprendizado e um *ethos* profissional... (GROTH, 2011, p. 328-329)

Mesmo o processo de desvinculação político-partidária, que aparece comumente como um trunfo da atuação dos veículos da RBS frente à concorrência, pode ser entendido como inerente ao desenvolvimento da atividade jornalística desde o século XIX. Neveu (2005) analisa que os empresários do ramo jornalístico, antes de serem intermediários das forças políticas, são empresários *capitalistas*, o que naturalmente dissocia o jornalismo de um alinhamento partidário; “assim, a lógica empresarial conduz a uma profissionalização forçada” (NEVEU, 2005, p. 18). O que o discurso de profissionalismo em torno da RBS propõe nada mais é do que transformar essa “profissionalização forçada” em um diferencial positivo de uma empresa em relação às outras, aproveitando-se de um contexto – o fim do pluripartidarismo e, mais tarde, a abertura política do país – que favorecia a lógica empresarial em detrimento da lógica de vinculação partidária.



Embora a década de 1970 tenha sido um período de *despartidarização* e evolução tecnológica do jornalismo brasileiro, ser “profissional” e “moderno”, simplesmente, não assegurava o sucesso comercial e a sobrevivência de qualquer veículo de comunicação: era preciso estar alinhado aos interesses dos governos militares. O jornal carioca *Última Hora* e a TV Excelsior, por exemplo, apesar do avanço de suas estruturas produtivas, foram extintos por um processo de *repolitização* da indústria cultural no Brasil (ORTIZ, 1988, p. 153-155) – “o contrário fez a Rede Globo, que soube adequar-se aos objetivos da ‘integração nacional’ e estabelecer uma aliança com o Estado autoritário” (CRUZ, 1996, p. 80) para sustentar o crescimento de suas afiliadas.

Excluídas as hipóteses de que o conglomerado gaúcho valoriza mais seus profissionais que as empresas concorrentes<sup>43</sup> e de que sua consolidação no mercado jornalístico ocorreu independentemente de interferências ou interesses dos poderes políticos, o “profissionalismo” que diferenciava a RBS dos demais grupos no ramo no final da década de 1970 nada mais era, portanto, que um discurso típico do capitalismo em sua fase superior de acumulação: o imperialismo (LÊNIN, 1991).

A utilização do termo *anexação*, mencionado neste subcapítulo como uma alternativa eufêmica das nações imperialistas à palavra *invasão*, privou países invadidos militarmente de serem beneficiados por leis internacionais durante a Segunda Guerra Mundial – o que só seria corrigido em 1949, na Quarta Convenção de Genebra, quando o artigo 47º assegurou que as mesmas salvaguardas seriam garantidas em caso de ocupação, acordo entre autoridades ou anexação<sup>44</sup>. Provavelmente com a mesma pretensão de atribuir legitimidade à sua expansão através de um eufemismo e impedir sanções estatais, o termo preferido pela

---

<sup>43</sup> Segundo Guareschi e Ramos (1992), a RBS mantém desde a década de 1970 uma tradição de desrespeito aos pisos salariais e de precarização das condições de trabalho dos jornalistas, panorama que se agravou após a morte de Maurício Sirotsky Sobrinho, em 1986. Ver 3.2.

<sup>44</sup> Convenção IV, Convenção de Genebra Relativa à Proteção das Pessoas Civis em Tempo de Guerra, de 12 de Agosto de 1949. Disponível em: <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tiduniversais/dih-conv-IV-12-08-1949.html>. Acesso em: 20 mar. 2015.

RBS para se referir às sucessivas compras de empresas menores em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul é *incorporação*: pode-se presumir que a noção de *compra*, por si só, remetaria a um sentido fundamentalmente mercadológico, de trocas comerciais, o que prejudica a difusão da ideia de profissionalização e modernização do jornalismo enquanto missão assumida pela RBS. Na linha do tempo divulgada pelo conglomerado em sua página institucional<sup>45</sup>, a palavra *incorporação* é empregada para se referir às compras do *Jornal de Santa Catarina*, em 1992, do *Jornal Pioneiro*, de Caxias do Sul, em 1993, do Kzuka, empresa de *marketing* e relacionamento voltada ao público jovem, em 2005, e do jornal *A Notícia*, de Joinville, em 2006. Os países imperialistas europeus certamente preferiram o termo *anexação*, em vez de *incorporação*, porque:

(...) o termo incorporação não é amplamente conhecido em algumas partes da Europa, como Alemanha e Suécia, e não pode ser traduzido literalmente. Na Alemanha, incorporação poderia ainda carregar implicações mais agressivas porque significaria a completa ingestão de um corpo por outro que lhe é distinto. (SCHILLER et al., 2006, p. 627)

Antunes Severo, que atuou na gerência comercial da TV Catarinense a partir de 1979, admite em entrevista a utilização do termo *império* para caracterizar a RBS, sem qualquer restrição semântica. Segundo ele, a postura imperialista do conglomerado se cristaliza no caráter agressivo de suas negociações desde a entrada em Florianópolis, o que permitiu a formação de um oligopólio midiático sem precedentes em Santa Catarina:

E foi através da liderança do Maurício foi que a RBS constituiu esse verdadeiro império. Sim, a RBS é um império no Sul, é um império em Santa Catarina também. E entenda-se a palavra 'império' em todos os sentidos que ela possa representar. Mas a força da RBS, em parte, é uma crença. A

---

<sup>45</sup> Disponível em: <http://gruporbs.clicrbs.com.br/grupo-rbs/>. Acesso em: 12 mar. 2015.

força não está com a RBS: está com as pessoas que se subestimam a confrontá-la, por diferentes motivos. (SEVERO, 2015)

No fragmento mais impetuoso de sua obra, Cruz (1996) conclui que, se aconteceram mudanças na postura dos meios de comunicação de Santa Catarina após a entrada da RBS, o que houve foi apenas uma aproximação entre o jornalismo e o chamado “grande capital” – Gomes (1997) qualifica tal processo como uma aliança entre a burguesia e o Estado, que se articulam para monopolizar os instrumentos de dominação simbólica.

A escolha de um grupo não partidário em SC parece ter coincidido com a mudança da relação do governo federal com o empresariado, em uma nova aliança, mais adequada aos termos do grande capital, onde os setores “tradicionais” foram sendo afastados do poder pelos “modernos”, representados pela grande indústria e pela grande empresa. (CRUZ, 1996, p. 66)

A partir de então, os meios de comunicação catarinenses passaram a adotar, a exemplo da RBS, “o discurso de que são pautados pelo interesse público, pelo direito à liberdade de expressão e pelo compromisso com a pluralidade” (MICK, 2005, p. 169-170), valores liberais que não significaram a independência dos veículos e nem mesmo a realização de coberturas jornalísticas isentas de interesses político-partidários. Se os Sirotsky não mantinham vínculos diretos com um ou outro partido, é porque sua empresa passou a exercer ela própria uma função partidária na disputa da hegemonia (GRAMSCI, 2006): as elites políticas locais reconheceram na RBS um valioso instrumento de organização da opinião pública, e seu discurso de independência apenas contribuiu para torná-lo mais eficaz e influente que os veículos de comunicação panfletários da primeira metade do século XX.

Nas páginas subsequentes deste trabalho, em que disserto sobre o estreitamento dos laços entre a RBS, a ditadura militar e os poderes políticos locais, o processo de profissionalização supostamente

impulsionado pela empresa em Santa Catarina terá ainda mais evidenciado seu caráter retórico.

## **2. A comunhão de interesses com as elites do interior e a parcialidade nas eleições de 1982**

A outorga da concessão do canal 12 de Florianópolis para a RBS, que transformou o mercado jornalístico local, também provocou mudanças no âmbito político em Santa Catarina. Neste capítulo, descrevo o processo de rearticulação do conglomerado gaúcho com as oligarquias Ramos e Konder-Bornhausen após o lançamento da TV Catarinense e a posterior comunhão de interesses junto à Arena, partido de sustentação da ditadura. Em seguida, apresento a conquista da TV Santa Catarina e da TV Coligadas como acontecimentos decisivos para o avanço da família Sirotsky rumo ao interior catarinense, articulando-se com as elites político-empresariais das regiões Norte e Vale do Itajaí. Ressalto ainda, no último subcapítulo, o papel preponderante da RBS na eleição de Esperidião Amin ao governo catarinense em 1982, o que evidenciou a incongruência do discurso de neutralidade e desvinculação partidária difundido pela empresa.

### **2.1. O relacionamento com as oligarquias após a inauguração da TV Catarinense**

A família Ramos está representada no seio das oligarquias catarinenses desde o final do século XIX, quando o fazendeiro Vidal José de Oliveira Ramos Junior iniciou sua extensa carreira política. Deputado provincial em 1886 e deputado constituinte em 1891, ele governou o estado de 1902 a 1905 e de 1910 a 1914, além de ter sido senador em três legislaturas, até 1937. Dentre seus 14 filhos, ocuparam cargos públicos relevantes Mauro Ramos, como prefeito de Florianópolis, Hugo Ramos, como deputado estadual, Joaquim Fiuza Ramos, como deputado federal, e Vidal, Celso e Nereu Ramos como governadores.

Nereu Ramos, após ocupar por 80 dias o cargo de presidente da República em decorrência do suicídio de Getúlio Vargas, foi encarregado de organizar o PSD em Santa Catarina. O partido funcionou, a partir de então, como meio de integração com as elites de

outras regiões do estado, como o coronel Pedro Bittencourt no Sul e os empresários Atílio Fontana, no Vale do Rio do Peixe, e Serafim Bertaso, na região de Chapecó. No interior do estado, os Ramos compunham o quadro societário de dezenas de emissoras de rádio que, em alguma medida, ajudavam a legitimar seu poder oligárquico (DE MARCO, 1991). Além da Rádio Guarujá, de Florianópolis, membros da família eram sócios da Rádio Difusora, de Laguna, da Rádio Sociedade Cruz de Malta, de Orleans, e das rádios Clube e Araucária, de Lages (BUDDE, 2013), por exemplo.

O reduto dos rivais políticos da família Ramos até a década de 1950 era, fundamentalmente, o Vale do Itajaí. A união entre os Konder e os Bornhausen para a formação de um único bloco de poder deu-se a partir dos cunhados Adolfo Konder, líder do Partido Republicano Catarinense e governador do estado entre 1926 e 1930, e Irineu Bornhausen, banqueiro e então prefeito de Itajaí. Juntos, eles fundaram a UDN em Santa Catarina, reunindo os adversários de Getúlio Vargas e os principais opositores da família Ramos. Nesse contexto, os Konder-Bornhausen também começaram a se articular com lideranças políticas do interior do estado, a exemplo de seus rivais. João Herbert Colin, então prefeito de Joinville, e Diomício Freitas e Heriberto Hülse, membros proeminentes da elite carbonífera de Criciúma, tornaram-se seus aliados precisamente naquela época, segundo De Marco (1991, p. 67); em Florianópolis, as relações mais próximas eram com o deputado federal Henrique Rupp Junior, um dos líderes da Revolução de 1930 em Santa Catarina. Antes do início das atividades da RBS no Morro da Cruz, cujas circunstâncias foram descritas no capítulo anterior, os interesses da família Ramos condicionavam as coberturas políticas do jornal *O Estado*, o primeiro a circular em todas as regiões do território catarinense, a partir 1972. O investimento na abrangência da publicação foi, possivelmente, uma resposta dos Ramos ao lançamento e à rápida popularização de um de seus principais concorrentes, o *Jornal de Santa Catarina*, de Blumenau. Sobre o jornal *O Estado*, Budde (2013) descreve que, até a década de 1970,

(...) o periódico tinha basicamente objetivos político-partidários, ou seja, era um instrumento para a disputa de poder, já que havia sido comprado pelo político Aderbal Ramos da Silva

para difundir as bandeiras do antigo PSD (...) e restringia sua circulação a Florianópolis e cidades litorâneas. O jornal procurou se adequar aos padrões do jornalismo praticado nas principais capitais do país e se tornar referência em Santa Catarina, com cobertura ampla dos mais relevantes acontecimentos do estado no período, bem como acompanhar o processo de redemocratização do país. Além da instalação de maquinário para impressão, o jornal passou a ter sede própria e equipe de jornalistas experientes em redações de outros estados. Ao mesmo tempo, Florianópolis começava a viver a efervescência do crescimento impulsionado pela chegada da Eletrosul e a consolidação da UFSC, considerados marcos da transformação pela qual a cidade começou a experimentar depois dos anos 1970. (BUDDE, 2013, p. 37)

Deputado estadual entre 1935 e 1937 e governador entre 1947 e 1951, Aderbal Ramos da Silva havia indicado Barreiros Filho e Domingos Fernandes de Aquino para a direção do jornal *O Estado de Santa Catarina*, mas substituiu-os em pouco tempo por seu primo Rubens de Arruda Ramos. À época da transição, os textos noticiosos passaram a ocupar gradativamente o lugar dos artigos de opinião, mas, segundo Tancredo (1998), os interesses partidários do PSD e da família Ramos eram ainda o objetivo e a razão de existência do periódico. Mesmo quando a direção passou de Rubens de Arruda Ramos para o jornalista José Matusalém Comelli, o poder de influência da família Ramos sobre as coberturas foi preservado: o novo diretor era casado com Silvia Hoepcke da Silva, filha de Aderbal Ramos da Silva. Cabe ressaltar, nesse sentido, que os crescentes investimentos em reportagens alheias às demandas oligárquicas, promovidos por Comelli a partir da década de 1980, causariam surpresa e desagradariam os membros do partido, “acostumados a serem protegidos com o silêncio do jornal a respeito de seus procedimentos muitas vezes contrários aos interesses da comunidade” (BUDDE, 2013, p. 54).

Tradicionalmente antagônicas, as famílias Ramos e Konder-Bornhausen decidiram unir-se no final da década de 1960 para defender

os interesses conservadores e preservação da estrutura oligárquica, compondo juntos o diretório estadual da Arena. Paulo Konder Bornhausen (2000) relata que houve dificuldade de organizar as famílias em torno de um só partido, justamente pelo histórico de animosidade entre elas.

Unir adversários que lutaram de forma radicalizada durante vinte anos numa mesma agremiação era uma missão que poderia ser considerada quase impossível. (...) Com a habilidade que lhe era peculiar, Irineu conseguiu a adesão do Deba [apelido de Aderbal Ramos da Silva] e do Governador [Ivo Silveira] à candidatura do Dr. Valério de Assis, homem de fino trato, com relações cordiais com os seus ex-adversários e que granjeara a simpatia de muitos deles. (...) Assim foram escolhidos para vices, o ex-pessedista Atílio Fontana e os ex-udenistas Álvaro Catão e Diomício Freitas. (...) O *pirão* estava feito, embora mal digerido por ambas as facções. (BORNHAUSEN, 2000, p. 115-116)

O desafio de aglutinar forças políticas rivais sob a sigla Arena também foi relatado em uma carta escrita pelo então senador Antônio Carlos Konder Reis e enviada ao ex-presidente da UDN catarinense, Oswaldo Bulcão Viana. Em um fragmento da carta, transcrita por Bornhausen (2000), Konder Reis admitia a inconveniência daquela aliança:

Posso com a autoridade de quem jamais se furtou a aceitar as ideias de alianças nascidas de movimentos espontâneos e legítimos, constatar a dificuldade que representa a contingência de forças tradicional e radicalmente opostas, num dado momento, se unirem instantaneamente sob a mesma bandeira. (Ibidem, p. 117)

Aos quase vinte anos de divergência, somava-se a ira de José Matusalém Comelli e da família Ramos, que na segunda metade da década expressavam nas páginas do jornal *O Estado* seu



descontentamento com o governador Antônio Carlos Konder Reis. Este, como foi narrado no capítulo anterior, havia prometido aos Ramos a outorga da concessão do canal 12 de Florianópolis, mas não cumprira com sua palavra, permitindo a entrada da RBS em Santa Catarina. Outra razão para a insatisfação com o governador era possivelmente a redução drástica das verbas públicas para publicidade nos meios de comunicação impressos: à época, metade da publicidade do governo estadual era destinada à televisão, e apenas um quarto aos jornais impressos.

A outorga do canal 12 à RBS desagradou principalmente o jornal *O Estado*, porque o Comelli era quem ia assumir essa televisão. A partir dessa decisão, o jornal *O Estado* assumiu uma postura de oposição radical ao governo. Inclusive, eles se recusavam até a chamar o governador Antônio Carlos Konder Reis pelo nome: passaram a chamá-lo só de ACK Reis. (...) Então, a rejeição era principalmente dos Ramos, através do jornal *O Estado*. E, além disso, politicamente, o Aderbal [Ramos da Silva] também tinha divergências pesadas com o governo. (PEREIRA, 2014)

O desagrado das oligarquias refletia-se, em alguma medida, no conjunto da sociedade civil, sobre a qual os Ramos ainda exerciam relativa influência. Foram registrados desde “sabotagem em torres de transmissão e até o fechamento, com homens armados, de terrenos de acesso a áreas de repetidoras do sinal da TV” (SCHIRMER, 2002, p. 103) – não há indícios de que as famílias oligárquicas regionais estivessem diretamente envolvidas nesses casos. A revolta da família Ramos, aliás, possivelmente havia amainado no momento em que a TV Catarinense iniciou suas transmissões, em 1º de maio de 1979. Naquela terça-feira, o jornal *O Estado de Santa Catarina* publicou um anúncio de 32 centímetros de altura intitulado “No ar, o nosso abraço”, com uma saudação da RBS aos catarinenses, a logomarca da Rede Globo e o slogan “Santa Catarina, meu amor”. Na mesma edição do jornal, a coluna de Beto Stodieck enaltecia a TV Catarinense por representar um rompimento com os vínculos partidários, segundo ele, “uma novidade

por estas bandas de bocas fechadas”<sup>46</sup>; na página ao lado, uma reportagem sem assinatura elogiava a inauguração da emissora apesar dos entraves no processo de disputa da concessão do canal<sup>47</sup>.

A veiculação do anúncio, da reportagem e da coluna manifestam uma mudança da postura institucional do jornal *O Estado*, o que indica que os Sirotsky haviam realizado um trabalho eficiente de relações públicas, ou seja, de conciliação junto às elites políticas locais, especialmente para acalmar os ânimos da família Ramos e dos colonistas “anti-gaúchos”<sup>48</sup>. À mesma época, a RBS também investiu em uma série de campanhas de *marketing* para facilitar a inserção e enfrentar a antipatia dos espectadores catarinenses, de modo geral. Souza (1999) acrescenta que as tentativas de sabotagem às torres de transmissão não expressavam apenas a contrariedade dos interesses das oligarquias locais, mas sim, o fato de que a RBS iniciou suas atividades no estado “sem o consentimento da população, desrespeitou a legislação (...), uma vez que planejou o ingresso no Estado diretamente em Brasília” (SOUZA, 1999, p. 28). Durante a campanha de lançamento da TV Catarinense, em 1979, a empresa emitiu um documento intitulado “Declaração de Amor por Santa Catarina”, simbolizando seu compromisso em colaborar para a realização das demandas sociais mais urgentes do estado – as campanhas realizadas nas décadas seguintes, pela duplicação de trechos da BR-101 e pelo socorro às vítimas da enchente de 1983, serviriam para reafirmar aquela promessa.

Em depoimento a Leani Budde (2013), José Matusalém Comelli indica que anúncios como “No ar, o nosso abraço” foram veiculados de bom grado pelo jornal *O Estado de Santa Catarina*, e que a RBS nem sequer pagou por sua publicação. O então diretor-presidente do

---

<sup>46</sup> STODIECK, B. Por ocasião do Dia do Trabalho. **O Estado de Santa Catarina**, Florianópolis, 1º mai. 1979, p. 14.

<sup>47</sup> TV CATARINENSE: entrar em SC foi um passo bem certo. **O Estado de Santa Catarina**, Florianópolis, 1º mai. 1979, p. 15.

<sup>48</sup> Nelson Pacheco Sirotsky, então diretor superintendente da TV Catarinense, descreve uma das estratégias para diminuir a rejeição: “A gente mapeou os profissionais que sabidamente tinham rejeição com os gaúchos e contratamos vários deles para trabalhar na empresa. O Cacau Menezes, por exemplo, era um desses caras, e depois acabou se tornando um dos nossos colonistas mais importantes” (SIROTSKY, 2015).

periódico ressalta que a família Ramos não foi imediatamente lesada pelo início das atividades da TV Catarinense, em termos comerciais: “A televisão não prejudicou, até porque eles até promoviam as manchetes do jornal. Eles anunciavam [no jornal *O Estado*] mas era grátis, permuta” (BUDDE, 2013, p. 89). Assim, não obstante as primeiras transmissões televisivas da RBS e uma possível alteração no hábito de consumo de informação dos florianopolitanos, aquele foi o período de maior popularidade do jornal *O Estado*; em 1980, eram impressos em média 27 mil exemplares de terça a sábado, e 32 mil aos domingos (PEREIRA, 1992). Além da sinergia com a TV Catarinense, o aumento dos índices de leitura deveu-se em grande medida às tecnologias incorporadas à redação na gestão de Comelli e a uma diminuição da tensão política entre os dois grupos conservadores de Santa Catarina a partir da aglutinação da UDN junto à Arena, o que contribuiu para o fechamento do jornal *A Gazeta*, principal concorrente de *O Estado* até a década de 1960.

A postura complacente assumida pela família Ramos em relação à RBS após 1979 resultou não apenas do esforço conciliador de Sirotsky e da popularidade crescente do jornal *O Estado de Santa Catarina*, mas também da saída de Antônio Carlos Konder Reis do governo estadual. Este fora substituído no cargo por seu primo Jorge Konder Bornhausen em 15 de março de 1979, na última sucessão deliberada exclusivamente pelo regime militar – as indicações eram então oficializadas “por mera formalidade” (GUTEMBERG, 2002, p. 122) pela Assembleia Legislativa.

As 22 concessões de rádio e as cinco concessões de televisão distribuídas em Santa Catarina entre 1975 e 1979 beneficiaram ora políticos filiados à Arena, ora empresários considerados confiáveis pela ditadura militar<sup>49</sup> (DE MARCO, 1991, p. 72). Nesta última categoria, inclui-se a RBS: seu respaldo junto aos governos autoritários devia-se principalmente ao histórico de afiliação à Rede Globo e à

---

<sup>49</sup> Segundo De Marco, naqueles quatro anos “as concessões de rádio e televisão foram distribuídas num ritmo até então nunca visto. (...) Em muitos casos [os editais] contemplavam quase que diretórios inteiros da Arena, transformados em entidade radiodifusora – a forma como a legislação específica trata a empresa para operar serviços de radiodifusão”. (DE MARCO, 1991, p. 72-73)

condescendência de seus veículos no Rio Grande do Sul com os abusos do regime. Segundo Elmar Bones<sup>50</sup>, a *Zero Hora* “praticamente não sofreu censura durante a ditadura” (BONES, 2015) porque suas coberturas não se opunham aos interesses conservadores. É relevante considerar que o jornalista Carlos Machado Fehlberg, que fora Secretário de Imprensa da Presidência da República no governo Emílio Garrastazu Médici entre 1969 e 1974, ocuparia o cargo de editor-chefe da *Zero Hora* no ano seguinte. A confiabilidade do jornal da RBS junto aos militares está expressa em um documento redigido pela agência do SNI em Porto Alegre em 15 de outubro de 1975, que descreve a atuação dos principais diários gaúchos: enquanto a *Folha da Manhã*, onde trabalhava Elmar Bones, era vista como uma publicação que “através de notícias, reportagens e manchetes procura sensibilizar o leitor contra as autoridades”, a *Zero Hora*, de Fehlberg, de acordo com o relatório dos militares (**ver Anexo C**), “analisa os fatos com certa seriedade” e “não incorre na crítica sistemática aos atos das autoridades” (BRASIL, 1975, p. 2-3). No ano seguinte, o SNI emitiria um documento especificamente sobre a atuação do jornalista Carlos Machado Fehlberg, no qual ele é “considerado elemento pertencente a faixa neutro/pró-Revolução” (BRASIL, 1976a, p. 2).

Há evidências de que o início das atividades da TV Catarinense também foi visto com bons olhos por representantes da Arena no Congresso Nacional. Essa benevolência está explícita em um discurso proferido pelo então deputado federal Carlos Chiarelli (Arena-RS) em 8 de maio de 1979, uma semana após a primeira transmissão televisiva da RBS em Santa Catarina. Chama a atenção, no fragmento a seguir, a maneira lisonjeira com que um parlamentar da base de sustentação do regime autoritário referia-se à RBS, enquanto muitos dos veículos concorrentes eram censurados no Sul do país:

Há poucos dias, o Rio Grande todo bateu palmas porque um jornal, ao mesmo tempo popular e

---

<sup>50</sup> Elmar Bones foi repórter, editor e diretor de redação em alguns dos principais veículos da mídia impressa brasileira, como *Veja*, *Gazeta Mercantil*, *O Estado de S. Paulo* e *IstoÉ*. No Rio Grande do Sul, trabalhou na Companhia Jornalística Caldas Júnior, que editava os jornais *Folha da Manhã* e *Correio do Povo*, concorrentes da RBS.

craterioso, informativo e opinante, “Zero Hora”, completava quinze anos e ratificava sua maturidade que não lhe tira o ar jovial e ágil. Ao mesmo tempo, praticamente, a mesma empresa, Rede Brasil Sul de Comunicações, ultrapassava, mais uma vez, as fronteiras farroupilhas – como já o fizera há algum tempo, ao fincar uma trincheira pacífica aqui, no Planalto, a sua Rádio Alvorada – indo instalar-se no Estado irmão do Rio Grande, gerando a imagem nova da TV Catarinense. (...) A empresa, hoje, não é apenas uma fábrica de lucros, é uma comunidade de trabalho, onde se unem, para resultados melhores e mais significativos, o capital e o trabalho. É a sensibilidade do empresário do Brasil dos novos dias, tocado pela sensibilidade e que, no caso, homenageando também a seus colegas de Diretoria, simbolizo na figura do líder Maurício Sirotsky Sobrinho. É o sentimento de que a missão responsável e de tanto interesse público do informar, do levar a verdade a tantos recantos, buscando-a onde estiver. (BRASIL, 1979, p. 3.407)

Inaugurada em 1977 com a autorização dos governos militares, a Rádio Alvorada – mencionada por Chiarelli como “uma trincheira pacífica” no Palácio do Planalto – foi a primeira sucursal do conglomerado gaúcho em Brasília.

Além da RBS, outros três grupos considerados “confiáveis” ao regime operavam emissoras televisivas em Santa Catarina no início da década de 1980: o Grupo Petrelli (TV Cultura, em Florianópolis e Chapecó, e TV Barriga Verde, em Florianópolis), o Grupo Diomício Freitas (TV Eldorado<sup>51</sup>, em Criciúma) e o Grupo Amaral/Perdigão (TV Planalto, em Lages). Os laços estabelecidos entre os proprietários de

---

<sup>51</sup> Em 1982, A TV Eldorado integrou-se à TV Cultura de Florianópolis para formar a Rede de Comunicações Eldorado (RCE), que transmitiria a programação da TV Bandeirantes até dezembro de 1991. Na década de 1980, a RCE foi uma das principais concorrentes da RBS no interior, agregando emissoras no Oeste e no Vale do Itajaí.

meios de comunicação e o poder político, representado pela Arena, tornavam o ambiente pouco propício para a crítica, a fiscalização e a investigação de setores governamentais. Impedia-se, assim, a realização de um dos maiores potenciais dos veículos jornalísticos, que é, na interpretação de Hobsbawm (1995, p. 559), a capacidade de publicar o que as autoridades desejam manter em segredo, e de expressar sentimentos públicos que não podem ser articulados por outros mecanismos formais, mesmo em uma democracia<sup>52</sup>.

A publicação *Recado*, editada pela RBS em abril de 1979 por ocasião do início de suas atividades em Florianópolis, demonstra que os representantes do governo de Jorge Konder Bornhausen, de fato, consideravam o conglomerado gaúcho como aliado dos interesses do regime militar. De acordo com aquele material, a TV Catarinense parecia ser nada mais que uma emissora a serviço da divulgação de informações oficiais, como se sua instalação tivesse o objetivo primordial de mostrar os êxitos de Santa Catarina e fortalecer a economia local, sem jamais prejudicar a imagem do estado com informações negativas. Há inclusive certo cinismo nas declarações das autoridades governamentais que afirmam que a inauguração da emissora seria um estímulo para a prestação de contas à população: o então governador biônico Jorge Bornhausen chegou a prometer, em entrevista transcrita na terceira página da publicação<sup>53</sup>, que manteria as “portas

---

<sup>52</sup> Devido a esse papel fiscalizador, que começou a ser atribuído à imprensa no início do século XIX, popularizou-se nos Estados Unidos e na Inglaterra o termo “quarto poder”, em referência ao policiamento exercido pelos meios de comunicação frente ao Estado (BRIGGS; BURKE, 2006, p. 192). São valiosas, nesse sentido, as contribuições do filósofo e sociólogo alemão Jürgen Habermas, que examinou as condições sociais que permitiram a criação de espaços públicos de discussão nas sociedades modernas e definiu a opinião pública como uma forma de legitimar o poder político, sempre que originada de um processo crítico de comunicação (HABERMAS, 2003). Embora sua tese conduza à ideia de um *Estado de Direito Democrático*, o autor permite apreender os limites e restrições inerentes a esse “modelo” e agrega elementos para uma reflexão sobre o papel dos meios de comunicação na efetivação de uma democracia *participativa*, e não apenas *representativa*, como a maioria das democracias liberais.

<sup>53</sup> A IMPRENSA deve ser fortalecida e nós devemos ter nela um veículo de informações corretas. *Recado*, Porto Alegre, n° 7, abr. 1979, p. 3.

abertas” para que todas as ações do governo fossem noticiadas – muito embora os próprios jornalistas soubessem que ainda havia censura e perseguição a meios de comunicação no Brasil.

A cobertura de um conflito entre militares e representantes de movimentos sociais no centro de Florianópolis em 30 de novembro de 1979, conhecido como “Novembrada”, serviu estrategicamente para a RBS demonstrar à sociedade civil que estava disposta a implantar práticas jornalísticas inéditas em um estado acostumado com veículos atrelados diretamente a partidos políticos. Na ocasião, uma visita do presidente João Baptista Figueiredo à cidade provocou um protesto massivo de estudantes e trabalhadores contrários à ditadura militar na Praça XV de Novembro. O ato, reprimido violentamente pela polícia com prisões e agressões a manifestantes, frustrou o então governador Bornhausen, que “procurava contribuir com os esforços políticos e publicitários que visavam melhorar a imagem do novo presidente e do regime” (LOHN, 2012, p. 137), e teve repercussão nacional graças à TV Catarinense<sup>54</sup>. “Embora (...) tivesse deixado de apresentar seu principal noticiário naquela noite para não tratar do assunto e não se indispor com o governo militar” (BUDDE; VAZ, 2014), a RBS optou por veicular na semana seguinte uma série de imagens que retratavam a repressão violência por parte dos militares e, portanto, contrariavam os interesses do governador biônico e da Presidência da República. Essa cobertura reforçou o discurso de independência e profissionalismo sustentado pela empresa e contribuiu para diferenciá-la dos meios de comunicação partidários junto à opinião pública, ainda que não representasse uma insurreição ou oposição deliberada à ditadura – a confiança dos militares estava assegurada pela atuação benévola dos veículos do conglomerado gaúcho desde 1964. O próprio ex-governador Jorge Bornhausen explicita que havia respaldo do poder público para certa “liberalização” da imprensa, um processo de emancipação tutelado e condicionado, paradoxalmente, pelo interesse dos próprios governos autoritários: “[A Novembrada] foi um momento muito difícil, mas a cobertura jornalística foi correta; o presidente é que estava errado” (BORNHAUSEN, 2015). É relevante considerar que Jorge Bornhausen, principal representante de Figueiredo e da ditadura militar em Santa

---

<sup>54</sup> Lauro Schirmer (1992, p. 106) ressalta que uma parte significativa das imagens enviadas pela TV Catarinense foi suprimida pela Rede Globo.

Catarina, era amigo de Maurício Sirotsky Sobrinho antes mesmo da instalação da RBS em Florianópolis, o que justifica certa condescendência em sua análise sobre a cobertura realizada pela TV Catarinense.

Quando a RBS veio para cá, eu até já conhecia o Maurício, porque ele era amigo do meu irmão, o Paulo [Konder Bornhausen]. Conheci o Maurício no meio da década de 1970. (...) Tínhamos uma relação muito boa, até na boemia, em São Paulo. Era uma figura muito agradável. (BORNHAUSEN, 2015)

O processo de desvinculação formal do jornalismo em relação aos partidos, portanto, coincidiu com a chegada da RBS ao estado, mas não representou rompimentos significativos nas relações dos meios de comunicação com a elite econômica e o poder político local<sup>55</sup>. Adelmo Genro Filho (1987), que propõe uma teoria marxista para o jornalismo, recusa o termo *profissionalização* para se referir àquela nova etapa, e prefere chamá-la apenas de “jornalismo informativo”. Este, embora legitimado por um discurso de recusa às ideologias, possui também seus próprios dogmas, entre os quais exerce papel preponderante a chamada *ideologia da objetividade* – conceito que ajuda a explicar a cobertura da RBS no episódio da Novembroada.

A ideia simplista de que “os fatos são sagrados” e de que a opinião pertence a uma órbita autônoma, tornou-se a expressão prosaica do que viria a ser a “ideologia da objetividade”, marcando o fim de

---

<sup>55</sup> Esta hipótese é referendada pelo depoimento de Sérgio Rubim, editor de telejornalismo da TV Catarinense em 1979: “Trabalhei na TV com o Ariel [Bottaro Filho], que era gente finíssima, amigo do Esperidião [Amin], e na época quem estava aqui também era o Nelsinho [Nelson Pacheco Sirotsky]. (...) A RBS mantinha aquela relação política esquizofrênica, mas a prioridade era sempre a questão comercial. Era aquele velho problema de o repórter chegar com uma matéria maravilhosa – ‘ah, o deputado disse isso, o governador disse aquilo...’ – e aí não entrava nada. (...) Se tu trabalhas para uma empresa que tem dono, o que vai sair é a voz do dono, e no caso era a voz dos Sirotsky, e todas as suas relações com o poder estadual” (RUBIM, 2015).



uma época na qual a notícia sempre se escrevia entremeadada de comentários e salpicada de adjetivos. (...) **Em virtude do caráter de classe da sociedade burguesa, o jornalismo cumpre uma tarefa que corresponde aos interesses de reprodução objetiva e subjetiva da ordem social. Nesse sentido, o jornalismo desempenha seu papel ideológico de reforçar também determinadas condições imaginárias de cidadania, preparando os indivíduos e as classes para a adesão ao sistema. Isso ocorre, tanto através da produção de um conhecimento que coincide com a percepção positivista que emana espontaneamente das relações reificadas do capitalismo, como pela reprodução e ampliação dessa percepção, a fim de garantir que a universalidade conquistada pelo capital continue sob a égide particular dos interesses capitalistas.** É essa contradição que forma a base histórica para que o jornalismo seja um fenômeno ambivalente, já que esse conflito atravessa a lógica jornalística. É esse fenômeno que autoriza pensar num jornalismo informativo feito sob uma ótica de classe oposta e antagônica à ótica burguesa, assim como abre brechas para certas posturas críticas à ordem burguesa nos veículos controlados pelas classes dominantes. (GENRO FILHO, 1987, p. 152-168, grifo meu)

Tais “brechas” poderiam estar ainda condicionadas por uma dupla relação de forças: a disputa política interna travada na redação e uma luta mais ampla pelo controle dos meios de comunicação (Ibidem). Assim, a veiculação eventual de notícias ou reportagens que pareciam se opor à lógica das elites não significava uma cisão definitiva com as oligarquias, justamente por ser indissociável à própria constituição de um jornalismo de caráter ambivalente. No caso específico da RBS em Santa Catarina, por exemplo, embora sua credibilidade se baseasse na aparência de objetividade, a sobrevivência do conglomerado estava condicionada historicamente pela preservação de suas relações com as classes dominantes do estado, as quais permaneceram determinantes em sua produção jornalística:

Como atividade *institucional* e *empresarial*, sabemos que o jornalismo é uma atividade *individual* em primeira instância e *coletiva* em última instância. (...) Múltiplas determinações atravessam o produto/resultado notícia. Determinações individuais e profissionais, determinações organizacionais, institucionais e sociais ao mesmo tempo. Neste composto, atravessam-se as influências ideológicas do meio informativo como organização, as influências pessoais dos jornalistas, dos editores, dos anunciantes e do mercado. (PEDROSO, 2003, p. 3)

Provavelmente, é devido a essa série de determinações de ordem institucional que Nelson Pacheco Sirotsky define desta maneira a atuação política da RBS e seu papel de representação:

A atuação do grupo não é político-partidária, como faz questão de frisar Nelson Sirotsky, ela é “político-institucional”. E acrescenta, a RBS “é uma empresa que quer ter força representativa. Além de sua capacidade de gerar negócios, ela quer ter representatividade... Não é o poder pelo poder, é o poder pela representatividade”. (CRUZ, 1996, p. 108-109)

O ideal da objetividade, a que Genro Filho (1987) se refere, cumpriu repetidas vezes um papel de “dissimulação ideológica” na trajetória da RBS. A despeito da fúria dos grupos de poder locais logo após a outorga da concessão do canal 12 e de coberturas específicas que não necessariamente correspondiam aos interesses oficiais, como no caso da Novembrada, os desígnios dos empresários de comunicação dispostos a promover certa profissionalização e modernização do jornalismo catarinense coincidiam cada vez mais com os interesses do poder público e das oligarquias regionais (ORTIZ, 1991). Enquanto o regime autoritário esforçava-se para garantir uma infraestrutura adequada para operação de serviços de telecomunicações – segundo

Budde (2013, p. 88), com o objetivo de “unificar consciências”<sup>56</sup> –, o empresariado dava em troca um serviço “de qualidade”, ampliava seus lucros, reforçava sua imagem de independência e integrava os mercados. Assim, as desavenças entre a família Sirotsky e os interesses políticos dos grupos conservadores de Santa Catarina, como os Ramos e Konder Bornhausen, tendiam a dissipar-se em poucos meses.

## **2.2. A articulação com as lideranças político-empresariais do interior**

A inauguração da TV Catarinense, inicialmente prevista para julho de 1979, precisou ser antecipada em dois meses a pedido de Roberto Marinho, que desejava interromper um período de cem dias sem transmissões da Rede Globo em Santa Catarina. Esse hiato resultou provavelmente de uma represália de Mário Petrelli, então presidente da TV Coligadas: ao perceber que a entrada do conglomerado gaúcho no estado significaria o rompimento de seu contrato de retransmissão da Globo, o empresário decidiu suspender a veiculação da programação nacional. Nelson Pacheco Sirotsky aproveitou o episódio para reforçar o vínculo da RBS com a população catarinense:

Os telespectadores deixaram de assistir a cerca de cem capítulos das novelas *Pai Herói*, *Feijão Maravilha* e *Memórias de Amor*, grandes atrações daquele ano. E um dos trabalhos da equipe liderada por Nelson Sirotsky, integrada por profissionais levados da TV Gaúcha, como Delcio

---

<sup>56</sup> Embora não conste entre as fontes de sua pesquisa, é possível que esta expressão faça referência ao termo “indústria das consciências”, cunhado por Hans Enzensberger (1978). Conforme o autor, a classe dominante não só detém os meios de produção que lhes garante poderio econômico, como detém os meios de *produção de consciência*, que lhes assegura esse poder. Sobre a ideia de “unificação”, é relevante a contribuição de Asa Briggs e Peter Burke (2006): “A concentração de poder na mídia (...) embaçou não apenas a maioria das possíveis linhas divisórias entre informação e entretenimento (...), mas também a linha que separa os partidos políticos entre esquerda e direita e, por fim, as diferenças entre as mídias” (BRIGGS; BURKE, 2006, p. 2011).

Fiorin, Luiz Fernando Zanini e Nelson Vacari, foi preparar três séries de compactos em 10 capítulos, resumindo os cem das três novelas que a TV Coligadas não tinha colocado no ar. (SCHIRMER, 2002, p. 102)

Antes mesmo de iniciar as operações da nova emissora no alto do Morro da Cruz, em Florianópolis, a RBS havia apresentado ao Dentel uma proposta para levar seu sinal aos oito municípios de Santa Catarina mais importantes economicamente, conforme Souza (1999, p. 52), a fim de viabilizar seu plano de retransmitir a programação da Rede Globo para três quartos do território estadual após o fim do contrato com a TV Coligadas, de Blumenau. Para tanto, seria necessário instalar uma malha de torres e linhas de transmissão em dezenas de localidades do interior de Santa Catarina. Como “era preciso contar com o apoio maior das lideranças locais” (KURTH, 2006, p. 127) para a aquisição de equipamentos e de terrenos adequados em cada município, a RBS começou a estabelecer seus primeiros vínculos com a elite político-empresarial de fora da Grande Florianópolis.

Uma das primeiras medidas adotadas pela RBS, quando soube do resultado da concessão, foi selecionar estudantes da Escola Técnica Federal de Santa Catarina e profissionais catarinenses para um estágio na TV Gaúcha, em Porto Alegre. Eles seriam responsáveis pela implementação da emissora e da rota no estado. (...) Mesmo assumindo o custo financeiro, (...) a colaboração das lideranças dos municípios era essencial. (...) O processo de infraestrutura deixa muito clara a ação política sobre a interiorização do sinal. (KURTH, 2006, p. 126-142)

Se o crescimento das Organizações Globo havia implicado no declínio de dezenas emissoras de televisão de alcance local e na extinção das práticas “amadoras” no Sudeste brasileiro, a chegada da RBS a Santa Catarina teve como efeito imediato a introdução de uma nova perspectiva de uso do *marketing* e da publicidade profissional pelos veículos de comunicação do estado. Essa transformação atraiu novos anunciantes e coincidiu com a emergência de uma nova visão

empresarial em Florianópolis, que no início da década de 1980 também assistia a um drástico aumento populacional e a uma consequente expansão do setor imobiliário especulativo.

A “anexação” da TV Santa Catarina, de Joinville, em 1979 seria o primeiro passo do conglomerado rumo ao interior catarinense. Na década de 1960, a região Norte havia iniciado um célere processo de industrialização, alavancado principalmente pelos setores metal-mecânico, químico e têxtil. Os joinvilenses, à época, assistiam à Globo através da TV Coligadas, de Blumenau, com qualidade inferior a três canais paranaenses, devido à proximidade com a região metropolitana de Curitiba.

A pujança econômica de Joinville havia estimulado um grupo de 160 políticos, empresários e profissionais liberais a inaugurarem em dezembro de 1973 a Companhia Catarinense de Rádio e Televisão (CCRTV), entidade que três meses depois formalizaria junto ao governo federal uma solicitação de lançamento de edital para instalação de um canal televisivo na cidade. Os principais diretores da CCRTV eram João Guilherme Spring, então membro da diretoria da indústria de refrigeração Consul, e José Antônio Navarro Lins, ex-funcionário do Banco do Brasil que participava ativamente de projetos relacionados ao desenvolvimento cultural da cidade e de movimentos para a construção de universidades e escolas na região. A abertura do edital 67/74 do Ministério das Comunicações em 1º de outubro de 1974 despertou em empresários de outros municípios, tão influentes quanto Spring e Navarro Lins, o interesse de comandar uma emissora de TV em Joinville. Participaram da disputa, por exemplo, a família Brandalise, acionista do grupo alimentício Perdigão, e Mário Petrelli, cujos sócios desta vez haviam ingressado no processo de concorrência sob o nome de TV Imigrante. Não obstante, em 20 de julho de 1976, o Decreto nº 78.099 concederia o canal à CCRTV (CRUZ, 1996), muito provavelmente devido às cartas de recomendação de Pedro Ivo Campos, então prefeito da cidade, e de José Schmidt, prefeito de São Francisco do Sul, município localizado às margens da Baía de Babitonga, na microrregião de Joinville.

Apesar do respaldo dos líderes políticos locais, a Companhia não tinha uma reserva de capital que lhe permitisse estruturar uma

emissora de televisão e cumprir as obrigatoriedades expressas no decreto de concessão publicado pelo Ministério das Comunicações, que previa a inauguração do canal em até dois anos. Além do empecilho financeiro, Spring e Navarro Lins jamais haviam trabalhado em radiodifusão, o que os levou a aceitar uma proposta de acordo operacional com os Sirotsky para viabilizar o início das transmissões. Assim, apenas 13 dias após a instalação da TV Catarinense, em Florianópolis, a CCRTV enviaria ao Dentel um comunicado informando que pretendia entrar em cadeia com a Rede Gaúcha Zero Hora – uma das personalidades jurídicas da RBS. Nelson Pacheco Sirotsky recebeu em 23 de agosto de 1979 a Licença de Radiodifusão nº 907/79, que o autorizava a operar por 15 anos o canal que fora concedido à CCRTV (KURTH, 2006, p. 129). José Antonio Navarro Lins foi inicialmente mantido como presidente da emissora, mas logo perdeu sua autonomia decisória: Maurício Sirotsky Sobrinho tornou-se vice-presidente e Nelson Pacheco Sirotsky foi nomeado diretor superintendente. O nome fantasia foi alterado para TV Santa Catarina no mês seguinte, e o controle acionário e a concessão foram transferidos diretamente para o conglomerado gaúcho, com o aval do Dentel.

Assumir o controle de uma emissora no Norte do estado era parte de uma estratégia anterior ao início das transmissões da TV Catarinense. Os Sirotsky haviam estipulado que, para viabilizar comercialmente sua atividade em Santa Catarina, seria necessário comandar estações geradoras em pelo menos cinco localidades do interior catarinense: em Joinville, Blumenau e em outros três municípios, necessariamente no Sul do estado, no Meio Oeste e no Extremo Oeste. É possível que os contatos estabelecidos por Maurício Sirotsky Sobrinho no Ministério das Comunicações e, em especial, a influência da Rede Globo em Brasília<sup>57</sup> tenham sido fatores novamente decisivos para garantir a transferência indireta da concessão e autorizar à RBS a operação do canal, mesmo que ela não houvesse participado do edital de concorrência (CRUZ, 1996).

---

<sup>57</sup> O ministro das Comunicações à época ainda era Euclides Quandt de Oliveira, o mesmo que se sentia pressionado pelo poder de influência de Roberto Marinho, exercido através de ameaças e chantagens, conforme descrito no primeiro capítulo desta pesquisa.

A inserção da RBS em Joinville ampliou a lucratividade do conglomerado e tornou a TV Santa Catarina líder de audiência na cidade em menos de um ano. Além da perspectiva de mercado, a conquista da emissora também foi relevante para iniciar um processo de articulação com os sócios minoritários que permaneceram vinculados à CCRTV. Afinal, entre eles havia representantes da elite política da região Norte de Santa Catarina, como Pedro Ivo Campos, ex-prefeito de Joinville e então deputado federal, que em 1987 se tornaria governador do estado, e o advogado Paulo Konder Bornhausen, ex-deputado estadual e irmão de Jorge Bornhausen. No quadro societário da TV Santa Catarina, também constavam os nomes de empresários do setor industrial que haviam se consolidado durante a ditadura militar, como João Hansen Jr., fundador da Tigre S/A Tubos e Conexões e da Companhia Industrial de Plásticos Cipla, ambas favorecidas pela política desenvolvimentista dos governos de Emílio Garrastazu Médici e Ernesto Geisel. João Hansen Jr. morreu em 1995, aos 79 anos, e seu nome permaneceu na lista de sócios da emissora, hoje denominada RBS TV Joinville. Também se mantiveram na sociedade sua viúva Lilia Hansen, e seus filhos João Hansen Neto, Eliseth Hansen e Carlos Roberto Hansen, herdeiros de ações da Tigre S/A. Os Hansen e os demais ex-sócios da CCRTV conservam desde a década de 1980 uma relação de confiança mútua com os Sirotsky, atuando “como anunciantes, como influência política, como legitimadores do poder” (Ibidem, p. 87) da RBS na região Norte do estado.

Dois anos após a conquista do canal em Joinville, a família Sirotsky oficializaria uma transação ainda mais significativa para a solidificação de seus vínculos com as classes dominantes do estado: a compra da TV Coligadas, de Blumenau. A emissora havia sido fundada em setembro de 1969 pelo advogado Wilson de Freitas Melro com o respaldo de 307 acionistas, dentre os quais, a exemplo da CCRTV de Joinville, havia “empresários que integravam parte da elite econômica e política do estado” (KURTH, 2006, p. 141). Nos primeiros meses, a TV Coligadas transmitiu parte da programação da TV Tupi e da Rede Globo apenas para o Vale do Itajaí, mas, a partir de 1970, com a instalação de uma repetidora em Florianópolis, o sinal passou a atingir dois terços do território estadual. Mário Petrelli adquiriu a emissora seis anos depois, justamente com a intenção de ampliar seu alcance e tornar-se referência

em produção televisiva em Santa Catarina, caso recebesse a outorga do canal 12 de Florianópolis.

Um mês após a RBS ser contemplada no edital nº 37-73, a Rede Globo indicou que não renovaria o contrato de retransmissão com a TV Coligadas devido à má qualidade do sinal, o que não apenas inviabilizou as pretensões de Petrelli, mas colocou em risco a sobrevivência de seus negócios. Além do já mencionado cancelamento da veiculação dos programas da Globo antes mesmo do fim do contrato, como sintoma de seu desagrado, ele havia adquirido o controle da TV Cultura de Florianópolis. Os novos planos do empresário incluíam desta vez a formação da chamada Rede Catarinense de Televisão (RCTV), que integraria as emissoras Coligadas e Cultura a fim de retransmitir a programação da TV Tupi e rivalizar com os Sirotsky.

No mesmo dia em que a TV Catarinense entrou no ar, o *Jornal de Santa Catarina*, que também pertencia a Mário Petrelli, publicou uma reportagem<sup>58</sup> e um editorial<sup>59</sup> em tom provocativo anunciando a fusão das emissoras Coligadas e Cultura, que teriam como virtudes o conhecimento técnico e a identificação com o estado, adquiridos em dez anos de funcionamento. A pretensão de enfrentar o conglomerado gaúcho, no entanto, seria inviabilizada por dois fatores: primeiro, porque os Sirotsky acusaram a TV Cultura de operar retransmissores concedidos originalmente à RBS, e ainda questionaram junto ao Dentel o uso da marca registrada “catarinense”<sup>60</sup>; além disso, o encerramento das transmissões da TV Tupi em julho de 1980 deixaria a RCTV sem programação nacional.

Vencida a queda de braço pela RBS, Mário Petrelli não viu outra saída senão vender a TV Coligadas ao conglomerado gaúcho. Em 31 de março de 1980, 70% das ações da emissora passaram a pertencer a Fernando Ernesto de Souza Corrêa, sócio de Maurício Sirotsky

---

<sup>58</sup> FORMADA a RCTV. *Jornal de Santa Catarina*, Blumenau, 1º e 2 mai. 1979, Caderno 2, p. 11.

<sup>59</sup> A REDE Catarinense de Televisão. *Jornal de Santa Catarina*, Blumenau, 1º e 2 mai. 1979, Editorial, p. 2

<sup>60</sup> Através do processo 50.152/78, o Dentel declarou irregular a atuação da RCTV devido ao uso indevido do nome. (CRUZ, 1996, p. 88).



Sobrinho, e Jayme Sirotsky e Nelson Pacheco Sirotsky assumiram, então, os cargos de presidente e vice-presidente da Coligadas. A transferência da concessão do canal de Blumenau para a RBS seria autorizada pelo presidente João Batista Figueiredo em julho e, dois meses depois, a emissora se tornaria a mais lucrativa de Santa Catarina (CRUZ, 1996, p. 89-90).

A comunicação social no Vale do Itajaí, devido à imigração germânica e à estrutura hierárquica rígida das famílias que saíam do campo e transferiam-se para o meio industrial, constituiu-se desde o século XIX como um instrumento de atuação política, “uma forma de controle, de manter a disciplina e a rigidez e criar uma cultura de submissão” (CARDOSO, 2010, p. 57). A partir da fundação dos primeiros periódicos de Blumenau, o *Blumenauer Zeitung* e o *Immigrant*, respectivamente em 1881 e 1883, os imigrantes alemães legaram ao jornalismo da região características inerentes a seu próprio modo de vida e de constituição filial. A TV Coligadas, um século mais tarde, representava a continuação da tradição de um modelo “alemão” de comunicação que derivava das fábricas e permanecia preponderante em Blumenau – a despeito de um período de suspensão da circulação dos jornais redigidos em alemão durante a Primeira Guerra Mundial e da repressão contra o uso do idioma nas escolas na Segunda Guerra (SANTIAGO, 2003). A compra da emissora pelos Sirotsky em 1980 propiciou, portanto, uma articulação efetiva da família com elites industriais de origem germânica dispostas e habituadas a atuar politicamente através do controle dos meios de comunicação. Embora não estivesse nos planos dos empresários locais, a transação era um objetivo estratégico do conglomerado gaúcho, e cumpriu um papel semelhante ao que havia ocorrido em Joinville: além de ampliar o alcance da programação da RBS, possibilitou uma valiosa aproximação política, sustentada pela ambição de ambos os lados de expandir seus domínios e aumentar seu patrimônio.

A negociação fez convergir, por exemplo, os interesses da RBS com os dos herdeiros do polonês Theóphilo Bernardo Zadrozny, refugiado da Primeira Guerra Mundial e fundador da indústria têxtil Artex S/A e da Associação Comercial e Industrial de Blumenau (Acib). Seus filhos, Norberto Ingo Zadrozny e Júlio Horst Zadrozny mantiveram-se sócios da TV Coligadas quando esta passou ao controle

dos Sirotsky, em 1980. A relevância de tal vínculo justifica-se em alguma medida pela representatividade do Grupo Artex no cenário econômico do estado, mas, principalmente, pela influência política exercida pela família Zdrozny na diretoria da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc), o que propiciou uma relação mais próxima da RBS com o setor industrial e reforçou sua afinidade com o Poder Executivo estadual – Norberto Ingo Zdrozny fora secretário do Gabinete do Planejamento e Coordenação Geral (Gaplan) no governo de Jorge Konder Bornhausen (1979-1982) e havia integrado o primeiro diretório do Partido Democrático Social (PDS) em Blumenau após a dissolução da Arena (DE MARCO, 1991, p. 110).

Na lista de sócios minoritários da TV Coligadas que passariam a ter vínculo direto com a RBS após a venda, também constava o nome de Aderbal Ramos da Silva, governador de Santa Catarina entre 1947 e 1951, que representava na emissora o poder de influência do Grupo Hoepcke. O político era esposo de Ruth Hoepcke da Silva, herdeira do alemão naturalizado brasileiro Carl Hoepcke, fundador da Fábrica de Rendas e Bordados Hoepcke em 1883, a qual possuía cem anos depois uma unidade industrial superior a 10 mil metros quadrados, além de fábricas de gelo, de pregos, e uma companhia de navegação. Após o casamento, Aderbal Ramos da Silva passou gradativamente a administrar os negócios da família do sogro Carlos Hoepcke Júnior, e foi o responsável por transformar a Casa Bancária Hoepcke, em 1952, no Banco do Estado do Paraná e no Banco do Estado de Santa Catarina. A manutenção do nome do ex-governador entre os sócios da emissora não apenas assegurou à RBS a continuidade de sua relação amistosa com a família Ramos, mas também simbolizou a construção de um dos mais importantes laços do conglomerado com a elite político-empresarial e financeira da região.

Além do Grupo Hoepcke e da Artex S/A, a Fábrica de Tecidos Carlos Renaux estava, da mesma forma, representada no quadro societário da TV Coligadas. Após a venda da emissora para a RBS, mantiveram-se como sócios os herdeiros Carlos Cid Renaux, Gabriele Renaux, Ilka Maria Renaux Niemeyer, Ingo Arlindo Renaux e João Carlos Renaux Bauer. Os proprietários da primeira indústria têxtil de Brusque, de origem polonesa, também participaram da formação do PDS no Vale do Itajaí, e Carlos Cid Renaux foi um dos mais

importantes presidentes do diretório municipal do partido na década de 1980 (DE MARCO, 1991).

Após a venda da TV Coligadas, restavam sob o controle de Mário Petrelli o *Jornal de Santa Catarina*, a Rádio Diário da Manhã, a Rádio Cultura de Chapecó e um conjunto de pequenas rádios de Chapecó e Blumenau, além da TV Cultura de Chapecó, que começaria a funcionar apenas em abril de 1982, e da TV Cultura de Florianópolis, que transmitia uma programação local com custos reduzidos e baixos índices de audiência – “isso significa que, no seu segundo ano, a RBS reinou sozinha, sem concorrentes” (CRUZ, 1996, p. 90).

Cabe ressaltar que Petrelli não havia abdicado do plano de montar a RCTV até o final de 1982. O empresário utilizou o dinheiro da venda da TV Coligadas para transformar a TV Cultura de Chapecó em uma emissora com capacidade para cobrir 66 municípios, exibindo a programação do recém-lançado Sistema Brasileiro de Televisão (SBT). Mesmo com uma estrutura moderna e com equipamentos equivalentes aos que dispunha a RBS, porém, Petrelli colocou à venda suas duas emissoras de televisão, alegando que a audiência estava habituada a assistir à Globo e que não havia como competir com os Sirotsky no estado. Assim, a RBS comprou a TV Cultura de Chapecó, e Dilor Freitas, proprietário da TV Eldorado de Criciúma, comprou a TV Cultura de Florianópolis. Para legalizar a transação, foi necessário separar juridicamente a rádio e a TV Cultura de Florianópolis da TV Cultura de Chapecó – esta passou a se chamar, então, TV Chapecó, e 87% de seu capital social seria transferido a Maurício Sirotsky Sobrinho em 1985 (Ibidem, p. 92-93).

### **2.3. O favorecimento a Esperidião Amin na disputa com Jaison Barreto em 1982**

A exibição de programas ao vivo para todo o país, propiciada por um contrato assinado por Roberto Marinho junto à Embratel em 1981, contribuiu para um aumento progressivo do número de espectadores e para o barateamento das operações das afiliadas da Rede

Globo, que dispunham de tecnologias e reservas de capital cada vez mais díspares em relação às emissoras concorrentes. Assim, em quatro anos, com a conquista da TV Santa Catarina, da TV Coligadas e da TV Chapecó<sup>61</sup>, a RBS “completou, em termos de cobertura televisiva, o território catarinense” (PEREIRA, 1992, p. 146): instalou estações geradoras nas três principais cidades do interior e assumiu a liderança de audiência em todas as regiões. Além disso, como foi mencionado, os Sirotsky tornaram-se sócios das principais lideranças político-empresariais do estado, adquirindo um notório poder de influência no território catarinense nos anos derradeiros da ditadura militar.

A Nova Lei Orgânica dos Partidos (NLDP), que entrou em vigor em dezembro de 1979, extinguiu a Arena e o MDB, simbolizando o início de um processo de abertura que levaria à derrocada do regime autoritário. Os membros do antigo bloco governista, então, migraram para uma nova sigla, PDS, para desassociar gradativamente sua imagem das medidas impopulares tomadas pelos militares. Os correligionários do MDB, por sua vez, apenas acrescentaram a palavra “partido” à frente do nome do movimento, para evitar a descaracterização e a dispersão de suas demandas (DE MARCO, 1991, p. 73). Assim, no início da década de 1980, o PDS e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) tornaram-se automaticamente os maiores partidos brasileiros.

Os pesquisadores Sérgio Capparelli e Venício de Lima sustentam que, embora aquele fosse um período de declínio e impopularidade da ditadura, não havia condições para que a televisão se tornasse mais crítica e plural, justamente devido ao alastramento dos sistemas de afiliação encabeçados pela Rede Globo. Assim, o sucesso obtido por empresas como a RBS, atreladas a grandes redes nacionais, manteve as programações regionais condicionadas aos interesses do governo federal e das elites que compunham os quadros societários das emissoras televisivas, trazendo consigo nada mais que “uma disciplina

---

<sup>61</sup> A compra da TV Chapecó foi oficializada em 15 de outubro de 1982, e a emissora passou a integrar oficialmente a RBS a partir de 1º de janeiro de 1983. Na mesma negociação, Mário Petrelli também decidiu vender à RBS o Rádio Diário da Manhã em suas frequências AM e FM – a partir de 1996, elas passariam a se chamar, respectivamente, CBN Florianópolis e Rádio Itapema (SCHIRMER, 2002, p. 109).

mais flexível” (CAPPARELLI; LIMA, 2004, p. 79). O conglomerado gaúcho, aliás, mesmo após obter a licença para operar o canal 12 de Florianópolis, continuava renovando sua credibilidade junto aos governos militares: em 6 de novembro de 1980, o SNI recebeu um comunicado do Ministério das Comunicações (**ver Anexo D**) notificando que, duas semanas antes, Fernando Ernesto de Souza Corrêa havia dispensado 21 funcionários da Rádio e Televisão Gaúcha S/A por serem “considerados esquerdistas” ou “em consequência de movimentos de paralisação e agitação” (BRASIL, 1980, p. 1-2). Entre os demitidos havia quatro repórteres, dez redatores, um editor, um supervisor, um chefe de reportagem e um assistente de coordenação. Sobre as razões que motivaram a produção do referido documento, há pelo menos duas hipóteses: ou a RBS estava de fato colaborando para eliminar sistematicamente das redações os “inimigos” do regime, ou a justificativa da demissão dos trabalhadores por justa causa foi forjada para reafirmar a confiança das autoridades. O depoimento de Eduardo Meditsch <sup>62</sup>, ex-chefe de reportagem da Rádio Gaúcha citado nominalmente no documento enviado ao SNI, indica que as duas hipóteses podem ser complementares:

Tinha uma turma realmente de esquerda que trabalhava na Rádio Gaúcha, sob coordenação do Ruy Carlos Ostermann, que vinha da *Folha da Manhã*. (...) Aí, chegou um momento em que pediram para ele fazer um corte dramático de pessoal. Anunciaram que iam demitir metade da redação e, então, se criou um clima de terror, porque a gente não sabia quem ia sair. (...) Até que um dia a gente decidiu parar, fazer uma greve para negociar isso com a empresa, com o Jayme Sirotsky. E então ele decidiu demitir por justa causa todo mundo que tinha parado de trabalhar. (...) Tinha essa pressão permanente dos “milicos” em cima deles, mas, quem sabe, oportunisticamente, eles também tenham aproveitado a situação para fazer uma média com a ditadura, dizendo: “ei, olha só, botamos os esquerdistas *pra rua*”. (MEDITSCH, 2015)

---

<sup>62</sup> Eduardo Meditsch trabalhou na Rádio Gaúcha entre 1977 e 1980.

Fernando Ernesto Corrêa afirma que não se recorda de ter enviado aquele comunicado ao SNI, mas reconhece: “talvez tenhamos feito isso em alguma negociação, porque às vezes os militares pediam mesmo a cabeça de alguém que na época fosse comunista, subversivo” (CORRÊA, 2015). Apesar da imagem de profissionalismo atribuída à RBS, é presumível que o conglomerado atuasse a mercê do interesse dos governos militares no começo da década de 1980 também em Santa Catarina, punindo, se necessário, os jornalistas que se recusassem a assumir uma postura favorável à ditadura. A parcialidade sistemática dos noticiários, embora pudesse ser ocultada em reportagens isoladas, ficaria evidente nos momentos de maior polarização política, como durante a cobertura de processos eleitorais.

Foi o que aconteceu, por exemplo, em 1982. As eleições gerais de novembro daquele ano seriam as primeiras realizadas após a entrada da RBS em Santa Catarina e colocariam em xeque as ideias de neutralidade e desvinculação partidária que haviam legitimado o lançamento da TV Catarinense. No pleito, estava em vigor o chamado voto vinculado: os eleitores deveriam escolher candidatos do mesmo partido para os cargos de governador, senador, deputado federal e estadual, sob pena de anulação do voto. Embora fosse de conhecimento público que os meios de comunicação assumidamente partidários, como o jornal *O Estado*<sup>63</sup>, apoiariam desde o início de suas coberturas os candidatos do PDS – Esperidião Amin, para o governo, e Jorge Bornhausen, para o Senado –, havia certa expectativa da sociedade civil por uma cobertura isenta e independente da TV Catarinense, da TV Santa Catarina e da TV Coligadas, em nome da credibilidade e do discurso de independência da RBS.

Moacir Pereira era o principal comentarista político da RBS em Santa Catarina no início da década de 1980. Ele admite que havia preferência do conglomerado gaúcho pela candidatura de Esperidião Amin, em detrimento de seu oponente no segundo turno, Jaison Barreto (PMDB):

---

<sup>63</sup> O jornal *O Estado de Santa Catarina* pertencia juridicamente à Companhia Farebo, empresa da família Hoepcke, cujos herdeiros foram citados neste capítulo como sócios dos Sirotsky na TV Coligadas, de Blumenau.

Eu participei ativamente daquela cobertura, como comentarista da TV Catarinense, e numa retrospectiva preciso reconhecer que, se não houve uma parcialidade plena, houve fatores que favoreceram sem dúvida nenhuma a candidatura do Amin. Havia realmente algum tipo de simpatia, até da direção [da RBS], pela candidatura do Esperidião Amin. Porque o Jaison [Barreto] tinha um discurso muito contundente, muito forte, de reformas profundas, e talvez isso não o tenha ajudado. (...) O Jaison era um candidato que assustava muito. (...) O Esperidião [Amin] e o partido dele, por outro lado, sempre tiveram uma relação muito forte com a RBS, com toda a direção da empresa, e com os jornalistas que trabalhavam lá<sup>64</sup>. (PEREIRA, 2014)

Meses antes das eleições, Moacir Pereira havia sido nomeado pelo governador Henrique Córdova, do PDS, para o cargo de Procurador da Fazenda junto ao Tribunal de Contas, o que, somado à simpatia da direção da RBS por Esperidião Amin, possivelmente dissuadia o jornalista de exprimir sua admiração pelo candidato do PMDB. A TV Catarinense veiculava os comentários de Pereira ao meio-dia e, em suas intervenções, ele costumava tecer elogios à postura de Amin e criticar o “radicalismo” de Jaison (AGUIAR, 1995). Em entrevista, o próprio Moacir Pereira ressalta uma série de méritos do candidato do PMDB que, devido ao conflito de interesses, eram omitidos de seus discursos na emissora da RBS:

Ele [Jaison Barreto] era brilhante, inteligente. Era um político muito voltado para o interesse público, tinha muita sensibilidade, teve uma

---

<sup>64</sup> Nelson Pacheco Sirotsky admite que as relações entre Amin e a empresa eram “excelentes”, e menciona outros dois políticos que souberam tirar proveito do “novo momento da comunicação em Santa Catarina”, representado, segundo ele, pela entrada da RBS em Florianópolis: “Além do Amin, os ex-governadores Jorge Bornhausen e Luiz Henrique da Silveira, mais tarde, foram dois que souberam lidar muito bem com esse novo momento, e passaram a utilizar os meios de comunicação da melhor forma, editorialmente e publicitariamente” (SIROTSKY, 2015).

formação muito boa, em todos os aspectos: sociológico, filosófico, ético... e tinha independência, o que era mais importante. (PEREIRA, 2014)

Segundo Aguiar (1995), Moacir Pereira teria se desculpado, em um encontro posterior com Jaison Barreto, pela suposta “manipulação de informações” realizada durante a campanha de 1982.

Assessor de imprensa da candidatura de Jaison Barreto, Renan Antunes de Oliveira participou da edição dos jornais *A mudança*, *Tá na hora de mudar*, e *Lutas da maioria*, em oposição às oligarquias do estado. Ele relata que a militância do PMDB havia tentado contratar outros jornalistas para realizar aquela função, mas era difícil encontrar profissionais dispostos a enfrentar a RBS e as candidaturas de Amin e Bornhausen.

O Jaison Barreto representava de fato as esquerdas do estado, mas nenhum jornalista queria trabalhar na campanha deles. Todo mundo estava do lado do governo! O meu amigo Moacir Pereira mesmo, sempre trabalhou nessa vertente do jornalismo ligado às oligarquias. (...) Fomos eu e o professor Adelmo Genro Filho que escolhemos o nome do jornal *Lutas da maioria*. Eu queria colocar o “maioria” e ele, o “lutas”. Aí, ficou assim. (...) Naquela ocasião, nós chegamos a discutir no comitê de campanha que a única alternativa era tirar a RBS do ar. Eu sugeri até que a gente passasse de carro no morro e jogasse um coquetel *molotov* em cima, para tirar eles do ar uns 15 dias antes da eleição! Mas acharam que era loucura. (...) A esquerda catarinense sempre ficou esperando o profissionalismo, a seriedade e a isenção, aquela coisa toda. (OLIVEIRA, 2015)

De acordo com o jornalista – que três anos mais tarde seria contratado como chefe de reportagem do *Diário Catarinense* –, o apoio das redes de televisão vinculadas à RBS não era explícito no início da campanha eleitoral de 1982, o que tornava a estratégia ainda mais eficiente:



Era assim: seis meses antes da eleição, colocavam o candidato da oposição lá em cima; conforme a coisa começava a engrossar, eles detonavam. Era aquele jogo clássico. (...) Mas, de alguma forma, a gente enfrentou naquela eleição o monopólio virtual da RBS em Santa Catarina. (Ibidem)

Esperidião Amin Helou Filho ocupava à época o cargo de Secretário de Transporte de Santa Catarina, e tornara-se conhecido nacionalmente ao assumir a Prefeitura de Florianópolis com apenas 27 anos. Em seu livro de memórias sobre os bastidores da política catarinense, Paulo Konder Bornhausen (2000) demonstra que Esperidião Amin fora indicado para assumir o cargo de prefeito com o apoio irrestrito das oligarquias estaduais, e representou desde o início de sua carreira a continuidade dos interesses conservadores em Santa Catarina.

No início da década de 1980, o PDS enfrentou um período de impopularidade no estado, devido à extenuação do próprio regime militar e a uma série de denúncias de corrupção no governo de Jorge Bornhausen, publicadas por jornais alternativos<sup>65</sup>. O PMDB, por outro lado, aglutinava desde setores moderados de oposição à ditadura e às oligarquias locais até integrantes de movimentos estudantis e sindicalistas. Este último grupo era minoritário, mas estava fortalecido por uma série de articulações com lideranças políticas nas regiões de Lages, Joaçaba e Joinville. Assim, a candidatura de Jaison Barreto representava justamente a ascensão dos setores mais progressistas do partido, embora o vice-governador da chapa fosse João Linhares, advogado e político oriundo da Arena.

O livro “Violência e golpe eleitoral: Jaison e Amin na disputa pelo governo catarinense”, publicado pelo pesquisador Itamar Aguiar em 1995, apresenta uma série de improbidades e indícios de atos de corrupção no governo de Jorge Bornhausen e descreve a atuação conjunta de uma espécie de “vanguarda dos interesses dominantes,

---

<sup>65</sup> Itamar Aguiar (1995) menciona o jornal *Afinal*, de Florianópolis, como o mais combativo naquele período. Segundo o autor, o governo Bornhausen chegou a enquadrar estudantes e repórteres na Lei de Segurança Nacional àquela época, para coibir as denúncias (AGUIAR, 1995, p. 14).

composta basicamente por lideranças de organizações de classe, intelectuais orgânicos, políticos (...) empresários comerciais e industriais” (AGUIAR, 1995, p. 182), organizada para garantir a vitória de Esperidião Amin no pleito de 1982. No último capítulo, o autor dedica-se a analisar de que modo os veículos jornalísticos interferiram no resultado daquelas eleições; o chamado “golpe eleitoral” teria sido resultado da cooptação, para fins eleitorais, não só dos meios de comunicação, mas também dos dirigentes dos sindicatos de classe e de organismos estatais como a Secretaria Extraordinária de Comunicação Social (Secom-SC), o Banco do Estado de Santa Catarina (BESC), e o Programa Especial de Apoio à Capitalização de Empresas (Procape), por exemplo.

O favorecimento da TV Catarinense à candidatura de Esperidião Amin pode ter sido a primeira retribuição dos Sirotsky ao ex-governador Konder Reis (GOLEMBIEWSKI, 2007, p. 68), que havia desempenhado um papel decisivo para a entrada da empresa em Santa Catarina. Durante a campanha, o candidato do PDS ocupava “quase diariamente espaço nos noticiários da RBS, recebendo tratamento especial por parte do (...) diretor geral Ariel Bottaro Filho, amigo de Amin” (AGUIAR, 1995, p. 136). Além disso, deve-se considerar que alguns dos principais sócios das emissoras adquiridas pela RBS no Norte e no Vale do Itajaí, conforme descrito neste capítulo, haviam sido dirigentes ou membros do PDS, quando não fundadores de diretórios do partido em seus municípios. O ex-governador Esperidião Amin admite que o caráter predominantemente familiar da empresa pudesse provocar desequilíbrios nas coberturas jornalísticas em 1982, mas descarta ter havido favorecimento político por afinidades ideológicas: segundo ele, os interesses por parte dos empresários da mídia eram estritamente econômicos.

Minhas relações com a RBS, realmente, sempre foram muito cordiais. Mas o Ariel Bottaro Filho, por exemplo, nunca trabalhou no meu governo! Mas trabalhou no do Pedro Ivo [1987-1990], do PMDB. Então, há uma natural atração ou troca de interesses entre governos e meios de comunicação, e os interesses são sempre de natureza econômica que política. Existe muito menos ideologia e muito mais interesse. Qual a

ideologia da RBS, ou do bispo Edir Macedo<sup>66</sup>? São os seus interesses de mercado, legítimos – não ser prejudicado, não sofrer uma concorrência danosa. Vejo isso como uma coisa muito humana. (AMIN, 2015)

Enquanto Esperidião Amin assumia uma postura privatizante – autodenominada “socialdemocrata” –, entusiasta da livre iniciativa e contrária a intervenções estatais na economia, seu oponente era considerado um “contraponto ao projeto político das elites, pois baseava seu comportamento e prática política de acordo com os ideais de visão de sociedade socialista” (AGUIAR, 1995, p. 30-31).

Durante a divulgação dos votos pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE), em 1982, a estratégia das emissoras da família Sirotsky “consistia basicamente em somente divulgar com maior ênfase as urnas favoráveis ao PDS” (Ibidem, p. 174), o que pode ter sido determinante para a vitória de Esperidião Amin, segundo Moacir Pereira: “o processo de apuração das eleições aqui no estado desmobilizou o PMDB, como aconteceu em outros estados, e isso talvez tenha mudado o resultado das urnas” (PEREIRA, 2014).

A parcialidade na cobertura eleitoral somava-se, àquela altura, a uma fraude que já era esperada pelo próprio comitê de Jaison Barreto: o jornal *Mudança* anunciava desde o início da campanha que, se não houvesse fiscalização em todos os locais de votação, era presumível que o PDS obrigaria cada mesário a preencher as cédulas em branco com votos no candidato da situação (AGUIAR, 1995). Flora Neves (2008) acrescenta que a Rede Globo havia orientado suas afiliadas para interferir nas eleições para o Poder Executivo em vários estados, beneficiando em todos os casos o PDS. Assim, ao mesmo tempo em que a RBS posicionava-se favoravelmente à candidatura de Esperidião Amin, a TV Globo do Rio de Janeiro utilizava uma estratégia

---

<sup>66</sup> Fundador da Igreja Universal do Reino de Deus, o bispo evangélico Edir Macedo Bezerra é o proprietário da Rede Record, a segunda maior emissora de televisão aberta do país. Em Santa Catarina, a repetidora da TV Record é a Rede Independência de Comunicação (RIC), de Mário Petrelli, que também controla o jornal *Notícias do Dia*, concorrente do *Diário Catarinense* em Florianópolis, Joinville, no Oeste e no Vale do Itajaí.

semelhante para tentar eleger Moreira Franco, do PDS, e prejudicar a candidatura de Leonel Brizola, do Partido Democrático Trabalhista (PDT):

A candidatura de [Leonel] Brizola não agradava ao regime militar – e muito menos a Roberto Marinho. O dono das Organizações Globo tentava prejudicar Leonel Brizola sistematicamente. (...) O esquema montado em 1982 consistia em iniciar a apuração pelo interior, onde Brizola perdia antes mesmo da votação, por causa da “vinculação de votos”: o eleitor tinha de votar no mesmo partido de governador a prefeito. (...) Saturnino Braga – eleito senador na época pelo PDT – (...) conta que Brizola foi avisado pelo próprio diretor de pesquisas da Rede Globo, Homero Sanchez, de que sua eleição poderia “ser tirada”. (NEVES, 2008, p. 50-51)

Nelson Pacheco Sirotsky era quem comandava a TV Catarinense entre 1978 e 1982. Ele havia sido diretor da Rádio Gaúcha no Rio Grande do Sul, e admite que se sentia inseguro por não ter nenhuma experiência em televisão (SIROTSKY, 2015). Ao chegar a Florianópolis, todo o seu conhecimento sobre telejornalismo derivava de um estágio nos Estados Unidos e de um aprendizado intensivo junto a Walter Clark, executivo da Rede Globo que fora convencido por Maurício Sirotsky Sobrinho a receber seu filho no Rio de Janeiro para dar-lhe instruções (SCHIRMER, 2002, p. 155). Possivelmente, havia um contato direto entre Walter Clark e Nelson Sirotsky nos primeiros anos de operação da TV Catarinense, o que reforça a possibilidade de ter havido uma ação coordenada entre os dois naquelas eleições, ainda mais considerando que “Jaison era visto como um Brizola<sup>67</sup> em Santa Catarina” (OLIVEIRA, 2015). Herz (1992) enfatiza que a RBS cumpriu em Santa Catarina exatamente o mesmo papel que a Globo desempenhou no Rio de Janeiro, prejudicando uma candidatura

---

<sup>67</sup> Segundo Nelson Pacheco Sirotsky, “o Jaison Barreto jogava muito o discurso dele contra a RBS, da mesma maneira como o Brizola fazia isso contra a Rede Globo. (...) Como ele teve esse discurso muito agressivo desde o início da campanha, criou-se de certa forma um enfrentamento” (SIROTSKY, 2015).

progressista para preservar interesses oligárquicos. Conforme mencionado neste trabalho, o mesmo autor aponta que, em 1976, Maurício Sirotsky Sobrinho havia prometido apoiar os candidatos governistas nas eleições indiretas no Rio Grande do Sul (HERZ, 1992, p. 2), o que, por si só, indicava que o caráter supostamente apartidário da empresa havia sido apenas uma estratégia discursiva para garantir a inserção em Santa Catarina e cativar a audiência.

Seja por razões políticas, ideológicas ou meramente econômicas, a TV Catarinense, a TV Santa Catarina e a TV Coligadas favoreceram em 1982 o candidato que representava o bloco conservador na disputa pelo Poder Executivo local. A parcialidade na cobertura daquelas eleições robusteceu as alianças da RBS com as elites locais associadas a suas emissoras em Florianópolis e no interior, assegurou a confiança dos governos autoritários em Brasília e demonstrou que, a exemplo da Rede Globo, o grupo estaria disposto a abrir mão de sua credibilidade para posicionar-se em favor das classes dominantes que historicamente respaldam sua atuação em Santa Catarina.

Embora os noticiários e comentários veiculados pela TV Catarinense tenham beneficiado o então candidato Esperidião Amin, é possível que a maioria dos cidadãos continuasse assistindo à programação da emissora como se ela fosse mais neutra, independente e isenta que os demais meios de comunicação em atividade no estado<sup>68</sup>. A explicação para isso, segundo o pesquisador argentino Eliseo Verón (1985), é o chamado contrato de leitura<sup>69</sup>, que invariavelmente é proposto – ou imposto, em um cenário de oligopolização – pela própria mídia e “comprado” pelos consumidores de informação (VERÓN apud

---

<sup>68</sup> Ainda que a cobertura da TV Catarinense durante as eleições de 1982 não tenha provocado uma rejeição massiva a ponto de abalar os índices de audiência da emissora dos Sirotsky em Santa Catarina, Souza (1999) relata que era comum encontrar pichada em muros de Florianópolis a mensagem “RBS é PDS”. O autor reitera, no entanto, que a resistência advinha de “grupos isolados ou minoritários” (SOUZA, 1999, p. 129).

<sup>69</sup> A análise do contrato de leitura foi originalmente proposta por Eliseo Verón para complexificar as interpretações sobre funcionamento social dos enunciados em suportes impressos, e não televisivos. Considero, porém, que não há prejuízos na adaptação do conceito para o caso específico da TV Catarinense na cobertura das eleições de 1982.

LARANGEIRA, 2006, p. 98). Para estabelecer e manter esse contrato, que lhes favorece, basta que as empresas identifiquem as condições socioculturais do público e saibam se adequar a possíveis mudanças para se dirigir a ele, preservando seus objetivos e motivações – o que requer um trabalho de *marketing* eficiente, principalmente quando a atuação dos veículos contraria os pressupostos estabelecidos com o leitor ou espectador. Em Santa Catarina, uma das estratégias utilizadas pelos Sirotsky foi a adoção sistemática de bandeiras diretamente relacionadas a necessidades socioculturais imediatas de seu público. Por exemplo, a campanha de solidariedade às vítimas da enchente em 1983 e o posterior engajamento na luta pela duplicação da BR-101, que contribuiriam para preservar a ideia de defesa do interesse público acima de interesses privados ou mercadológicos. Os crescentes índices de audiência das emissoras da RBS na década de 1980 indicam que a interferência político-partidária nas coberturas não modificou o contrato de leitura, permitindo que o discurso do profissionalismo continuasse sendo reproduzido sem prejuízos à credibilidade e ao projeto de expansão do conglomerado.

O avanço dos Sirotsky rumo ao interior naquela década, além de aumentar o faturamento do conglomerado e sua capacidade de influência em processos eleitorais, cumpriu ainda uma função estratégica para a RBS e para as oligarquias catarinenses em médio prazo, possibilitando uma rearticulação gradual com as elites políticas que em 1982 haviam aderido, por algum motivo, à candidatura de Jaison Barreto. O início das operações da TV Chapecó, em outubro daquele ano, foi um caso exemplar: ao abrir as portas para um mercado de anunciantes de alto poder aquisitivo<sup>70</sup>, composto por representantes do setor agroindustrial, a emissora pôde estreitar os vínculos com empresários como Plínio Arlindo de Nês, então proprietário do Frigorífico Chapecó. Este havia sido prefeito municipal pela Arena, deputado estadual pelo PSD (1963-1966), Secretário de Negócios do

---

<sup>70</sup> Segundo Marcondes et. al. (2013), a publicidade chapecoense começou a se desenvolver a partir da década de 1980, coincidindo com a emergência da agroindústria local e a instalação da emissora dos Sirotsky no município. Uma das agências de publicidade criadas à época, Estúdio Três, contava inclusive com uma ex-produtora da RBS TV no Rio Grande do Sul, Dulcina Menegatti (MARCONDES et. al., 2013, p. 9-10).

Oeste (1969-1975) e presidente do Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (Badesc) durante o governo de Konder Reis – na segunda metade da década de 1970, ele migrara para o Partido Progressista (PP) e depois para o PMDB, e fora decisivo para a eleição de seu sobrinho Ledônio Migliorini como prefeito de Chapecó em 1982 (DE MARCO, 1991, p. 108). O apoio de Plínio Arlindo de Nês ao PMDB, contra Esperidião Amin e Jorge Bornhausen, foi considerado pelos conservadores uma das principais causas do baixo número de votos obtidos pelo PSD entre os eleitores do Oeste. A instalação da RBS TV em Chapecó, porém, estimulou a família de Nês a estabelecer vínculos comerciais com a emissora dos Sirotsky, anunciando em seus veículos, alavancando ainda mais os negócios de ambos e, gradativamente, reposicionando-se ao lado das classes dominantes de Santa Catarina<sup>71</sup> – após o fim da ditadura militar, o herdeiro Plínio Arlindo de Nês Filho, conhecido em Chapecó como “Maninho”, deu continuidade ao processo de reaproximação da família com as oligarquias estaduais; em 1995, ele seria candidato a vice-governador na chapa de Jorge Bornhausen.

Mesmo com o fortalecimento de suas relações junto às elites políticas e empresariais de Santa Catarina – fossem elas favoráveis ou não à redemocratização do país – no período de declínio da ditadura, a família Sirotsky não estava disposta a se opor aos militares antes que houvesse uma mudança de postura estratégica da Rede Globo. Há evidências de que, todas as vezes em que os governos autoritários manifestaram insatisfação com as coberturas veiculadas pela RBS no estado, os dirigentes da empresa se esforçaram para constranger seus jornalistas de modo a assegurar a confiança do regime. Essa postura ficou evidente em 31 de agosto de 1984, quando um documento endereçado à agência central do SNI relatou que, após uma reclamação do Dentel, a TV Catarinense comprometera-se a amenizar as críticas ao governo militar em sua programação:

A TV Catarinense (...) tem apresentado uma programação adversa que se resume em: emitir

---

<sup>71</sup> Possivelmente, outras razões conjunturais levaram à rearticulação política da família de Nês com as famílias tradicionais do estado. A instalação da RBS TV em Chapecó é apenas um aspecto a ser considerado.

comentários depreciativos às autoridades (...); comentários desairosos à pessoa do Presidente da República [João Figueiredo]. Nesta linha de ação, estão envolvidos o jornalista Carlos Alberto Silveira Lenzi (Presidente da OAB/SC, esquerdista) (...) e Moacir Pereira (simpatizante da causa comunista), ambos atuantes no programa *Jornal do Almoço* daquela emissora. Em vista destes acontecimentos, o Dentel abriu Processo de Apuração de Infração (PAI) contra a Rede Gaúcha Zero-Hora de Comunicações LTDA. (...) Ao receber as notificações, o Sr. Estácio Lemos [sic]<sup>72</sup>, representante da entidade, telefonou para o Diretor Regional do Dentel em Florianópolis/SC prometendo que iria “segurar seus atletas” (...), a fim de abrandarem seus pronunciamentos. Desde então, observou-se que tal atitude surtiu efeitos positivos, pois os comentários dos jornalistas tornaram-se mais amenos. (BRASIL, 1984, p. 3-5)

Em depoimento, Nelson Pacheco Sirotsky defende que a TV Catarinense foi inaugurada em um período de abertura política e distensão do regime autoritário, e nega enfaticamente que a emissora tenha recebido qualquer advertência ou orientação de órgãos governamentais: “Não tivemos nenhum problema com o regime militar. (...) Jamais houve uma solicitação da parte deles para veicular ou deixar de veicular alguma coisa na TV” (SIROTSKY, 2015).

---

<sup>72</sup> O redator do texto certamente se refere a Estácio Ramos, então diretor superintendente da RBS em Santa Catarina.



### **3. O lobby da RBS no Congresso Nacional ao final do regime militar**

As mudanças no cenário político brasileiro na segunda metade da década de 1980, estimuladas pela derrocada da ditadura militar e pela promulgação de uma nova Constituição Federal, não podem ser compreendidas sem uma análise do papel desempenhado pelos principais conglomerados midiáticos do país. Embora beneficiados pelo regime autoritário, eles viram-se incapazes de evitar a abertura política e passaram a lançar mão de seu poder de influência para garantir a preservação dos interesses empresariais, restringindo as possibilidades de regulação do Estado sobre a propriedade dos meios de comunicação. Neste capítulo, disserto especificamente sobre a atuação estratégica da RBS nos debates da Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação da Assembleia Nacional Constituinte, propiciada por um histórico de inserção de seus dirigentes em associações corporativas desde o golpe civil-militar de 1964. Descrevo ainda as implicações de acontecimentos relevantes para a trajetória da empresa que ocorreram naquela época, como o lançamento do *Diário Catarinense*, a morte de Maurício Sirotsky Sobrinho e a nomeação de Antônio Carlos Magalhães como ministro das Comunicações.

#### **3.1. A midiaticização da cidadania e o lançamento do *Diário Catarinense***

A despeito da parcialidade da Rede Globo e de suas afiliadas durante as disputas eleitorais para os cargos de governador e senador em 1982, o PMDB conseguiu eleger dez candidatos para o Poder Executivo, inclusive em estados onde a vitória parecia improvável, como São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Antes mesmo da organização do movimento “Diretas Já!”, a inflação e a recessão econômica do país, agravadas pelas medidas impostas pelo ministro do Planejamento, Mário Henrique Simonsen, sinalizavam que o colapso do regime estava próximo. Aos problemas econômicos, somava-se a tendência de abertura política no continente – os generais brasileiros “tinham sido os primeiros a inaugurar o ciclo na América do Sul e estavam sendo os últimos” (CAPPARELLI; LIMA, 2004, p. 77). É relevante considerar

ainda que os Estados Unidos, embora houvessem financiado muitos dos golpes cívico-militares na América Latina, passaram a apoiar o fim das ditaduras a partir da década de 1980, precisamente porque muitos daqueles governos haviam assumido um caráter nacionalista e neopopulista (LOWY, 1999), defendendo a estatização de empresas e recursos naturais – ferro na Bolívia, petróleo no Equador e no Peru, por exemplo –, o que se opunha aos interesses intervencionistas do então presidente Ronald Reagan (CASANOVA, 1986).

O prenúncio da queda da ditadura no Brasil reforçou a necessidade de mudanças estratégicas nos setores de *marketing* e comunicação externa das empresas jornalísticas. As iminentes transformações no cenário político brasileiro exigiam que a atuação dos veículos estivesse respaldada não apenas pelo poder público, mas, cada vez mais, pelo mercado – ou seja, pelos próprios espectadores. Em outras palavras, como os privilégios da RBS junto aos governos para a obtenção de concessões e autorizações poderiam ser comprometidos em poucos anos, tornou-se prioridade o investimento em campanhas que reforçassem o sentimento de identificação do público com a marca, para que os índices de audiência atraíssem novos anunciantes e para que a estima da comunidade fosse, em última instância, o sustentáculo do prosseguimento de suas operações após o fim do regime militar:

O *marketing* da RBS (...) foi além das boas relações com a estrutura de poder governamental. Muito cedo, a RBS parece ter entendido que a correlação de forças que a originou não seria eterna e que era preciso suscitar a aceitação e a simpatia da “comunidade”, o que crescia de importância na medida em que o país se democratizava. (HERZ, 1992, p. 1)

Esse processo foi mais evidente em Santa Catarina que no Rio Grande do Sul, devido à resistência imposta por grupos da sociedade civil, insatisfeitos com a entrada de um grupo gaúcho no espectro televisivo local na segunda metade da década de 1970. A estratégia de “migmatização da cidadania” (DOURADO, 2011), adotada então pelos

dirigentes da RBS em Florianópolis, era utilizada pela Rede Globo<sup>73</sup> desde seus primórdios como uma via de mão dupla: a programação atraía anunciantes, porque o localismo e as ações de caráter filantrópico cativavam e comoviam o público, e ainda colaborava para melhorar a imagem da empresa, que passou a ser associada a ideias positivas como a solidariedade e o altruísmo. Assim,

(...) as ações de *marketing* e *merchandising* social desenvolvidas pela TV Globo terminam por colaborar com o *status quo* do sistema capitalista contemporâneo. (...) Sua performance como mediadora das causas sociais está irremediavelmente impregnada por seus interesses como organização industrial de cultura, atenta mais à concorrência do que às demandas das coletividades. Além da pulverização, se restringe à transmissão de informações, sem avançar rumo no aprofundamento as discussões temáticas sobre a vida dos cidadãos e suas relações com os outros, com o Estado, com as instituições e com o mercado. (DOURADO, 2011, p. 332-334)

O formato e a linguagem dos programas veiculados diariamente na TV Catarinense manifestavam o anseio da RBS de ser reconhecida como um espaço de vinculação e mobilização da comunidade. Nesse sentido, Souza (1999) menciona a importância do Jornal do Almoço, exibido em Florianópolis desde 5 de novembro de 1979, e ressalta que “foi a partir desse tipo de programa que a RBS passou a consolidar sua filosofia de ‘empresa da comunidade’” (SOUZA, 1999, p. 171). Porém, assim como a Rede Globo se auto referenciava como “local de encontro da cidadania em sua programação, ao moldar um espaço público no qual os cidadãos participam (...) do debate sobre problemáticas de cunho social” (DOURADO, 2011, p. 335) sem abdicar de campanhas com apelo mais direto como o *Criança Esperança*, por exemplo, a RBS

---

<sup>73</sup> A primeira metade da década de 1980 caracterizou-se por uma aproximação ainda maior entre os setores de *marketing*, *design* e propaganda da RBS e da Rede Globo. Em 1º de outubro de 1983, por exemplo, o conglomerado gaúcho lançou um novo padrão visual criado pelo *designer* Hans Donner, o mesmo que era responsável pelas vinhetas, cenários e peças de abertura dos principais programas da emissora de Roberto Marinho (FERRARETTO, 2007, p. 216).

também passaria a adotar suas próprias bandeiras fora da grade de programação jornalística tradicional, conforme as demandas locais<sup>74</sup>.

A Fundação RBS, pessoa jurídica de direito privado e sem fins lucrativos criada em 1982, formalizou a pretensão de Maurício Sirotsky Sobrinho de investir em projetos sociais de caráter filantrópico, direcionados inicialmente à efetivação dos direitos de crianças e adolescentes no Rio Grande do Sul – no ano seguinte, a resposta positiva da população catarinense às campanhas de socorro às famílias prejudicadas pelas enchentes no Vale do Itajaí demonstraria a efetividade de iniciativas daquela natureza (CRUZ, 1996, p. 122-123). Desde então, é consenso entre os Sirotsky que “tais projetos de ‘responsabilidade social’ legitimam o papel das empresas como atores sociais diretamente envolvidos na política estatal” (PETRARCA, 2007, p. 101). Por isso mesmo, no final daquela década, a entidade seria ampliada e transformada em uma agência de fomento para projetos de caridade e de desenvolvimento econômico e social (SCHIRMER, 2002, p. 144-145), rebatizada de Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho (FMSS) após a morte do fundador, sob a presidência da viúva Ione Pacheco Sirotsky.

De acordo com Gramsci (1979), certa “capacidade organizativa” – como a que a RBS passou a desempenhar através da FMSS – é inerente às elites empresariais e, embora sejam comumente compreendidas estratégias para que seu exercício pareça isento de

---

<sup>74</sup> A principal bandeira assumida pela RBS desde sua entrada em Santa Catarina foi a adesão à campanha pela duplicação da BR-101, na região litorânea do estado, a partir de 1994. Quando Cláudio Thomas foi nomeado editor-chefe do jornal *Diário Catarinense*, quatro anos depois, as coberturas sobre o tema continuavam sendo priorizadas, a pedido da direção da empresa: “As bandeiras sempre tinham duas vertentes: uma publicitária e outra editorial. (...) Em meus tempos de *Diário Catarinense*, foram feitas mais de 200 matérias sobre a duplicação da BR-101. O Pedro Sirotsky, que era então o vice-presidente, havia determinado aquela bandeira a partir de uma mensagem que tinha sido enviada por uma leitora, sugerindo um abaixo-assinado. (...) A campanha deu tão certo que levamos o abaixo-assinado até o então presidente Fernando Henrique Cardoso, e ele assinou. (...) A RBS trabalha muito com bandeiras, e a duplicação da BR-101 foi a maior delas. Serviu de inspiração para as demais”. (THOMAS, 2015)

qualquer outro interesse, o desenvolvimento de tal capacidade está necessariamente vinculado à disputa da hegemonia:

Os empresários – se não todos, pelo menos uma elite deles – devem possuir a capacidade de organizar a sociedade em geral, em todo o seu complexo organismo de serviços, inclusive no organismo estatal, em vista da necessidade de criar as condições mais favoráveis à expansão da própria classe. (GRAMSCI, 1979, p. 4)

As bandeiras assumidas pela RBS em Santa Catarina durante a ditadura militar respondiam tão-somente a demandas que não questionassem o papel do Estado nem alterassem a estrutura de poder, como a *Campanha do Agasalho* ou a *Cadeia de Solidariedade* em favor das famílias afetadas pelas enchentes de 1983. Segundo a pesquisadora Maria Rita Kehl (1986), as campanhas lançadas pela TV Globo durante a década de 1970 – *Guie sem ódio*, *Ler é viver* e *Férias de verão* – obedeciam à mesma lógica de mitificação e de valorização da imagem empresarial, sem jamais estimular protestos contra o autoritarismo e as desigualdades sociais fomentadas pelo regime militar. Ao desviar-se de um debate político mais amplo, investindo em demandas difusas, específicas e desvinculadas entre si (DOURADO, 2011), a emissora de Roberto Marinho reproduz uma visão reducionista de divisão da sociedade entre “necessitados e caridosos, os que precisam de ajuda e os que podem ajudar, sendo a justiça social consequência imediata da coordenação desses vetores contrários” (KEHL, 1986, p. 235-236). O respaldo da mídia a movimentos que reivindicassem transformações estruturais só se justificaria quando a transição política fosse considerada inevitável ou benéfica aos interesses dos proprietários dos veículos de comunicação; é o que explica o apoio tardio da Globo e de suas afiliadas à campanha por eleições diretas no país. A adesão da emissora de Marinho ao movimento “Diretas Já!”, após meses de silêncio nas programações<sup>75</sup>, serviu para ilustrar em 1984 a mudança de

---

<sup>75</sup> Um dos acontecimentos mais emblemáticos foi a cobertura de um comício realizado na Praça da Sé, em São Paulo, em janeiro de 1984; o principal telejornal da Rede Globo noticiou o evento como parte das comemorações ao aniversário da cidade. Naquela noite, esta foi a “cabeça” – texto de abertura da reportagem televisiva – lida pelos apresentadores do Jornal Nacional: “Festa

postura do setor empresarial em relação à ditadura militar, que seria determinante para o fim do regime no ano seguinte:

O movimento social pelas eleições diretas colocou o proprietário Roberto Marinho numa situação delicada. Ideologicamente, ele poderia continuar aliado aos militares; economicamente, porém, essa posição estava lhe causando constrangimentos e perdas de receita. Quem estava em São Paulo nessa época, poderia ouvir, no Parque do Anhangabaú, quase 1,2 milhão de pessoas escandindo em uníssono “O povo não é bobo, abaixo a Rede Globo”. E esse mais de um milhão de pessoas repetiu-se em outras cidades, clamor sem precedentes da sociedade civil, tendo também explicitamente a Rede Globo como alvo. (CAPPARELLI; LIMA, 2004, p.77-78)

De maneira análoga, o relacionamento entre Maurício Sirotsky Sobrinho e os representantes da ditadura começou a ser impactado no Sul do país pelo mesmo dilema, e há evidências de que os próprios militares tentaram preservar uma postura favorável dos veículos da RBS à continuidade do regime. Em 20 de setembro de 1983, por exemplo, em plena crise dos governos autoritários, Maurício Sirotsky Sobrinho recebeu a medalha da Ordem do Mérito Aeronáutico (OMA) com o grau de Oficial<sup>76</sup>, que simbolizava o reconhecimento das Forças Armadas pelos serviços prestados por militares e civis no exercício de sua profissão. É relevante considerar que, naquela ocasião, se atribuiu ao fundador da RBS a mesma condecoração que havia sido entregue a membros das oligarquias catarinenses que representaram diretamente os governos militares no estado – Antônio Carlos Konder Reis recebera a distinção em 1973 e Jorge Bornhausen, em 1980. No entanto, apesar dos esforços de conciliação, não havia condições para o prosseguimento da

---

em São Paulo. A cidade comemorou seus 430 anos com mais de 500 solenidades. A maior foi um comício na Praça da Sé.” (MEMÓRIA GLOBO, 2004, p. 157).

<sup>76</sup> A lista completa dos cidadãos agraciados com a Ordem do Mérito Aeronáutico, atualizada em 2014, está disponível em: [http://www.fab.mil.br/files/agraciados\\_omerit\\_aero.pdf](http://www.fab.mil.br/files/agraciados_omerit_aero.pdf). Acesso em: 11 mar. 2015.

ditadura, ainda mais depois que as manifestações por eleições diretas passaram a ser transmitidas pela TV Globo e suas afiliadas<sup>77</sup>.

O respaldo das principais redes de comunicação do país ao movimento “Diretas Já!” trazia consigo um conflito de interesses bastante objetivo: Tancredo Neves, candidato que pretendia fazer oposição à ditadura militar, havia garantido ao deputado Fernando Cunha (PMDB-GO) que revisaria os critérios de distribuição de concessões de radiodifusão ao final do governo do general Figueiredo (LIMA, 2008). Contudo, segundo a análise de Venício de Lima, é presumível que ele “não teria conseguido evitar algum tipo de compromisso ou acordo com o *status quo* da comunicação no país” (Ibidem, 2011, p. 54), dadas as alianças que o permitiram ser indicado à Presidência da República<sup>78</sup>. O autor lista uma série de evidências da improbabilidade de mudanças significativas naquele período:

---

<sup>77</sup> Entre os veículos da RBS, o primeiro editorial que expressou literalmente um posicionamento favorável às eleições diretas foi veiculado somente em 1987, quatro anos após o início do movimento “Diretas Já!”. O texto, intitulado “O único caminho: eleições em 88”, foi publicado na *Zero Hora* em uma quarta-feira, 11 de novembro, e mencionado no mesmo dia durante o programa *Jornal do Almoço*. O teórico da comunicação *Ciro Marcondes Filho* salienta que, como 90% dos brasileiros haviam se posicionado favoravelmente às eleições diretas, o veículo que não estivesse em sintonia com a “voz das ruas” colocaria em risco sua credibilidade – a qual, no jornalismo empresarial, traduz-se em lucro: “Também as redes de televisão tiveram que mudar, não porque o público impôs, mas porque perdiam credibilidade e audiência, ou seja, seu subproduto (telejornal) não era mais ‘comprado’. O lucro, portanto, impôs a virada, a ponto de não atenderem (...) as ‘recomendações’ do Planalto para não darem destaque às passeatas” (MARCONDES FILHO, 1989, p. 172).

<sup>78</sup> Um dos intérpretes mais lúcidos daquele período, *Florestan Fernandes* (1986) afirma que a vitória de Tancredo Neves nas eleições indiretas representou o apogeu de um processo de conciliação entre o Estado e os empresários que supostamente haviam “rompido” com a ditadura militar – dentre os quais, os proprietários dos principais jornais e emissoras de rádio e televisão do país. “A conciliação ainda corre solta, conta com os trunfos mais fortes dos ‘empresários representativos’ (...). Os meios de comunicação de massa concorrem especialmente para aumentar as confusões e as ambiguidades da

No mesmo dia de sua consagração pelo Colégio Eleitoral, ele [Tancredo Neves] almoçou em Brasília na casa do diretor regional da Rede Globo de Televisão em companhia do presidente das Organizações Globo, Roberto Marinho, e do senador Antônio Carlos Magalhães (...), posteriormente indicado para seu ministro das Comunicações. Ademais, foi mantido no cargo o senhor Rômulo Furtado, todo poderoso secretário-geral do Ministério das Comunicações por dois governos no período autoritário e figura sobre a qual circulam suspeitas de ligações com a Rede Globo. (LIMA, 2011b, p. 54-55)

A historiadora Marialva Barbosa (2004) argumenta que a morte de Tancredo Neves em abril de 1985, antes de sua posse, foi apropriada pela Rede Globo como espetáculo midiático. Como seu sucessor automático na Presidência da República seria o vice José Sarney, ex-presidente da Arena e do PDS, sabia-se de antemão que aquela transição seria “segura” para os interesses conservadores. Ciente de que Sarney não promoveria rupturas na estrutura política e econômica do país, a Rede Globo decidiu não mais ignorar o clamor popular pelo fim da ditadura e aderiu ao processo de mudança precisamente a partir do funeral de Tancredo Neves:

A emissão do Jornal Nacional, principal jornal da televisão brasileira, de 21 de abril de 1985, (...) construiu a narrativa em torno desse acontecimento, promovendo uma espécie de suspensão do tempo. Durante horas, o público pôde acompanhar o cortejo, o velório e o sepultamento do primeiro presidente brasileiro civil depois de mais de 20 anos de ditadura militar, como havia acompanhado, durante mais de um mês, a agonia em torno da sua doença. (...) Na construção engendrada para o anúncio da morte, o início da promulgação de uma nova era: a Nova República. (BARBOSA, 2004, p. 64, 65)

---

situação, alimentando a continuidade do ‘espírito de conciliação’” (FERNANDES, 1986, p. 73-74).



A construção de uma narrativa que proclamasse a partir de então a abertura política definitiva do Brasil fundamentou-se sobre razões mercadológicas, e não transformou as afiliadas da Globo em opositoras aos governos conservadores<sup>79</sup> a partir de 1985. Pelo contrário, as relações amigáveis com as elites foram revigoradas, assegurando privilégios para ambos os lados. O episódio que ilustra mais nitidamente a afluência dos interesses da RBS e dos poderes políticos locais naquele período aconteceu em março de 1986, quando Jorge Bornhausen, então ministro da Educação, convidou Maurício Sirotsky Sobrinho para candidatar-se a governador do Rio Grande do Sul pelo Partido da Frente Liberal (PFL)<sup>80</sup>. Segundo Schirmer (2002), o convite foi feito por telefone, e Sirotsky aguardava um encontro presencial para comunicar que aceitaria a proposta:

Lideranças de vários partidos, desde o governador Jair Soares ao PMDB, asseguraram apoio à iniciativa, que acabou tendo o aval do presidente José Sarney. (...) Num domingo do fim de verão de março, como habitualmente acontecia quando a família estava na cidade, Maurício e Ione reuniram os filhos, noras e genros, num almoço seguido de uma longa conversa, que naquele dia não teve a presença dos netos. Maurício revelou então os contatos que vinha mantendo com lideranças políticas, entre as quais o próprio presidente José Sarney, que lhe telefonara na véspera oficializando o convite para se candidatar ao Palácio Piratini, com o apoio, praticamente, de quase todos os partidos. (...) No debate que se seguiu, (...) acabou prevalecendo a opinião de que Maurício (...) merecia a homenagem e o

---

<sup>79</sup> Os pesquisadores Sérgio Capparelli e Venício de Lima (2004) enfatizam que “os Marinho, da Globo, tiveram sempre a capacidade de tirar o máximo proveito de uma situação política relativamente fluida, da qual participaram diretamente, para ir estendendo a sua rede de veículos de comunicação pelo país, numa mistura de sagacidade, audácia e oportunismo” (CAPPARELLI E LIMA, 2004, p. 78), aliando-se sempre aos novos governantes sem negligenciar sua faceta puramente empresarial.

<sup>80</sup> Jorge Bornhausen era então presidente nacional do PFL.

enfrentamento de um novo e diferente grande desafio. (SCHIRMER, 2002, p. 178-179)

Em depoimento a esta pesquisa, Jorge Bornhausen relembra a surpresa que o acometeu na noite de 24 de março de 1986: ao desembarcar no aeroporto de Porto Alegre, informaram-lhe que Maurício Sirotsky Sobrinho estava morto.

Fui ao Rio Grande do Sul para conversar com ele para filiá-lo ao PFL e lançá-lo como candidato a governador. Viajei para Porto Alegre, cheguei lá e ele tinha morrido. Particpei do velório. (...) Tínhamos conversado por telefone umas 48 horas antes. (...) Eu disse: “Olha, você é o elemento certo para ser candidato a governador. Vamos conversar?”. E ele disse: “Vem aqui”. (...) Ele era o dono da RBS, ele é que iria decidir se isso era bom ou não para a empresa. Se ele quisesse, ninguém poderia discutir. (BORNHAUSEN, 2015)

Nos quatro anos anteriores, Maurício Sirotsky Sobrinho havia se submetido a procedimentos quimioterápicos para neutralizar os efeitos de um tumor maligno, e morreu poucos dias após os médicos anunciarem o sucesso do tratamento. Vitimado aos 60 anos por um aneurisma descendente da aorta, ele teve seu corpo sepultado no Cemitério da União Israelita, em Porto Alegre, após velório no Palácio Piratini. Uma semana depois, Jayme Sirotsky assumiu a Presidência da RBS, e Nelson Pacheco Sirotsky e Fernando Ernesto Corrêa foram nomeados vice-presidentes; no mesmo dia, o irmão mais novo de Nelson, Pedro Sirotsky, tornou-se diretor superintendente do conglomerado, ao lado de seus cunhados Marcos Dvoskin e Carlos Melzer<sup>81</sup>.

O lançamento do *Diário Catarinense*, em maio de 1986, simbolizou o alinhamento da RBS com o bloco político conservador

---

<sup>81</sup> Marcos Dvoskin e Carlos Melzer eram os cônjuges, respectivamente, de Sonia Sirotsky Dvoskin e Suzana Sirotsky Melzer, filhas de Maurício Sirotsky Sobrinho.

após a correlação de forças que marcou o fim da ditadura militar. Chefe de reportagem do jornal àquela época, Renan Antunes de Oliveira afirma que os critérios de noticiabilidade estavam à mercê dos interesses das elites locais desde a primeira edição, e que o interesse público sucumbia a relações de poder escusas que influenciavam na elaboração de pautas e na hierarquização dos conteúdos, por ordem da direção<sup>82</sup>:

Um sábado de manhã [3 de maio de 1986], o Armando Burd [primeiro editor-chefe do *Diário Catarinense*] me disse que precisava de uma manchete para a primeira página, porque o jornal começaria a ir às bancas. Nós tínhamos um cardápio de histórias engavetadas, grandes reportagens<sup>83</sup>. (...) Foi quando eu ouvi: “Tu vai entrevistar o governador sobre um dinheiro do exterior que veio para cá”. Eu disse: “Mas esse

---

<sup>82</sup> A exemplo do que ocorrera durante a ditadura militar, o comprometimento não se dava apenas com as elites de Florianópolis, mas também incluía vínculos com políticos do interior do estado. Renan Antunes de Oliveira menciona, entre outras situações emblemáticas, uma visita sugestiva de Milton Sander, ex-prefeito de Chapecó pela Arena e então secretário estadual de Santa Catarina em Brasília, à redação do *Diário Catarinense* em dezembro de 1986. “O Milton Sander, de Chapecó, foi o único cara que eu vi entrar na redação carregando perus para distribuir entre os repórteres. E o pessoal corria para pegar! (...) Em Florianópolis mesmo, o Esperidião Amin era quem tinha essa inserção, essa capacidade. O Jorge Bornhausen nunca foi dessas coisas. São perfis diferentes” (OLIVEIRA, 2015). Nesse sentido, Sérgio Rubim, ex-editor da TV Catarinense e do *Diário Catarinense*, relata o esforço de Amin para manter uma relação próxima com os repórteres de diferentes veículos, a despeito da postura antagonista assumida por Bornhausen: “Para você ter uma ideia, o Jorge [Bornhausen] tinha me processado, mas quando eu e o Jurandir Camargo, os dois repórteres do jornal *O Estado*, estávamos para ir embora para o Uruguai, exilados, fomos até o Secretário de Transportes dele, o Esperidião Amin, para pedir um dinheiro para ir embora, na cara de pau. O Esperidião abriu a carteira, pegou um cheque, preencheu e ligou para o presidente do BESC [Banco do Estado de Santa Catarina] para atender a gente e trocar aquele cheque. Hoje, seria algo como 20 mil reais. (...) Então, o Amin se esforçava para manter essa boa relação com os repórteres, mesmo aqueles que estavam contra o governo que ele representava” (RUBIM, 2015).

<sup>83</sup> Nos três meses que precederam o lançamento oficial do *Diário Catarinense*, a equipe de reportagem produziu 49 edições-piloto que jamais circularam.

dinheiro é um empréstimo do Banco Mundial que já foi dado há muito tempo! Já foi, não vale nada!”. Mas era uma bala de prata: no primeiro número do jornal, uma manchete daquelas. (...) É óbvio que eu entendi, naquela hora, o que eles estão fazendo. (...) Fui ao Palácio e entrevistei o governador [Esperidião Amin], que estava me esperando. O discurso dele estava pronto. Ele me explicou praticamente rindo, dando a entender que logo mais iria cortar a fita inaugural do jornal, e que por isso a manchete tinha que ser dele. Ao final, disse: “Muito obrigado”. E, no fim das contas, não havia dólar nenhum: o que era para vir daquele dinheiro, já tinha vindo. Na verdade, nem fui atrás disso, não valia a pena. Era um factóide; mas tínhamos que dar a primeira manchete para o Amin. (...) E foi publicado, está lá. Eu mesmo assinei a matéria. (OLIVEIRA, 2015)

Em 4 de maio de 1986, o então governador Esperidião Amin acionou o botão da rotativa que imprimiu o primeiro tabloide diário de Santa Catarina, assistido por Jorge Konder Bornhausen e pelo vice-governador Vitor Fontana; um dia depois, a edição nº 1 do *Diário Catarinense* foi às bancas com a manchete “Liberados os dólares que SC esperava” (ver **Anexo E**) em caixa alta, exaltando a capacidade de Amin para atrair investimentos externos ao estado.

Se a editoria Política estava comprometida com interesses do poder público de Santa Catarina, o ex-repórter Rubens Lunge afirma ter desfrutado de relativa liberdade durante as coberturas policiais do *Diário Catarinense* em 1986. O jornalista sugere, no entanto, que o atrelamento gradativo do corpo editorial com “setores oficiais” começou a prejudicar seu trabalho no ano seguinte:

Todo mundo era muito novo, no começo. Mas houve um instante em que uma galera da *Zero Hora* começou a vir para cá para assumir o posto de editores, e isso mudou bastante a cara do *Diário Catarinense*. O cara que veio para cá em

1987, para assumir a editoria de Polícia<sup>84</sup>, por exemplo, andava armado na redação! O conceito dele de uma boa política era ir jantar lá com o Secretário de Segurança, era andar com o Secretário de Governo... e quem fazia isso geralmente no *Diário Catarinense* era o editor-chefe, não o responsável por uma editoria. Aliás, o Armando Burd fazia bem isso; ele era ligado ao *Rotary Club*, ao *Lions*... Mas, enfim, chegou esse outro para a editoria de Polícia, mais velho, aí era o jornal começou a reproduzir na editoria só a voz oficial, só a voz oficial... aí, eu não aguentei mais aquilo e pedi demissão. (...) Mas tudo girava em torno das boas relações, em torno do lucro. Era bem clara a mentalidade da empresa: o jornal era só o motivo para ter o anúncio, e não o contrário. (LUNGE, 2015)

O *Diário Catarinense* era então o único jornal da América Latina com uma redação totalmente informatizada, sem máquinas de escrever. Celso Vicenzi, ex-repórter da editoria Geral, relata que havia diferenças significativas em relação à rotina produtiva dos demais periódicos de Santa Catarina, principalmente pela introdução de novas tecnologias no processo de trabalho. Primeiro jornalista catarinense do novo veículo da RBS, Vicenzi foi contratado em dezembro de 1985 e ajudou a selecionar 13 repórteres para sua editoria antes que a publicação começasse a ir às bancas. Todos os profissionais que chegavam à redação, segundo ele, percebiam que havia controle da direção sobre a elaboração e execução das pautas:

Na RBS, ficava mais evidente para a redação que havia controle das pautas pela direção, pela gestão. Tudo estava sob controle dos dirigentes, nos mínimos detalhes. **Eles estavam verificando permanentemente o que os repórteres faziam,**

---

<sup>84</sup> Durante a entrevista, Rubens Lunge não foi capaz de recordar o nome do jornalista contratado para coordenar as coberturas policiais naquela ocasião. Segundo o criador da editoria, Sérgio Rubim, o editor contratado em 1987 chamava-se Betinho Hirtz – “ele tinha relação com os ‘milicos’ no Rio Grande do Sul e tinha, ele próprio, uma postura de policial” (RUBIM, 2015).

**até por ser uma coisa mais profissional. (...) No jornal *O Estado*, onde a estrutura era mais amadora, nós tínhamos bastante liberdade para propor pautas sem a pressão da direção.** A gente propunha qualquer ideia e geralmente era aprovada. (...) Não havia queixa dos jornalistas sobre isso. Mas, na RBS, como eu disse, isso era muito mais presente. (VICENZI, 2015, grifo meu)

Ao contrário do que propagandeava a RBS ao ingressar no estado, conforme proposto no capítulo inicial desta pesquisa, fica evidente no relato de Celso Vicenzi que o avanço tecnológico não está necessariamente associado à independência dos jornalistas no exercício da reportagem.

Ainda sobre o lançamento do *Diário Catarinense* e sua consolidação como líder de circulação em Santa Catarina, Renan Antunes de Oliveira ressalta que não houve dificuldades em mudar os hábitos de consumo dos leitores do estado, dada a hegemonia da RBS no setor de radiodifusão – em 1986, a família Sirotsky possuía estações geradoras de televisão em Florianópolis, Blumenau, Joinville e Chapecó, duas emissoras de rádio FM (Atlântida e Itapema) e uma AM (Diário da Manhã) em Florianópolis, além de uma emissora de rádio FM (Rádio Atlântida) em Blumenau e Chapecó. Para o ex-chefe de reportagem, além dos amplos espaços de divulgação no rádio e na TV, o sucesso comercial do *Diário Catarinense* também foi propiciado pelas relações amigáveis do conglomerado com representantes do poder político estadual, cultivadas desde o final da década de 1970:

Consolidada a vitória da direita nas eleições de 1982, com Jorge [Bornhausen] e Esperidião [Amin], a RBS viu que era o momento para chegar aqui e desembarcar com o seu jornal. O Amin era um cara de fácil trato com a imprensa, um cara que soube usar bem a imprensa dos novos tempos. (...) E, se a RBS já tinha a TV aqui, abrir o jornal era como passar a faca na manteiga! Qual o governador que, em bom senso, iria atacar a Rede Globo, que era o que eles representavam? Ainda mais o Esperidião Amin,

que já tinha sido apoiado antes, em 1982? (OLIVEIRA, 2015)

Os investimentos em publicidade para forjar certa identificação com o público catarinense também serviram como estratégia para superar o jornal *O Estado*, que era editado desde 1915 e liderava em circulação no começo da década de 1980. O primeiro colunista político do *Diário Catarinense*, Cláudio Prisco Paraíso, contratado pela RBS junto ao jornal *O Estado*, relata que a ideia inicial dos Sirotsky era comprar o título de Aderbal Ramos da Silva, e não enfrentá-lo no mercado editorial:

O que nós ficamos sabendo é que, em 1984, houve uma conversa inicial entre o Maurício [Sirotsky Sobrinho] e o [José] Comelli, mas não avançou. O Comelli dizia que o doutor Aderbal não queria vender, porque a RBS era um grupo gaúcho e tal. Aí, depois que o doutor Aderbal faleceu, em 1985, a RBS já estava se preparando pra trazer o *Diário Catarinense*, mas o Maurício voltou a procurar o Comelli, para que eles fizessem uma sociedade, porque o argumento de que o doutor Aderbal não queria já não valia mais. O Jayme [Sirotsky] também veio para cá conversar, depois veio o Nelson [Sirotsky]... chegou até a se ventilar a possibilidade de o Comelli participar na gestão do jornal *O Estado* junto com a RBS, mas ele não se entregou, talvez em respeito à vontade do doutor Aderbal. (PARAÍSO, 2015)

Diante das sucessivas negativas, a família Sirotsky decidiu repetir a tática discursiva utilizada por ocasião da disputa do canal 12 de Florianópolis: se não era possível aliar-se às famílias tradicionais, bastava convencer os cidadãos e o poder público da necessidade de um jornalismo “moderno”, desvinculado de interesses oligárquicos. Durante a ditadura, como foi descrito, o sustentáculo dessa estratégia era a proximidade com os governos, pois o funcionamento de canais de rádio e televisão dependia de uma espécie de troca de favores; após o fim do

regime, tornaram-se igualmente relevantes o *marketing* e a propaganda, como forma de cativar e fidelizar o público:

Os Sirotsky sempre quiseram entrar aqui já com um título consagrado, por isso a ideia inicial era comprar o jornal *O Estado*. Seria muito mais barato do que construir toda a estrutura que eles construíram. (...) Mas, por uma dessas picuinhas do mercado, os *manés* queriam continuar mandando. Os Ramos, os Hoepcke, aquela turma dos empresários daqui, ficaram se perguntando: “Por que vamos entregar o estado para esses gaúchos, para esses judeus?”. Isso eu ouvi várias vezes por aqui. (...) Mas a verdade é que, apoiado na televisão, você vende qualquer coisa. E a RBS fez isso, lançou a ideia de um jornal “diferente”. (...) Aí, a RBS começou com aquele discurso: o jornal “dos catarinenses”, “para os catarinenses”, “com os catarinenses”. E a televisão é que reproduzia tudo isso: “O jornal para você”; “Santa Catarina e você!” E assim eles criaram o jornal “mais identificado com os catarinenses”: o *Diário Catarinense*. Imagina, todo dia isso repetido na televisão! E quem é que controla isso? Não tem limites. E o sujeito que está em casa, do dia para a noite, está convencido de que esse jornal tem mais de 150 anos de banca, que ele é uma tradição local. Mas não houve sequer um catarinense no comando desse jornal, em toda a sua história. Mesmo os editores, são gente que vem de fora. (OLIVEIRA, 2015)

A exemplo da TV Catarinense, o *Diário Catarinense* representou um avanço tecnológico para o jornalismo em Santa Catarina, mas tampouco alterou a tendência de vinculação política dos meios de comunicação no estado, constituindo-se como representante inequívoco dos interesses conservadores ao final da ditadura militar. Cabe enfatizar, nesse sentido, que os veículos da RBS foram os mais beneficiados pelas políticas de distribuição de verbas publicitárias do governo Esperidião Amin – embora a empresa preferisse ocultar tal informação, segundo o relato do colunista Cláudio Prisco Paraíso:



Um dia, fiz no jornal um comentário sobre os gastos publicitários exacerbados do governo Amin. A RBS, mesmo, recebia *muito* dinheiro de publicidade naquela época – era a que mais recebia. Aí, claro, o Estácio [Ramos, ex-diretor geral da RBS em Santa Catarina] me chamou na sala para conversar e disse: “Olha aqui, você vai cuspir no prato que está comendo?”. Então, às vezes, acontecia esse tipo de coisa. (PARAÍSO, 2015)

Naquele contexto de reorganização das forças políticas e de extenuação dos governos autoritários, o jornalismo começou a ser revalorizado como peça-chave no debate público, e o conglomerado gaúcho precisava investir em novas estratégias para manter sua imagem de independência e apartidarismo sem, com isso, comprometer seus privilégios em âmbito institucional.

### **3.2. A influência da RBS nas entidades corporativas e sindicais**

A morte de Maurício Sirotsky Sobrinho, em março de 1986, significou para a RBS não apenas a perda de seu fundador e presidente, mas também de seu “embaixador” junto ao poder público. Mais do que qualquer outro dirigente da empresa, era ele quem possuía o respeito e a estima das elites políticas<sup>85</sup> no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e, principalmente, em Brasília, no Ministério das Comunicações. As mudanças no alto escalão da empresa coincidiram, portanto, com o predomínio de uma nova estratégia de articulação, baseada na representação em entidades corporativas e na “diversificação das atividades e ampliação das redes, incluindo não só redes pessoais, de amizade, políticas; mas também redes institucionais” (PETRARCA, 2007, p. 102).

---

<sup>85</sup> Em um discurso na Câmara dos Deputados em abril de 1986, em homenagem a Maurício Sirotsky Sobrinho, Victor Faccioni (PDS-RS) enfatizou que o fundador da RBS costumava opinar e participar de decisões legislativas “em âmbito municipal, estadual e nacional” (BRASIL, 1986, p. 1871).

Assim, tornou-se possível aos dirigentes da RBS atuar politicamente em favor de seus interesses sem se basear apenas no carisma ou na capacidade de inserção direta de um indivíduo, mas segundo as atribuições de cargos diretivos em entidades corporativas em âmbito regional, nacional e internacional. À iminência da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, o que justificava a participação naquelas entidades era, sobretudo, a oportunidade de acompanhar e interferir nos debates que resultariam em modificações na legislação brasileira. No caso específico de Santa Catarina, o conglomerado gaúcho também “participou ativamente do sindicato de classe e de outras entidades, e criou eventos para homenagear as elites políticas e econômicas, (...) além de ter reservado espaços em seus programas, dando voz e imagem à elite estadual” (SOUZA, 1999, p. 106-107).

É relevante considerar, nesse sentido, os esforços de cooptação e desmobilização da categoria profissional empreendidos pela RBS, principalmente após a substituição de Maurício Sirotsky Sobrinho por Jayme Sirotsky na presidência da empresa<sup>86</sup>. Os embates frequentes com o Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina demonstram como a RBS soube adequar-se às diferentes conjunturas, defendendo seus interesses econômicos com base no binômio *articulação-desarticulação*; afinal, a hegemonia, em termos *gramscianos*, depende da atuação conjunta de dois elementos: consentimento e coerção – “ameaçada a supremacia burguesa, resta à burguesia apelar para outros recursos de intimidação ou autodefesa” (FERNANDES, 1986, p. 55). Ainda que os Sirotsky tivessem obtido o beneplácito do poder político para operar em Santa Catarina e conquistassem gradativamente a aceitação do público catarinense através do “*merchandising social*”, verificou-se uma necessidade crescente de reforçar as estratégias coativas para garantir

---

<sup>86</sup> Guareschi e Ramos (1992) relatam que a assunção de Nelson Pacheco Sirotsky como presidente, em 1991, endureceria ainda mais relações da RBS com seus trabalhadores, no sentido de reduzir salários e aumentar a rotatividade nas redações. O advogado da empresa “para assuntos de inter-relações sindicais” Ary Cauduro dos Santos chegou a ser enviado de Porto Alegre a Florianópolis para assessorar as negociações com os funcionários catarinenses nas datas bases de 1987 a 1991, o que resultou em uma maior austeridade por parte da direção – postura evidenciada nas atas do Sindicato das Empresas de Rádio e Televisão de Santa Catarina, segundo Dulce Márcia Cruz (1996, p. 104).

sua supremacia no mercado. Para isso, além do trabalho de desmobilização do sindicato, a RBS passaria a coibir sistematicamente o desenvolvimento da concorrência, através de uma postura comercial cada vez mais agressiva (FORMIGA, 2007, p. 65) e de pressões junto ao Congresso Nacional.

A Associação dos Jornalistas Profissionais de Santa Catarina foi transformada em entidade sindical em 13 de maio de 1955, a partir de uma carta expedida pelo Ministério dos Negócios do Trabalho, Indústria e Comércio. De acordo com Aguiar (1995), as negociações entre os trabalhadores e os dirigentes das empresas de comunicação eram condicionadas “pelo controle exercido pelas elites sobre o sindicato, e ao mesmo tempo, por uma relação de troca de favores que envolvia com grande vigor o governo estadual” (AGUIAR, 1995, p. 138). O autor apresenta uma lista de jornalistas que trabalharam na RBS e desempenharam funções diretivas no sindicato e no governo entre 1978 e 1987, dentre os quais Moacir Pereira (gestão 1975-1978) foi nomeado Procurador da Fazenda em 1982, José Valério Medeiros (gestões 1978-1981 e 1981-1984) foi assessor de imprensa nos governos Bornhausen e Amin, Vânio César Bossle (gestões 1978-1981, 1981-1984 e 1984-1987) foi assessor de imprensa da Prefeitura Municipal de Florianópolis e funcionário do Gabinete de Planejamento no governo Amin, e José Bonifácio Telles (gestão 1984-1987) foi assessor de imprensa da Secretaria de Estado da Educação<sup>87</sup>. Até a metade da década de 1980, o piso salarial dos jornalistas em Santa Catarina era o segundo mais baixo do Brasil (VICENZI, 2015), o que corrobora a hipótese de desmobilização e de ineficácia da entidade sindical nas negociações com as empresas.

A abertura política do Brasil permitiu que os próprios jornalistas comesçassem a exigir do sindicato uma atuação mais vinculada às demandas dos trabalhadores. A insatisfação da categoria resultou na criação do Movimento de Oposição Sindical (MOS), que se

---

<sup>87</sup> "Não era mera coincidência estas mesmas lideranças ocuparem ao mesmo tempo posição de destaque na mídia e na sua entidade de classe. A grande maioria estava claramente envolvida na campanha eleitoral de Amin [para o governo estadual, em 1982], tendo vários líderes a defendido explicitamente" (AGUIAR, 1995, p. 138). Ver 2.3.

fortaleceu justamente no interior da redação do primeiro veículo impresso da RBS em Santa Catarina. Em agosto de 1985, quando foi encarregado de selecionar os repórteres que seriam contratados pelo *Diário Catarinense*, Renan Antunes de Oliveira passou a reunir na redação os membros do MOS que militavam no interior do estado – dos 132 profissionais que compuseram a primeira equipe, 70 nunca haviam trabalhado em jornais impressos (GOLEMBIEWSKI, 2000, p. 23).

Fui contratado como chefe de reportagem pelo Armando Burd. Antes eu era correspondente do *Jornal do Brasil* em Florianópolis, por isso ele presumiu que eu conhecia os jornalistas da cidade, do interior, para montar as sucursais. Mas eu não conhecia quase ninguém! (...) Acabei contratando para as sucursais aqueles jornalistas com quem eu estava trabalhando nos bastidores para formar uma oposição e tomar o sindicato, que a RBS mandava na época. Contratei o Sérgio Murillo de Andrade, aqui, o José Augusto Gayoso<sup>88</sup>, em Joinville, o Nei Manique, em Criciúma, e o Marcos Bedin, em Chapecó. A RBS não sabia, mas eles eram gente do nosso grupo, para tomar o sindicato. (...) O Armando Burd talvez até soubesse que eu não pensava como ele, mas presumia que eu estaria tentado a aceitar aquele convite: “Vamos saquear o estado conosco?”. Onde tinha verba pública, eles iam lá sugar. (OLIVEIRA, 2015)

O jornalista sugere ainda que a demissão de profissionais opositores era utilizada como moeda de troca junto aos governantes, como Jorge Bornhausen, mesmo após o fim da ditadura militar<sup>89</sup> –

---

<sup>88</sup> Gayoso foi chefe da sucursal do *Diário Catarinense* em Joinville entre 1986 e 1992, e em 2002 tornou-se assessor de imprensa de Luiz Henrique da Silveira, ex-senador e ex-governador de Santa Catarina.

<sup>89</sup> Sérgio Rubim, que trabalhou na TV Catarinense em 1979 como editor de telejornalismo e em 1987 como editor de Geral e Variedades no *Diário Catarinense*, acrescenta que também havia coerção ao trabalho dos jornalistas fora da RBS: “O Jorge Bornhausen me processou na Lei de Segurança Nacional logo depois da Novembrada, por causa de umas reportagens que eu

durante as entrevistas, outros quatro ex-funcionários da RBS acusaram Bornhausen de perseguição a repórteres em Santa Catarina (ANDRADE, 2015; LUNGE; 2015; RUBIM, 2015; VICENZI, 2015).

Em 1986, me contaram que o Jorge Bornhausen embarcou em um avião com os Sirotsky e pediu minha cabeça, por causa da oposição que fizemos nas eleições de 1982. Mas, para os Sirotsky, é bom ter sempre aquele contraponto. Eles não te colocam na rua na hora, mas esperam para fazer o que o Bornhausen quer no momento que precisam negociar algo, e aí negociam a tua cabeça. (...) Um dia, nós enviamos a RBS uma série de reivindicações, em um acordo coletivo, eles não responderam. Fomos à Justiça do Trabalho, e a defesa deles disse que era porque nossa carta tinha sido mandada para uma empresa chamada Rádio e Televisão Gaúcha: “Nosso nome não é esse”. (...) Disseram que aquela era uma razão social antiga, que não usavam mais, por isso não precisavam responder ou negociar os aumentos que a categoria reivindicava. (...) Eles queriam escapar nessa tecnicidade. Naquela época, eles teriam que pagar um milhão de dólares. Aí, entregaram o Tribunal de Contas de Santa Catarina para o Salomão Ribas Júnior, que havia sido advogado da RBS durante anos. (...) O Salomão me chamou: “Renan, nós não queremos que você saia do *Diário Catarinense*; queremos que você saia de Santa Catarina!”. Aí, fui trabalhar em Brasília, e logo acabei demitido, porque eles receberam uma carta lá e disseram que iam me colocar na rua porque “sabiam como era o meu comportamento dentro de uma empresa”. Só olhei o papel em cima da mesa: estava escrito “RBS”. (OLIVEIRA, 2015)

---

fiz, e depois colocou um interventor dentro do jornal *O Estado* em 1979 para colocar eu e alguns colegas na rua. (...) O interventor era o Augusto Wolf, que estava aposentado do Banco do Brasil” (RUBIM, 2015).

Depois de ter seu candidato a presidente Ayrton Kanitz derrotado em 1984, o MOS conseguiu eleger Celso Vicenzi na eleição seguinte<sup>90</sup>. Mesmo após conquistar na Justiça o direito de dedicar-se exclusivamente ao sindicato por duas gestões, este continuou remunerado pela RBS – apesar das tentativas de desligamento<sup>91</sup> por parte da direção da empresa. Em entrevista, Vicenzi ressalta que os membros da família Sirotsky jamais se sentavam à mesa para negociar demandas trabalhistas; o único “embate direto” aconteceu fora da empresa, em 3 de dezembro de 1988, quando Pedro Sirotsky irritou-se com um protesto contra as más condições de trabalho na RBS:

Quem se sentava à mesa para negociar era o advogado deles, o Ary [Cauduro dos Santos], ao contrário das outras empresas do estado, que enviavam seu gerente principal, ou seu diretor de redação. A RBS nunca quis se vincular ou se desgastar nas mesas de discussão. (...) A única vez em que isso aconteceu foi no estádio Orlando Scarpelli, durante um *show* da Xuxa. (...) Nós, do sindicato, chegamos duas horas antes e levamos duas faixas: uma dizia “Xuxa, baixinho é o salário dos jornalistas”, e a outra, “RBS: Rede de Baixos Salários”. Mas, quando chegamos, o estádio já

---

<sup>90</sup> “Em 1984, perdemos por uma margem mínima de votos – houve até compra de votos por parte da situação –, mas o movimento de oposição continuou. (...) Na eleição seguinte, fui indicado como presidente dessa chapa. E já estávamos de tal forma integrados à categoria que a diretoria da situação desistiu de lançar chapa. (...) Foi algo inédito: não teve chapa de situação” (VICENZI, 2015).

<sup>91</sup> “Quando soube que eu concorreria como presidente na chapa de oposição, o Armando Burd me chamou e me demitiu imediatamente. Falou que a (...) a RBS não queria que funcionário nenhum participasse da direção do sindicato. (...) Eu me recusei a assinar o documento de ciência da demissão, e aí o Burd chamou outro funcionário para testemunhar que eu estava ciente da minha saída. O processo foi para a Justiça; fiquei oito meses sem receber salários. Tentamos provar que houve retaliação por parte da RBS. Prevendo que perderia a causa e querendo evitar uma complicação política mais séria, a RBS fez um acordo com os advogados do sindicato e depois acabei reintegrado como funcionário, mas fiquei à disposição do sindicato. (...) Eles disseram que não queriam que a minha liderança ali dentro contaminasse o ambiente e os outros jornalistas da RBS” (VICENZI, 2015).

estava lotado e ninguém mais podia entrar. Quando o evento estava terminando, abriram-se os portões, e a Xuxa estava desfilando em um carro aberto em volta do campo, pra se aproximar mais do público. Quando ela passou por nós, atrás do gol, abrimos as duas faixas, para todo mundo ver. Ficamos lá dentro mais uma hora depois de terminar o *show*, esperando esvaziar o estádio. Nisso, vimos o Pedro Sirotsky descendo das tribunas, esbravejando. Ele “deu de dedo” em todos nós, dizendo que aquilo não ia ficar assim. (...) Ele estava possesso, foi muito impactado por aquilo. Foi a única vez que me lembro de um dos Sirotsky sair da sua condição de dirigente e descer pra um embate direto com os jornalistas. (VICENZI, 2015)

Embora evitasse “se desgastar nas mesas de discussão”, conforme descreve Celso Vicenzi, a postura assumida historicamente pela RBS em relação ao sindicato caracterizou-se pelas frequentes tentativas de desmobilização da categoria. Como estratégia contígua, é flagrante o empenho dos dirigentes do conglomerado em organizar os proprietários de outras empresas de comunicação do país para a defesa de interesses comuns, assumindo com eles um “protagonismo silencioso” (BRITO; PEDREIRA, 2009, p. 71) na política brasileira na segunda metade do século XX. Cabe mencionar, por exemplo, o papel preponderante da RBS na Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) e na Associação Nacional de Jornais (ANJ), que, segundo descrição de Aguiar (2006), são:

(...) duas entidades de classes extra-corporativas, paralelas ou autônomas, dois pivôs políticos-ideológicos dos grupos de comunicação e que formam eixos de poder operacionais. (...) Portanto, atuam muito mais corporativamente do que se imagina, com grande presença no Congresso Nacional, funcionando como poderoso grupo de pressão e *lobby*<sup>92</sup>, mantendo vínculos

---

<sup>92</sup> O termo em inglês *lobby* refere-se às pressões sistemáticas exercidas por grupos organizados da sociedade civil – em geral, empresários – sobre

institucionais com entidades de classe internacionais na defesa da livre iniciativa, traduzida pelo ideal de liberdade de expressão<sup>93</sup>. Congregam os grandes grupos de comunicação do país (...), cujos donos e seus testa de ferro revezam-se nas suas diretorias, desde quando foram criadas, dando-lhe autoridade e poder suficientes para adquirir um charme de pluralismo, malgrado o seu poder político e partidário. (AGUIAR, 2006, p. 53-54)

Para Dreifuss (1989), as associações, órgãos e entidades representativas que reúnem membros da classe empresarial fora dos tradicionais sindicatos patronais atuam, de fato, como *pivôs político-ideológicos* do que ele denomina “Sociedade Política Empresarial”. Embora sua função pareça limitada aos *lobbies* e às consultorias, eles costumam servir como meios de organização e planejamento de uma série de ações políticas de caráter classista, baseado na consciência de seus membros de quais são suas necessidades fundamentais e imediatas e quais são seus interesses inegociáveis no jogo político (DREIFUSS, 1989, p. 26-45).

A Abert, “mais importante entidade empresarial da área da comunicação” (HERZ, 1992, p. 1), foi fundada em 1962 por proprietários dos veículos que encabeçavam as pressões midiáticas que resultariam no golpe civil-militar dois anos depois<sup>94</sup>. João Calmon,

---

políticos e poderes públicos para assegurar que as decisões governamentais coincidam com seus interesses. Jayme Sirotsky reconhece a prática de *lobby* como um dos fundamentos centrais de sua atuação na ANJ: “um instrumento de influência limpo” (BRITO, PEDREIRA, 2009, p. 94).

<sup>93</sup> A partir de sua experiência na redação do *Diário Catarinense*, Renan Antunes de Oliveira analisa que a “liberdade de expressão” defendida pelas entidades corporativas e pela RBS era apenas um discurso empresarial: “A RBS assume internacionalmente uma imagem de defesa da liberdade de expressão, mas ela nunca teve essa tradição, nunca, e quem trabalhou lá dentro sabe disso. (...) Eles não têm nenhum compromisso social, (...) não têm barreiras: se precisar comprar alguém, vão comprar, vão subornar” (OLIVEIRA, 2015).

<sup>94</sup> O pesquisador Daniel Herz ressalta que “durante a ditadura militar, o cargo de presidente da Abert foi utilizado para o estabelecimento de pontes com as Forças Armadas. Na década de 70, por exemplo, foi presidida pelo almirante



então vice-presidente dos Diários Associados, esteve à frente da Abert em seus oito primeiros anos e foi o responsável por coordenar no Congresso Nacional o grupo de trabalho que derrubou os 52 vetos que João Goulart havia imposto ao Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT), ampliando o poder e a autonomia dos empresários da comunicação frente ao Estado. Um dos membros daquele grupo de trabalho era Fernando Ernesto de Souza Corrêa, então vice-presidente da RBS, que qualificou aquela ação como “coordenada e eficiente” (CORRÊA, 2012). Em plena ditadura militar, Calmon também havia articulado através da Abert a formação da chamada Rede da Democracia:

Inspirada na militante internacional do anticomunismo Suzanne Labin, a Rede da Democracia reunia centenas de emissoras de rádios e jornais (...) para o combate diário ao governo Jango e para a construção do discurso público de justificativa do golpe de Estado perpetrado em nome da liberdade e da democracia. É neste período de instabilidade institucional e intensa articulação dos empresários de mídia em oposição ao governo de Jango e preparação do golpe civil-militar que se dá a aprovação do CBT. (LIMA, 2014, p. 176)

Se as receitas e a grade de programação da RBS eram limitadas em comparação com a Rede Globo desde a década de 1960 – obviamente, devido à sua estrutura regionalizada e às condições previstas no contrato de afiliação –, a mesma submissão não se observa na hierarquia interna das entidades corporativas: desde sua fundação, “a hegemonia da Abert é dividida entre a Rede Globo e a RBS” (HERZ, 1992, p. 1-2).

---

Adalberto de Barros Nunes. Atualmente [em 1992] é uma função decorativa que serve de biombo para o poder real que nela opera: todas as decisões importantes passam por seus dois vice-presidentes, Luiz Eduardo Borgerth (diretor da Globo) e Fernando Ernesto Corrêa (diretor da RBS)” (HERZ, 1992, p. 4).

Maurício Sirotsky Sobrinho foi nomeado diretor da Abert em 1968, no período de maior autoritarismo do regime militar brasileiro. Sua atuação em entidades corporativas e patronais inclui também a presidência do Sindicato das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas do Rio Grande do Sul (1975-1979) e da Associação Nacional de Jornais (ANJ), a partir de 1984. O trabalho realizado pela família Sirotsky na diretoria da Associação Gaúcha de Emissoras de Rádio e Televisão (Agert), na década de 1970, serviu ainda como inspiração para a criação da Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão (Acaert), que ele ajudou a fundar em 1980. Segundo informações fornecidas por esta entidade<sup>95</sup>, a articulação de Nelson Pacheco Sirotsky junto a parlamentares catarinenses permitiu a instalação de um escritório do Dentel em Santa Catarina para facilitar a outorga de concessões de rádio e TV para os empresários e ela associados.

Ainda mais do que Maurício ou Nelson, foi Jayme Sirotsky quem consolidou a presença da RBS nos quadros diretivos das principais entidades corporativas nacionais e internacionais assumindo um poder de influência nestas instituições comparável ao que desempenhava em sua própria empresa<sup>96</sup> – essa atuação rendeu-lhe inclusive a alcunha de “diplomata da comunicação” (SCHIRMER, 2005). Entre seus cargos mais relevantes estão o de presidente da ANJ (1987-1988/1992-1994) e de presidente da Associação Mundial de Jornais (1996-1998), que em sua gestão deixou de se chamar Federação Internacional de Editores de Jornais (Fiej).

Os jornalistas Judith Brito e Ricardo Pedreira, que produziram em 2009 um livro comemorativo por ocasião dos 30 anos da ANJ, relatam que três dos quatro participantes do primeiro debate para a criação da entidade eram dirigentes da RBS: Maurício Sirotsky Sobrinho, Jayme Sirotsky e Fernando Ernesto Corrêa reuniram-se em outubro de 1978 em Miami, nos Estados Unidos, com Cláudio Chagas

---

<sup>95</sup> Disponível em: <http://www.acaert.com.br/historico>. Acesso em: 10 jun. 2015.

<sup>96</sup> Segundo as palavras de João Roberto Marinho, então diretor das Organizações Globo, Jayme Sirotsky foi “um parceiro criativo e conciliador, capaz de buscar sempre o interesse comum. Sua serenidade diante das mais acaloradas discussões levava todos nós a buscar o entendimento” (SCHIRMER, 2002, p. 143).

Freitas, filho do proprietário do jornal *O Dia*, do Rio de Janeiro, e começaram a planejar a fundação de uma associação que defendesse os interesses específicos dos empresários da mídia impressa<sup>97</sup>. No ano seguinte, a RBS seria a única empresa de comunicação do Brasil com mais de um membro na cerimônia de inauguração da ANJ:

Na tarde de 17 de agosto de 1979, numa sala de *O Dia*, na rua do Riachuelo, nº 172, no bairro da Lapa, no Rio de Janeiro, foi fundada a Associação Nacional dos Jornais. Em torno da mesa, os seguintes representantes de cada um dos dez jornais fundadores: Cláudio Chagas Freitas (*O Dia*), João Roberto Marinho (*O Globo*), José Antônio no Nascimento Brito (*Jornal do Brasil*), Pedro Pinciroli Júnior (Folha de S. Paulo), José Maria Homem de Montes (*O Estado de S. Paulo*), Maurício Sirotsky e Fernando Ernesto Corrêa (*Zero Hora*), Francisco Antônio Caldas (*Correio do Povo*) e Jaime Câmara Júnior (*Jornal de Brasília*). (BRITO; PEDREIRA, 2009, p. 52)

A superioridade numérica da *Zero Hora* em relação aos demais jornais na primeira reunião da ANJ não é irrelevante ou meramente simbólica. De acordo com o regimento interno, os fundadores desfrutam de privilégios em relação aos membros que ingressarem posteriormente, o que reforça o poder de influência da RBS no setor mesmo 30 anos depois, conforme enfatiza o ex-presidente Nelson Sirotsky. “A ANJ cresceu, somos muito abertos, mas até hoje quem vota nas eleições para presidente a cada dois anos ainda são só os fundadores. Somos nós que decidimos” (SIROTSKY, 2015). O endereço oficial da entidade mudou do Rio de Janeiro para Brasília em novembro de 1985, possivelmente porque a abertura política e as mudanças resultantes do término da ditadura militar – que haviam propiciado, por exemplo, a criação da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) (AGUIAR, 2006, p. 54-55) –

---

<sup>97</sup> Itamar Aguiar (2006) sustenta que, no Brasil, os jornais líderes de circulação costumam estar vinculados a conglomerados midiáticos que possuem estações de televisão e rádio, “o que significa dizer que a entidade [ANJ], na verdade, sempre representou o interesse dos grandes grupos de comunicação de maneira integrada” (AGUIAR, 2006, p. 55).

exigiam do presidente Maurício Sirotsky Sobrinho uma atuação mais próxima dos três poderes em âmbito nacional:

Em 1984, com Maurício Sirotsky eleito presidente da ANJ, seu braço direito na associação passou a ser Fernando Ernesto Corrêa. Sócio minoritário do Grupo RBS e advogado experiente, Fernando Ernesto foi o encarregado de coordenar as ações da associação na defesa da imunidade tributária, o que acabou evoluindo para a criação de um Núcleo Jurídico e de Relações Governamentais, que teria muito trabalho dali para frente. Era evidente que as demandas e interesses das empresas jornalísticas impunham uma interlocução mais permanente e próxima ao governo. (BRITO; PEDREIRA, 2009, p. 68-69)

Após a morte de Maurício Sirotsky Sobrinho, Fernando Ernesto de Souza Corrêa passou a desempenhar funções ainda mais determinantes na defesa dos interesses empresariais em Brasília. Coube a ele a missão de participar da Assembleia Nacional Constituinte como vice-presidente da Abert, assegurando que as mudanças na legislação brasileira não suscitariam o fim dos privilégios da RBS junto ao poder público.

### **3.3. A atuação de Fernando Ernesto Corrêa na Assembleia Nacional Constituinte**

As classes dominantes receberam com hostilidade as reivindicações populares pela criação de uma nova institucionalidade no Brasil em meados da década de 1980, e não tinham outra escolha senão disputar a condução ideológica e política daquele movimento (MARINI, 2007). Além de garantirem uma transição pacífica, elas conseguiriam restituir a legitimidade do Estado e das estruturas de poder através da promulgação de uma nova Constituição Federal em 1988. Durante os debates da Assembleia Nacional Constituinte, os proprietários dos maiores jornais, rádios e emissoras de televisão do país deixaram de lado a rivalidade comercial e atuaram politicamente de forma

orquestrada, exercendo sem reservas sua capacidade organizativa na defesa da “hegemonia comunicacional do mercado” (MARTÍN-BARBERO, 2006, p. 53)<sup>98</sup>. No caso específico da RBS, nenhum dirigente seria capaz de desempenhar esse papel com tanta eficiência quanto Fernando Ernesto Corrêa.

Cofundador e proprietário de 8% das ações do conglomerado gaúcho desde a morte de Maurício Sirotsky Sobrinho<sup>99</sup>, Corrêa era o único acionista com formação superior em Direito – pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em 1959 – e experiência profissional como jornalista e advogado, o que lhe permitia uma compreensão mais ampla e fundamentada sobre as implicações do texto que seria elaborado a partir das discussões de cada subcomissão da Assembleia Nacional Constituinte. Outra “vantagem” era ter sido convidado a participar dos debates como vice-presidente da Abert, ou seja, como representante de 143 emissoras de televisão e 2057 estações de rádio do país; assim, suas contribuições não seriam necessariamente interpretadas como *lobby* da RBS.

Desde que assumiu o departamento jurídico da empresa, na década de 1960, Fernando Ernesto Corrêa tornou-se uma figura conhecida nos espaços de tomada de decisão em Brasília, e os colegas chegavam a comparar seu poder de persuasão ao de Maurício Sirotsky Sobrinho. Durante o regime militar, ele notabilizou-se por sua facilidade em criar vínculos com representantes do poder público em Brasília e no Rio Grande do Sul e por solucionar empecilhos legais no Ministério das

---

<sup>98</sup> O teórico colombiano Jesús Martín-Babero propõe, nesse sentido, uma reflexão não apenas sobre a propriedade dos veículos, mas também sobre a transformação dos meios de comunicação em meros instrumentos de inserção da cultura no tempo e no espaço do mercado e das tecnologias (MARTÍN-BARBERO, 2006). Com o prevaletimento dos veículos privados, a “razão comunicacional” desvincula-se cada vez mais do direito à informação e do interesse público; impõem-se, em última instância, os interesses do mercado e dos proprietários de rádios, jornais e emissoras de televisão.

<sup>99</sup> Os outros 92% foram assim divididos: 51% para a viúva Ione Pacheco Sirotsky e seus filhos, e 41% para Jayme Sirotsky.

Comunicações, acelerando a tramitação de processos que favoreciam a expansão do conglomerado<sup>100</sup>:

Sua atuação junto aos detentores do poder não se cingiu a Brasília. Autoridades dos três poderes que vinham ao Sul, a convite ou não da RBS, passaram a ser recepcionadas na Serra gaúcha na residência de Corrêa, em Canela<sup>101</sup>. Fazia parte da estratégia de relacionamento da empresa. (...) Fernando, nos contatos com o Ministério das Comunicações, sempre se valeu do relacionamento com os amigos que atuavam naquele órgão, como os advogados gaúchos Mário Cesar Degrazzia Barbosa e Poty Chabalgoity, e de pessoas do segundo e terceiro escalões do ministério, que acabavam facilitando a tramitação de processos. (...) Homem-chave da RBS em Brasília, (...), Fernando sabia como ninguém chegar aos seus objetivos. (SCHIRMER, 2002, p. 55)

---

<sup>100</sup> Fernando Ernesto Corrêa afirma que, a partir do golpe civil-militar de 1964, sua atuação tornou-se, basicamente, defensiva. “Estávamos sempre procurando brechas para minimizar a intervenção do Estado na nossa atividade. (...) Na RBS, não tivemos uma atuação muito radical. Havia determinados parâmetros que tínhamos que observar, e nós observávamos, obedecíamos a determinados limites. Tinha que ser uma relação de respeito, porque na área eletrônica era uma concessão do Estado. E precisamos reconhecer que a comunicação, do ponto de vista técnico, se desenvolveu muito no regime, após 1964. Eles modernizaram, ampliaram as concessões, e nós nos aproveitamos disso” (CORRÊA, 2015).

<sup>101</sup> Um documento emitido pela agência do SNI em Porto Alegre em 14 de maio de 1976 relata um episódio em que Maurício Sirotsky Sobrinho levou o então ministro das Comunicações, Euclides Quandt de Oliveira, para participar de um almoço na casa de veraneio de Fernando Ernesto Corrêa na Serra Gaúcha sem que tivesse a permissão ou sequer o consentimento do visitante (BRASIL, 1976c, p. 2). Na ocasião, Quandt de Oliveira viajara ao Rio Grande do Sul para participar do Encontro da Radiodifusão do Sul, entre 24 e 26 de março, e certamente havia interesse dos diretores da RBS em aproximar-se dele porque o edital para o canal 12 de Florianópolis estava em aberto – menos de um ano depois, o conglomerado gaúcho receberia a outorga daquele canal. Ver 1.3.

A queda do regime militar, por si só, não havia suscitado mudanças nas relações entre os grandes conglomerados de comunicação e o poder público. No governo do presidente civil José Sarney (1985-1990), pelo contrário, as concessões de radiodifusão continuaram sendo distribuídas em troca de apoio político e, além disso, em quantidade superior ao que se havia registrado nos mandatos dos presidentes militares: entre 1985 e 1988, foram autorizadas novas 1028 emissoras – uma média de 257 por ano. A desregulamentação deveu-se em grande medida ao papel desempenhado por Antônio Carlos Magalhães (ACM), então ministro das Comunicações<sup>102</sup>, que ampliou a influência de Roberto Marinho sobre as decisões ministeriais (HERZ, 1986; MATTOS, 2002).

Proprietário da TV Bahia, Magalhães havia assumido o Ministério das Comunicações com a promessa de criar um sistema de outorga que não fosse baseado apenas em critérios políticos, partidários e personalistas. Em seu terceiro dia como ministro, por exemplo, ele assinou uma portaria que suspendia as tramitações das 140 concessões de radiodifusão autorizadas pelo presidente anterior, João Figueiredo, entre outubro de 1984 e março de 1985. Sua postura à frente do ministério, porém, sofreria uma transformação radical precisamente a partir de janeiro de 1987, quando Roberto Marinho tirou os direitos de retransmissão da Rede Globo da TV Aratu e os ofereceu à TV Bahia: o pacto estava selado.

Em entrevista, Jorge Konder Bornhausen sugere que a manutenção de ACM no cargo estava à mercê de Roberto Marinho mesmo antes da transferência dos direitos de retransmissão na Bahia. Desde a vitória de Tancredo Neves nas eleições indiretas, o então presidente das Organizações Globo participava da nomeação dos principais ministros, e seu poder de influência foi ampliado quando

---

<sup>102</sup> Antônio Carlos Magalhães foi o único ministro de Sarney que se manteve no cargo durante os cinco anos de mandato, o que indica que o então presidente estava satisfeito com seu trabalho e, portanto, não pretendia reduzir os privilégios da Rede Globo e dos maiores empresários da comunicação do país. Os critérios de distribuição de concessões utilizados por José Sarney e ACM contribuíram para a popularização do termo “coronelismo eletrônico” (MOTTER, 1994).

Sarney assumiu a Presidência da República. No fragmento transcrito a seguir, Bornhausen relata o episódio em que ele próprio foi indicado por Marinho para assumir o cargo de ministro do Planejamento:

Em 1985, fui procurado por um coronel que trabalhava com o então ministro [do Planejamento] Delfim Netto, e ele me disse que o doutor Roberto Marinho queria falar comigo. Eu disse que estava à disposição, e foi marcado o encontro no Rio de Janeiro. Foi sugerido antes que eu passasse antes para falar com o advogado dele, e eu passei lá, na Praça da Candelária. Aí, o advogado me disse que o doutor Roberto achava que eu era tinha o perfil para assumir o Ministério do Planejamento, do Tancredo [Neves]. Eu disse que não tinha a menor condição, que não era economista e não tinha experiência no setor, como tinha, por exemplo, o então ministro Delfim Netto. Mas fui até o doutor Roberto, e ele foi gentilíssimo comigo, e colocou novamente a sua sugestão. Eu agradei por ele ter se lembrado de mim (...), mas disse que não tinha condições de assumir aquele ministério. (...) Acabei me tornando ministro da Educação em 1986 e, quando eu saí, no final de setembro de 1987, eu soube que o presidente Sarney o consultou sobre a minha substituição, e foi aí que saiu o nome do Hugo Napoleão – que posteriormente assumiu o Ministério das Comunicações [1992-1993] –, assim como sabemos que a negociação para a nomeação do Antônio Carlos Magalhães para o Ministério das Comunicações teve a bênção do doutor Roberto. (...) E o ACM lhe rendia as homenagens. Certamente, nos assuntos mais importantes, o consultava. (BORNHAUSEN, 2015)

Schirmer (2002) acrescenta que, à época da transferência dos diretos de transmissão da Globo para a TV Bahia, Fernando Ernesto Corrêa chegou a ser obrigado a se retirar do gabinete do então ministro das Comunicações por não haver compreendido que, graças ao apoio



irrestrito de Roberto Marinho, a sigla ACM tornara-se sinônimo de poder em Brasília:

Fernando Ernesto Corrêa (...) viveu um episódio insólito e constrangedor no gabinete do então ministro das Comunicações Antônio Carlos Magalhães, em reunião na qual se discutiam questões daquela área no projeto da nova Constituição. Fernando Ernesto, como vice-presidente da Abert e falando no tom que lhe é característico, quase gritando, foi interrompido por ACM: “O senhor se retire daqui. Eu não admitiria nem que o dr. Roberto viesse me falar nesse tom”. Só restou a Fernando Ernesto retirar-se e depois, através do secretário-geral do ministério, Rômulo Villar, explicar a ACM que seu jeito de falar era aquele... O episódio acabou entrando para o folclore político de Brasília<sup>103</sup>. (SCHIRMER, 2002, p. 56)

Às vésperas da elaboração de um novo texto constitucional, as concessões de emissoras de radiodifusão, que haviam se multiplicado após o acordo entre Roberto Marinho e ACM, passaram a ser usadas como forma de barganha junto aos parlamentares que compunham a Assembleia Nacional Constituinte – “nessas barganhas, saíram favorecidas as grandes redes, que viram aumentar o número de emissoras afiliadas e o grau de cobertura de sua programação” (PIERANTI, 2006, p. 18). Em 1988, ano de promulgação da nova Carta Magna, foram emitidas 539 outorgas, mais da metade de todas emitidas

---

<sup>103</sup> Lauro Schirmer (2002) acrescenta que Fernando Ernesto Corrêa aceitou “baixar o tom” nos encontros com ACM e logo se tornou amigo de seu filho, o então deputado Luís Eduardo Magalhães: “Quando a candidatura de Luís Eduardo à sucessão de FHC [Fernando Henrique Cardoso, presidente da República entre 1995 e 2002] começou a se desenhar, Fernando Ernesto assinou ficha no PFL disposto a apoiá-lo. Mas sua tentativa de incursão na política ficou frustrada com a morte prematura do deputado baiano” (SCHIRMER, 2002, p. 56).

no governo Sarney; Motter (1994) acrescenta que, em três anos, 168 concessões foram outorgadas para empresas ligadas a 91 deputados federais e senadores, dos quais 82 votaram a favor da emenda que aumentou para cinco anos o mandato de José Sarney (DE MARCO, 1991; MOTTER, 1994).

A fim de assegurar uma base de sustentação política fisiológica e os interesses pessoais do presidente – com a ampliação de seu mandato –, o governo Sarney utilizou-se das práticas de clientelismo e outros modalidades de comércio político, dentre as quais uma farta distribuição de concessões de rádio e televisão, que em Santa Catarina serão destinadas, principalmente, aos costumeiros grupos da elite ou a seus apadrinhados, agora no PFL (partido do ministro das Comunicações), além do próprio PDS. (...) Dentre os poucos peemedebistas beneficiados (...), não há nenhum da chamada ala “progressista” – apesar de sua constante participação nas concorrências a emissoras. (DE MARCO, 1991, p. 118)

Os proprietários dos maiores grupos de radiodifusão do país, segundo Herz (1992), passaram a discutir novas táticas de intervenção política em Brasília a partir da convocação da Assembleia Nacional Constituinte. Antes das demais empresas do setor, a RBS julgou necessário ver-se representada no Congresso Nacional, antecipando-se a uma possível ruptura política que poderia ameaçar as vantagens econômicas conquistadas durante o regime militar:

A disputa da Constituinte, no período 1987-88, marcou o início de uma nova fase na atuação da Abert, passando a estabelecer relações mais sistemáticas com o Congresso Nacional. A RBS liderou o *lobby* empresarial da comunicação que atuou na Constituinte com dois grandes objetivos: assegurar a perenidade dos empresários já beneficiados com concessões e permissões e, paradoxalmente, modernizar o processo de decisão sobre as novas outorgas, rompendo o

arbitrio exclusivo do Executivo e estabelecendo a partilha das decisões com o Legislativo. Ante a indiferença e até da reação de muitos empresários da área, a RBS notabilizou-se por sua visão estratégica, transitando essa “evolução” e procurando antecipar-se a um processo de ruptura que, mais tarde, poderia ocorrer. (HERZ, 1992, p. 2)

Mesmo após a substituição de Figueiredo por José Sarney, que simbolizou a ruína do regime militar, a convivência da RBS com o bloco político conservador era tamanha que a diretora da sucursal da empresa em Brasília em 1986, Ana Amélia Lemos<sup>104</sup>, chegou a acumular essa função com um cargo comissionado de Secretária Parlamentar no gabinete do então senador Octávio Omar Cardoso (PDS-RS), seu esposo, que fora deputado estadual e federal pela Arena (**ver Anexo F**).

O início do mandato de Sarney havia coincidido com a intensificação do clamor popular por mudanças na legislação brasileira. Ainda que o presidente da República fosse um civil, após 21 anos de governos militares, é relevante considerar que a Constituição em vigor naquela época havia sido outorgada em 1967, e era consenso mesmo entre os setores mais conservadores que o texto precisava ser atualizado. Em resposta às pressões sociais pela superação da herança ditatorial, foi instalada em Brasília em 1º de fevereiro de 1987 a Assembleia Nacional Constituinte, ao final da qual se redigiria uma nova Carta Magna.

---

<sup>104</sup> Ana Amélia Lemos foi eleita senadora pelo Rio Grande do Sul em outubro de 2010 com 29,54% dos votos válidos, e ficou em terceiro lugar na disputa para governador, em 2014. A partir de uma análise das coberturas dos veículos da família Sirotsky durante a campanha vitoriosa, Biasibetti (2012) demonstra que a RBS favoreceu a candidata através da construção de “um capital político baseado exclusivamente na sua confiabilidade como uma pessoa que durante décadas esteve diariamente na casa dos gaúchos através do jornal, do rádio e principalmente da televisão, que já era conhecida do público e que seria diferente dos políticos que tanto criticava. (...) Ao contrário da cobertura com o máximo de neutralidade e mínimo de protagonismo prometida pelo jornal [*Zero Hora*], observou-se um discurso repleto de expressões tendenciosas, que (...) atribuíam uma imagem pública positiva à candidata” (BIASIBETTI, 2012, p. 104).

A Constituinte foi dividida em oito comissões temáticas, que deram origem a 24 subcomissões para organizar o debate e facilitar o encaminhamento das resoluções colegiadas ao plenário para votação do texto final. Os temas pertinentes à comunicação social foram discutidos na Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, vinculada à Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Dos 21 membros da subcomissão, 13 eram conservadores, seis eram progressistas e dois se autodenominavam moderados (PILATTI, 2008, p. 84). Ao bloco conservador, chamado posteriormente de “Centrão”<sup>105</sup>, somava-se o interesse dos proprietários das empresas de radiodifusão e imprensa, representados por lideranças das entidades de classe como Fernando Ernesto Corrêa, as quais temiam a perda dos privilégios obtidos a partir de relações com os governos, que historicamente facilitavam o recebimento de concessões e autorizações para operar canais. Alguns dos parlamentares constituintes eram, eles próprios, concessionários de canais de radiodifusão, o que suscitava um evidente conflito de interesses nas discussões.

A relevância que a RBS atribuía aos debates da Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação era tão manifesta que Fernando Ernesto de Souza Corrêa passou a residir em Brasília em 1986:

Nós sabíamos da importância daquele processo. A Constituição é resultado de uma série de disputas, e nós tínhamos que estar lá disputando, porque o texto constitucional era uma coisa difícil de mudar. (...) O Afrânio Nabuco, que era o diretor regional da Rede Globo em Brasília, já morava lá. Ele tinha uma casa maravilhosa e nós a usávamos como quartel general, fazíamos jantares, churrasco, coquetéis com os senadores, deputados. Então eu e o Borgerth, que era outro vice-presidente da Abert<sup>106</sup>, também nos mudamos e

---

<sup>105</sup> Apelido dado ao bloco suprapartidário composto por congressistas filiados a partidos oriundos da dissolução da Arena e pela ala conservadora do PMDB.

<sup>106</sup> Ainda segundo Fernando Ernesto Corrêa, a atuação dos vice-presidentes da entidade foi mais ativa do que a do próprio presidente, Joaquim Mendonça: “Ele era um sujeito extremamente educado, fino, sociável, mas não tinha preparo técnico. Não conhecia legislação, regulamentação, direito

montamos uma estruturazinha lá em Brasília para a Constituinte. (...) Eu fiquei uns três anos, e raramente voltava a Porto Alegre. (...) Não era só fazer uma petição ou escrever um texto. Era um trabalho permanente, técnico e de relacionamento, de enfrentar as esquerdas, conversar com os parlamentares, vender a nossa ideia. (...) Nós tínhamos que ir contra as esquerdas, contra a turma da [deputada] Cristina Tavares [PMDB-PE], que estava propondo a estatização dos meios de comunicação. (CORRÊA, 2015)

Como a Constituinte fora convocada com o pretexto de “preparar” o país para a redemocratização após o fim de um ciclo de presidentes militares, era presumível que as discussões colocassem em xeque os dispositivos e as práticas que haviam prejudicado o exercício pleno da comunicação social durante a ditadura. Por isso mesmo, a questão-chave de todos os debates foi a liberdade de imprensa – ou, mais precisamente, as formas de garantir sua efetivação. Mesmo que houvesse consenso nesse ponto de partida, estavam em jogo duas ideias antagônicas e excludentes: de um lado, os parlamentares com concepções políticas de viés predominantemente socialista e que não eram concessionários de radiodifusão pretendiam atribuir ao Estado e à sociedade civil um controle mais estrito sobre as programações e as outorgas de concessões, visando ao desmantelamento das redes formadas com o suporte técnico e financeiro dos militares; de outro, por razões óbvias, os membros do Centrão propunham, como única alternativa para assegurar a liberdade, a diminuição do poder do Estado de regular a propriedade e os conteúdos veiculados pelos meios de comunicação<sup>107</sup>.

---

constitucional, não tinha formação técnica. Então, eu e o Borgerth, da Rede Globo, (...) assumimos o trabalho. O Joaquim Mendonça era a ‘rainha da Inglaterra’, e exercia muito bem esse papel” (CORRÊA, 2015).

<sup>107</sup> Professor emérito do Departamento de Direito da Universidade de Yale, o teórico estadunidense Owen Fiss admite o paradoxo entre essas duas percepções sobre a liberdade e demonstra que há situações em que somente o Estado é capaz de promover um debate amplo e assegurar aos “menos poderosos” o acesso ao discurso (FISS, 2005): a mera oposição à regulação pelo Estado é insuficiente para ampliar e efetivar o direito à liberdade, e essa

As pretensões do primeiro grupo foram endossadas por movimentos que propunham a democratização da propriedade dos meios de comunicação e por jornalistas e comunicadores que não desfrutavam dos mesmos privilégios dos grandes conglomerados junto ao Executivo e ao Legislativo. A deputada Cristina Tavares (PMDB-PE) foi a principal representante e interlocutora dos movimentos sociais e da Fenaj na subcomissão (RODRIGUES, 2014). Ao contrário do que insinua Fernando Ernesto Corrêa no fragmento supracitado, a demanda de Tavares não era necessariamente a estatização dos meios de comunicação, mas o convívio democrático entre empresas e entidades comunitárias; é o que demonstra a transcrição de um de seus pronunciamentos na Constituinte:

Em todos os países industriais avançados, as telecomunicações desenvolveram-se sob o regime de monopólio. (...) No Brasil de hoje, existem grandes e consolidados sistemas de comunicação social, privados (em sua maioria) ou estatais, com os quais o projeto constitucional ora apresentado não pretende interferir, mantendo-se, inclusive, regras já consagradas e aceitas (...). Vislumbra-se um novo cenário, dentro do qual grandes organizações empresariais conviverão com produtores mantidos por entidades culturais ou comunitárias, num ambiente verdadeiramente democrático. (SEEP, 2008, p. 153)

---

postura liberal só interessa àqueles que ocupam um espaço privilegiado no debate público – o que ficou evidenciado durante os debates da Assembleia Nacional Constituinte. Nelson Werneck Sodré (1999) enfatiza que a dicotomia acerca da liberdade só existe porque ela não é estendida a todos: “A liberdade de imprensa, na sociedade capitalista, (...) depende do vulto dos recursos de que a empresa dispõe” (SODRÉ, 1999, p. 408). Precisamente por isso, é comum que os grandes empresários assumam o papel de “patronos da liberdade”, enquanto aqueles que questionam os fundamentos e os limites dessa ideia de liberdade sejam acusados de censura. A liberdade de imprensa, enfim, só se justifica na medida em que funciona como instrumento para a efetivação de direitos dos cidadãos e, para tanto, é indispensável que a propriedade dos meios de comunicação seja plural, de modo a possibilitar uma correspondente pluralidade de ideias e de fontes de informação (SARTORI, 1994).

Os anais da Assembleia Nacional Constituinte permitem constatar ainda que Cristina Tavares posicionou-se favoravelmente à aprovação da Emenda Popular nº 91, assinada por 111.192 eleitores e entregue pela Frente Nacional por Políticas Democráticas de Comunicação<sup>108</sup> ao relator da Subcomissão de Sistematização da Constituinte, Bernardo Cabral (PMDB-AM). A emenda previa a instalação de um Conselho de Comunicação Social (CCS), que seria responsável pela outorga e autorização do uso de frequências ou canais de radiodifusão. A proposta foi rechaçada pelos deputados do bloco conservador, que ecoaram as críticas da Abert – o Centrão impôs obstruções e boicotes que impediram a votação da emenda tanto na Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação quanto na Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, conforme a própria deputada relatou a Bernardo Cabral:

Eu gostaria de registrar também, Sr. Presidente (...) que, pela terceira vez, não conseguimos votar o Capítulo das Comunicações. Foi tumultuado na subcomissão; foi tumultuado na Comissão; e, agora, novamente, lamento que os membros da Comissão de Sistematização não tenham dado oportunidade para vencermos ou perdermos, no voto, aqui, na Comissão de Sistematização. Foi a terceira vez que não conseguimos votar. (PILATTI, 2008, p. 189)

A reação do bloco conservador materializou-se em uma emenda apresentada pelo deputado José Carlos Martinez (PMDB-PR), ex-PDS e fundador da TV Paraná, que retransmitiu a programação da Rede Globo ao Norte paranaense em 1979, antes de se afiliar à Band. A chamada emenda Martinez foi apresentada em 22 de maio de 1987, uma semana após a leitura do relatório de Cristina Tavares na subcomissão, e previa a extinção do CCS: o Poder Legislativo seria, segundo o parlamentar,

---

<sup>108</sup> Em julho 1991, a Frente deu origem ao Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), movimento social que se transformou em entidade em 20 de agosto de 1995 para manter um esforço permanente de mobilização para o planejamento e a formulação de políticas públicas para o setor.

mais legítimo do que qualquer conselho para autorizar e renovar concessões de radiodifusão, com o respaldo do Executivo e do Judiciário. A estratégia utilizada por Fernando Ernesto Corrêa em seus pronunciamentos na Assembleia Nacional Constituinte – em apoio à emenda Martinez – era negar a concentração de mídia no Brasil; segundo ele, o aprimoramento da liberdade de expressão requeria uma diminuição das pressões do Estado sobre os veículos de comunicação, e não um combate aos monopólios e oligopólios:

Se há um país em que não há monopólio na televisão é o Brasil. (...) Se estou vendo a Globo e quero ver a Bandeirantes é só virar o dial. Quer dizer, não preciso nem sair do lugar; se tem controle remoto, eu o uso, se não, uso o dial. Se não quero os produtos, desligo a televisão. Então não vejo por que se falar em monopólio. Quer dizer, o que há no Brasil, realmente, é uma rede que tem uma audiência maior do que as outras, substancialmente maior do que as outras, mas que, na minha opinião, é um problema conjuntural. (...) A Rede Globo tem uma audiência maior? Tem! Mas como isso ainda é um fato até um pouco anômalo, porque há perspectiva de diminuir essa diferença, já se nota uma diminuição nessa diferença. Por quê? Não porque se tentou cortar a Globo, não é por isso, não porque se tentou prejudicar alguém. Não, é porque os concorrentes estão melhorando as suas produções, os concorrentes estão enfrentando a Globo mais diretamente, estão contratando artistas, contratando autores, estão apresentando programações de melhor qualidade. (BRASIL, 1987c, p. 79)

Desde 9 de junho de 1987, os embates da subcomissão haviam migrado para a Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Embora estivessem em menor número<sup>109</sup>, os parlamentares que pretendiam rever o sistema de

---

<sup>109</sup> O bloco progressista também era minoria na comissão: 22 parlamentares contra 40 membros do Centrão (PILATTI, 2008, p. 138).



outorgas e autorizações de concessões e intensificar os processos de regulação social da mídia tinham a seu lado o relator da comissão, o deputado Artur da Távola (PMDB-RJ), que apresentou um relatório “progressista” (RODRIGUES, 2014), favorável às propostas de regulamentação da propriedade e do conteúdo dos meios de comunicação. Fernando Ernesto Corrêa narra eloquentemente como os debates foram conduzidos posteriormente ao plenário, onde prevaleceriam as pretensões dos grandes conglomerados de mídia e das entidades corporativas:

Tivemos debates incríveis com ele [Artur da Távola] e com outros parlamentares, conduzidos na contramão pelo senador Mário Covas, que resultou num impasse insuperável. Das oito comissões temáticas, a da Comunicação foi a única que não conseguiu produzir um relatório final. O debate foi todo transferido para o plenário, no qual desenvolvemos um esforço extraordinário, contando com a simpatia discreta do relator-geral Bernardo Cabral e com o apoio irrestrito e decisivo de Fernando Henrique Cardoso, Nelson Jobim e José Fogaça, especialmente. Por delegação dos líderes, passamos a estabelecer uma relação direta com o então deputado Antônio Britto, jornalista de profissão, que se posicionou com grande habilidade e coerência. Com Britto, conseguimos subsidiar a redação do Capítulo da Comunicação Social. (CORRÊA, 2012, p. 18)

Cabe ressaltar que, “ex-repórter de *Zero Hora* e ex-diretor de jornalismo da RBS TV, [Antônio Britto] era obviamente pessoa muito ligada à casa [à RBS]” (SCHIRMER, 2002, p. 171). Segundo um relatório do SNI<sup>110</sup> redigido em 1987, o qual menciona a atuação de Britto na Constituinte, ele fora eleito deputado federal após receber dos Sirotsky “apoio integral à sua candidatura” (BRASIL, 1987b, p. 6) no

---

<sup>110</sup> Embora tenha sido uma criação da ditadura militar brasileira, o SNI foi extinto somente em março de 1990, no início do mandato do presidente Fernando Collor de Mello.

ano anterior<sup>111</sup>. Fernando Ernesto Corrêa, em depoimento a Machado (2004), alega que as relações com Antônio Britto são anteriores à sua atuação na política partidária: “O Britto é nosso amigo. Ele (...) frequenta a minha casa e a do Nelson [Sirotsky] (...) muito antes de ser governador [1995-1998]” (MACHADO, 2004, p. 51). Além dele, o SNI indica que outros dois parlamentares constituintes representavam os interesses da família Sirotsky ou, ao menos, “deviam favores” à RBS: Mendes Ribeiro (PMDB-RS), ex-funcionário da Rádio Gaúcha, do jornal *Zero Hora* e da TV Gaúcha, e João Paulo Bisol (PMDB-RS) – que, assim como Britto, teria recebido “ajuda valiosa” (BRASIL, 1987a, p. 5) dos dirigentes do conglomerado para chegar à Câmara Federal<sup>112</sup>.

Os trabalhos no plenário da Constituinte foram encerrados em 2 de setembro de 1988, após um acordo que resultou na votação e aprovação do texto final da nova Carta Magna, promulgada em 5 de outubro.

Com o acordo, pela primeira vez uma constituição brasileira teria, como pretendiam os progressistas, um capítulo sobre comunicação social que, embora estabelecesse o controle do Congresso Nacional sobre as concessões de rádio e televisão, tinha seu conteúdo geral mais próximo das preferências dos conservadores. (PILATTI, 2008, p. 274)

Em entrevista a esta pesquisa, Fernando Ernesto Corrêa considera o texto final “adequado” e afirma que o acordo só foi possível

---

<sup>111</sup> Daniel Herz (1992) acrescenta que, em 1988, o jornal *Zero Hora* teria adulterado a veiculação dos resultados de uma pesquisa de opinião para beneficiar Antônio Britto: “As máquinas foram paradas e a matéria sobre a pesquisa foi alterada, de forma a prejudicar nitidamente o então candidato Olívio Dutra [do Partido dos Trabalhadores (PT)]” (HERZ, 1992, p. 3).

<sup>112</sup> Fernando Henrique Cardoso, também elogiado no relato de Corrêa, seria eleito presidente da República em 1994 e assumiria, a partir de então, uma postura conveniente em relação aos maiores grupos de comunicação brasileiros, contribuindo para a manutenção de seus privilégios de modo tão “irrestrito e decisivo” (CORRÊA, 2012, p. 18) quanto na Constituinte. Ver 4.1.

porque, após a transferência dos debates para o plenário, o poder de influência do presidente da comissão Artur da Távola foi imediatamente reduzido: “Ele nos atrapalhou muito! Foi uma surpresa negativa, porque ele era oriundo do jornal *O Globo*. Mas, no plenário, a discussão saiu da alçada dele. Ainda bem!” (CORRÊA, 2015).

Dentre as principais demandas dos setores progressistas, o Conselho de Comunicação Social foi aprovado com atribuições reduzidas e passou a constar no artigo 224 como um órgão deliberativo cuja função seria acompanhar e intervir, se necessário, no processo de distribuição de concessões de radiodifusão no Brasil. Dada a ampla superioridade da emissora de Roberto Marinho sobre suas concorrentes ao final da década de 1980, o CCS poderia, por exemplo, sugerir medidas para garantir a pluralidade e a descentralização e restabelecer uma concorrência justa no setor, evitando a multiplicação de concessões para a Globo e suas afiliadas. No entanto, além da reconhecida dificuldade de se legislar em sentido contrário às pretensões de Roberto Marinho<sup>113</sup>, uma série de entraves operacionais atrasaram a regulamentação do artigo 224, e o Conselho pôde ser criado apenas em dezembro de 1991. Mais de dez anos depois, em junho de 2002, aconteceria a primeira reunião do CCS, conduzida ironicamente por representantes da RBS e da própria Rede Globo.

Através dos pareceres de Fernando Ernesto Corrêa, o conglomerado gaúcho havia se posicionado contra o CCS desde os primeiros debates na subcomissão; como a aprovação tornou-se inevitável “dentro do jogo político da Constituinte” (CORRÊA, 2015), as fontes consultadas sugerem que a empresa passou a investir na cooptação do Conselho, de modo a evitar que dele emanassem quaisquer empecilhos à realização de seus objetivos: “Conseguimos reduzi-lo a um

---

<sup>113</sup> Desde a instauração da CPI por ocasião do contrato de Marinho junto ao grupo *Time-Life*, é possível que nenhum dos três poderes tenha conseguido colocar em prática qualquer medida que se opusesse deliberadamente aos interesses de expansão das Organizações Globo. Como mencionado no capítulo inicial, Euclides Quandt de Oliveira, ex-ministro das Comunicações, havia manifestado certa disposição em frear o avanço da Rede Globo, mas sofreu ameaças ao tentar impedir a distribuição de concessões para afiliadas da emissora carioca.

órgão auxiliar, e muitos anos depois até participamos dele, internamente. Foi uma manobra nossa, sempre cedendo de um lado para ganhar de outro” (Ibidem). É possível que o senador constituinte José Fogaça (PMDB-RS), elogiado no relato de Corrêa, tenha cumprido o papel determinante na organização interna do CCS entre 2002 e 2004: ex-articulista do jornal *Zero Hora*, ele fora nomeado representante das empresas de imprensa escrita do Conselho, cujo vice-presidente, no mesmo período, era Jayme Sirotsky<sup>114</sup>.

Diferentemente das articulações estabelecidas pela RBS durante o regime militar, que denotavam certa subserviência da empresa em relação aos governos autoritários – afinal, qualquer insubmissão poderia levar à censura e até ao fechamento de seus veículos –, é possível interpretar que a Constituição Federal de 1988 possibilitou diálogos ainda mais amplos com o poder público na década seguinte, com um incremento da capacidade de influência dos empresários da comunicação no cenário político. A morosidade na implantação no CCS e os favorecimentos ainda mais acentuados aos oligopólios midiáticos formados durante a ditadura demonstram que, embora tenha havido amplos debates sobre liberdade de imprensa, o *lobby* empresarial na Assembleia Nacional Constituinte fragmentou o controle público e intensificou a concentração da propriedade dos meios de comunicação no país. A partir de então, os veículos não mais precisariam assegurar a confiança dos governos para garantir sua sobrevivência, mas sim, os próprios governantes e partidos políticos passariam a necessitar do apoio dos veículos jornalísticos nas disputas eleitorais.

As maiores emissoras de radiodifusão do Brasil foram, enfim, favorecidas pelo texto final da Constituição Federal de 1988 e deixaram a ditadura militar com um saldo positivo: ainda que o texto constitucional insinuasse a pretensão de se restringir a propriedade

---

<sup>114</sup> Durante seu mandato como senador (1978-1982), José Fogaça foi relator de pelo menos um projeto de renovação de concessão de radiodifusão da RBS no Rio Grande do Sul (BRASIL, 2000b, p. 24046). Coube a ele, ex-funcionário do conglomerado, apresentar um parecer favorável ao Senado Federal atestando que a emissora Rede Popular de Comunicações Ltda. (cujo nome fantasia é Rádio Farroupilha), dos sócios Pedro Sirotsky e Sérgio Sirotsky, cumpria as formalidades legais e os requisitos técnicos para a renovação.

cruzada dos meios de comunicação, o sistema de outorga e renovação de concessões manteve-se condicionado às pressões políticas e institucionais das empresas sobre o Congresso Nacional. Quanto à mídia impressa, uma reunião do Conselho de Administração da ANJ realizada em 17 de agosto de 1989 demonstrou que a Assembleia Nacional Constituinte também havia contemplado em grande medida as demandas dos proprietários de jornais:

Os diretores de jornais ressaltaram o trabalho desenvolvido pela Associação junto à Assembleia Nacional Constituinte. Graças a esse trabalho, segundo afirmaram, foi possível assegurar, no Artigo 220 da Constituição, que “nenhuma Lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação”. Após destacar a relevância desse dispositivo legal, **ressaltaram o fato de o Brasil estar vivendo, atualmente, a mais ampla liberdade de imprensa de sua história.** (BRASIL, 1989, p. 2, grifo meu)

Embora os dirigentes de entidades corporativas utilizem recorrentemente a palavra *liberdade* em seus discursos<sup>115</sup>, a simples menção a esse termo em pronunciamentos, códigos de ética, relatórios ou textos constitucionais jamais garantiu a efetuação do direito à informação por parte de governos ou meios de comunicação. Pelo contrário, a ênfase textual e a repetição insistente de tal palavra costuma simbolizar tentativas de mascarar através da linguagem a violação sistemática da liberdade de expressão, ou mesmo o sequestro desse direito para fins privados<sup>116</sup> – segundo o relatório MacBride, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), costuma haver conflitos entre a liberdade *de imprensa* e a liberdade *“de empresa”* (UNESCO, 1983). Até mesmo a legislação mais

---

<sup>115</sup> As atas da Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação demonstram que Fernando Ernesto Corrêa abusou desses vocábulos durante seus pronunciamentos na Assembleia Nacional Constituinte (BRASIL, 1987c).

<sup>116</sup> No capítulo seguinte, analiso como a ideia de liberdade foi apropriada como estratégia discursiva para legitimar a privatização de bens públicos no Brasil na década de 1990, favorecendo novamente os interesses da elite empresarial.

autoritária do regime militar lançou mão dessa estratégia discursiva: enquanto o governo federal censurava os jornais e coibia violentamente os cidadãos que se opusessem à ditadura, a segunda redação da Constituição de 1967, outorgada em 1969, assegurava no parágrafo 8º do artigo 153 que era “livre a manifestação do pensamento, da convicção política ou filosófica” (BRASIL, 1969). É evidente, portanto, que a efetivação dos direitos civis depende da vontade política dos governos e de disputas diárias no âmbito legislativo, e não apenas de discursos – ainda mais quando estes estão contaminados por interesses privados, como admite o próprio Fernando Ernesto Corrêa:

Eu me preocupei em estabelecer uma afinidade entre os interesses da RBS e os interesses gerais do setor<sup>117</sup>. (...) A esquerda queria que a propriedade de meios de comunicação fosse exclusiva de brasileiros natos, e isso acabou indo para a Constituição. Mas o que nós fizemos? Demos um jeito de incluir no texto “ou naturalizados há mais de 10 anos” para salvar o Adolpho Bloch, da Rede Manchete e o Roberto Civita, do Grupo Abril – ambos não eram brasileiros. Veja bem, nós abrimos essa brecha só para salvar o Block e o Civita! O leigo não entende, mas todo o texto constitucional tem uma explicação, é resultado de um jogo político. (...) Outra: eles queriam que o cancelamento ou a não renovação das concessões fosse uma atribuição do presidente. Aí, nós acrescentamos que, para isso, eles tinham que conseguir também 2/5 do Congresso Nacional – e isso não é fácil de se conseguir. Tudo para que a gente pudesse abrir uma brecha para negociar depois nossas próprias demandas no Congresso. (CORRÊA, 2015)

---

<sup>117</sup> O político Jorge Bornhausen, que afirma ser amigo de Fernando Ernesto Corrêa “há muitos anos”, assegura que “ele estava ali [na Assembleia Nacional Constituinte] pela RBS” (BORNHAUSEN, 2015). O primeiro gerente comercial da RBS em Santa Catarina, Antunes Severo, acrescenta que “se o Maurício não tivesse morrido, pode ter certeza que ele estaria acompanhando isso bem de perto também, porque era muito importante para a empresa” (SEVERO, 2014).

Como o direito ao sufrágio não garantiu transformações políticas de fundo e participação popular nos processos decisórios, a própria ideia de *redemocratização* parece pouco precisa para descrever o fim do regime militar: os privilégios às grandes corporações foram mantidos, e a situação agravar-se-ia na década de 1990 com uma série de políticas de privatização e liberalização da economia. O regozijo dos dirigentes dos principais jornais brasileiros diante dos resultados da Constituinte corrobora a hipótese de que os mesmos setores beneficiados pela ditadura militar continuariam hegemônicos durante os “regimes eleitorais”, a exemplo do que sugere Petras (1995):

Os regimes eleitorais não se transformaram no veículo da redemocratização, mas essencialmente em redes de transmissão das restrições políticas do Estado autoritário à população geral. (...) Só podemos descrever as transições políticas latino-americanas dos anos 80 como processos de redemocratização se ignoramos os parâmetros autoritários, a continuidade institucional (...) para focalizar simplesmente os procedimentos eleitorais e os processos de tomada de decisões a curto prazo. (PETRAS, 1995, p. 249)

Segundo Florestan Fernandes (1986), “as forças sociais que se identificam com a preservação, a reprodução e a defesa agressiva da ordem confundem a democracia com o *status quo* e com o fortalecimento de seu sistema de poder” (FERNANDES, 1986, p. 56). Por isso mesmo, para Marini (2005), a utilização do termo *democracia* no referido contexto só é válida quando acompanhada de um adjetivo; nesse caso, ele sugere que a expressão “democracia burguesa” é a mais adequada para definir o regime que sucedeu as ditaduras militares na América Latina, visto que a transição reforçou o compromisso firmado entre os governos e as elites econômicas<sup>118</sup>:

A democracia burguesa pode (...) fazer concessões tanto a ela (burguesia) quanto a outros setores a

---

<sup>118</sup> Florestan Fernandes acrescenta que aquela foi “uma transição de um regime ditatorial para uma *república burguesa* institucionalizada, uma versão doce da autocracia burguesa sustentada pelo fuzil” (FERNANDES, 1986, p. 73).

ela vinculados. (...) As concessões à burguesia (...) estão condicionadas pelas exigências da transição, que contribuem para fixar sua natureza e seus prazos. Se se revelam vitoriosas, essas concessões abrem a possibilidade de acordos específicos, os quais, sem chegar a se configurar como aliança, dado eu excluem objetivos históricos comuns, se definem como compromissos. (MARINI apud SILVEIRA; GUILMO, 2012, p. 13)

As relações profícuas entre os maiores empresários de comunicação do país e os presidentes neoliberais na década seguinte serviram para demonstrar que o poder econômico foi, de fato, capaz de tutelar o processo de superação da ditadura militar no Brasil, em consonância com uma nova estratégia estadunidense para garantir a continuidade da intervenção política e econômica na América Latina. O aparelho do Estado seria empregado, pois, “com requinte e afinco, para aperfeiçoar, multiplicar o rendimento e suavizar as aparências desse biombo retrógrado de ‘democracia’” (FERNANDES, 1986, p. 56). Do mesmo modo, a expansão dos negócios da RBS em Santa Catarina a partir de 1990 ratificou o mérito da família Sirotsky de interpretar correta e celeremente uma conjuntura de fragilização dos governos militares, o que possibilitou um estreitamento de seus vínculos com as elites civis e a consequente ampliação de sua supremacia no mercado jornalístico local.



#### **4. A simbiose entre a Globo, a RBS e os governos neoliberais**

Descrevo neste capítulo como o processo de privatização das telecomunicações no Brasil, realizado em grande medida na década de 1990, beneficiou a RBS e os principais empresários do setor midiático. Disserto ainda sobre a preservação dos privilégios da família Sirotsky junto ao poder público em Santa Catarina mesmo após as vitórias das candidaturas de oposição nas eleições de 2002, com Luiz Henrique da Silveira para o governo do estado e Luiz Inácio Lula da Silva para a Presidência da República. Analiso, em seguida, o papel desempenhado por Pedro Pullen Parente e Derly Massaud de Anunciação, intelectuais orgânicos que foram decisivos para a defesa dos interesses da RBS naquele período. Muito embora vários acontecimentos relatados a seguir sejam exteriores a Santa Catarina, apresento algumas das transformações econômicas e mudanças na legislação ocorridas no país durante a década de 1990 para demonstrar como a articulação com o alto escalão do projeto privatista no Brasil contribuiu para a diversificação dos investimentos dos Sirotsky em âmbito estadual, a despeito das dívidas contraídas no período.

##### **4.1. Liberalização, endividamento e socorro governamental**

A instabilidade da moeda brasileira, a inflação galopante e a consequente crise econômica que afetou diversos setores da indústria ao final da década de 1980 favoreceram, paradoxalmente, o desenvolvimento da Rede Globo. Além da atuação complacente de Antônio Carlos Magalhães no Ministério das Comunicações, mencionada no capítulo anterior, a emissora de Roberto Marinho e suas afiliadas também foram beneficiadas pela falência de uma de suas maiores concorrentes, a TV Tupi, o que permitiu consolidar a liderança de audiência em todos os estados (BOLAÑO, 2005, p. 23-24).

Em 15 de maio de 1991, a RBS modificou sua estrutura diretiva: aos 38 anos, Nelson Pacheco Sirotsky substituiu seu tio Jayme Sirotsky na presidência do grupo, e este se tornou o primeiro presidente

do Conselho de Administração, que deixava de se chamar Conselho de Acionistas para aceitar também membros externos<sup>119</sup>. Assim, enquanto alguns analistas prognosticavam mudanças significativas na conjuntura econômica do país, o conglomerado gaúcho estabeleceu um novo canal de articulação e reforço de seus vínculos políticos, através da nomeação de conselheiros externos com inserção e capacidade de influência nos três poderes. A inclusão de nomes estratégicos como João Sayad, ministro do Planejamento no governo José Sarney, e João Carlos Silveiro, juiz do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE-RS), no novo Conselho sugerem que as alterações no organograma da empresa foram motivadas por razões políticas, mais do que propriamente financeiras. Afinal, desde a morte de Maurício Sirotsky Sobrinho, em 1986, o faturamento médio das empresas da RBS havia duplicado (SCHIRMER, 2002, p. 135), apesar da recessão econômica do governo Fernando Collor de Mello<sup>120</sup> (1990-1992).

O conglomerado da família Sirotsky, que tivera participação decisiva na manutenção dos interesses conservadores ao final da ditadura, continuou desempenhando um papel relevante no cenário político brasileiro no início da década de 1990. Daniel Herz (1992) menciona, por exemplo, o esforço da RBS para garantir, em 1991, a eleição do advogado e jornalista Ibsen Pinheiro<sup>121</sup> (PMDB-RS) à Presidência da Câmara Federal. Pinheiro mantinha boas relações com os Sirotsky desde 1976, quando se elegeu vereador em Porto Alegre; como presidente da Câmara, ele conduziu o *impeachment* de Collor e chegou a assumir a Presidência da República interinamente em 20 de novembro de 1992. O autor relata ainda que as nomeações de Marcus Vinícius Pratini de Moraes como ministro de Minas e Energia, de Jorge Konder

---

<sup>119</sup> Pela primeira vez, a RBS autorizou a participação de membros não acionistas também no Comitê Executivo, principal órgão diretivo da empresa: Luiz Alberto Barrichello, Afonso Antunes da Motta e Walmor Bergersch tornaram-se superintendentes da diretoria presidida por Nelson Pacheco Sirotsky, tendo como vice-presidentes Fernando Ernesto de Souza Corrêa, Carlos Eduardo Melzer, Pedro Sirotsky e Marcos Dvoskin (SCHIRMER, 2002, p. 160).

<sup>120</sup> Se por um lado a crise interferia negativamente nos negócios da família Sirotsky, é relevante considerar que, das 94 outorgas distribuídas em todo o país pelo governo Collor, a RBS recebeu 16 autorizações (HERZ, 1992, p. 2).

<sup>121</sup> Ibsen Pinheiro seria contratado pela RBS no final da década de 1990 para atuar como comentarista esportivo na Rádio Gaúcha e na RBS TV.

Bornhausen como Secretário de Governo da Presidência da República e de Nelson Marchezan<sup>122</sup> como Secretário das Comunicações no governo Collor também contaram com o respaldo e a benevolência da RBS. Marchezan, em especial, participaria ativamente do processo de privatização das telecomunicações – foi ele quem decidiu quais grupos privados poderiam explorar a telefonia móvel no Brasil (HERZ, 1992, p. 2). Sua relação com os veículos da RBS era bastante próxima durante os governos autoritários, o que incluía visitas frequentes às redações do conglomerado; em um pronunciamento na Câmara dos Deputados em maio de 2000, ele próprio enfatizou: “vi nascer o jornal *Zero Hora* e acompanhei de perto toda a sua trajetória, sempre, aliás, de ascensão” (BRASIL, 2000a, p. 857).

Além da manutenção de seu poder de influência política e institucional ao final da ditadura militar, o conglomerado gaúcho também preservou resquícios dos “anos de chumbo” no interior das redações. Meses antes do anúncio da mudança diretiva de 1991, o ex-Secretário de Imprensa do governo Médici (1969-1974), Carlos Machado Fehlberg, tornou-se diretor de redação do jornal *Zero Hora* – Lauro Schirmer, que ocupara esta função por 20 anos, assumiria então a coordenação editorial dos veículos da RBS.

---

<sup>122</sup> Desde a ditadura militar, quando atuou como deputado federal (1975-1987) pela Arena e pelo PDS, o nome de Marchezan está relacionado a *lobbies* no setor de comunicação. Herz (1986) demonstra, a partir de um relato do então prefeito de Lavras do Sul, Cláudio Bulcão (PDS-RS), que Marchezan intermediou concessões de rádios vinculadas a prefeituras no Rio Grande do Sul na década de 1980, em um processo que beneficiava principalmente ex-arenistas que haviam migrado ao PDS. Durante o mandato presidencial de Figueiredo, como deputado federal (1975-1987) e líder da Arena na Câmara, era ele quem recebia os empresários gaúchos que pretendiam solicitar ao Dentel, em Brasília, projetos de instalação de emissoras de radiodifusão (GARCIA, 2013, p. 26). Em discurso oficial na Câmara dos Deputados por ocasião da morte de Maurício Sirotsky Sobrinho, Nelson Marchezan reafirmou sua admiração descomedida pelo trabalho do fundador da RBS: “o legado de Maurício Sirotsky durará para muito além de nossos dias, ficará na alma das futuras gerações, perpetuando-se como influxo de Deus nos sem-fins dos tempos” (BRASIL, 1986, p. 74).

A relação entre Fehlberg e a *Zero Hora* é anterior ao regime militar. Durante a década de 1960, ele assinava uma coluna monotemática na página 6 chamada “Show da Política”, com altos índices de leitura, publicada imediatamente abaixo da charge diária de Ivan Jorge. Em 15 de dezembro de 1966, já durante a ditadura, sua coluna mudou de nome para “Informe Político” e passou a ser dividida em blocos separados por intertítulos, ocupando cerca de um terço da página (SCHUSTER, 2003). Após quatro anos no Palácio do Planalto, ele retornou a Porto Alegre para assumir os cargos de editor-chefe e diretor de redação do periódico gaúcho até 1992, quando foi transferido a Florianópolis para exercer uma função análoga no *Diário Catarinense*. E a partir de então, por aproximadamente seis anos, o jornal de maior circulação em Santa Catarina passou a ser dirigido por um ex-membro do alto escalão do governo mais repressivo da ditadura militar brasileira.

Há indícios de que Fehlberg aceitara o convite para coordenar a Secretaria de Imprensa em 1969 somente porque confiava que Médici reconduziria o país à democracia; antes de retornar às redações, ele “buscou se legitimar por meio da assinatura de um documento em repúdio à morte de Vladimir Herzog nos porões da ditadura” (NAVES, 2014, p. 101). Segundo relato publicado por Schirmer (2002, p. 90-92), a atuação de Carlos Fehlberg no jornal *Zero Hora* foi marcada pela luta contra a censura e a repressão ditatoriais – não há no texto nenhuma menção à participação do jornalista no governo mais violento da história do regime militar brasileiro. É relevante considerar, no entanto, que o SNI produziu um relatório sobre a *Zero Hora* em março de 1984, um ano antes da queda do regime, e Fehlberg é o único editorialista descrito como “confiável” pelos militares: “os demais, apesar de redigirem de acordo com a orientação da direção do órgão, são elementos que têm se revelado contestadores do governo” (BRASIL, 1984, p. 3). Sobre os anos em que ele esteve no *Diário Catarinense*, o colunista Cláudio Prisco Paraíso menciona o espaço privilegiado destinado aos conteúdos políticos<sup>123</sup>: “Aquele foi o grande momento do *Diário Catarinense* para

---

<sup>123</sup> O sucessor de Fehlberg no *Diário Catarinense*, Cláudio Thomas, seria o responsável por diminuir o espaço para a editoria Política no jornal a partir de 1998. “O *Diário Catarinense* não era rentável. (...) O leitor abria o jornal e só via política. Por isso, fiz um esforço para reequilibrar as editoriais, dando mais espaço para outros conteúdos. A gente sentia que precisava diversificar as

quem trabalhava com política, disparado! (...) Além da coluna, às vezes, eu abria quatro, cinco páginas de material político! Foi um período excelente” (PARAÍSO, 2015).

Entrevistado pela Rádio Famecos-PUCRS em abril de 2001, o jornalista João Antônio Garcia, ex-funcionário e concorrente de veículos da RBS, relatou que o trabalho de Carlos Fehlberg em Brasília permitira a ele estabelecer relações duradouras com lideranças políticas oriundas dos governos autoritários, das quais se beneficiou após retornar à *Zero Hora*. Sua amizade com Nelson Marchezan, especificamente, assegurou-lhe uma posição privilegiada e um tratamento desigual em relação aos demais profissionais:

Eu não conseguia fazer perguntas nas coletivas. Se tivesse com um senador importante, o Jarbas Passarinho, com o Nelson Marchezan que era então o líder do Governo da Arena na Câmara dos Deputados, eu ia fazer pergunta e os caras me atropelavam, os “papas da comunicação”. (...) Eu fiquei muito chateado com aquilo, eu não conseguia fazer pergunta. (...) Literalmente atropelavam e o Marchezan também não respondia, o que era uma sacanagem para mim que era repórter. Mas é que o Marchezan tinha canal direto com o Fehlberg, Carlos Fehlberg, que era o editor da *Zero Hora* e tinha sido chefe de imprensa do Médici. (GARCIA, 2001, *on-line*)

Os anos derradeiros do regime haviam coincidido com um processo de intensificação das pressões pela liberalização dos serviços de telecomunicações no país, seja por fatores externos – a privatização da *British Telecom* pelo governo inglês em 1982 e a quebra do monopólio da *American Telephone and Telegraph* nos Estados Unidos em 1984 – ou internos, como o referido *lobby* dos conglomerados de comunicação, a tal ponto que o último ministro das Comunicações do regime militar, Haroldo de Mattos, passou a sinalizar a necessidade de privatizações (KURTH, 2006, p. 42). Se até 1985 as intervenções se

---

coberturas, porque, até então, na época do Fehlberg, ele era basicamente um ‘jornal político’” (THOMAS, 2015).

davam em quase todos os setores, a partir do governo José Sarney (1985-1990) seriam implementadas medidas progressivas de desestatização, e a justificativa mais utilizada para a mudança de postura era a necessidade de readequar o mercado brasileiro à dinâmica competitiva internacional. Nesse contexto, foram regulados os serviços de TV por assinatura através do Decreto nº 95.741 de 23 de fevereiro de 1988 e da Portaria do Ministério das Comunicações nº 250 de 13 de dezembro de 1989. Fernando Collor de Mello, por sua vez, deu continuidade às privatizações, extinções e incorporações – ele fora eleito graças a um apoio notório da Rede Globo, a mesma que mais tarde passaria a apoiar seu *impeachment*<sup>124</sup>.

---

<sup>124</sup> A edição do último debate da campanha presidencial de 1989, em que a TV Globo favoreceu notoriamente o então candidato Fernando Collor em detrimento de seu oponente, Luiz Inácio Lula da Silva, é considerada o exemplo mais evidente de manipulação eleitoral na televisão brasileira. A emissora de Roberto Marinho reconheceu que houve desequilíbrio na edição, mas jamais atribuiu o erro a uma preferência pela candidatura de Collor (NEVES, 2008). Entre os historiadores e críticos de mídia brasileiros, não há dúvidas sobre a intencionalidade de Marinho naquele processo, dadas as suas relações com o pai de Fernando Collor, Arnon de Mello, proprietário da TV Gazeta de Alagoas quando esta se tornou afiliada da Rede Globo, em 1975. Amigo de Roberto Marinho, Jorge Bornhausen ajuda a corroborar tal hipótese: “de fato, o doutor Roberto nunca foi muito próximo do Fernando Collor, mas era próximo do pai dele, que tinha a TV Globo em Alagoas” (BORNHAUSEN, 2015). Bornhausen, que se tornara Secretário de Governo da Presidência da República em 1992, relata que uma de suas primeiras reações após a confirmação das denúncias de corrupção relacionadas a Collor foi viajar ao Rio de Janeiro para conversar justamente com Roberto Marinho – uma intervenção do então presidente das Organizações Globo poderia evitar o *impeachment*. Não foi o que aconteceu: “Quando houve a denúncia do irmão do presidente, o Pedro Collor, eu procurei o doutor Roberto Marinho, porque a situação estava absolutamente crítica. Eu entendia que a gente tinha que encontrar uma saída democrática. Ele foi muito cordato, (...) mas via também as dificuldades face à gravidade da denúncia” (Ibidem). Mário Sérgio Conti (1999) apresenta o relato mais completo sobre a ascensão e queda de Collor do ponto de vista da mídia, demonstrando em que medida as relações pessoais entre repórteres e políticos e o interesse econômico das empresas jornalísticas interferiram nas coberturas dos jornais brasileiros sobre aquele período.

Favorecida pelas políticas de comunicação dos governos Sarney e Collor – neste último, com a participação decisiva de Nelson Marchezan –, a RBS registrou entre 1991 e 1993 uma das curvas de crescimento mais expressivas desde a sua entrada em Santa Catarina. O aumento da lucratividade da empresa nesse período permitiu, por exemplo, a criação da NET Sul, em 1992. Sob o comando de Marcelo Sirotsky<sup>125</sup>, em três anos a empresa investiu cerca de 60 milhões de dólares em empreendimentos para operação televisiva a cabo. Ainda em 1992, os Sirotsky oficializaram a compra do *Jornal de Santa Catarina*, de Blumenau, terceiro município mais populoso do estado<sup>126</sup>. A publicação circulava desde 1971, e sua identificação com os assinantes do Vale do Itajaí era um entrave para a inserção do *Diário Catarinense* no mercado regional. Após a aquisição, para não afetar os vínculos com os leitores e anunciantes, os dirigentes do conglomerado gaúcho mantiveram o título e o formato do jornal blumenauense:

O *Santa* era um jornal grande, formato *standard*. Mudar para tabloide seria a solução mais racional<sup>127</sup>, mas (...) a decisão foi a de não mudar o formato do jornal, para não correr riscos de reações à quebra de uma tradição que afinal já tinha 21 anos. (SCHIRMER, 1992, p. 112)

Outra estratégia de inserção utilizada pela RBS, dada a presença massiva de descendentes germânicos no Vale do Itajaí, foi selecionar profissionais de seus quadros no Rio Grande do Sul com ascendência alemã para exercer funções diretivas: Álvaro Iahnig, por exemplo,

---

<sup>125</sup> Filho de Jayme Sirotsky.

<sup>126</sup> “De lá para cá foram introduzidas algumas mudanças, tais como a impressão a cores em 1994, novas rotativas, fechamento da sucursal do *Diário Catarinense* em Blumenau. Isto significou uma centralização dos negócios, uma redução de pessoal e a utilização das matérias produzidas pelos jornalistas do *Jornal de Santa Catarina* para os outros veículos do grupo, através da chamada Agência RBS (FORMIGA, 2007, p. 65).

<sup>127</sup> Na década de 1970, os principais jornais brasileiros eram diagramados no formato *standard* (6 colunas x 52 centímetros), exceto a *Zero Hora*, que popularizou o formato tabloide (5 colunas x 29 centímetros). A RBS manteve o formato reduzido em todas as suas publicações posteriores, com exceção do *Jornal de Santa Catarina*.

assumiu o cargo de gerente geral, e Nelson Ferrão Matzenbacher, de editor-chefe. Em três anos, o *Jornal de Santa Catarina* teria a terceira maior circulação do estado, e o sucesso daquela negociação serviria como impulso para que o conglomerado gaúcho continuasse eliminando sistematicamente as empresas concorrentes no interior para se tornar referência no consumo de notícias em todos os municípios catarinenses. Segundo o pesquisador Aristheu Formiga,

(...) com a predominância dos jornais do Grupo RBS, é imediata a possibilidade de uma hegemonia editorial, com a enunciação de uma única linha noticiosa, para todo o estado. (...) Os jornais *Diário Catarinense* e *Jornal de Santa Catarina* tornam-se, então, porta vozes editoriais para todo o estado, com forte influência na formação de opinião e na defesa das posturas corporativas do Grupo RBS. (FORMIGA, 2007, p. 68)

Em escala nacional, a Rede Globo mantinha sua soberania técnica e financeira, associada a 25 grupos regionais de comunicação – um a menos que a TV Bandeirantes e um a mais que a TV Manchete. O equilíbrio entre as três redes, no entanto, era apenas aparente: a Globo concentrava 171 veículos, contra 104 da Bandeirantes e 83 da Manchete; além de ser o único conglomerado nacional que operava em todos os suportes midiáticos, também liderava em número de emissoras de televisão, com cerca de 30% a mais que o Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), principal concorrente no setor de telejornalismo. Os índices de audiência, cada vez mais, manifestavam essa disparidade: no chamado “horário nobre”, entre as 18 e as 24 horas, a emissora de Marinho era a preferida de aproximadamente 73% dos telespectadores (STADNIK, 1994, p. 45).

Mesmo que o fim da censura prévia possibilitasse críticas mais contundentes às classes dominantes, os veículos da família Sirotsky mantiveram uma postura complacente e preferiram evitar conflitos com as elites políticas remanescentes do período ditatorial em Santa Catarina. Nesse sentido, é possível que o relacionamento cada vez mais próximo entre Roberto Marinho e Jorge Bornhausen – principal representante dos setores conservadores do estado na segunda metade do século XX –



desencorajasse a realização de coberturas negativas, sob o risco de desagradar o então presidente das Organizações Globo. Bornhausen havia recusado em 1985 uma indicação de Marinho para assumir o Ministério do Planejamento e, desde então, os dois passaram a se reunir com frequência:

Em 1983, como senador, eu passei a ter uma atividade política nacional. Até então, minha atividade restringia-se a Santa Catarina (...) Depois de 1985, eu e o doutor Roberto Marinho passamos a ter um relacionamento que me permitia, quando ia ao Rio de Janeiro, telefonar e ir lá conversar com ele. Era um homem muito agradável, tinha espírito público. Tivemos vários contatos. (...) No governo Collor, quando eu fui para a Secretaria Geral da Presidência da República, eu o procurei para explicar minhas intenções e as razões pelas quais eu tinha aceito o compromisso do presidente. (...) Trocamos ideias, inclusive, naquela ocasião sobre os nomes de possíveis ministros. (...) Ele ficou muito feliz quando foi lembrado, por exemplo, o nome do Eliezer Batista, que acabou sendo o ministro da Secretaria de Assuntos Extraordinários. E, normalmente, eu ia ao Rio de Janeiro para conversar com ele e dar uma ideia do que estava sendo feito. (...) Até eu sair, tive vários encontros com ele. O doutor Roberto Marinho teve uma participação ativa e efetiva em todo esse processo. (...) Jantei duas vezes na casa dele; uma bela residência no bairro Cosme Velho. (BORNHAUSEN, 2015)

Embora as políticas de liberalização e desregulamentação impulsionadas inicialmente pelos presidentes Sarney, Collor e Itamar Franco tenham sido significativas a ponto de promover a expansão e a modernização dos principais conglomerados de mídia do país, nenhum presidente estimulou tanto a abertura do mercado de comunicações brasileiro para o capital, independentemente de sua origem, quanto Fernando Henrique Cardoso (FHC), do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) – eleito em 1994 com apoio da Rede Globo e da

RBS<sup>128</sup> (SOUZA, 1999, p. 225). A Lei 8.977/1995, conhecida como “Lei do Cabo”, que possibilitou a participação estrangeira em até 49% do capital das concessionárias de telecomunicações e de TV a cabo, foi aprovada em janeiro de 1995, em seu primeiro mês de governo<sup>129</sup>. Em

---

<sup>128</sup> Golembiewski (2000) sugere que há uma tendência perceptível nas escolhas políticas e editoriais dos veículos da RBS. Além dos imperativos econômicos – possíveis benefícios para o crescimento da empresa com a vitória de um ou outro candidato –, outros dois fatores costumam ser determinantes: a postura assumida pela Rede Globo e o vínculo histórico dos Sirotsky com políticos do PFL, como Antônio Carlos Konder Reis e Jorge Bornhausen. “Em 1989, a Globo apoiou a candidatura de Fernando Collor de Mello (...). A Rede Brasil Sul teve a mesma posição. Na primeira eleição de FHC em 1994, o fenômeno se repetiu. No final da campanha, Lula reuniu oito mil pessoas num comício em Chapecó, a RBS TV deu apenas uma nota (texto sem imagens) no telejornal. No mesmo dia, FHC fez um comício relâmpago (final de tarde) no município de São José (Grande Florianópolis) e a emissora mobilizou pelo menos três equipes de reportagem, inclusive com entradas ao vivo. Ou seja, para o candidato apoiado pela TV Globo e coligado com o PFL, cobertura especial; já para Lula, nem imagens do comício” (GOLEMBIEWSKI, 2000, p. 31).

<sup>129</sup> Apesar de sua permissividade em relação aos investimentos estrangeiros, a Lei do Cabo foi uma das primeiras a ser negociada entre os empresários e a sociedade civil – representada pelo Fórum Nacional pela Democratização das Comunicações – sem a interferência de deputados ou senadores na formulação de seu texto inicial. O pesquisador Daniel Herz, que participou ativamente daquele processo, vislumbra o cabo e as demais tecnologias de TV paga como ferramentas para a democratização da mídia brasileira e considerava que o engessamento do setor de comunicações e as consequências negativas da aprovação da Lei 8.977 não resultaram de defeitos do texto original, mas sim, de aspectos relativos à sua regulamentação (POSSEBON, 2003). Ainda assim, a despeito da apropriação do texto para fins empresariais, foi a Lei do Cabo que permitiu a criação de emissoras de caráter público, como as TVs legislativas (Câmara, Senado, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais) e os canais universitários. Em setembro de 2011, o conteúdo de quase todos os seus capítulos foi alterado devido à aprovação da Lei 12.485/2011, chamada de “Lei do Acesso Condicionado”, que propiciou avanços na promoção da cultura nacional e regional e ajudou a fomentar o mercado audiovisual independente: a proporção de canais estrangeiros e brasileiros, antes sem definição, tornou-se *seis para um* – a partir do sexto canal estrangeiro oferecido por um pacote de TV, um canal nacional deve entrar na grade. Exceto os canais jornalísticos e esportivos, todos os canais por assinaturas foram obrigados a oferecer em horário nobre ao menos três

agosto, a Emenda Constitucional nº 8 quebraria o monopólio estatal das telecomunicações e permitiria que os conglomerados midiáticos brasileiros se transformassem em *holdings*, atuando também nos ramos de telefonia, TV por assinatura e internet a preços reduzidos (LIMA, 2001). A lista de concorrentes inscritos na licitação da chamada “banda B” da telefonia móvel em São Paulo, àquela época, demonstra que os empresários que pleiteavam o mercado das telecomunicações eram os donos das maiores corporações de radiodifusão e imprensa: Roberto Marinho, do Grupo Globo, a família Mesquita, do jornal *O Estado de S. Paulo*, e a família Sirotsky (VIANNA, 1993, p. 130).

Se a disputa pelas telecomunicações na região Sudeste era acirrada, a RBS desfrutava de sua hegemonia no Sul do país. Além da superioridade no mercado midiático regional, os Sirotsky contavam com a benevolência de um ex-funcionário para iniciar seus investimentos no setor: o ex-repórter do jornal *Zero Hora* e ex-diretor de jornalismo da RBS TV, Antônio Britto, fora eleito governador do Rio Grande do Sul em 1994 pelo PMDB, e logo em seu primeiro ano de mandato decidiu privatizar 35% do capital da Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT). O anúncio das pretensões de Britto imediatamente valorizou o conglomerado dos Sirotsky – principal comprador em potencial – no mercado internacional, permitindo a captação de recursos no exterior e elevando o preço das ações do grupo:

A RBS, como principal empresa da mídia no Sul, se torna a noiva desejada pelos futuros pretendentes a operar no RS. Em poucas semanas, chegam a Porto Alegre, procurando pela RBS, a *British Telecom*, a *Deutsche Telecom*, a *France Telecom*, a *AT&T*, a *Telefónica de España* e, naturalmente, o Roberto Peon, da *Bell South*. (...) Os espanhóis terminaram apresentando a melhor proposta, inclusive financiando a participação da RBS, de U\$ 70 milhões. (SCHIRMER, 2002, p. 181)

---

horas e meia semanais de conteúdo nacional “qualificado”, o que exclui programas esportivos, religiosos ou políticos, concursos, publicidade, programas de auditório ou televidas.

A negociação da CRT abriu as portas para os investimentos dos Sirotsky em TV a cabo e telefonia, que seriam intensificados após o leilão da Telebrás ainda durante os governos Antônio Britto e Fernando Henrique Cardoso. Em setembro de 1995, apesar dos problemas decorrentes do acordo com a companhia espanhola *Telefónica*<sup>130</sup>, a RBS garantiu a cobertura virtual de 100% do território catarinense e atingiu um potencial acumulado de 14 milhões de espectadores após a compra da TV Eldorado, de Criciúma, por 2 milhões de dólares (SOUZA, 1999, p. 73-83). O conglomerado também passou a dispor de 2.043 quilômetros de enlaces de micro-ondas exclusivamente para suas transmissões televisivas<sup>131</sup>, o equivalente a quase 10% da extensão de todos os enlaces da Embratel no país.

As consecutivas privatizações de empresas públicas no Brasil acompanhavam na década de 1990 a tendência liberalizante da economia dos países do Mercado Comum do Sul (Mercosul), estimulada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Além de expandirem e diversificarem seus negócios nesse período<sup>132</sup>, há evidências de que os

---

<sup>130</sup> A RBS e a *Telefónica* haviam se proposto a dividir as ações para operar juntas a Tele Centro Sul, que cobriria os três estados da região Sul, além de Brasília e Mato Grosso do Sul. A ideia era que a RBS se concentrasse no Sul e a Rede Globo na região central do país, com a Telesp, a Telesp Celular e a Tele Celular Sul. A estratégia das duas empresas foi desarticulada, porém, quando a *Telefónica* participou de um leilão sem o conhecimento dos Sirotsky, o que resultou na compra da Telesp pela Tele Brasil Sul. Assim, a RBS não pôde participar no leilão da Tele Centro Sul e a Rede Globo perdeu a Telesp Celular para a Portugal Telecom, articulado à *Telefónica*. O episódio, “além de estremecer as relações entre as duas parceiras, abalou profundamente o planejamento da RBS” (SANTOS; CAPPARELLI, 1999, p. 13).

<sup>131</sup> Conforme mencionado neste trabalho, a Rede Globo havia assinado em 1981 um contrato junto à Embratel para uso do serviço nacional de televisão através do Canal Permanente de Satélite, a TV-Sat, permitindo a exibição em tempo real, simultânea e em cadeia para todo Brasil. A TV Catarinense passou a receber programação por satélite em 4 de julho de 1984, mas a RBS preferiu manter sua rota de micro-ondas privada (KURTH, 2006, p. 134).

<sup>132</sup> O ex-diretor comercial do jornal *Zero Hora*, Madrugá Duarte, passou a coordenar a Diretoria do Mercosul da RBS em 1993, dedicando-se exclusivamente a atrair anunciantes e a desenvolver projetos em conjunto com investidores ou empresas latino-americanas, tamanho o interesse do

dirigentes da RBS em Santa Catarina estavam articulados politicamente com a alta cúpula do projeto privatista do continente. Pedro Sirotsky, por exemplo, presidia o Fórum de Integração do Cone Sul, que organizou o 3º Congresso de *Marketing* e Negócios em 1º de novembro de 1996. A convite dele, reuniram-se em Florianópolis os presidentes neoliberais Fernando Henrique Cardoso, Carlos Menem, da Argentina, e Juan Carlos Wasmosy, do Paraguai<sup>133</sup>. O pronunciamento oficial de abertura de FHC indicava que o evento, além de reunir investidores e diretores de grupos privados, era uma oportunidade de afinar estrategicamente o discurso privatista, reafirmando em cada país o compromisso de preservar as políticas de liberalização da economia como símbolo da unidade e da integração do Mercosul:

O Mercosul é um instrumento de valorização da liberdade. (...) Não se trata simplesmente de um espaço econômico que já é muito importante, nem simplesmente de uma área de investimento que é importantíssima, mas trata-se de uma forma de aproximação entre povos a partir de valores, de ideais que são compartilhados. (...) Então, o Mercosul nos traz a ideia de liberdade, nos traz a ideia de equidade e nos traz, também, essa sensação de que nós temos que, efetivamente, integrarmo-nos mais uns aos outros. (...) É isso que eu acho que forma, realmente, a essência do nosso encontro aqui, hoje, em Santa Catarina, aqui, nesta sala, com os senhores que têm essa formação que permite uma análise muito importante das múltiplas potencialidades do Mercosul como marca e a possibilidade de encontrar símbolos que representem esse Mercosul de maneira mais imediata. (BIBLIOTECA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1996, p. 441-442)

---

conglomerado gaúcho em diversificar suas atividades e inserir-se no mercado internacional.

<sup>133</sup> O presidente uruguaio Julio Sanguinetti não participou do evento porque estava em compromisso oficial na Europa (SCHIRMER, 2002, p. 118).

A associação é inequívoca: em um encontro de negócios, promovido por um acionista de uma empresa vinculada à Rede Globo, que reunia estadistas adeptos de programas de privatização, o convite de Fernando Henrique Cardoso à “valorização da liberdade” pode ser facilmente interpretado como um estímulo à desregulamentação das economias e à abertura para o capital estrangeiro, sem impedimentos. É possível presumir ainda que um dos “símbolos que representariam o Mercosul de maneira mais imediata”, segundo o presidente brasileiro, fosse justamente a continuidade da aplicação do neoliberalismo de maneira análoga em cada um dos países. Afinal, a palavra “liberdade”, utilizada no discurso do então presidente brasileiro, é empregada recorrentemente com um eufemismo para uma série de políticas de não intervenção estatal e de liberalização dos mercados<sup>134</sup> (PETRAS, 2012) – outro exemplo flagrante dessa apropriação é o Fórum da Liberdade, que dá nome ao maior espaço de debates da direita brasileira, segundo reportagem publicada pela Agência Pública em junho de 2015; a RBS é uma das patrocinadoras *master* do evento, ao lado de empresas bilionárias como a siderúrgica Gerdau e a produtora de cigarros Souza Cruz<sup>135</sup>.

Também em nome de certa “liberdade”, a *Sociedad Interamericana de Prensa* (SIP) havia emitido em 11 de março de 1994 a Declaração de Chapultepec, documento que expressava o compromisso de jornalistas, estadistas, juristas e meios de comunicação para com o livre exercício da profissão. Curiosamente, a SIP foi fundada em Cuba durante a ditadura de Fulgencio Batista (1955-1959), apoiou o golpe que deu início ao regime militar de Augusto Pinochet (1973-1990) no Chile, e há indícios de que foi financiada por governos autoritários e por membros do Departamento de Estado Norte-Americano (LIMA, 2009). No Brasil, coube ao diretor daquela entidade, Jayme Sirotsky,

---

<sup>134</sup> “O termo *liberdade* mascara a destruição desumana da ordem cívica pelos capitalistas privados, através do exercício desenfreado do poder econômico e político. *Mercado livre* é um eufemismo para o domínio absoluto dos capitalistas sobre os direitos e modos de vida de milhões de cidadãos; em essência, uma verdadeira negação da liberdade” (PETRAS, 2012, *on-line*, tradução minha)

<sup>135</sup> Amaral, M. A nova roupa da direita. **Agência Pública**, 23 jun. 2015. Disponível em: <http://apublica.org/2015/06/a-nova-roupa-da-direita/>. Acesso em: 13 jul. 2015.

entregar a Declaração de Chapultepec para que fosse assinada por Fernando Henrique Cardoso em 9 de agosto de 1996. Então presidente do Conselho de Administração da RBS, Sirotsky aproveitara a oportunidade para alertar FHC sobre o risco de se aprovar determinadas mudanças na legislação brasileira – à época, o Congresso Nacional discutia a nova Lei de Imprensa e, entre suas ponderações, Sirotsky observara ao então presidente da República que “seria completamente dispensável se houvesse uma reformulação completa dos códigos Penal e Civil” (RIO GRANDE DO SUL, 1996, *on-line*). Meses antes da conversa com Fernando Henrique Cardoso, Jayme Sirotsky havia se tornado o primeiro latino-americano a assumir a presidência da Associação Mundial de Jornais, em 22 de maio de 1996, durante o 49º Encontro Mundial de Jornais em Washington, nos Estados Unidos; FHC enviou congratulações por intermédio do ministro da Justiça, Nelson Jobim<sup>136</sup>, que o representou na cerimônia.

Em plena expansão na metade da década de 1990 e cada vez mais influente nas associações corporativas nacionais e internacionais, a RBS não tinha motivos para questionar a “onda privatizante” e a reestruturação neoliberal do Estado. Além da atuação profícua dos governos do PSDB, a introdução de novas tecnologias de transmissão também favorecia o crescimento das maiores empresas jornalísticas do país: em 1996, por exemplo, as portarias 87 e 88 do Ministério das Comunicações autorizaram pela primeira vez a exploração dos serviços *Direct to Home* (DTH), sistema de televisão digital transmitida via satélite, sem a necessidade de cabos. A transcrição de uma gravação telefônica entre Fernando Henrique Cardoso e Luiz Carlos Mendonça de Barros<sup>137</sup> ilustra a amabilidade da relação entre a imprensa e o governo federal no auge das privatizações no Brasil:

Os dois comentam o tom apologético adotado pela mídia para saudar as privatizações, que

---

<sup>136</sup> O filho de Nelson Jobim, Alexandre Kruehl Jobim, seria posteriormente nomeado consultor jurídico da Abert, entre 1998 e 2007, e da ANJ, entre 2009 e 2012. A partir de então, assumiria o cargo de vice-presidente Jurídico e de Relações Governamentais do Grupo RBS.

<sup>137</sup> Ex-presidente do BNDES (1995-1998) que assumiu o Ministério das Comunicações após a morte de Sérgio Motta, em abril de 1998.

catapultariam o Brasil ao concerto das grandes nações. Não era ingenuidade. Se, de um lado, os grandes conglomerados propagandeavam as benesses que a venda do patrimônio público traria ao país, de outro, sonegavam aos seus leitores, ouvintes e telespectadores a condição de integrante de consórcios que disputavam a aquisição das teles. – A imprensa está muito favorável, com editoriais – comenta Mendonça de Barros. – Está demais, *né* – diz FHC. – Estão exagerando até... (RIBEIRO JR., 2011, p. 73)

Outras duas sanções estimularam os investimentos no setor midiático brasileiro em 1997, sempre com o respaldo da Abert como “pivô político-ideológico” (DREIFUSS, 1989): a criação da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), que autorizava o Poder Executivo a flexibilizar os limites à participação estrangeira no capital das prestadoras de serviços de telecomunicações, e o leilão da Telebrás. Neste último caso, além de captar recursos estrangeiros, os Sirotsky acompanharam de perto a elaboração do modelo de privatização e de divisão territorial da companhia, para que o resultado do leilão não impusesse nenhum obstáculo a seus interesses de expansão junto à CRT. Ao final do leilão, a área de cobertura da Tele Centro Sul passou a integrar Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul e Brasília – “era a plataforma que a RBS queria para alavancar seus negócios de telecomunicações e TV a cabo” (SCHIRMER, 2002, p. 181).

A diversificação das atividades traduziu-se rapidamente em um aumento significativo das receitas. Ao final de 1997, a família Sirotsky controlava 18 emissoras de televisão, 18 estações de rádio, 20 sistemas de TV por assinatura, quatro jornais, um provedor de acesso à internet e uma produtora de vídeo, e a soma do faturamento dessas atividades naquele ano era equivalente a 700 milhões de reais (SOUZA, 1999, p. 88). Uma das novas emissoras a cabo era a TVCOM, inaugurada em Porto Alegre em 15 de maio de 1995 com a proposta de realizar a cobertura noticiosa da região metropolitana da capital gaúcha. Primeira



experiência de TV comunitária paga<sup>138</sup> no Brasil (HONEIFF, 1996, p. 98), a emissora passou a produzir seus próprios programas e a retransmitir parte da programação da RBS TV. No ano seguinte, o conglomerado gaúcho iniciaria ainda as transmissões do Canal Rural, mais um investimento na televisão “fechada”, desta vez para todo o território nacional, apostando na segmentação dos conteúdos.

Em entrevista à revista *Carta Capital* em maio de 1998, Nelson Pacheco Sirotsky admitiu pela primeira vez considerar que o jornalismo, aos moldes empresariais, conduz à concentração midiática e não pode ser independente<sup>139</sup>.

Os veículos de comunicação vivem um dilema: **ou tentam o exercício puro da atividade única, independente**, o compromisso só com aquela informação, sem vinculações políticas, econômicas, **ou partem para um projeto empresarial**. Se você fica numa posição isolada, num nicho, corre o risco de não sobreviver diante do jogo competitivo. (...) Concordo que, do ponto de vista da utopia do jornalismo, que é muito bonita, a ideia de uma atitude isolada, fechada, sem conexões é a ideia a ser seguida. Por outro lado, tem a realidade empresarial. O nosso mundo vai ser um mundo de concentração, de poucos

---

<sup>138</sup> O nome TVCOM deriva da expressão “TV comunitária”, muito embora a concessão do canal não tenha sido outorgada como emissora comunitária. Segundo informações do Ministério das Comunicações, o edital que contemplara o canal porto-alegrense era o de Serviço Especial de Televisão por Assinatura (TVA), através do qual a programadora transmite o sinal até o a operadora, que envia a programação ao assinante por meio de sinais UHF codificados, sendo permitida, a critério do poder concedente, a utilização parcial sem codificação – este modelo está praticamente em desuso. O governo federal manteve 25 TVAs, todas elas operadas por emissoras comerciais que figuram entre as líderes de audiência em seu território.

<sup>139</sup> Cabe ressaltar que o primeiro artigo do Código de Ética da Associação Nacional de Jornais (ANJ) – entidade que seria presidida por Nelson Pacheco Sirotsky entre 2004 e 2008 – manifesta o compromisso dos jornais afiliados com a sua independência (BRITO; PEDREIRA, 2009, p. 84).

*players*. Acho que a tecnologia, na frente da questão da lei, já está determinando isso. (CARTA CAPITAL, 1998, p. 56, grifo meu).

Sirotsky pretendia, em última instância, justificar a escolha da RBS pela segunda opção, assumindo-se como um projeto empresarial que, para sobreviver, precisa estabelecer vínculos políticos e renunciar a seu compromisso com a independência no exercício da atividade jornalística. É flagrante a contradição entre este fragmento e o discurso de profissionalismo utilizado por pela empresa para propiciar sua entrada em Santa Catarina na década de 1970. Se antes a estruturação da RBS aos moldes empresariais permitia-lhe o exercício de um jornalismo “mais profissional” ou desvinculado de interesses políticos, a entrevista à *Carta Capital* sugere exatamente o contrário: a realidade empresarial pressupõe vinculações que comprometem a independência dos veículos.

A exemplo da RBS, dezenas de conglomerados brasileiros de radiodifusão e imprensa haviam participado de negociações com companhias internacionais desde o início da década de 1990 e contraíram dívidas em dólar para financiar novos investimentos. O entusiasmo do mercado manteve-se precisamente até 1998, quando o aumento repentino da cotação da moeda estadunidense resultou em uma das maiores crises da história do setor midiático brasileiro<sup>140</sup>: a soma das dívidas chegava a 10 bilhões de reais, e 60% desse valor correspondia a pendências das Organizações Globo. Em meio à recessão, entre 1997 e 1999, o bolo publicitário foi imediatamente reduzido em 200 milhões de reais (PIERANTI, 2006).

---

<sup>140</sup> Em 1998, toda a economia brasileira – e não apenas o setor de radiodifusão – foi abalada pela crise financeira mundial. No caso específico da RBS, a empresa foi chamada a antecipar o pagamento de 40 milhões de dólares referente a uma operação que venceria em 2003, e para quitá-lo precisou vender sua participação na operadora de telefonia móvel BCP, associada a *Bell South* e ao Banco Safra. Durante as negociações que levariam à venda da CRT para a Brasil Telecom, as desvalorizações cambiais de 1999 intensificaram ainda mais a crise (SCHIRMER, 2002). No Rio Grande do Sul, a RBS assistiu ainda à vitória de Olívio Dutra nas eleições para governador, em 1998, e à consequente diminuição do valor referente à publicidade estatal repassado a seus veículos, em comparação com o governo Antônio Britto (FONSECA, 2003, p. 37-38).

A ameaça de declínio no faturamento mensal da RBS, agravada pela retração nas verbas publicitárias no governo Paulo Afonso Vieira (1995-1998) em Santa Catarina, levou a uma demissão massiva de funcionários – em setembro de 1998, o conglomerado gaúcho desempregou 275 de seus 6300 trabalhadores<sup>141</sup>. Outro efeito consequente à crise foi a perda de autonomia das emissoras dos Sirotsky em relação à Rede Globo: até 1996, cerca de 17% da grade de programação transmitida em território catarinense era produzida pela própria RBS; em 1999, a porcentagem reduziu-se a menos de 10%. Nos sábados, por exemplo, os únicos programas produzidos e veiculados em Santa Catarina eram o Jornal do Almoço e o RBS Esporte (SOUZA, 1999, p. 98-215).

Com a programação local esvaziada, o momento econômico desfavorável provocou uma inevitável crise de legitimidade e representação do RBS junto ao público<sup>142</sup>, que logo seria evidenciada por uma redução da capacidade de interferência dos veículos da família Sirotsky no cenário político catarinense. O apoio malsucedido da empresa ao *impeachment* de Paulo Afonso Vieira em 1997 ilustra, em alguma medida, esse quadro: embora as coberturas tenham notoriamente refletido o anseio de provocar a queda do então governador e do vice José Augusto Hülse (GOLEMBIEWSKI, 2000), a parcialidade dos noticiários<sup>143</sup> não foi suficiente para provocar uma mudança no comando do Poder Executivo estadual. Cabe ressaltar que, desde a década de 1980 até a referida crise, a postura adotada pelas emissoras da

---

<sup>141</sup> LOBATO, E. **GRUPO RBS demite 275 funcionários**. 25 set. 1998. Disponível em: <http://www.tv-pesquisa.com.puc-rio.br/mostraregistro.asp?CodRegistro=40846&PageNo=3>. Acesso em: 16 abr. 2015.

<sup>142</sup> O pesquisador Carlos Alberto de Souza resume o problema em uma pergunta: “Como a RBS pode representar se ela não representa nem a si mesma?” (SOUZA, 1999, p. 230)

<sup>143</sup> “A emissora [RBS TV] procura associar a denúncia contra o governador a fatos moralmente condenados no país (...) como foi o caso Collor, o escândalo do INSS e as constantes corrupções no setor público. A empresa defendia, desde o início, o *impeachment* e articulou discursos, visando a incriminar o governador. (...) Observamos que a RBS teve um comportamento parcial. Procurou conduzir a população para a sua posição” (SOUZA, 1999, p. 179-231).

RBS havia sido determinante para quaisquer alterações na estrutura da administração pública em Santa Catarina.

A situação financeira adversa, que poderia provocar a falência, a venda ou o fechamento de alguns dos principais conglomerados midiáticos brasileiros, começou a ser solucionada a partir de 1998 com uma série de empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) às maiores empresas de comunicação do país, totalizando 111,6 milhões de reais – até então, o setor estivera excluído das áreas de atuação do banco público. Os esforços notórios do governo do PSDB para solucionar os problemas financeiros das Organizações Globo e de suas afiliadas permitiram que, ao final do segundo mandato de FHC, o conglomerado de Roberto Marinho possuísse 113 emissoras sob seu controle, atingindo 98,91% dos domicílios com televisão no território nacional e recebendo diretamente quase 80% do total das verbas publicitárias no país (CAPPARELLI; LIMA, 2004, p. 84). Uma pesquisa divulgada pela revista *Meio & Mensagem* no ano 2000 demonstrou que, em âmbito local, a liderança de audiência das emissoras dos Sirotsky não fora abalada pela recessão<sup>144</sup>: 78% dos entrevistados que manifestavam fidelidade por um canal em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul assistiam exclusivamente à RBS TV<sup>145</sup>.

Em Santa Catarina, o “agradecimento” da família Sirotsky ao amparo governamental em meio à crise, segundo Golembiewski (2008), transparecia não apenas nas coberturas jornalísticas favoráveis, mas em forma de homenagens e gratificações:

A preferência política da RBS pôde se materializar (...) quando a empresa completou 20 anos em Santa Catarina em 1999 e decidiu homenagear 20 personalidades do Estado [com a

---

<sup>144</sup> RBS GANHA prêmio nos EUA. *Meio & Mensagem*, 8 mai. 2000. Disponível em: <http://www.tv-pesquisa.com.puc-rio.br/mostraregistro.asp?CodRegistro=56242&PageNo=3>. Acesso em: 2 jun. 2015.

<sup>145</sup> É relevante considerar que, em um contexto de crise de legitimidade e perda de autonomia da RBS TV, era a programação nacional da Globo que “segurava” essa audiência.

entrega do troféu “Amigo da Comunidade”], entre elas, três políticos. São eles: o ex-governador Wilson Kleinübing – *in memoriam* – que pertencia ao PFL, Ângela Amin – então prefeita de Florianópolis, mulher do ex-governador Esperidião Amin, na época, filiada ao PPB, (...) e o empresário Fernando Marcondes de Mattos, ex-Secretário da Fazenda do governo de Wilson Kleinübing, portanto, ligado ao PFL. (GOLEMBIEWSKI, 2008, p. 2)

O autor realça que os três políticos agraciados pela RBS naquela ocasião representavam o mesmo bloco político e ideológico que havia apoiado a entrada da empresa no estado; além disso, os três estavam vinculados a partidos coligados ao PSDB na reeleição de Fernando Henrique Cardoso em 1998.

A substituição de Carlos Fehlberg por Cláudio Thomas no cargo de editor-chefe do *Diário Catarinense* também contribuiu para aproximar ainda mais a RBS das elites políticas e empresariais do estado. Mesmo em meio à crise econômica internacional, o jornal registrou um crescimento significativo nas vendas e na circulação em municípios do interior, devido ao trabalho realizado por Thomas nas cinco “capitais regionais” de Santa Catarina – Joinville, Blumenau, Lages, Criciúma e Chapecó:

Nos primeiros dez anos, o *Diário Catarinense* tinha dado prejuízo. Era um projeto ousado, começou com mais de 140 pessoas na redação. E eu entrei com a missão de tornar o jornal, pela primeira vez, rentável. (...) A partir de junho de 1998, comecei a circular pelo interior do estado. Em Chapecó, por exemplo, passei dois dias me encontrando com as lideranças econômicas da região. Lá, conheci o Sérgio Utzig<sup>146</sup>, do CDL [Câmara de Dirigentes Lojistas], o Vicenzo Mastrogiacomio e o Aury Bodanese – um dos criadores do cooperativismo em Santa Catarina –,

---

<sup>146</sup> Proprietário da Difrisul - Distribuidora de Frios Ltda., uma das principais empresas brasileiras do setor, fundada em 1979.

da Aurora Alimentos, o Amauri Battiston, diretor do supermercado Celeiro... enfim, me reuni com uns quinze políticos e empresários de lá para saber como o *Diário Catarinense* poderia ter mais relevância e circulação em Chapecó. (...) Fiz um trabalho simbólico, de mudança de percepção, mostrando a eles que o jornal estava, sim, disposto a divulgar para todo o estado os fatos do Oeste. (...) Em março de 1999, voltei a me reunir com essas pessoas na sede da RBS TV para a gente fazer uma avaliação, e só ouvi elogios. (...) Esse mesmo trabalho, fiz em Criciúma, Lages, Blumenau... sempre buscando as lideranças, os formadores de opinião, que são o prefeito, os empresários, os representantes de associações comerciais. São essas pessoas que fazem com que a opinião pública da cidade se movimente. É com eles que me preocupo. (THOMAS, 2015)

Ainda sobre as visitas a Chapecó, o jornalista conta eloquentemente como iniciou seu relacionamento com Wanderlei Berlanda, principal lojista de móveis e eletrodomésticos da região Oeste na década de 1990 e potencial anunciante dos veículos da RBS. O relato expressa a preocupação do conglomerado gaúcho em publicar notícias relevantes, mesmo que prejudicassem a imagem de políticos e empresários – segundo Cláudio Thomas, “para ter audiência e credibilidade, um jornal precisa ser polêmico, precisa ser temido pelas lideranças” (Ibidem) –, mas, ao mesmo tempo, demonstra o esforço de seus gestores para “aparar arestas” e evitar enfrentamentos com a classe dominante<sup>147</sup>, oferecendo como compensação espaços para divulgação de acontecimentos positivos.

---

<sup>147</sup> Sérgio Rubim, ex-editor da RBS em Santa Catarina, analisa que nenhum profissional respondeu tão bem a essas duas necessidades da empresa – garantir a liderança de audiência sem, com isso, entrar em conflito com as elites políticas e econômicas do estado – quanto Luiz Carlos Prates, colunista do *Diário Catarinense* por 23 anos. “O Prates vivia fazendo denúncia, escândalo, causando polêmica, disparando para todos os lados, mas ele nunca publicou o nome ou o sobrenome de ninguém na coluna dele. Nunca! Para a RBS, é esse tipo de denúncia que interessa: dá repercussão e não causa

Um dia, o Wanderlei Berlanda me cobrou porque nós tínhamos feito uma matéria quando ele estava detido no hospital, com um policial na frente do quarto, porque estava para ser preso por sonegação fiscal. (...) Expliquei pra ele que era uma coisa que não tinha como não divulgar no jornal. Aí, perguntei: “Mas você tem algum fato positivo que a gente possa contar?”. Então, ele me falou sobre o crescimento da sua empresa, os números e tal, e eu disse: “Pronto, isso nos interessa. Podemos divulgar. Isso pode interessar a alguns dos nossos colonistas”. E todas as vezes que fui a Chapecó, nos encontramos. (...) Então, assim a gente fazia contato, estabelecia relações. (Ibidem)

Além de aproximar-se estrategicamente dos “formadores de opinião” nas cidades-polo, a RBS ampliou sua capacidade de influência realizando, àquela mesma época, uma inserção inédita na autarquia federal mais importante do estado: em 1999, Hélio Ademar Schuch, coordenador do Curso de Jornalismo da UFSC, e o então vice-presidente do conglomerado gaúcho, Pedro Sirotsky, assinaram um protocolo de cooperação que resultaria no lançamento da Cátedra RBS, uma disciplina optativa ministrada semanalmente por jornalistas e gestores da empresa. O reforço e a diversificação das redes de atuação política do conglomerado no final da década de 1990, que lhe permitiram interferir na formação dos profissionais de comunicação em Santa Catarina e afinar ainda mais suas relações com as elites do interior, respondiam ainda às dificuldades impostas pela recessão de 1998. Afinal, segundo Petras (1995), para assegurar sua hegemonia, as grandes corporações dependem de sustentáculos tanto econômicos quanto políticos; quando um dos dois aspectos é sobrepujado ou reprimido por razões conjunturais, torna-se necessário aperfeiçoar o outro.

---

problema para ninguém!” (RUBIM, 2015). Certamente por isso, ao assumir o *Diário Catarinense*, Cláudio Thomas reservou a Luiz Carlos Prates, até então afastado do jornal, um espaço na página 2, o que rapidamente alavancou os índices de leitura: “Nossas pesquisas de opinião sempre diziam que o que era mais lido, mais apreciado no jornal, era a coluna do Prates na página 2, e a coluna do Cacau Menezes, que eu joguei para a penúltima página” (THOMAS, 2015).

A RBS contabilizava, ao final da década de 1990, quatro participações em consórcios de operadoras de telecomunicação: além da Tele Brasil Sul e da Telefônica do Brasil  *Holding*<sup>148</sup>, a empresa também adquiriu ações da BCP e da BSE. Conforme analisam os pesquisadores Suzy dos Santos e Sérgio Capparelli (1999), embora a crise econômica tenha impellido a RBS reduzir custos de operação e a se desfazer – por 180 milhões de reais – de 7% de participação na BCP, “a posição precursora do grupo na convergência das comunicações no Brasil (...) garantiu à empresa um lugar seguro na hegemonia do setor no Rio Grande do Sul” (SANTOS; CAPPARELLI, 1999, p. 15), principalmente devido à possibilidade de prover conteúdo para os novos operadores de televisão por assinatura e internet através do sistema de franquias, como no caso da NET.

Ainda no processo de superação da crise, a RBS concentrou esforços para suprimir a concorrência e ampliar sua liderança no mercado catarinense. A inauguração da TVCOM Florianópolis em 2000, por exemplo, foi uma reação dos Sirotsky ao avanço do canal comunitário BTV, em Blumenau<sup>149</sup>:

O primeiro episódio dessa disputa se deu em meados de 97, quando a RBS selou acordo com a Globo e conseguiu tirar da BTV o direito de retransmitir os canais da Globosat-Telecine, Multishow, Sportv e GNT. A finalidade era enfraquecer a empresa. (...) Descontente com a

---

<sup>148</sup> Telefônica do Brasil  *Holding* foi o nome dado à companhia após a compra das ações por cinco grupos: RBS,  *Telefónica de España*, Portugal Telecom, Banco Bilbao Vizcaya e a empresa de energia espanhola Iberdrola. A companhia adquiriu em leilão o controle acionário da CRT posteriormente, em 19 de junho de 1998. À época da privatização da CRT, a RBS tinha 30% do controle acionário da Telefônica do Brasil  *Holding*.

<sup>149</sup> O conglomerado da família Sirotsky realizou outros investimentos significativos no mesmo ano, os quais resultaram no lançamento do ClicRBS, um portal de notícias  *on-line*, do  *Diário Gaúcho*, jornal popular de circulação no Rio Grande do Sul, da RBS Publicações e da TVCOM em Joinville – esta última seria rapidamente extinta, restando apenas as TVCOM Florianópolis e Porto Alegre. Em 2001, a RBS inaugurou ainda a empresa logística Vialog e a gravadora  *Orbeat Music*, sinalizando ao mercado que as dívidas não freariam a inserção em novos ramos na indústria das comunicações.



postura da Globo, o diretor da BTV, Horst Brack fez críticas (...) dizendo que iria entrar na justiça pedindo o cumprimento de contrato no fornecimento dos canais da Globosat, suspensos irregularmente e prejudicando diretamente os 18 mil assinantes da empresa, na cidade. Denunciava que a decisão da Globo não passava de um apadrinhamento ao Grupo RBS, que novamente chegava a Blumenau, agora com a Net Sul, de forma nada convencional. (SOUZA, 1999, p. 86-87)

A reportagem “Milionárias operações no exterior”, veiculada pela extinta revista *Porém* em novembro de 2003, apresenta informações extraídas de atas de reuniões de conselhos administrativos e diretorias de empresas pertencentes à RBS e demonstra que, apesar da – ou *devido à* – crise econômica que supostamente afetou os Sirotsky no final da década de 1990, a década seguinte iniciou-se com intensas movimentações financeiras e com uma proposta de aumento de capital da RBS Par Ltd., subsidiária do conglomerado no paraíso fiscal das Ilhas Cayman:

Surge uma nova empresa nas Ilhas Cayman [em 1999]: a RBS Par Ltd. (...) Em reunião da diretoria da TV Gaúcha S/A, confirmada em reunião do Conselho de Administração, a TV Gaúcha mais uma vez é colocada como aval para dívidas da subsidiária no paraíso fiscal, no valor de US\$ 12,7 milhões. A RBS Participações faz um empréstimo de R\$ 10,4 milhões para a RBS Par Ltd. (...) Apesar de divulgar, em abril [de 2001], balanços de empresas do grupo relativos ao exercício de 2000 que apontaram prejuízos de R\$ 65,7 milhões na *Zero Hora* (...) e de R\$ 82 milhões na RBS Participações S/A, a RBS Participações trata de aumentar o capital de sua subsidiária no paraíso fiscal das Ilhas Cayman, como revela a ata do Conselho de Administração da *holding* do grupo. (CADERNOS DE PORÉM, 2003, p. 35-36)

A RBS Participações, aludida neste fragmento, nada mais é que uma sociedade anônima com sede em Porto Alegre; ela foi criada em 1993 para que a família Sirotsky pudesse incluir entre seus investimentos a participação em empresas de TV a cabo. O texto da revista *Porém*, que omite a assinatura do repórter, não oferece conclusões precisas sobre o objetivo de se criar uma empresa nas Ilhas Cayman em tempos de crise econômica, mas questiona: “Até quanto se sabe, a RBS não produz jornal, programas de rádio ou tevê no estrangeiro. (...) Para que uma empresa, um endereço, uma caixa postal, num paraíso fiscal?” (Ibidem, p. 32).

Embora os documentos mencionados pela reportagem sugiram um aumento de patrimônio da família Sirotsky a despeito da recessão, é notório que as condições de trabalho em suas empresas foram precarizadas naquele período. É evidente o esforço dos executivos da RBS para ocultar de seu balanço social<sup>150</sup> anual qualquer indicador que possa causar prejuízos à imagem da empresa: ao final de 2001, quando o conglomerado obteve um faturamento de aproximadamente 548 milhões de reais, o documento informou que naquele ano haviam sido registradas 15 autuações trabalhistas e 249 reclamações; a partir de 2004, possivelmente devido a um aumento de 573% no número de autuações em dois anos, o balanço social deixou de oferecer informações de natureza trabalhista<sup>151</sup> – dados semelhantes voltariam a ser citados no documento apenas em 2009, e justamente para enaltecer a redução do número de autuações em relação a 2007, o que demonstra que os indicadores são escolhidos arbitrariamente, e não obedecem a critérios de relevância ou padronização.

Às vésperas do primeiro turno das eleições de 2002, Fernando Henrique Cardoso assinou a regulamentação da Emenda Constitucional nº 36, que anulou a proibição de capital estrangeiro nas empresas de

---

<sup>150</sup> As edições anuais do Balanço Social do Grupo RBS estão disponíveis no endereço <http://balancosocial.gruporbs.com.br/>. Acesso em: 5 jun. 2015.

<sup>151</sup> A interrupção da divulgação dos dados referentes a autuações e reclamações trabalhistas, analisada através da chave interpretativa da “política do silêncio” proposta por Orlandi (2007), é um exemplo de situação em que os espaços vazios são capazes de dizer mais do qualquer outra informação contida no documento.

mídia brasileiras, atendendo aos interesses dos proprietários dos maiores conglomerados de comunicação do país. Por isso mesmo, a Rede Globo mostrou-se estritamente alinhada ao governo do PSDB na corrida presidencial, a tal ponto que, mesmo quando FHC anunciou o rompimento de suas relações com Antônio Carlos Magalhães, a emissora julgou vantajoso colaborar para a renúncia do mandato de seu aliado histórico e ainda se posicionar contrariamente à candidatura de Roseana Sarney, filha de José Sarney, à Presidência da República em 2002 – “manobra que, ao que tudo indica, partiu do candidato [do PSDB] José Serra” (MIGUEL, 2003). E, quando as operações milionárias entre o BNDES e a empresa de TV por assinatura Globocabo fizeram intensificar os rumores de que as emissoras da família Marinho beneficiariam o candidato do PSDB, a opção foi tratar Serra com distanciamento nas coberturas (SÁ, 2002), o que, somado à impopularidade do modelo neoliberal, ao aumento da desigualdade social e ao fim do apoio de uma parcela significativa da classe patronal ao governo de Fernando Henrique Cardoso<sup>152</sup>, abriu caminho para a vitória da chapa de oposição.

#### **4.2. Mudanças no Poder Executivo, manutenção dos privilégios**

As eleições para o Poder Executivo em outubro de 2002 resultaram na derrota política de blocos historicamente alinhados à Rede Globo e à RBS: para a Presidência da República, o projeto situacionista do PSDB, personificado na figura de José Serra, foi superado nas urnas por Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT); em âmbito estadual, o conservador Esperidião Amin, que contava com a benevolência dos Sirotsky desde a década de 1980, deu lugar a Luiz Henrique da Silveira (PMDB), ex-deputado federal e ex-ministro da Ciência e Tecnologia (1987-1988). Apesar das ameaças de transformação em um período de crise do setor midiático, os interesses do conglomerado gaúcho não foram afetados pelos governos ulteriores – pelo contrário, se ampliariam os privilégios e favorecimentos, como será descrito a seguir.

---

<sup>152</sup> Ver Boschi, et. al. (2000).

O PT chegou à Presidência da República após enfrentar uma oposição sistemática dos principais veículos de comunicação do país, cujos interesses eram incompatíveis com as demandas expressas nos documentos fundacionais do partido. A Carta de Princípios<sup>153</sup>, emitida em 1979, manifestava a pretensão de se organizar a classe proletária em um bloco de caráter anticapitalista para a disputa de poder; a Plataforma Política<sup>154</sup>, texto anexo à Declaração Política divulgado no mesmo ano, também incluía entre as prioridades da nova sigla a estatização de setores estratégicos da economia do país, além do controle popular dos fundos públicos. No entanto, há indícios de que, quando Lula lançou sua candidatura vencedora para a disputa presidencial após três tentativas, as diretrizes e os princípios do partido haviam mudado radicalmente.

Um dos maiores abismos entre o projeto político que se havia arquitetado no final da década de 1970 e aquele que conquistou 61,27% dos eleitores em 2002 reside no entendimento das alianças como estratégia inerente ao jogo partidário. Se em 1982 o eixo central da tática eleitoral era a reafirmação da independência e da autonomia de classe, negando qualquer possibilidade de coligação, quatro anos depois o partido já admitia a necessidade de alianças para sustentar “interesses legítimos das classes trabalhadoras”; assim, abriu-se caminho para que, na resolução do 12º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, em 2001, a formação de chapas com representantes do empresariado nacional fosse aceita como símbolo de um novo contrato social, capaz de ampliar o perfil do eleitorado e conduzir à vitória nas urnas – essa brecha permitiria a escolha do empresário da indústria têxtil José Alencar Gomes da Silva<sup>155</sup> como candidato a vice-presidente em 2002.

---

<sup>153</sup> PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Carta de princípios do PT**. São Paulo: 1º mai. 1979. Disponível em: [http://www.fpabramo.org.br/sites/default/files/cartadeprincipios\\_0.pdf](http://www.fpabramo.org.br/sites/default/files/cartadeprincipios_0.pdf). Acesso em: 16 nov. 2014.

<sup>154</sup> PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Plataforma política**. São Paulo: 13 out. 1979. Disponível em: [http://www.fpabramo.org.br/sites/default/files/plataformapolitica\\_0.pdf](http://www.fpabramo.org.br/sites/default/files/plataformapolitica_0.pdf). Acesso em: 17 nov. 2014.

<sup>155</sup> José Alencar ocupou seu primeiro cargo público eletivo na década de 1990, como senador, mas historicamente esteve alinhado às demandas conservadoras do país. Ele havia, por exemplo, o golpe militar e a deposição

Mesmo que a estrutura interna PT houvesse sofrido alterações substanciais e o próprio programa de governo da coligação Lula Presidente, lançado em julho daquele ano, ressaltasse que “o Brasil não deve prescindir das empresas, da tecnologia e do capital estrangeiro”<sup>156</sup>, e que não iria “romper contratos nem revogar regras estabelecidas”<sup>157</sup>, as origens do partido suscitavam uma possibilidade, ainda que remota, de enfrentamento aos oligopólios midiáticos.

A expectativa de mudanças na postura complacente do governo federal em relação aos grandes conglomerados brasileiros renovou-se em alguma medida quando Miro Teixeira, então ministro das Comunicações, anunciou em 2003 que o governo federal voltaria a exigir processos licitatórios para autorizar novas concessões e distribuições de licenças de retransmissoras de televisão no país. A moralização dos critérios de outorga prometia ser um entrave aos planos dos empresários da comunicação, que nos governos do PSDB haviam se acostumado a desfrutar das brechas oferecidas pela legislação brasileira – nos últimos dias de mandato de Fernando Henrique Cardoso, foram concedidas autorizações para mais de cem retransmissoras de TV<sup>158</sup>.

Considerada a herança dos últimos governos no setor de comunicações, alguns analistas anteciparam que o Governo Lula, em condições favoráveis para negociar e legitimado pela votação de mais de 60% de brasileiros, enfrentaria, logo ao início de seu mandato, algumas questões críticas. Implementaria, por exemplo, (...) o encaminhamento ao Congresso Nacional de propostas de leis complementares que regulamentassem as normas contidas no capítulo “Da Comunicação Social” na Constituição de

---

do então presidente João Goulart em 1964 (CATANHÊDE, 2010, p. 102-112).

<sup>156</sup> Disponível em: <http://www.folha.uol.com.br/folha/especial/2002/eleicoes/candidatos-lula-programa-01-02.shtml>. Acesso em: 10 jun. 2015.

<sup>157</sup> Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2002/eleicoes/candidatos-lula-programa-01-03.shtml>. Acesso em: 10 jun. 2015.

<sup>158</sup> MATTOS, L. Governo libera TVs na reta final. *Folha de S. Paulo* (on-line). 27 dez. 2002. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/asp010120034.htm>. Acesso em 10 mai. 2015.

1988. (...) Não foi, todavia, o que aconteceu. (CAPPARELLI; LIMA, 2004, p. 56)

O governo Lula voltou a dar sinais de que pretendia propor avanços significativos no âmbito da comunicação social alguns meses depois, quando o Secretário de Imprensa e Divulgação da Presidência da República, Ricardo Kotscho, convocou Nelson Pacheco Sirotsky e Sérgio Murillo de Andrade, presidentes da ANJ e da Fenaj, respectivamente, para uma reunião sobre a criação do Conselho Federal dos Jornalistas (CFJ):

Antes de tudo, o Kotscho fez uma conversa não oficial comigo e com o Nelson Sirotsky, que estava na ANJ, e a gente deixou claro que não queria impor nenhum texto, mas queria criar um diálogo que fosse bom para o jornalismo, bom para a sociedade. Na frente do Kotscho, claro, o Nelson deu a entender que queria sentar, conversar e tal. Mas foi só para inglês ver! E é a postura que a RBS mantém até hoje, sem nenhuma abertura para o diálogo. (ANDRADE, 2015)

O CFJ funcionaria como órgão de habilitação, representação, normatização ética e disciplina do exercício profissional dos jornalistas. O projeto previa, por exemplo, que os indivíduos que aceitassem ofertas de trabalho com remuneração inferior ao piso salarial da categoria fossem considerados infratores, o que afetava o interesse da maioria das empresas de comunicação do Brasil que, como a RBS, não pagavam o piso salarial a todos os profissionais (GUARESCHI; RAMOS, 1992). Como era de se esperar, houve reação dos conglomerados midiáticos e, no dia 15 de dezembro de 2004, o projeto foi rejeitado pela Câmara dos Deputados. Segundo nota emitida pela Fenaj, a votação foi “simbólica, atendendo acordo de lideranças, sem nenhum debate público”<sup>159</sup>.

---

<sup>159</sup> FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. Os jornalistas precisam de um conselho. 15 dez. 2004. Disponível em: <http://www.fenaj.org.br/cfj/historico.htm>. Acesso em: 12 jun. 2015.

Apesar da injeção de 500 milhões de reais em recursos públicos, a Globopar – subsidiária das Organizações Globo e então acionista da operadora de TV a cabo NET – enfrentava uma dívida acumulada de aproximadamente 6,1 bilhões de reais desde os últimos meses de governo do PSDB. Após a eleição de Lula, intensificaram-se as pressões das entidades corporativas sobre o BNDES por linhas de crédito e empréstimos em condições especiais às empresas de comunicação; o governo federal, então, autorizou o banco a conceder um empréstimo de 4 bilhões para reestruturação de dívidas do setor e compra de papel jornal de fornecedores nacionais (PIERANTI, 2006). Embora as associações representativas das empresas de radiodifusão e imprensa tenham recusado aquela proposta e exigido condições de pagamento ainda mais favoráveis – não acatadas pelo BNDES –, a oferta inicial sinalizava que Lula estava predisposto a colaborar para a recuperação financeira dos conglomerados midiáticos e dificilmente se oporia aos interesses da Rede Globo<sup>160</sup>.

Segundo o pesquisador Paulo Fernando Liedtke (2006), as relações entre o governo Lula e os oligopólios regionais de comunicação foram não apenas estáveis, mas também bastante estreitas desde o início do primeiro mandato:

---

<sup>160</sup> O “socorro” do BNDES às maiores empresas de comunicação brasileiras havia começado no governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e foi apelidado de “PROER da mídia”, em referência ao Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER). O BNDES era então acionista da Globopar – juntamente com o Bradesco, a Microsoft e a RBS –, responsável pela TV por assinatura Globocabo, que logo passou a se chamar NET Serviços de Comunicação – esta havia apresentado um prejuízo de cerca de um bilhão de reais em 2001 (AGUIAR, 2006, p. 65-67). Com a ajuda do BNDES, o grupo de Roberto Marinho iniciou o processo de recapitalização da NET Serviços através dos investimentos do empresário mexicano Carlos Slim, dono da empresa de telecomunicação TELMEX, o qual passou a controlar os serviços de telecomunicações de longa distância do país após a privatização da Embratel/Telebrás na década de 1990. Cabe ressaltar que, em entrevista ao programa Roda Viva da TV Cultura em 28 de outubro de 2002, “no apagar das luzes da campanha presidencial” (Ibidem, p. 67), o então presidente nacional do PT, José Dirceu, declarou que era favorável às ajudas estatais à Rede Globo, pois o governo deveria interceder em favor das empresas de comunicação que estivessem em crise.

Um exemplo foi o encontro em Brasília de parlamentares, ministros e o presidente com os executivos da Rede Brasil Sul de Comunicações (RBS), num ato comemorativo aos 40 anos do grupo. O jantar foi na residência da jornalista Ana Amélia Lemos, correspondente da rede em Brasília. Trata-se de um acontecimento que denota um privilegiado relacionamento entre jornalistas, políticos, empresários de mídia e governo. (...) Além de prover com exclusividade parte do noticiário político do grupo, servem para fortalecer o *lobby* de seus empresários junto ao governo. (LIEDTKE, 2006, p. 213)

O autor relata que o então presidente Lula voltaria a se encontrar com membros do quadro diretivo da RBS e dos maiores conglomerados midiáticos do país por ocasião da primeira votação da Reforma da Previdência Social, em 5 de maio de 2003:

Como parte da operação de mídia montada pelo governo, estava um encontro de Lula com empresários da comunicação, para pedir que promovessem em seus veículos um amplo debate sobre as reformas. (...) A sugestão era para que os veículos de comunicação de todo o país promovam o debate nas suas comunidades, descentralizando a discussão. (...) Participaram do encontro os ministros Antônio Palocci (Fazenda), José Dirceu (Casa Civil), Luiz Gushiken (Secom) e Luiz Dulci (Secretaria Geral da Presidência). (...) Já, entre os empresários de comunicação estavam: Octávio Frias de Oliveira (Grupo Folha), Roberto Irineu Marinho (Globo), Antônio Carlos Pereira (*O Estado de São Paulo*), Thomaz Souto Corrêa (Editora Abril), Nelson Tanure (*Jornal do Brasil*), Nelson Sirotsky (RBS) entre outros. (Ibidem, p. 348-349)

Para explicar a complacência de Luiz Inácio Lula da Silva diante da concentração de mídia no Brasil, o cientista político e então porta-voz da Presidência da República (2003-2007) André Singer sugere como chave interpretativa a hipótese das “duas almas” do PT. Ele



defende que os mandatos de Lula sintetizaram o conflito entre as concepções políticas de duas vertentes internas do partido, ambas mencionadas neste capítulo: a primeira, vinculada às propostas fundacionais da sigla, que previam a organização e a mobilização dos trabalhadores para a construção de uma sociedade que superasse as relações de exploração; a segunda alma, expressa no programa “Lula 2002”, por sua vez, comprometia-se com a estabilidade das contas públicas e com o controle da inflação, assumindo como suas as “conquistas” do período neoliberal:

Se existe um momento específico que simboliza a irrupção da segunda alma do PT, acredito ter sido o da divulgação da “Carta ao Povo Brasileiro”, em 22 de junho de 2002. (...) A silenciosa criatura veio à luz somente quando se iniciava a campanha de 2002 e, em nome da vitória, se impôs com facilidade surpreendente. (SINGER, 2012, p. 96)

De acordo com Antônio Palocci, ex-ministro da Fazenda (2003-2006), a “Carta ao Povo Brasileiro” foi rascunhada várias vezes antes de sua publicação oficial, e a versão definitiva precisou passar pelo crivo de João Roberto Marinho, executivo das Organizações Globo (PALOCCI, 2007). Nesse sentido, também há indícios de que a coordenação de campanha de Lula “teria iniciado conversações com as principais empresas de comunicação do Brasil desde 2001, no sentido de evitar problemas já ocorridos em eleições anteriores” (CAPARELLI; LIMA, 2004, p. 56). André Singer analisa que, à época da eleição de Lula para seu primeiro mandato, não havia respaldo para qualquer ruptura nas relações com o alto empresariado brasileiro ou nas políticas econômicas do país: “a continuidade do pacote FHC foi a condição da burguesia para não haver guerra de classes e consequente risco de Lula ser visto como o presidente que destruiu o Real” (SINGER, 2012, p. 75).

Em agosto 2004, porém, a família Sirotsky quase teve seus sigilos bancário, fiscal e telefônico violados por iniciativa de um parlamentar petista, o que poderia prenunciar uma ruptura do governo com a Rede Globo e suas afiliadas. Na ocasião, o então deputado federal José Mentor (PT-SP) pretendia aproveitar uma brecha nas investigações da CPI do Banestado para solicitar a quebra de sigilo dos proprietários

da RBS, a fim de requisitar a abertura de um processo contra a companhia. Os desígnios de Mentor foram vetados pela atuação do presidente da Comissão, Antero Paes de Barros (PSDB-MT), e por líderes de seu próprio partido, como Aloizio Mercadante (PT-SP) e Ideli Salvatti (PT-SC), os quais preferiram evitar desavenças com o conglomerado gaúcho sob a égide de “não politizar” a CPI<sup>161</sup>.

Ainda sobre o comprazimento dos dirigentes do PT para com o setor midiático, cabe enfatizar que, no período pré-eleitoral, quando o governo FHC regulamentou a Emenda Constitucional nº 36 e aumentou a permissividade para investimentos estrangeiros nas empresas de radiodifusão, um grupo de deputados petistas liderados por Walter Pinheiro (PT-BA) ameaçou entrar com uma Ação Direta por Inconstitucionalidade no Superior Tribunal Federal (STF), mas foi desautorizado pela direção do partido, que não queria criar conflitos às vésperas da eleição presidencial<sup>162</sup>. A ausência de um posicionamento claro acerca dos principais dilemas relacionados à propriedade dos meios de comunicação no documento “Concepções e Diretrizes do Programa de Governo do PT”, publicado em julho de 2002, a inclusão da radiodifusão na subárea temática “Infraestrutura” durante a elaboração do Programa de Governo e a posterior supressão do tema nos textos finais também indicavam que o assunto não seria uma prioridade num eventual Governo Lula (CAPPARELLI; LIMA, 2004, p. 57). Entre todos os documentos divulgados como parte do Programa de Governo, a comunicação social aparece em apenas seis parágrafos, “escondidos” no texto que apresenta as proposta para a área de Cultura, intitulado “A imaginação a serviço do Brasil”.

Admitida a sua incapacidade ou indisposição para combater os interesses dos seis conglomerados midiáticos de alcance nacional – mais

---

<sup>161</sup> HERÁCLITO QUER que Conselho de Ética examine fita... **Senado Notícias**. 12 ago. 2004. Disponível em: <http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2004/08/12/heraclito-quer-que-conselho-de-etica-examine-fita-sobre-dialogo-entre-integrantes-da-cpi-do-banestado>. Acesso em: 11 jun. 2015.

<sup>162</sup> FARIA, G. A história da doce mídia. **Revista Fórum** (on-line). 17 out. 2011. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/blog/2011/10/a-historia-da-doce-midia/>. Acesso em: 10 mai. 2015.

precisamente, os grupos Globo, Folha, Abril, Estado, Record, Bandeirantes e SBT –, o governo Lula sinalizou a pretensão de desconcentrar as verbas de publicidade oficial repassadas aos veículos do interior do país. A alternativa poderia estimular a competitividade, “aquecer” o mercado e, em última instância, limitar o poder dos grupos afiliados a grandes redes nacionais, democratizando em alguma medida os recursos nos municípios menores ou mais isolados. Em Santa Catarina, porém, segundo o pesquisador Itamar Aguiar (2014), o programa federal de regionalização das verbas publicitárias foi rejeitado pelas entidades corporativas, as quais, ao contrário, passaram a apoiar a política de “descentralização” implementada pelo então governador Luiz Henrique da Silveira, também eleito em 2002. Ao final de seu primeiro mandato, os veículos da família Sirotsky continuariam concentrando a maior parte das verbas, o que evidencia o fracasso da proposta descentralizadora para a democratização do setor midiático:

Em relação ao segmento jornal para o período 2006/2007, verificamos que o bolo publicitário governamental está concentrado na empresa RBS Zero Hora Editora Jornalística S./A., de Florianópolis (jornal *Diário Catarinense*), RBS Zero Hora Editora Jornalística S./A., de Blumenau (*Jornal de Santa Catarina*), e RBS Zero Hora Editora Jornalística S./A., de Joinville (jornal *A Notícia*), todos veículos da família Sirotsky. (AGUIAR, 2014, p. 359)

A RBS aproveitou o aumento das verbas publicitárias para comprar, em 2005, sua sexta emissora no estado: a TV Joaçaba, vinculada à TV Barriga Verde, que passaria a se chamar RBS TV Centro-Oeste. Com uma sucursal em Lages, ela seria responsável pela cobertura de 54 municípios, alcançando os 209.899 domicílios daquela região que dispunham de pelo menos um aparelho televisor (KURTH, 2006, p. 136). A emissora, que desde 1988 retransmitia as programações da Rede Manchete e da Rede Bandeirantes, respectivamente, foi vendida pela família Bonato, e aquela transação contribuiu para ampliar a supremacia dos Sirotsky no mercado televisivo catarinense.

Além de não promover a desconcentração dos recursos, como havia prometido, o então governador Luiz Henrique da Silveira

incrementou significativamente o montante final referente à verba publicitária oficial no estado – medida que, conforme demonstrou Aguiar (2014), teve como maior beneficiária a RBS. No último ano de seu primeiro mandato, por exemplo, gastou-se mais em propaganda do que em áreas prioritárias como habitação, esporte e lazer<sup>163</sup>.

O colunista político Cláudio Prisco Paraíso, que trabalhou nos principais jornais de Santa Catarina desde a década de 1980, sugere que os altos investimentos em publicidade podem ter acarretado um aumento do poder de influência do governador do PMDB sobre os conteúdos produzidos pelos meios de comunicação catarinenses:

Um dia, fui chamado pelo José Comelli [diretor do jornal *O Estado*] e pelo Marcelo Petrelli [diretor do SBT em Santa Catarina] e eles disseram que eu estava demitido do SBT, onde havia trabalhado mais de cinco anos, e do jornal *O Estado*, onde eu trabalhava por quatro anos. Pelo que eles deram a entender, o curioso era que eu não estava saindo por ter publicado alguma coisa no jornal *O Estado* ou no SBT, mas por algo que eu tinha escrito no jornal *A Notícia*, de Joinville, questionando o governador Luiz Henrique da Silveira. (...) Depois eu fui para a TV Record e fiquei apenas dez meses, e minha saída também foi muito estranha: no momento em que estavam me chamando pra participar de comentários em rede nacional, em 2004, eles me demitiram sem explicação. (...) Um pouco depois, o Paulo Alceu me substituiu nos comentários políticos na televisão, e a saída dele também foi bem abrupta. (...) Não posso afirmar com todas as letras que o Luiz Henrique esteve por trás disso, mas posso dizer que colaboradores dele, não sei se com ou sem a sua anuência, provocaram essas demissões. (...) O fato é que o governo Luiz Henrique prestigiou muito as empresas jornalísticas com

---

<sup>163</sup> SANTA CATARINA. Tribunal de Contas. **Parecer prévio sobre as Contas do Governo do Estado – exercício 2006**. Florianópolis: Tribunal de Contas, 2007, p. 30.

recursos publicitários, e por isso tinha muita influência sobre elas. (PARAÍSO, 2015)

É presumível, ainda nesse sentido, que o incremento das verbas publicitárias repassadas aos grandes meios de comunicação tenha estimulado a RBS a realizar o que o Ministério Público Federal (MPF-SC) chamou de “ação de sinergia” junto ao PMDB para reeleger Luiz Henrique da Silveira – a estratégia teria sido utilizada também no Rio Grande do Sul para favorecer o candidato a governador Germano Rigotto, do mesmo partido (SANTA CATARINA, 2008, p. 9). Esperidião Amin, candidato derrotado por Luiz Henrique da Silveira em 2002 e 2006, interpreta que o PMDB é a agremiação que possui mais afinidade com os dirigentes do conglomerado gaúcho desde o final da ditadura militar:

Nunca houve uma simbiose tão grande quanto a que o PMDB obteve com a RBS, desde o Ariel Bottaro [Filho] como nos dias atuais. Se há algum vínculo explícito de alinhamento da RBS com algum partido político é com o PMDB, através da figura do Derly de Anunciação<sup>164</sup>, que fez parte do governo do Luiz Henrique da Silveira. (...) Aliás, eu sempre fui chamado de “filhote da ditadura” por eles, do PMDB, mas pelo menos não trabalhei no DOPS [Departamento de Ordem Política e Social]. (AMIN, 2015)

A súbita referência ao DOPS alude certamente aos oito anos em que seu rival político, Luiz Henrique da Silveira, trabalhou como escrivão do Departamento, entre 1958 e 1966. O fragmento selecionado da entrevista de Amin indica um desagrado com a “versão oficial” de que ele próprio, enquanto representante dos partidos de sustentação da ditadura militar em Santa Catarina, teria sido historicamente beneficiado pelos veículos da família Sirotsky, alinhados ao regime, em detrimento do MDB.

---

<sup>164</sup> Este capítulo tratará especificamente da atuação de Derly Massaud de Anunciação nos dois mandatos de Luiz Henrique da Silveira como governador de Santa Catarina.

Em Brasília, a exemplo de Santa Catarina, as políticas de comunicação continuaram favorecendo os grandes conglomerados na transição do primeiro para o segundo mandato de Lula, principalmente após a nomeação do jornalista Hélio Costa como ministro das Comunicações (2005-2010). Correspondente internacional da Rede Globo nas décadas de 1970 e 1980 e responsável por instalar a sucursal da emissora nos Estados Unidos, Costa era um admirador confesso de Roberto Marinho, ao qual se referia como “doutor em jornalismo” (COSTA, 2010). Enquanto senador da República (2003-2005), pouco antes de ser anunciado como ministro, ele havia tentado estabelecer, através do Projeto de Lei 222/2005, a diminuição do controle do Estado e do Congresso sobre a venda de emissoras de rádio e televisão; a proposta também desobrigava as empresas de comunicação de enviar anualmente ao governo o comprovante de seu quadro societário, distendendo ainda mais o processo de liberalização endossado pelas principais cadeias de rádio e televisão do país<sup>165</sup>. Embora o projeto não tenha sido aprovado, o cadastro geral de concessionários de radiodifusão foi retirado da página do Ministério das Comunicações no início de 2007 “sem que se conheçam publicamente as razões para tal procedimento” (LIMA, 2011b, p. 115).

Se, na década de 1990, Jayme Sirotsky fora o responsável por convencer Fernando Henrique Cardoso a assinar a Declaração de Chapultepec, seu sobrinho Nelson Pacheco Sirotsky foi quem obteve a firma de Luiz Inácio Lula da Silva em maio de 2006, na condição de presidente da ANJ. A assinatura de Lula representava, de certa forma, o prevalecimento da “segunda alma” petista, que voltaria a se manifestar durante a inauguração de um parque gráfico da RBS em Porto Alegre em 26 de junho de 2009. O discurso do então presidente da República, naquela ocasião, traduzia a resignação de um governo incapaz de se

---

<sup>165</sup> BRASIL. Senador Federal. **Projeto de Lei do Senado PLS nº 222/2005**. Altera a Lei nº 10.610, de 20 de dezembro de 2002 e a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, para dispor sobre alterações societárias das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=43955&tp=1>. Acesso em: 12 mai. 2015.

opor a concentração midiática e ao poder econômico no setor comunicacional<sup>166</sup>:

A inauguração deste novo parque gráfico, no ano em que o tradicional diário *Zero Hora* completa seus 45 anos de existência, reafirma a importância dos veículos regionais na vida da população brasileira. Muito do sucesso desse jornal, e de todo o Grupo RBS, deve-se ao fato de sua proximidade com o cotidiano gaúcho e, também, de ser capaz de noticiar, com uma visão local, os acontecimentos que mais influenciam a vida no estado e em toda a Região Sul do País. A regionalização da produção cultural, artística e jornalística deve ser sempre incentivada (...). O importante, Nelson, é que o Grupo RBS dá mais uma demonstração da sua crença neste país, da sua crença no estado do Rio Grande do Sul. (BIBLIOTECA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2009, p. 2-6)

Durante o segundo mandato de Lula, a criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), em 2007, foi uma exceção nas relações entre o governo federal e os empresários do setor midiático. O lançamento da EBC previa a destinação de 250 milhões de dólares do Estado em 2010, e sua aprovação ocorreu a despeito dos interesses do PSDB e da Rede Globo, que temiam a perda de privilégios, o excesso de gastos públicos e o fortalecimento da comunicação estatal com fins eleitorais.

Os avanços e recuos realizados durante os oito anos de governo Lula expressam, enfim, uma relação contraditória e ambígua entre seu

---

<sup>166</sup> BIBLIOTECA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia de inauguração do novo parque gráfico do Grupo RBS.** Porto Alegre, 26 jun. 2009. <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2009/1o-semester/26-06-2009-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-cerimonia-de-inauguracao-do-novo-parque-grafico-do-grupo-rbs>

partido e as principais empresas de mídia do Brasil <sup>167</sup> ; mais especificamente, há um vínculo paradoxal entre o PT e a RBS. A partir de uma análise dos documentos que estabelecem as bases de atuação dos dois agentes, o pesquisador Álvaro Larangeira (2006) constata que a origem desse comportamento dialógico é anterior à chegada de Lula à Presidência da República:

O Partido dos Trabalhadores (PT) e a Rede Brasil Sul (RBS) têm concepções políticas e imaginários diferentes, mas complementares. (...) A pretensão do PT em ser o porta-voz de consideráveis segmentos sociais corresponde à pretensão da Rede Brasil Sul de se considerar um modelo de comportamento editorial ético, constatado nas análises de seus editoriais e na retórica de seus diretores. (...) Os discursos do PT e da RBS se afastam pelo que têm de semelhante (...) e se aproximam pelo que têm de diferente (...), estabelecendo-se uma relação dialógica de repulsão/atração. (LARANGEIRA, 2006, p. 11-226)

Presidente da Fenaj entre 2004 e 2010, Sérgio Murillo de Andrade relata em entrevista que a postura “bipolar” do governo Lula em relação aos maiores conglomerados midiáticos do país era perceptível nos bastidores do Congresso Nacional. Ele sugere que o *lobby* empresarial continuou eficiente nos processos decisórios

---

<sup>167</sup> Nelson Sirotsky analisa que o primeiro mandato de Lula foi mais favorável aos grandes empresários do setor midiático: “Nos primeiros quatro anos, ele foi pragmático, com a assinatura da Declaração de Chapultepec, e mantendo um compromisso com o nosso setor. (...) Ele foi muito bacana, muito aberto. Já no segundo mandato, voltou uma discussão ideológica, com a tentativa de ter uma espécie de tutela sobre o jornalismo, e aí nós combatemos muito isso, e não deixamos que tivessem êxito essas iniciativas de regulação tanto no campo legislativo. Participamos ativamente no enfrentamento dessas questões. Então, o segundo mandato do Lula foi mais difícil por essa tentativa de ideologização do debate” (SIROTSKY, 2015). Entre as “dificuldades”, Sirotsky certamente inclui a criação da EBC em 25 de outubro de 2007, estatal que passou a gerir as emissoras de rádio e televisão públicas federais após a publicação da Medida Provisória nº 238.



relacionados à comunicação social, com reações apenas pontuais da Presidência da República:

Eu e o Tonet<sup>168</sup> nos encontrávamos nos corredores do Congresso e, nos momentos em que as empresas jornalísticas estavam acuadas, ele nos chamava para conversar. Nós avançamos em pontuar algumas questões que para nós eram centrais, por exemplo, a questão da regulamentação da profissão, e ele sinalizou positivamente. (...) Chegamos a fazer várias conversas sobre isso, mas aí chegava algum radical e vetava, lá de cima, qualquer avanço nas relações de trabalho. (...) Então, a RBS e a Globo tiveram uma postura mais ou menos espelhada com o governo federal, lidando com uma certa ambiguidade. Tudo por causa dessa incerteza, porque eles pensavam que ia ser só quatro anos, e depois o PT perderia as eleições seguintes. E o governo também teve essa postura com eles, de avançar e recuar, avançar e recuar... E, nessa incerteza, o Lula acabou se dobrando a ponto de vetar o diploma dos jornalistas no Brasil. Ele tinha se dobrado também no caso do CFJ por uma pressão absurda das empresas jornalísticas. Então, essa ambiguidade, de “morder e assoprar”, dos dois lados, foi permanente nos governos Lula. (ANDRADE, 2015)

---

<sup>168</sup> Sérgio Murillo de Andrade refere-se a Paulo Tonet Camargo, então Diretor de Relações Institucionais do Grupo RBS. O ex-presidente da Fenaj sugere que a influência política exercida por Tonet durante o governo Lula em defesa dos interesses da RBS em Brasília era semelhante à ação de Evandro Guimarães, vice-presidente jurídico do Grupo Globo. “Por muito tempo, o Tonet foi o ‘embaixador da RBS’ e o Evandro Guimarães foi o ‘senador da Globo’ lá em Brasília. Lembro que teve um dia em que o senador Pedro Simon [PMDB-RS] chegou a perguntar: ‘Pessoal, tem um senador novo aqui e não nos avisaram?’. Isso porque ele entrava lá no Senado e participava mesmo das reuniões, das discussões, à vontade, quando queria” (ANDRADE, 2015). Curiosamente, em 2011, quando Evandro Guimarães deixou a vice-presidência jurídica do Grupo Globo por recomendação médica, o cargo foi ocupado por Tonet.

Enquanto o governo federal distinguia-se em última instância por “uma relação, às vezes, afetuosa, outras vezes, tensa com jornalistas e empresários de comunicação” (LIEDTKE, 2006, p. 213), em âmbito estadual, não houve qualquer animosidade entre a gestão de Luiz Henrique da Silveira e os interesses da família Sirotsky – no conjunto dos dados referentes à distribuição de recursos publicitários, “fica caracterizada a preferência pelo Grupo RBS” (AGUIAR, 2014, p. 364).

Entre 2003 e 2010, o conglomerado gaúcho ampliou significativamente seu patrimônio e sua margem de liderança no mercado catarinense, a tal ponto que conseguiu comprar seu principal concorrente na mídia impressa em Santa Catarina – o jornal *A Notícia*, de Joinville, principal reduto político de Luiz Henrique da Silveira. A despeito da tentativa de anulação da negociação por parte do Ministério Público Federal (MPF), o então governador do PMDB minimizou quaisquer efeitos negativos que a venda poderia acarretar (GOLEMBIEWSKI, 2008), legitimando assim as pretensões monopolistas da família Sirotsky e reafirmando seu consentimento com a concentração midiática no estado.

### **4.3. A atuação dos intelectuais orgânicos Pedro Parente e Derly de Anunciação**

Antes mesmo de iniciar suas atividades em Florianópolis, a RBS havia contratado Ariel Bottaro Filho, um funcionário do Governo de Santa Catarina, para aproximar-se da gestão de Antônio Carlos Konder Reis (1975-1979) e conquistar sua preferência na disputa do canal 12, conforme descrito no primeiro capítulo desta pesquisa. Três anos após o lançamento da TV Catarinense, há indícios de que a atuação do jornalista Moacir Pereira interferiu decisivamente no resultado das eleições de 1982 e, cinco anos mais tarde, a família Sirotsky teve seus interesses representados no Congresso Nacional por um grupo de parlamentares conservadores que assegurou a manutenção de seus privilégios ao final da ditadura militar. Naturalmente, as “intersecções” entre a empresa e o poder político continuaram recorrentes durante a década de 1990, que se caracterizou pela privatização das

telecomunicações e pela diversificação das atividades do setor midiático.

Diferentemente do caso da empresa Caldas Júnior, onde as relações centravam-se na pessoa do proprietário Breno Caldas e davam-se diretamente entre ele e o poder governamental, no caso da RBS, a empresa valeu-se da atuação de intermediários. Os intermediários não desempenham funções públicas, nem ocupam cargos públicos, sua atuação é fora do Estado, mas por circularem nesse meio eles acumulam certo poder e uma relação especial com a máquina pública. (...) Por essa via, eles conseguem fazer com que as necessidades da empresa recebam um tratamento particular, contribuindo, muitas vezes, para transformar os interesses da empresa em interesses e ações do Estado (PETRARCA, 2007, p. 98)

Fernando Ernesto de Souza Corrêa tornou-se o principal “intermediário” da RBS a partir da década de 1970, graças ao conhecimento que adquiriu sobre a esfera governamental e às relações informais que cultivou junto a funcionários públicos responsáveis pela tomada de decisões estratégicas em Brasília – eram relações que obedeciam à lógica pessoal, mas que incluíam, em última instância, troca de favores, bens e serviços, reciprocidades, lealdades e retribuições diversas (BEZERRA, 1995). Assim, a família Sirotsky pôde acompanhar atentamente qualquer alteração nas estruturas de poder do país, certificando-se de que possíveis mudanças conjunturais não comprometeriam seus objetivos em médio e longo prazo.

Mais do que participar do jogo partidário, intervindo na formação de novas alianças e bancadas no Poder Legislativo, interessava à RBS assegurar a manutenção de sua liderança no mercado das comunicações do Sul do país. Além da atuação dos intermediários e do vínculo inestimável com as Organizações Globo, o conglomerado fez valer sua capacidade de influência e articulação política através da colaboração de indivíduos que migraram de órgãos estatais para iniciativa privada, ou vice-versa. Eles ora acumulavam informações

privilegiadas sobre a dinâmica da burocracia governamental para utilizá-las em benefícios particulares, ora se utilizavam das atribuições de seus cargos para tomar decisões que favorecessem direta ou indiretamente a empresa (Ibidem). Entre 2002 e 2003, Pedro Pullen Parente e Derly Massaud de Anuniação cumpriram com êxito o papel de “intelectuais orgânicos”, segundo a definição *gramsciana*: especialistas em seus ofícios e, portanto, vinculados ao modo de produção de seu tempo, os dois exerceram também funções culturais e organizativas que os permitiram interferir no arranjo da sociedade civil com o intuito de assegurar e defender a hegemonia da classe social que representavam (GRAMSCI, 2004). Cabe ratificar que aquele período prenunciava mudanças significativas na estrutura do Poder Executivo, com vitórias das candidaturas de oposição em âmbito federal e estadual, o que tornava ainda mais relevante a atuação dos intelectuais orgânicos.

A contratação de Pedro Pullen Parente como vice-presidente executivo da RBS foi anunciada no dia 7 de novembro de 2002, enquanto ele ainda exercia a função de ministro-chefe da Casa Civil da Presidência da República – cargo que ocupou durante todo o segundo mandato de FHC (1999-2002). Indicado pela empresa de consultoria e recrutamento estadunidense *SpencerStuart*, Parente se tornaria responsável pela gestão e operação de todos os veículos do conglomerado gaúcho, com autonomia para reportar-se diretamente ao diretor-presidente Nelson Pacheco Sirotsky, segundo reportagem<sup>169</sup> veiculada pela revista *Meio & Mensagem* em 11 de novembro de 2002. Ainda de acordo com a publicação, Parente havia sido consultor do FMI, presidente do Conselho de Administração do Banco do Brasil, e ocupara diferentes posições ministeriais desde 1985; no governo de Fernando Henrique Cardoso, ele também fora secretário-executivo do Ministério da Fazenda e ministro do Planejamento. O último parágrafo da referida reportagem, assinada pelo jornalista Alisson Ávila, insinua uma conexão entre a contratação de Pedro Pullen Parente e a aprovação da Medida Provisória (MP) nº 70, que havia aumentado a permissividade para investimentos estrangeiros nas empresas de

---

<sup>169</sup> ÁVILA, A. **Pedro Parente vai para a RBS**. 11 nov. 2012. Disponível em: <http://www.tv-pesquisa.com.puc-rio.br/mostraregistro.asp?CodRegistro=83172&PageNo=3>. Acesso em: 16 abr. 2015.

radiodifusão do Brasil em outubro de 2002<sup>170</sup>, beneficiando, entre outras, a RBS:

Em março deste ano, [Nelson] Sirotsky comentava: “vejo um novo momento para a RBS, construído sobre dois eixos – um vertical, acompanhando o surgimento de plataformas nacionais de mídia, e outro horizontal, mantendo nossa sólida posição de liderança no Sul”. Seus comentários tinham como referência, entre outros fatores, as alterações na lei que liberava a participação de capital jurídico nacional e estrangeiro (em até 30%) nas empresas brasileiras de mídia. Talvez esteja aí a conexão entre a contratação de Parente e o comunicado da semana passada, alertando para “os novos desafios da indústria da mídia”. (ÁVILA, 2002, *on-line*)

A MP nº 70 regulamentou o que havia sido disposto na Emenda Constitucional nº 36, de 28 de maio de 2002, e anulou o texto que proibia a participação de capital estrangeiro na mídia brasileira. Aquela foi a primeira alteração ao texto original do Capítulo V do Título VIII da Constituição Federal, “Da Comunicação Social”, e representou a conquista de uma demanda histórica da RBS – em 21 de abril do ano anterior, Nelson Pacheco Sirotsky havia se reunido com o então presidente FHC justamente para pedir empenho na aprovação daquela mudança<sup>171</sup> (SOUSA; LÍRIO, 2001). Além disso, ao se transformar em

---

<sup>170</sup> BRASIL. Medida Provisória nº 70, de 1º de outubro de 2002. Dispõe sobre a participação de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens, conforme o § 4º - do art. 222 da Constituição, altera os arts. 38 e 64 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, o § 3º do art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, nº 191, 2 out. 2002. Seção I, p. 2.

<sup>171</sup> Na ocasião, Nelson Sirotsky estava acompanhado de Luís Frias, Roberto Civita, Evandro Guimarães, Paulo Cabral de Araújo e Francisco Mesquita Neto, representantes da *Folha de S. Paulo*, da Editora Abril, do Grupo Globo, dos Diários Associados e do jornal *O Estado de S. Paulo*. Curiosamente, a demanda foi atendida em um ano eleitoral e teve o apoio dos dois partidos que obtiveram mais votos na corrida presidencial: o PT e o PSDB.

Medida Provisória, o texto que fora enviado à Casa Civil sob a forma de anteprojeto de lei passou a incluir um novo artigo, que sequer havia sido votado no Congresso Nacional: a partir de 20 de dezembro de 2002, os limites estipulados pelo Decreto 236/1967 para a propriedade de estações de radiodifusão – duas em cada estado, por grupo, até o limite de cinco outorgas de VHF – deixariam de ser aplicados a participações societárias de até 15% do capital das emissoras. A flexibilização do número máximo de outorgas por entidade beneficiava especialmente a RBS, empresa que possuía mais estações de TV em um mesmo estado e que se utilizava de uma brecha na legislação para “mascarar” as 18 emissoras que operava no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina<sup>172</sup>.

Uma semana após o anúncio da contratação de Parente pela RBS, o presidente da Comissão de Ética Pública (CEP), João Geraldo Piquet Carneiro, enviou ao Ministério das Comunicações e à Secretaria Geral da Presidência da República uma lista de inquirições sobre a participação do chefe da casa Civil na elaboração da MP nº 70. Em 29 de novembro de 2002, porém, um relatório da CEP concluiu que não houvera envolvimento do ministro na formulação da MP e que por isso ele estava dispensado da quarentena<sup>173</sup>. – afastamento de quatro meses imposto a integrantes do primeiro escalão do governo que pretendem exercer atividades em que possam utilizar informações de natureza econômica que não sejam de conhecimento público, obtidas em razão do cargo anterior

---

<sup>172</sup> Ver 5.2. e 5.3.

<sup>173</sup> Segundo reportagem publicada pela extinta revista *Porém*, de Porto Alegre, “só quem lê o Diário Oficial da União com cuidado sabia que um mês antes [da contratação de Parente pela RBS] o Decreto 4.405, que define os casos de quarentena (...) na migração de altos funcionários para a iniciativa privada, havia passado por uma providencial lipoaspiração” (CADERNOS DE PORÉM, 2003, p. 8). A mudança a que o texto se refere como “lipoaspiração” ocorreu dois dias após a edição da MP nº 70 e certamente beneficiou Pedro Parente e a RBS: a partir da alteração do Decreto 4.405, assinada por Guilherme Dias, então ministro do Planejamento, e pelo próprio Parente, a CEP passaria a analisar todos os casos de impedimento de autoridades que exercessem ou prestassem serviços após a exoneração do cargo e, quando julgasse oportuno, poderia liberá-los da quarentena – que, até então, era obrigatória.

A Rede Globo apostava, desde a crise de 1998, em uma reformulação de sua estrutura societária para permitir o investimento de capital proveniente do exterior em suas emissoras, mas a legislação impunha restrições à participação estrangeira. A RBS, por sua vez, estava atenta a possíveis mudanças no texto constitucional antes mesmo da crise. Em 1991, no início do processo de privatização e liberalização da economia brasileira, Nelson Pacheco Sirotsky havia convidado o pesquisador estadunidense Nicholas Negroponte para visitar a América do Sul e explicar as transformações que estavam no horizonte do setor de comunicações, segundo as previsões do laboratório de mídia do Instituto de Tecnologia de Massachussets (MIT); dois anos depois, Roberto Peon, diretor internacional do conglomerado de comunicações estadunidense *Bell South*, viajaria a Porto Alegre para conversar com Nelson Sirotsky sobre o mesmo tema, informando que “o mundo estava se abrindo às privatizações das telecomunicações e a novas alternativas de televisão a cabo. E que no Brasil isso poderia começar antes no Rio Grande do Sul” (SCHIRMER, 2002, p. 180).

A distribuição de 21 retransmissoras de TV para a RBS – 14 no Rio Grande do Sul e sete em Santa Catarina – em 13 de dezembro de 2002, nos últimos dias no mandato de Fernando Henrique Cardoso, agravou a polêmica sobre a idoneidade do processo que resultaria na contratação de Parente. A assessoria de imprensa do Ministério das Comunicações, segundo informações divulgadas em uma reportagem da *Folha de S. Paulo* assinada por Laura Mattos duas semanas depois<sup>174</sup>, reiterou que não houve qualquer privilégio à RBS naquelas concessões e que Parente evitava participar de discussões sobre quaisquer assuntos relacionados às atividades de comunicação por recomendação da CEP.

A presença de Pedro Pullen Parente no quadro diretivo da RBS acarretou modificações substanciais no modelo de gestão do conglomerado gaúcho. No dia 11 de março de 2003, foi aprovada em reunião do Conselho de Administração uma nova estrutura organizacional, destinada a transformar a estrutura familiar e tradicional da RBS em um modelo mais “profissional”. O até então vice-presidente

---

<sup>174</sup> MATTOS, L. Governo libera TVs na reta final. *Folha de S. Paulo* (on-line). 27 dez. 2002. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/asp010120034.htm>. Acesso em 10 mai. 2015

corporativo, Carlos Melzer, afastou-se de suas funções após 32 anos para se tornar conselheiro administrativo, e o vice-presidente da RBS em Santa Catarina, Pedro Sirotsky, mudou-se para os Estados Unidos para realizar um curso de aperfeiçoamento profissional e gestão<sup>175</sup>. A mesma reunião deliberou a criação de uma diretoria executiva, presidida por Nelson Pacheco Sirotsky, para responder às questões institucionais, estratégicas e editoriais do conglomerado<sup>176</sup>.

Se até então as empresas de comunicação brasileiras não podiam ter qualquer participação de capital estrangeiro, é possível constatar que a Medida Provisória nº 70, aprovada pouco antes de Parente assinar contrato com o conglomerado gaúcho, cumpriria um papel determinante em médio prazo<sup>177</sup>, colaborando para reverter a crise provocada pela queda nos investimentos em publicidade na segunda metade da década de 1990.

A chegada do novo vice-presidente executivo, segundo artigo veiculado em 27 de março de 2003 pelo jornal *Valor Econômico*, fora motivada por razões estritamente econômicas<sup>178</sup>: em 2001, o conglomerado tivera uma receita bruta de 558,7 milhões de reais, 6,9% abaixo do ano anterior e, no início de 2003, suas dívidas eram superiores

---

<sup>175</sup> Carlos Melzer assumiria então a diretoria executiva da empresa imobiliária Maiojama, uma das maiores empreiteiras do Rio Grande do Sul, controlada por acionistas da RBS – o nome da empresa é formado pela justaposição das duas letras iniciais de Maurício Sirotsky Sobrinho, Jayme Sirotsky e suas respectivas esposas, Ione e Marlene Sirotsky. Pedro Sirotsky, por sua vez, lançaria em 2010 a editora de livros de luxo Toriba em parceria com o empresário Ricardo Bornhausen, sobrinho do ex-governador Jorge Konder Bornhausen.

<sup>176</sup> ÁVILA, A. **RBS altera hierarquias de comando**. 17 mar. 2003. Disponível em: <http://www.tv-pesquisa.com.puc-rio.br/mostraregistro.asp?CodRegistro=86501&PageNo=4>. Acesso em: 16 abr. 2015.

<sup>177</sup> Cabe enfatizar que, nos primeiros meses, a alteração na legislação “não suscita o interesse dos concorrentes estrangeiros e nenhum negócio é fechado” (DOURADO, 2011, p. 88).

<sup>178</sup> BUENO, S. **Parente acelera profissionalização na RBS**. Disponível em: <http://www.tv-pesquisa.com.puc-rio.br/mostraregistro.asp?CodRegistro=86788&PageNo=4>. Acesso em: 20 abr. 2015.



a 170 milhões de dólares. A exemplo da Rede Globo, a RBS voltaria a crescer exatamente a partir daquele ano, registrando uma receita líquida<sup>179</sup> de aproximadamente 643,9 milhões de reais. Foram fatores determinantes para o reequilíbrio imediato das finanças os referidos incentivos do governo FHC para “salvar” os conglomerados de mídia do país, mas, principalmente, a influência positiva da contratação de Parente em termos de credibilidade junto ao mercado financeiro<sup>180</sup>.

De acordo com o jornalista Elmar Bones, sabia-se nos bastidores da imprensa gaúcha que, ao mesmo tempo em que os Sirotsky desejavam anunciar um nome que agradasse aos acionistas, “os banqueiros queriam alguém da confiança deles lá, até para ter mais segurança em emprestar e aplicar dinheiro” (BONES, 2015). Assim, a escolha de um membro do governo Fernando Henrique Cardoso com histórico de atuação no FMI para compor o quadro diretivo da RBS fortaleceu os laços com as elites políticas e econômicas, “o que envolveu negociações com agentes financeiros e órgãos públicos com os quais Parente havia interagido na condição de ministro” (MICK, 2009, p. 8). A repórter Suzana Naiditch, em texto publicado na revista *Exame* em agosto de 2006, enfatiza ainda que o ex-ministro havia “aprendido” a cortar custos em suas passagens pelo Banco do Brasil, Banco Central, ministérios da Fazenda, do Planejamento e da Casa Civil, o que lhe rendera o apelido de “mãos de tesoura”<sup>181</sup>. Segundo ela, essa experiência foi decisiva para reequilibrar a economia do conglomerado gaúcho, permitindo inclusive a retomada de investimentos fora de seu território de abrangência, como a compra da emissora paulista Nossa FM em novembro de 2005. Pereira e Lissoni (2010) analisam, nesse

---

<sup>179</sup> Comparo os índices de receita líquida e bruta em períodos diferentes apenas para realçar a impressionante ascensão da empresa em dois anos: em 2001, a receita *bruta*, ainda sem as devidas deduções, foi substancialmente menor que o total registrado em 2003 como receita *líquida*, ou seja, mesmo após as deduções referentes àquele período.

<sup>180</sup> Como citado anteriormente, os benefícios obtidos pela aprovação da Medida Provisória nº 70 beneficiariam a RBS apenas a médio e longo prazo, e não podem ser citados como fatores determinantes para o crescimento do grupo antes de 2004.

<sup>181</sup> NAIDITCH, S. Pedro, o mãos de tesoura. *Revista Exame* (on-line). 24 ago. 2006. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/0875/noticias/pedro-o-maos-de-tesoura-m0101223>. Acesso em 22 mai. 2015.

sentido, que a chegada de Parente simbolizou uma mudança significativa no padrão de crescimento da RBS:

Com a chegada de Pedro Parente, CEO não pertencente à família, o direcionamento da empresa passou a ser o de recuperação do equilíbrio financeiro. (...) A RBS aparenta estar fazendo, através do processo de profissionalização da gestão, uma grande modificação na liderança e o estabelecimento de novos padrões culturais que permitirão a adoção da disciplina e da eficiência que o setor da mídia sinaliza estar precisando. A empresa parece mudar do crescimento rápido para o crescimento baseado em oportunidades. (PEREIRA; LISSONI, 2010, p. 10-11)

No diagnóstico de Esperidião Amin, governador de Santa Catarina à época da contratação do novo vice-presidente executivo da RBS, esse processo de despersonalização da gestão provocou mudanças nas relações entre o conglomerado gaúcho e os políticos locais.

Quando eles chegaram aqui, em 1979, a empresa era um clã – era a primeira geração ainda, com o Maurício e o Jayme Sirotsky. O personalismo da RBS foi evidenciado também pela segunda geração, com o Nelson. (...) Com o passar do tempo, a empresa se tornou-se mais “abstrata”, em certa medida. Até ontem, sabíamos exatamente quem é que comandava a RBS em Santa Catarina. Hoje, não dá para saber. (AMIN, 2015)

Contudo, há indícios de que os Sirotsky jamais pretenderam eliminar a vinculação familiar do conglomerado<sup>182</sup>. Em entrevista à

---

<sup>182</sup> Nelson Pacheco Sirotsky, que trabalhou em Santa Catarina nos três primeiros anos da TV Catarinense, havia retornado ao Rio Grande do Sul em 1982 justamente para manter o caráter familiar da gestão. “A volta para Porto Alegre (...) foi provocada pelo choque do diagnóstico de um câncer maligno em Maurício Sirotsky, que desejou passar a ter mais perto o filho que ele vinha preparando para ser seu sucessor, com assessoria de um especialista em

jornalista Marili Ribeiro, blogueira de *O Estado de S. Paulo*, sete anos após a contratação de Parente, o então vice-presidente Eduardo Sirotsky Melzer realçaria os méritos de uma empresa dirigida por membros de uma mesma família:

Se há uma família estruturada, qualquer setor funciona melhor. É lógico que uma família desestruturada contamina negativamente qualquer negócio. Mas uma estruturada é diferente. A crise global recente mostrou isso. As empresas de dono, que tinham condições de aguentar com estofo a crise, garantiram a relação com seu público interno e externo mesmo reduzindo margens. Na área de mídia em particular é fundamental. É um negócio que tem que ter cara. Tem que ter nome e sobrenome. (RIBEIRO, 2010, *on-line*)

Sem conclusões definitivas sobre a atuação de Pedro Parente como intelectual orgânico, o sociólogo Paulo Fernando Liedtke (2006) apresenta uma pergunta retórica sobre a contratação do ex-ministro pela RBS: “Será que Parente foi nomeado apenas pela sua competência profissional, ou trata-se de uma decisão política da empresa para melhorar seu trânsito em Brasília?” (LIEDTKE, 2006, p. 213). O próprio autor, no entanto, ressalta que as relações entre os meios de comunicação e o poder público são ambivalentes e, quase sempre, delicadas. Tal ambivalência, embora seja manifesta entre políticos e profissionais da comunicação social, não é facilmente compreendida pelos cidadãos que não participam ou acompanham o fluxo ordinário do ofício jornalístico. No cotidiano dos veículos, ela se manifesta basicamente no inevitável conflito de interesses entre os governos, que dependem da mídia para se comunicar com a sociedade, e os meios de comunicação, que utilizam o Estado como “matéria-prima” das informações que publicam; não há, porém, como relativizar ou ignorar os problemas que necessariamente advém de uma situação tão explícita e paradigmática, em que um mesmo indivíduo deixa de ocupar um cargo de relevância em algum dos três poderes para, em seguida, assumir uma

---

empresas familiares, o professor João Bosco Lodi, de São Paulo” (SCHIRMER, 2002, p. 155).

função estratégica em um meio de comunicação jornalístico. Quando ocorre em sentido contrário, a transição não é menos embaraçosa.

A saída do diretor de redação do *Diário Catarinense*, Derly Massaud de Anunciação, para assumir poucos meses depois o comando da Secretaria de Comunicação do Estado de Santa Catarina (Secom-SC) pode ser considerada tão emblemática quanto a contratação de Pedro Parente pela RBS. Publicitário, administrador de empresas e “intelectual orgânico das elites dominantes gaúchas e catarinenses” (AGUIAR, 2014, p. 323), Anunciação foi nomeado para a Secom-SC nos primeiros meses de 2003, após coordenar a campanha que culminara na eleição de Luiz Henrique da Silveira no ano anterior.

Derly Massaud de Anunciação tem uma trajetória política e profissional historicamente vinculada à família Sirotsky e às entidades corporativas. No Rio Grande do Sul, trabalhou em veículos da RBS desde 1975, e transferiu-se 12 anos mais tarde a Santa Catarina para dirigir a redação do *Diário Catarinense* – a partir de 1991, ele acumulou a função de diretor do *Jornal de Santa Catarina*, em Blumenau. Entre 1990 e 1998, o publicitário ainda foi diretor de eventos, vice-presidente e presidente da Associação dos Dirigentes de Vendas e *Marketing* de Santa Catarina (ADVB-SC) e tornou-se membro honorário do Conselho da Associação dos Diários do Interior de SC (ADI) em 2009.

Para compreender o papel de Anunciação junto ao governo de Luiz Henrique da Silveira (2003-2010) e em que medida sua atuação beneficiou a RBS, é preciso reconhecer as mudanças no sistema de pagamentos relacionados à publicidade oficial em Santa Catarina. Durante o governo Paulo Afonso Vieira (1995-1998), as normas de distribuição das verbas publicitárias do Poder Executivo catarinense determinavam que o todo o montante fosse repassado primeiramente às agências de publicidade locais, que então restituiriam os devidos valores às empresas jornalísticas. Executivos de rádios, emissoras de televisão e jornais de todo o estado haviam manifestado seu desagrado com esse modelo, conforme entrevista de Anunciação reproduzida no portal da

Acaert<sup>183</sup>, alegando que a atuação das agências como intermediários reduzia o valor final dos pagamentos aos veículos:

Algumas agências recebiam os recursos do Governo e não repassavam aos veículos e outras que demoravam muito para repassar, fazendo capital de giro com o dinheiro que era dos veículos. (ANUNCIAÇÃO, 2013, *on-line*)

Há evidências de que a insatisfação da RBS com aquela política tenha inclusive motivado o *Diário Catarinense* a apoiar o processo de cassação do ex-governador após o chamado “escândalo dos precatórios”<sup>184</sup> em 1997. Na ocasião, o jornal promoveu uma cobertura “exagerada” (GOLEMBIEWSKI, 2000), manifestando seu objetivo de desestabilizar e afetar a imagem pública de Paulo Afonso. Este não sofreu *impeachment* por uma diferença de dois votos na Assembleia Legislativa, mas acabaria derrotado nas eleições do ano seguinte por Esperidião Amin, cuja afinidade com o conglomerado dos Sirotsky desde a década de 1980 foi mencionada neste trabalho.

---

<sup>183</sup> ANUNCIAÇÃO, D. M. **Secretário de Comunicação fala sobre o mercado catarinense**. Entrevista concedida ao portal *Acontecendo Aqui* e reproduzida no portal da Acaert. 26 jul. 2013. Disponível em: <http://www.acaert.com.br/secretario-de-comunicacao-fala-sobre-o-mercado-catarinense#.VV-GJkbRY00>. Acesso em: 11 fev. 2015.

<sup>184</sup> Golembiewski (2000) relata que a abertura do processo de *impeachment* contra o governador foi motivada por um projeto de Lei enviado por Paulo Afonso à Assembleia Legislativa em 13 de junho de 1996, que resultaria na emissão de títulos equivalentes a cerca de 605 milhões de reais para o pagamento de precatórios, ou seja, dívidas do poder público decorrentes de sentenças judiciais. Os precatórios de Santa Catarina referentes ao exercício de 1994 a 1996 somavam pouco mais de 35 milhões de reais à época, segundo a acusação. Houve acusações semelhantes a políticos de outros estados, mas “Santa Catarina foi o único (...) cujo chefe executivo acabou processado pela Assembleia Legislativa. Nos demais, onde também ocorreu a emissão de títulos públicos, os processos sequer foram abertos porque os governadores tinham a maioria dos votos na composição da Assembleia” (GOLEMBIEWSKI, 2000, p. 9-10). O autor não considera, porém, que o conflito relacionado à distribuição de verbas publicitárias seja suficiente para explicar o apoio da RBS ao *impeachment*.

O governo Amin (1999-2002) satisfez em alguma medida as demandas das empresas jornalísticas, recomendando que 80% das verbas referentes a publicidade e propaganda governamental fossem depositadas diretamente nos cofres dos veículos de comunicação, e apenas 20% fossem intermediadas pelas agências (AGUIAR, 2014, p. 325). Cláudio Prisco Paraíso, que trabalhou em diferentes veículos da RBS como comentarista político entre março de 1986 e maio de 1997, afirma em entrevista a esta pesquisa que Esperidião Amin havia ampliado “despudoradamente” os investimentos nos veículos jornalísticos em seu primeiro mandato<sup>185</sup>, na década de 1980, o que justificava a preferência da família Sirotsky por sua candidatura contra Paulo Afonso nas eleições de 1998; o jornalista acrescenta, no entanto, que o segundo mandato de Amin no Governo de Santa Catarina, entre 1999 e 2002, caracterizou-se por uma política de contenção de gastos, e não resultaria tão vantajoso para a RBS quanto se esperava, em um contexto de crise econômica (PARAÍSO, 2015). Embora a falta de detalhamento nas prestações de contas não permitam quantificar a redução nas verbas publicitárias entre um mandato e outro, o relato de Prisco Paraíso certamente ajuda a explicar por que o conglomerado gaúcho decidiu apoiar o candidato de oposição, Luiz Henrique da Silveira, nas eleições de 2002. O jornalista gaúcho Elmar Bones ressalta que a RBS sabia que “os governos do PMDB costumavam ser muito generosos com as empresas de comunicação” (BONES, 2015), justamente porque havia se acostumado a receber valores abundantes durante os mandatos de Pedro Simon (1987-1990) e Antônio Britto (1995-1998) no Rio Grande do Sul – o governo Paulo Afonso, também do PMDB, era uma exceção e, por isso, possivelmente, haveria interesse em desestabilizá-lo.

Mesmo antes de Luiz Henrique da Silveira assumir pela primeira vez o cargo de governador, os veículos da RBS eram os maiores beneficiários dos recursos de propaganda oficial nas mídias

---

<sup>185</sup> Conforme mencionado em entrevista por Cláudio Prisco Paraíso, Santa Catarina era o segundo estado que mais gastava com publicidade durante o primeiro governo de Esperidião Amin (1983-1987). “Para se ter uma ideia, em 1986, ele [o governo Amin] só gastou menos que o governo [André] Franco Montoro [1983-1987], de São Paulo, apesar das diferenças econômicas e populacionais entre os dois estados” (PARAÍSO, 2015).

imprensa, radiofônica e televisiva de Santa Catarina. O *Diário Catarinense*, por exemplo, era o destino de cerca de 91% das verbas publicitárias impresso na Grande Florianópolis, e 61,3% no território estadual<sup>186</sup> em 2001. Não obstante, o conglomerado gaúcho ainda não havia superado totalmente a recessão de 1998, e mostrou-se disposto a assegurar a qualquer custo uma política de comunicação que conduzisse ao reequilíbrio de suas finanças. Com a vitória do PMDB nas urnas, a Secom-SC adquiriu, sob a chefia de Derly Massaud de Anunciação, uma importância estratégica na estrutura administrativa do estado, em consonância com a política de “descentralização” implementada por Luiz Henrique da Silveira a partir de 2003. Entre as novas competências da pasta, estabelecidas pela Lei Complementar Estadual nº 284/2005, incluíam-se a coordenação dos serviços de imprensa, relações públicas, comunicação e informações das atividades governamentais. A nova Secretaria também teria como atribuição – além do estabelecimento de contratos, convênios e acordos relacionados às competências anteriores – a articulação com os serviços de comunicação das Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDR).

Segundo Aguiar (2014), embora as novas políticas de comunicação do estado aparentemente respondessem à estratégia definida pelo governo Lula para desconcentrar a verba publicitária e “dividir”, de certa forma, o montante que até então era concentrado pelas maiores empresas jornalísticas do país, foram estas as principais beneficiárias das medidas implementadas pela Secom-SC sob o comando de Anunciação. O pesquisador sublinha que as entidades corporativas de Santa Catarina apoiaram amplamente a reforma administrativa promovida pelo governo do PMDB, obviamente porque os veículos associados a elas continuaram sendo favorecidos:

A verba publicitária governamental continuou concentrada nos grandes veículos de comunicação (...), o que torna a descentralização da verba pública em comunicação uma falácia. (...) Os

---

<sup>186</sup> SANTA CATARINA. Assembleia Legislativa. Sessão ordinária nº 072.3.51.O. 7 mai. 2001. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/internet/plenario/notas/ordinari/2001/5/V070501.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2015.

**grandes grupos de comunicação catarinenses, capitaneados pela RBS, é que controlam a maior parte dos veículos de comunicação no Estado. (...) Foram eles em última instância os mais favorecidos com as verbas publicitárias durante o governo LHS, principalmente o Grupo RBS.** Em síntese, se a reforma administrativa proposta pelo governo Luiz Henrique da Silveira durante seus oito anos de mandato não veio acompanhada de desenvolvimento econômico e social para o Estado de Santa Catarina, ao mesmo tempo ela demonstrou ser uma excelente máquina de promoção pessoal e propaganda eleitoral. (...) **Não há nas palavras, como também nunca houve nos gestos do então Secretário Derly M. Anunciação (...) qualquer voto de veto ou crítica do ponto de vista ético em relação a esse vínculo perigoso entre a política partidária, as agências de propaganda e o uso do dinheiro público.** (AGUIAR, 2014, p. 332, grifo meu)

Um exemplo de utilização questionável da publicidade oficial aconteceu entre 24 de fevereiro e 13 de março de 2007, período em que as emissoras de rádio e televisão catarinenses veicularam a campanha “Volta às aulas”, caracterizada pela Justiça como promoção pessoal de Luiz Henrique da Silveira e do então Secretário da Educação, Paulo Bauer. Após a sentença do juiz Luiz Antônio Zanini Fornerolli, da Vara da Fazenda Pública de Florianópolis, o ex-governador e os ex-secretários Bauer e Anunciação foram condenados a restituir aos cofres públicos aproximadamente 893 mil reais, o equivalente à soma dos valores gastos para anunciar nos meios de comunicação do estado e aos custos da apresentação judicial<sup>187</sup>.

---

<sup>187</sup> NUNES, D. Justiça condena Luiz Henrique e ex-assessores a pagar mais de R\$ 892 mil aos cofres públicos. *Diário Catarinense* (on-line). Disponível em: <http://diariocatarinense.clicrbs.com.br/sc/noticia/2011/03/justica-condena-luiz-henrique-e-ex-assessores-a-pagar-mais-de-r-892-mil-aos-cofres-publicos-3226620.html>. Acesso em: 11 mai. 2015.



Ao final do primeiro mandato de Luiz Henrique da Silveira, um relatório do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC) já havia indicado que a gestão de Anunciação representava, de fato, um período de abundância nas verbas de publicidade oficial. O Parecer Prévio divulgado pelo TCE insistia a cada ano que os valores gastos em propaganda eram exagerados, muitas vezes superiores aos investimentos em áreas consideradas prioritárias:

O Poder Executivo realizou gastos com publicidade e propaganda no valor de R\$ 30,46 milhões. (...) Destaca-se que as despesas em Funções de Governo importantes como Judiciária, Assistência Social, Trabalho, Habitação, Gestão Ambiental, Ciência e Tecnologia, Comércio e Serviços e Desporto e Lazer foram menores do que o aplicado com serviços de publicidade e propaganda. (SANTA CATARINA, 2006, p. 30)

A elevação substancial dos gastos em propaganda a partir de 2007 demonstra que a reeleição do governador do PMDB foi um fator de estímulo para que Derly Massaud de Anunciação abrisse ainda mais os cofres do Estado no segundo mandato: entre 2006 e 2009, as despesas com serviços de publicidade em propaganda cresceram 228%, segundo os relatórios do Tribunal de Contas. E, ao contrário do governo Lula, que divulgou os dados publicamente e em detalhes, a prestação de contas dos oito anos de gestão de Luiz Henrique da Silveira não especifica quais foram as empresas responsáveis pela prestação desses serviços<sup>188</sup>. Apesar da falta transparência, que impede um acesso

---

<sup>188</sup> Para Celso Antônio Tres, procurador da República, os veículos da família Sirotsky atuaram no sentido de “proteger” o então governador Luiz Henrique da Silveira das acusações de uso indevido dos meios de comunicação social e propaganda ilegal do governo na campanha de 2006, as quais suscitaram a abertura de um processo de cassação de seu mandato. Em entrevista ao *blog* do jornal *Diarinho*, o procurador afirma que “a RBS fez uma campanha, aqui no estado, inclusive, estigmatizando ou depreciando um dos ministros do STJ, que tava [sic] muito contundente no seu voto pela cassação, que foi o relator, o Ari Pargendler. Fizeram uma campanha de destruição da imagem dele” (TRES, 2009, *on-line*). O político do PMDB acabou absolvido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em 2009 por seis votos a um. Celso Antônio Tres foi

detalhado às contas, é inequívoca a constatação de que a política “descentralizadora” não combateu a concentração no uso da verba pública (AGUIAR, 2014, p. 349-369).

Os resultados da atuação dos dois intelectuais orgânicos aqui analisados mostraram-se, em poucos anos, complementares. Enquanto o conglomerado gaúcho recuperava sua estabilidade financeira através de empréstimos governamentais e de aumentos expressivos nos ingressos referentes a verbas de publicidade oficial, as mudanças no quadro diretivo da empresa transmitiam uma imagem de profissionalismo e “desfamiliarização” da gestão às empresas estrangeiras, recém-habilitadas a investir no setor de radiodifusão brasileiro a partir da polêmica aprovação da MP nº 70. A Derly Massaud de Anunciação<sup>189</sup> e Pedro Pullen Parente, representantes das classes dominantes e do alto empresariado midiático brasileiro, coube a relevante função de – segundo suas competências, atribuições e possibilidades (GRAMSCI, 2004) – manter inabaláveis os interesses da família Sirotsky. A relação estratégica da RBS com membros dos governos estadual e federal no início dos anos 2000 permitiria a aquisição e a abertura de novos veículos e a realização de investimentos em diferentes setores do mercado comunicacional ao final daquela década, tornando o cenário cada vez mais propício para a consolidação de um oligopólio midiático sem precedentes em Santa Catarina, como será descrito no próximo capítulo.

---

um dos responsáveis por ajuizar uma Ação Civil Pública contra a RBS em 2008, conforme será descrito no próximo capítulo.

<sup>189</sup> Anunciação deixou o cargo na Secom-SC em janeiro de 2015, mas aquela Secretaria continuou sob comando de profissionais oriundos da RBS: seu substituto imediato foi Walter Bier, ex-executivo do conglomerado da família Sirotsky, enquanto Cláudio Thomas, ex-editor-chefe do *Diário Catarinense*, assumiu como diretor de imprensa do Governo de Santa Catarina. A contratação de Bier, assim como a de Derly Massaud de Anunciação, foi questionada à época por repórteres e articulistas de veículos alternativos, como Ricardo Ebling, do portal Brasil 247: “Walter Bier cuidava dos jornais da RBS em Sta. Catarina, que vêm em franca decadência (...), o que sugere que a motivação do governador (...) não é o sucesso administrativo” (EBLING, 2015, *on-line*)

## **5. A compra do jornal *A Notícia* e a consolidação do “império”**

O patrimônio da RBS em Santa Catarina começou a se constituir no final da década de 1970, através de um célere processo de acumulação de estações de televisão e rádio. A partir do lançamento do *Diário Catarinense*, em 1986, a empresa passou a concentrar suas atenções também na mídia impressa: adquiriu veículos concorrentes, lançou seus próprios títulos e tornou-se referência de leitura em quase todos os municípios do estado, superando inclusive as pretensões de seu fundador, Maurício Sirotsky Sobrinho. A parte final desta narrativa trata justamente da consolidação de um oligopólio midiático em território catarinense, evidenciado pela compra do jornal *A Notícia*, de Joinville, em 2006. Além de eliminar o principal concorrente da RBS no setor impresso, a negociação corroborou a efetividade do trabalho de bastidores realizado pelo conglomerado gaúcho desde o regime militar. Apesar da diligência de um grupo de procuradores do Ministério Público Federal (MPF), os quais propuseram em 2008 a anulação da compra do veículo joinvilense, o pedido foi julgado improcedente e a transação, autorizada. A sentença legitimou a propriedade cruzada dos meios de comunicação em Santa Catarina, deu carta branca para a continuidade do domínio econômico exercido pela família Sirotsky e consagrou, enfim, um império capaz de sobreviver à queda da ditadura que o concebeu.

### **5.1. Joinville: o último reduto de resistência no mercado impresso**

A RBS aproveitou-se das políticas de comunicação favoráveis implementadas pelos governos Lula e Luiz Henrique da Silveira, reeleitos em outubro de 2006, para consolidar sua soberania no mercado jornalístico do Sul do país. A Rede Globo, como nas três décadas anteriores, garantia a liderança das emissoras de TV aberta da família Sirotsky nos índices divulgados pelo Instituto Brasileiro de Opinião e Estatística (Ibope), e o padrão estético “importado” da empresa de Roberto Marinho ainda contribuía para diferenciar a RBS TV de suas concorrentes e fidelizar o público (SOUZA, 1999). No setor radiofônico, embora controlasse 26 emissoras, o conglomerado gaúcho

se absteve de disputar o primeiro lugar entre os ouvintes dos municípios menores, possivelmente para evitar um embate frontal com as elites políticas e empresariais do interior, as quais eram sócias ou concessionárias da maioria das rádios – a redução exponencial do valor dos anúncios nos últimos 30 anos também pode ser considerada uma razão determinante para essa escolha. Assim, os esforços passaram a se concentrar na necessidade de alavancar as vendas e assinaturas dos jornais impressos, o que significava enfrentar periódicos tradicionais, que circulavam desde o início do século XX e eram sustentados pela identificação com as comunidades e pela capacidade de informar o público com mais agilidade que o *Diário Catarinense*.

O jornal *O Estado de Santa Catarina* deixara de ser a maior preocupação dos Sirotsky no mercado local pelo menos desde meados da década de 1990. A dificuldade de se competir com a estrutura de propriedade cruzada da RBS havia levado José Matusalém Comelli a reduzir o número de páginas e sucursais, o que afastou gradativamente os anunciantes: “[*O Estado*] hesitou entre manter seu diferencial ou tentar se adequar ao estilo trazido pelo concorrente. Essa indecisão (...) acabou fragilizando o jornal” (BUDDE, 2013, p. 166). O formato mudou de *standard* para tabloide em 2003, o que diminuiu os custos de produção e permitiu a circulação diária por mais quatro anos; a partir de então, foram impressas edições semanais e esporádicas até janeiro de 2009, quando se anunciou seu fechamento definitivo.

A opção da RBS por priorizar os investimentos no mercado impresso em Santa Catarina justifica-se, em grande medida, pela importância histórica dos jornais como legitimadores da produção televisiva (QUEIRÓZ, 1992) e “catalisadores” das relações das empresas de comunicação com o poder político<sup>190</sup>, conforme sugere Schirmer (2002) sobre os primeiros empreendimentos da família Sirotsky no Rio Grande do Sul:

---

<sup>190</sup> Com o crescimento do jornal *Zero Hora*, a RBS “passou a ser temida e paparicada pelos políticos, na esperança de não caírem em alguma lista negra e, quem sabe, de algum afago em retribuição” (CADERNOS DE PORÉM, 2003, p. 15).

Dirigindo a Rádio Gaúcha e depois a TV Gaúcha, Maurício [Sirotsky Sobrinho] tinha dificuldades quando necessitava buscar contatos com os donos do poder. Eram tempos em que precisava recorrer aos préstimos de amigos como o deputado Hélio Carlomagno para ser recebido em audiência por governadores como Ildo Meneghetti (...). A partir da afirmação de *Zero Hora* sob seu comando, é Maurício que passa a receber visitas de governadores e ministros em seu gabinete no jornal. (SCHIRMER, 2002, p. 27)

Nelson Pacheco Sirotsky argumenta que aquela aposta resultou de uma estratégia comercial, e não política: “No início da década de 1990, previmos que haveria um aumento no consumo de jornais impressos, e a nossa crença se mostrou correta. Foi uma aposta mercadológica, nada mais” (SIROTSKY, 2015). Ainda de acordo com o então presidente do conglomerado, a RBS tornou-se em 2006 a segunda maior editora de jornais do país – somente atrás das Organizações Globo – com cerca de 400 mil exemplares diários, graças ao lançamento do jornal *Hora de Santa Catarina* e à compra do *A Notícia*.

A aquisição de jornais concorrentes, desde 1992, foi a resposta da direção da RBS aos baixos índices de leitura do *Diário Catarinense* fora da Grande Florianópolis, o que se explica em grande medida pela originalidade do modelo de ocupação demográfica do estado, que propiciou um desenvolvimento regional não integrado a partir do século XIX: a região próxima à Ilha de Santa Catarina passou a ser habitada por imigrantes provenientes do arquipélago dos Açores, enquanto o litoral Norte e os vales dos rios Itapocu e Itajaí receberam em maior número os alemães, o Sul do estado teve uma colonização predominantemente italiana, e o planalto e o Oeste foram ocupados por migrantes oriundos do Rio Grande do Sul. Segundo o pesquisador Aristheu Formiga, manteve-se desde então “o costume de se privilegiar o consumo de produtos regionais, inclusive os jornais” (FORMIGA, 2007, p. 64). Para superar esse “bairrismo” e se consolidar como referência no mercado impresso nas 20 microrregiões de Santa Catarina – cada uma com perfis socioeconômicos e culturais diversos –, a RBS precisou redefinir suas políticas comerciais. Editor-chefe do *Diário Catarinense* entre 1998 e 2009, Cláudio Thomas relata que Maurício

Sirotsky Sobrinho admitia a existência de obstáculos inerentes à colonização de Santa Catarina e reconhecia a incapacidade da empresa de suplantá-los; os gestores que o sucederam, porém, tinham planos mais ambiciosos para o setor e decidiram fazer novos investimentos, considerando inclusive a possibilidade de “dissolver” barreiras culturais e geográficas:

Santa Catarina tem uma coisa peculiar, que são as suas regiões muito bem definidas, com seis capitais regionais: Florianópolis, Blumenau, Joinville, Criciúma, Lages e Chapecó. (...) Como eu vinha do Rio Grande do Sul, eu tive que visitar, conhecer cada localidade para entender isso. (...) O fato de Florianópolis não ser uma capital central também agrava a questão logística. Imagina como é custoso e demorado fazer o jornal chegar de manhã cedo a Chapecó, São Miguel do Oeste, e ainda chegar com uma capa que traga alguma novidade para aquele leitor. (...) Tivemos que adaptar nosso estilo e entender que, naquela notícia de caráter estritamente local, estilo “buraco de rua”, o *Diário Catarinense* nunca ia conseguir competir com um jornal local. (...) A ideia do Maurício [Sirotsky Sobrinho] era fazer um jornal líder no seu mercado primário, que era a Grande Florianópolis, e que fosse o segundo colocado nas demais regiões. Mas, com o tempo, os diretores que vieram depois julgaram que era possível ser líder em todas. E, para isso, a empresa precisou tomar algumas medidas importantes. (THOMAS, 2015)

A reorientação das metas comerciais do conglomerado gaúcho para a mídia impressa intensificou o caráter “predatório” de sua expansão após a morte do fundador. Precisamente, a nova postura teve seu apogeu durante a gestão de Nelson Pacheco Sirotsky como presidente, entre 1991 e 2006. A empresa lançou, naquele período, dois novos jornais no Rio Grande do Sul para atingir leitores que não tinham o hábito de comprar ou assinar a *Zero Hora*: o popular *Diário Gaúcho* e o *Diário de Santa Maria*. Fundado em 2000, o *Diário Gaúcho* diferenciava-se pelo menor preço de venda em banca, pela linguagem

acessível e pelo projeto gráfico chamativo, inspirado nos tabloides britânicos; o *Diário de Santa Maria* foi criado em 2002 para enfrentar o jornal *A Razão*, que estava em circulação desde 1934 e era o mais lido na região central do estado – em dois anos, o *Diário de Santa Maria* tornou-se líder no mercado regional (BORELLI; CORRÊA, 2012). Em Florianópolis, a novidade foi o jornal *Hora de Santa Catarina*, em 2006, que serviu como contragolpe ao lançamento do *Notícias do Dia* pelo Grupo Rede Independência de Comunicação (RIC)<sup>191</sup>, de Mário Petrelli:

Nós tínhamos um projeto de jornal popular que estava engavetado há muitos anos. Então, fomos surpreendidos pela concorrência em março de 2006, e já em maio começamos a projetar nosso jornal e a trabalhar na montagem da equipe, que passou a ter 21 pessoas. Antes de julho, ele já começou a circular. (...) O interessante é que o *Diário Catarinense* não perdeu leitores: esse mar de gente que estava no mercado, pertencente às classes C, D e E, ganhou uma nova opção e passou a consumir outro produto, de leitura rápida, visualmente bonito, atraente, mais barato. (...) Foi o mesmo que aconteceu no Rio Grande do Sul: era uma cópia do *Diário Gaúcho*. (THOMAS, 2015)

Se, em Santa Maria, a RBS conseguiu superar rapidamente os índices de leitura do jornal *A Razão*, houve regiões em que o mercado mostrou-se hostil e avesso às novidades. Era o caso de Blumenau, por exemplo: em 1992, em vez de enfrentar o *Jornal de Santa Catarina* com um novo título, a família Sirotsky julgou menos custoso fazer uma proposta para comprá-lo como estratégia de penetração no mercado do Vale do Itajaí, onde o *Diário Catarinense* registrava baixa circulação – em Caxias do Sul, na serra gaúcha, um panorama análogo suscitaria no

---

<sup>191</sup> Fundado em 1987, o Grupo RIC passou a coordenar as emissoras de televisão aberta retransmissoras da Rede Record no Paraná e em Santa Catarina, além da *Record News*, da Rádio Record e da Jovem Pan 2, no Paraná.

ano seguinte a aquisição do diário *O Pioneiro*, em circulação desde 1948.

O alastramento das publicações impressas da RBS pelo interior do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina não só suprimiu a concorrência como reduziu gradativamente o número de postos de trabalho para os jornalistas. Ainda segundo Cláudio Thomas, os próprios profissionais da empresa sentiram-se prejudicados por aquela política “expansionista”, mas não ousavam se contrapor às pretensões dos gestores:

Quando a RBS comprou o *Jornal de Santa Catarina*, ela fechou sua sucursal do *Diário Catarinense* em Blumenau; quando comprou o jornal *A Notícia*, o *Diário Catarinense* naturalmente fechou sua sucursal em Joinville, assim como o jornal *A Notícia* deixou de ter sua sucursal em Florianópolis. Então, as sucursais foram morrendo, e os postos de trabalho também foram se desmontando, tudo para reduzir o custo. (...) E, cada vez mais, os jornais foram usando os conteúdos do *Diário Catarinense* e adaptando aquele conteúdo a seu público, e as redações foram diminuindo muito, com salários baixos, de maneira geral. (...) Para nós jornalistas, quanto mais concorrência tiver, melhor. Para a empresa, não. (Ibidem)

A compra do diário *A Notícia*, de Joinville, a que Cláudio Thomas se refere, foi a negociação mais polêmica realizada sob a gestão de Nelson Pacheco Sirotsky<sup>192</sup>. O jornal havia sido lançado pelo empresário paranaense Aurino Soares em 1923, e desde então teve sua circulação interrompida apenas uma vez, em 1944, devido à morte do

---

<sup>192</sup> A utilização da palavra “grupo” à frente do nome Rede Brasil Sul a partir de 2007 possivelmente foi motivada pela intensificação das críticas ao conglomerado por sua postura comercial agressiva nos dois estados do Sul. Com a mudança da nomenclatura para Grupo RBS, a empresa pretendia associar seu nome a valores positivos, como “a unidade e o trabalho em conjunto” (GOLBSPAN, 2010, p. 43), a exemplo do que fizeram o Grupo Globo, o Grupo Abril, o Grupo Folha e o Grupo Estado.



fundador e à carência de um sucessor imediato. A publicação retornou às bancas em maio de 1946, graças a uma parceria entre o ex-governador Aderbal Ramos da Silva e o empresário do setor madeireiro Antônio Ramos Alvim, e dez anos depois foi adquirida por um grupo de 130 acionistas, consolidando-se como porta-voz dos interesses da elite político-empresarial do Norte catarinense. A maioria dos novos controladores eram industriais dos setores químico, têxtil e metalúrgico que pretendiam ocupar cargos públicos em Joinville. Uma das exceções era Helmut Fallgatter, empreendedor dos ramos imobiliário e farmacêutico; então presidente da Drogaria, Farmácia e Laboratório Catarinense, ele foi eleito prefeito em 1960 e tornou-se o maior investidor do jornal a partir de 1978 (TERNES, 1983). Naquele ano, sua filha Sylvia Fallgatter Thomazi assumiu a vice-presidência do *A Notícia* e passou a comandar o negócio ao lado do esposo, Moacir Gervásio Thomazi, nomeado diretor-presidente.

Joinville, além de ser a cidade mais populosa do estado, era também o último reduto de resistência ao jornalismo impresso da RBS em Santa Catarina. Com cerca de 31 mil exemplares diários, *A Notícia* registrava a segunda maior circulação entre os periódicos estaduais no primeiro semestre de 2006, atrás apenas do *Diário Catarinense*, que tinha 42 mil – dos quais apenas 5 mil circulavam na região Norte (MICK, 2009, p. 9). De acordo com o ex-proprietário Moacir Thomazi,

(...) naquela época, o jornal *A Notícia* sobrevivia basicamente de assinaturas: 92% dos exemplares que circulavam no estado iam direto para os assinantes. Então, na prática, nós tínhamos mais assinaturas que o *Diário Catarinense*, mas menos circulação total, porque a RBS era muito forte na venda em banca, aos domingos. Nós ganhávamos durante a semana, mas perdíamos aos domingos. (...) Em Joinville, mesmo, quase ninguém lia o *Diário Catarinense*. Nosso jornal era maior e, apesar da sua proposta estadual, tinha mais notícias de interesse local. (THOMAZI, 2015)

Embora, conforme mencionado, o próprio Maurício Sirotsky Sobrinho houvesse prognosticado a incapacidade da RBS de competir com os jornais tradicionais fora da Grande Florianópolis, os gestores

que o sucederam jamais admitiriam tamanha soberania de um concorrente direto – ainda mais em um município como Joinville, que concentrava o maior mercado de anunciantes privados de Santa Catarina e registrava índices de leitura de imprensa superiores à média estadual desde o início do século XX (TERNES, 2003, p. 22). Sem perspectivas de alavancar as vendas do *Diário Catarinense* no Norte do estado, os executivos da RBS começaram a fazer sondagens sobre a possibilidade de adquirir o jornal de Moacir Thomazi a partir de 2001:

A RBS fez alguns movimentos para comprar o nosso jornal, e a gente sempre ia rechaçando. Mas eu já estava há 29 anos e oito meses na presidência, e nem meu filho nem minha filha mostraram muito interesse em assumir a gestão. Além disso, nós não tínhamos sinergia com outros meios de comunicação, e isso estava em nosso desfavor, porque reduziria nossos custos se o mesmo jornalista produzisse para rádio e televisão ao mesmo tempo. (...) Então, no final, como a oferta foi de fato muito boa, a gente acabou concordando com a venda [em 25 de agosto de 2006], como já era esperado. (THOMAZI, 2015)

A dissertação de mestrado defendida pelo pesquisador Aristheu Formiga na Universidade de São Paulo (USP) quatro anos antes da negociação<sup>193</sup> entre Nelson Sirotsky e Moacir Thomazi demonstra que a venda do jornal *A Notícia* para a RBS era, de fato, um movimento previsível:

Seguindo os passos desenvolvidos para o estabelecimento da política do Grupo [RBS] para a mídia impressa, as iniciativas de aquisição apontam para um jornal de porte médio (como o jornal *A Notícia*, por exemplo), numa área onde já se firmou sua política eletrônica (Joinville, onde a RBS retransmite o sinal da Rede Globo de Televisão). Diferente da aquisição de veículos de

---

<sup>193</sup> Embora as referências bibliográficas indiquem o livro de Aristheu Formiga publicado em 2007 pela Edifurb, o texto da dissertação foi escrito e defendido na USP em 2002.

mídia eletrônica, em que poderia ocorrer enfrentamento com a Rede Globo, o Grupo RBS (caso se confirme o interesse divulgado na imprensa) pode simplesmente comprar o jornal *A Notícia* e prosseguir sua política de concentração de mídia, consolidando-se como principal grupo editorial do Sul do Brasil. (FORMIGA, 2007, p. 75)

Em seu depoimento, Moacir Gervásio Thomazi não informa o valor final daquela transação: “Uma das cláusulas do contrato que fizemos é a confidencialidade, e quem romper essa cláusula deverá pagar uma multa de 5 milhões de reais” (THOMAZI, 2015). O principal comentarista político da RBS em Santa Catarina, Moacir Pereira, acrescenta que “não se sabe o montante exato, mas a informação de bastidores é que girou em torno de 50 a 60 milhões [de reais]” (PEREIRA, 2014).

Mais do que o montante requerido pelo então diretor-presidente do jornal *A Notícia*, a negociação demandou da RBS um novo esforço de aproximação junto às elites de Joinville. É relevante considerar, nesse sentido, que as articulações entre os Sirotsky e o empresariado da região Norte haviam começado ainda em 1979, com o acordo operacional firmado pelos acionistas da CCRTV para viabilizar o início das transmissões da TV Santa Catarina. No entanto, impunha-se desde então um hiato de quase três décadas, durante o qual haviam ocorrido sucessões nos cargos diretivos das principais corporações, além de um aumento do número de indústrias e da emergência do setor de desenvolvimento de *softwares*, por exemplo<sup>194</sup>. Assim, poucos meses após a assinatura do contrato de aquisição, os dirigentes da RBS julgaram necessário participar de uma reunião da Associação Comercial de Joinville (Acij) para explicar a dezenas de acionistas minoritários que a negociação acarretaria uma mudança apenas no controle financeiro, e

---

<sup>194</sup> Nelson Pacheco Sirotsky enfatiza que “alguns dos empresários que eram sócios minoritários do jornal *A Notícia* nos conheciam por causa da entrada da televisão, e isso facilitou um pouco o diálogo. Mas a família do Moacir Thomazi tinha 80% das ações do jornal, e toda a negociação foi com ele. Nós nos reunimos com os outros empresários e explicamos o projeto só depois da compra” (SIROTSKY, 2015).

não no perfil editorial de *A Notícia* – que até então se propunha a realizar coberturas com abrangência estadual. Naquela ocasião, o próprio Moacir Thomazi atuou como interlocutor, minimizando os efeitos negativos da venda, enquanto Nelson Sirotsky, Pedro Sirotsky, Sérgio Sirotsky e Pedro Parente se dedicaram a exaltar os 83 anos de história do jornal e sua identificação com a comunidade joinvilense (MICK, 2007).

Nos primeiros meses de 2007, sob comando da RBS, *A Notícia* abandonou o formato *standard* e tornou-se um tabloide, adequando-se às dimensões dos demais jornais do conglomerado. A promessa de preservar a linha editorial<sup>195</sup> não foi cumprida: segundo o relato do primeiro editor-chefe do jornal após a transação, Nilson Vargas, as coberturas deixaram de ter caráter estadual e o número de assinantes foi imediatamente reduzido<sup>196</sup> de 30 mil para 19 mil:

---

<sup>195</sup> Linha editorial, neste contexto, refere-se tanto aos critérios de seleção dos acontecimentos noticiados como ao valor-notícia “de construção”, ou seja, à forma ou angulação que será atribuída a cada pauta (ou proposta de reportagem), desde a sua concepção até a execução (VENANCIO, 2009).

<sup>196</sup> Acerca da diminuição do número de assinantes, Nilson Vargas adverte: “Não é uma conta simples, porque ela não explica toda a realidade. Não dá para dizer que essa queda foi toda em função da venda do jornal para a RBS. Por exemplo, os critérios para definir a carta de assinantes formais da RBS são muito mais rigorosos do que eram os da antiga gestão do *A Notícia*. Eles levam em conta questões como inadimplência, que antes eles ignoravam ou não consideravam. Além disso, foi uma situação natural do mercado, porque no mesmo período reduziram-se as assinaturas da *Folha de S. Paulo*, do jornal *O Globo*...” (VARGAS, 2015). Moacir Pereira, por outro lado, admite que os joinvilenses ficaram insatisfeitos com a mudança na gestão do jornal, e que, por isso mesmo, houve uma diminuição no número de assinantes: “Eu trabalho para a RBS, defendo a empresa, mas penso que houve equívocos naquele processo. Primeiro, não foi cumprida a promessa de se manter o formato do jornal *standard*, que era uma marca registrada de *A Notícia*. Isso teve uma repercussão muito ruim entre a comunidade de Joinville. E, em vez de promover mudanças que consolidassem *A Notícia* como jornal regional, a RBS fez o contrário. Eles fizeram isso por razões de uniformização técnica, por razões econômicas, mas foi um equívoco, e é claro que o número de assinantes acabou caindo” (PEREIRA, 2014).

O reposicionamento do *A Notícia* dentro do ecossistema de jornais da RBS como uma publicação local foi por uma razão editorial, e não mercadológica. A intenção primeira não era que o *Diário Catarinense* começasse a circular mais em Joinville. Não: o que aconteceu foi que **nós entendemos que a região de Joinville, pela sua importância, pelo seu desenvolvimento, suportava uma publicação local** – o que não é algo menor ou pejorativo – **e que tivesse uma estrutura mais profissional.** (VARGAS, 2015, grifo meu)

O fragmento supracitado remete, em alguma medida, ao argumento utilizado pela família Sirotsky na disputa do canal 12 de Florianópolis na década de 1970. O caráter arbitrário da narrativa de legitimação do crescimento da empresa manifesta-se, desta vez, na “maleabilidade” de um discurso que se mostra adaptável a qualquer contexto: outrora, Santa Catarina *precisava* de uma emissora da RBS para ajudar a desenvolver e integrar a economia do estado; 30 anos depois, a região Norte mostra-se tão desenvolvida que passa a *suportar* um jornal local, “mais profissional”, que somente o conglomerado gaúcho seria capaz de oferecer.

O ex-proprietário de *A Notícia* relata que, antes da aquisição pela família Sirotsky, em 2006, “o jornal tinha 18 sucursais fora de Joinville e 120 jornalistas em atividade; hoje, me parece que só sobrou a sucursal de Jaraguá do Sul, e em poucos anos a equipe foi reduzida a 19 jornalistas” (THOMAZI, 2015). Em contrapartida, Nilson Vargas sustenta o argumento do profissionalismo, ressaltando a superioridade tecnológica e estrutural da RBS – que, de alguma forma, emerge como resultado da convivência da empresa com o regime militar e de suas relações profícuas com a Rede Globo e com as elites estaduais.

A RBS investiu muito para modernizar o *A Notícia*. Em termos de tecnologia, o jornal antes era medieval. Tinha três ou quatro computadores com internet. (...) Em muitos lugares, não era nem uma sucursal estruturada. Funcionava como um sistema de correspondência: eram jornalistas que

trabalhavam em casa, ou em alguma rádio, e também escreviam para o *A Notícia*. (...) As cidades que tinham sede mais estruturada, que eu me lembro, eram Itajaí e Florianópolis. (...) A rigor, todas as sucursais ou correspondências foram incorporadas ao *Diário Catarinense*, com exceção de Joaçaba, que era onde a RBS não tinha uma sede. (VARGAS, 2015)

Há indícios de que a estrutura “amadora” do diário de Moacir Thomazi não resultava necessariamente em uma produção jornalística com menos qualidade, responsabilidade ou interesse público antes de 2006, em comparação com os veículos da RBS. Em uma pesquisa quantitativa, Formiga (2007) demonstra que os imperativos mercadológicos, comerciais ou publicitários influenciavam menos nos conteúdos informativos do jornal *A Notícia* do que no *Diário Catarinense* ou no *Jornal de Santa Catarina*. Ternes (1983) acrescenta que o jornal joinvilense era conhecido desde a metade do século XX por sua sobriedade: “em *A Notícia* jamais prevalecem manchetes sensacionalistas, (...) tais como registros policiais mais bombásticos, escândalos” (TERNES, 1983, p. 203). Segundo o autor, havia certo equilíbrio político na composição do grupo de acionistas que assumira a publicação na década de 1950, e “esta pulverização de correntes políticas, apesar da influência de alguns acionistas sobre os demais, não permite que o jornal se identifique mais acentuadamente com esta ou aquela corrente” (Ibidem, p.115). Entretanto, os ex-proprietários do jornal *A Notícia*, assim como os Sirotsky, também haviam estabelecido vínculos com políticos que há muitas décadas representam os interesses conservadores em Santa Catarina. Itamar Aguiar afirma que, nas eleições de 1982, *A Notícia* deu “amplas páginas à cobertura dos comícios do PDS” (AGUIAR, 1995, p. 137), assumindo preferência pela candidatura de Esperidião Amin – segundo o pesquisador Carlos Golembiewski, Moacir Thomazi teve sua retribuição no ano seguinte, quando Amin o convidou para assumir o cargo de Secretário de Estado da Educação<sup>197</sup> (GOLEMBIEWSKI, 2000, p. 36).

---

<sup>197</sup> Carlos Golembiewski pondera, no entanto, que o impacto das relações políticas sobre o noticiário era menor no jornal *A Notícia* do que nos veículos da família Sirotsky. Por exemplo, apesar da relação histórica entre Thomazi e

A exemplo do que acontecia desde os primórdios da comunicação social no estado, conforme demonstrado por Moacir Pereira (1992), a mudança na gestão do jornal *A Notícia* em 2006 foi notificada imediatamente aos representantes do poder político local:

Eu dei ciência ao prefeito [Marco Antônio Tebaldi (PSDB-SC)] e aos empresários daqui, que até ficaram meio chateados, mas sabiam que um dia chegaria o momento em que iríamos vender para a RBS. A gente não teria condições de manter a qualidade que a gente mantinha. Mas, antes de tudo, imediatamente após a venda, eu dei ciência ao governador Luiz Henrique da Silveira – na verdade, falei com o vice, Eduardo Pinho Moreira (PMDB-SC), que era o governador em exercício – e ao Esperidião Amin [então candidato ao Governo de Santa Catarina], porque nós havíamos trabalhado juntos e éramos amigos há muito tempo. (THOMAZI, 2015)

Embora os empresários não mais dependessem da aquiescência dos governantes para lançar, comprar ou vender jornais<sup>198</sup>, o hábito de “pedir as bênçãos” parece ter se mantido em Santa Catarina mesmo após a ditadura militar, apenas para ratificar a concordância do poder público

---

Amin, opositor de Paulo Afonso, “o jornal *A Notícia* procurou discutir, de forma equilibrada, a questão do processo de *impeachment* [ver 4.3.]. Puderam expressar sua opinião: o governador e seus colaboradores, deputados da oposição, jornalistas do jornal com posições divergentes. (...) Já no *Diário Catarinense*, nada disso ocorreu. Todas as opiniões sobre o tema foram emitidas por jornalistas que trabalham no jornal” (GOLEMBIEWSKI, 2000, p. 99). Na publicação da RBS, pesou a articulação com as oligarquias estaduais: “Os Konder Bornhausen (...) faziam parte do governo Paulo Afonso. Quando decidiram, oportunamente, deixar o governo, (...) a posição editorial do *Diário Catarinense* também mudou” (Ibidem, p. 110).

<sup>198</sup> A mídia impressa nunca dependeu de concessões públicas para operar no Brasil. No entanto, houve períodos como o final da década de 1960, por exemplo, em que os jornais que circulassem sem o consentimento do regime militar eram fatalmente censurados e enquadrados na Lei de Segurança Nacional; se algum indivíduo notificado como “comunista” ou “subversivo” desejasse comprar ou lançar um jornal, só poderia fazê-lo na clandestinidade. (KUCINSKI, 1991).

com as trocas de comando em setores de importância estratégica. Neste caso, embora Luiz Henrique da Silveira e Esperidião Amin fossem adversários políticos entre si, nenhum dos dois teria motivos para se opor à mudança diretiva no jornal *A Notícia*, dadas as relações estreitas que ambos mantiveram com a RBS em diferentes conjunturas, conforme demonstrado neste trabalho.

## 5.2. A “queda de braço” entre a RBS e o Ministério Público Federal

Dezoito emissoras de televisão aberta, duas emissoras locais por assinatura (TVCOM em Florianópolis e Porto Alegre), um canal fechado com abrangência nacional e via antena parabólica (Canal Rural), 26 emissoras de rádio, sete jornais diários, dois portais de internet, uma editora e uma gravadora discográfica: mesmo antes da aquisição do diário *A Notícia*, em 2006, a RBS era considerada o maior conglomerado regional de comunicação da América Latina. O aperto de mãos entre Nelson Pacheco Sirotsky e Moacir Gervásio Thomazi, porém, não representava apenas a compra de um quarto veículo impresso em Santa Catarina – o oitavo, na soma dos dois estados –; a negociação materializava a confiança dos executivos da RBS de que as articulações historicamente constituídas junto ao poder político estadual impediriam o Estado de barrar qualquer investimento da família, ainda que diante de inegáveis prejuízos à pluralidade e ao direito à informação, como será demonstrado a seguir.

A insatisfação da sociedade civil com a aquisição do jornal *A Notícia* começou a se manifestar na internet poucas horas após o anúncio da transação, em 1º de setembro de 2006. Inicialmente, os protestos ocorreram de maneira pulverizada, em *blogs*, redes sociais, fóruns de discussão e portais dedicados à crítica de mídia, como o *Observatório da Imprensa*. Embora o conteúdo dos textos denotasse indignação, ora contra os gestores da RBS, ora contra o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade)<sup>199</sup> –, evidenciava-se certo

---

<sup>199</sup> Conselho instituído pela Lei 4.137/1962, durante o governo de João Goulart, e transformado em autarquia federal vinculada ao Ministério da Justiça através da Lei 8.884/1994. Desde então, o Cade é responsável por julgar os



desconhecimento sobre os fundamentos legais e os procedimentos jurídicos que poderiam levar à anulação da compra. Ao menos, esta é a interpretação de Rubens Lunge, presidente do Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina entre 2005 e 2011:

As pessoas não tinham noção, na época, do que era um oligopólio, mas a gente sabia que aquilo estava errado, aquele domínio todo. Mesmo do ponto de vista trabalhista, todos nós sabíamos que a RBS sempre jogou seus trabalhadores contra o sindicato, e isso ficava mais evidente com a questão da multimídia, com a flexibilização total da jornada. (...) E, como eles estão em todas as regiões, em quase todos os municípios, essa mentalidade se espalha muito mais facilmente, e vai se agravando com a compra de novos jornais. (LUNGE, 2015)

Motivado pela “sensação de que tinha algo errado” (Ibidem), o sindicato posicionou-se contrariamente à negociação e, durante a segunda quinzena de setembro de 2006, organizou uma série de palestras e mesas de discussão sobre a concentração de mídia no estado. Um dos eventos, no dia 22, em Joinville, reuniu Valci Zuculoto, coordenadora do Comitê de Democratização da Comunicação de Santa Catarina, e Sérgio Murillo de Andrade, então presidente da Fenaj, o que sinalizava a pretensão de se ampliar o debate para outras regiões do país igualmente afetadas pela oligopolização do mercado jornalístico através da propriedade cruzada – afinal, a hegemonia da RBS em Santa Catarina obedece a uma tendência que se verifica em quase todos os estados brasileiros: geralmente, um grande grupo controla a maior fatia do mercado local, com canais de televisão afiliados à Rede Globo, jornais diários líderes de circulação no território, emissoras de rádio AM e FM e portais de notícias na internet (LIMA, 2001). No final daquele mês, os dirigentes do sindicato receberam um telefonema de Celso Antônio Tres, procurador da República, que solicitou um “dossiê informal”

---

parâmetros concorrenciais das transações entre empresas brasileiras e por reprimir práticas danosas à ordem econômica, como a concentração de mercado e os cartéis. No caso do jornal *A Notícia*, a negociação foi autorizada pelo Conselho em 2006 sem qualquer ressalva.

(LUNGE, 2015) sobre os abusos econômicos relacionados à RBS, os quais pretendia anexar a um pedido de anulação da compra do jornal joinvilense.

Além daquele material, elaborado e enviado prontamente pelo sindicato, o procurador teve acesso a dezenas de reportagens e trabalhos acadêmicos produzidos desde os primeiros rumores sobre a transação. Em um dos artigos, publicado no *Observatório da Imprensa* em 29 de agosto de 2006 – antes do anúncio oficial da negociação –, os jornalistas Samuel Lima e Jacques Mick alertavam para os riscos da monopolização do setor e finalizavam seu texto com uma pergunta retórica, que soava como um desafio aos órgãos e entidades representantes da sociedade civil:

O fim da concorrência – por menor que fosse – abre um espaço maior para manipulações de toda ordem, e a imprensa brasileira é pródiga em exemplos dessa natureza. Em segundo lugar, ficaremos cada vez mais expostos ao chamado ‘pensamento único’ na mídia, porta-voz da ideologia de que há apenas uma versão da verdade. A voz única é emburrecedora e contrária aos interesses da cidadania. Entre outras consequências, [a venda do jornal *A Notícia*] restringe sensivelmente a pluralidade das fontes de informação, estreitamento que poderá ser especialmente grave na cobertura dos assuntos de interesse de Joinville e região. A sociedade civil reagirá à venda do maior e mais tradicional diário de Santa Catarina ao grupo RBS? (LIMA; MICK, 2006, *on-line*)

Se a aquisição do diário joinvilense não era exatamente uma surpresa para os analistas do mercado impresso em Santa Catarina e respondia a uma tendência comercial da RBS, como demonstrou Aristheu Formiga (2007), a reação que ela provocou foi, por sua vez, inédita: conforme havia prometido Celso Antônio Tres à diretoria do sindicato, após mais de três décadas de hegemonia do conglomerado gaúcho, o Ministério Público Federal (MPF) assumiu pela primeira vez

uma postura de enfrentamento em relação à propriedade cruzada de meios de comunicação no Sul do país.

A Ação Civil Pública<sup>200</sup> nº 2008.72.00.014043-5 foi ajuizada em nome da Procuradoria dos Direitos do Cidadão, vinculada ao MPF, em 30 de junho de 2008. O texto da petição inicial, assinado por Marcelo da Mota, procurador regional dos direitos do cidadão, e Roger Fabre, procurador regional substituto dos direitos do cidadão em Santa Catarina, além de Celso Antônio Tres, requeria da RBS o cancelamento da compra do jornal *A Notícia*, a redução do número de emissoras de televisão em Santa Catarina a duas – limite máximo permitido pelo Decreto nº 236/1967 em um mesmo estado – e um incremento do tempo reservado à programação local na grade televisiva, que deveria ser “balizado pela razoabilidade” (SANTA CATARINA, 2008, p. 31); ademais, propunha que todos os réus pagassem um valor reparatório a ser estipulado pelo juiz devido ao “grave dano contra a coletividade, prejuízo brutal aos direitos fundamentais da informação, expressão e livre concorrência empresarial” (Ibidem). Os réus, neste caso, eram a RBS TV em Blumenau, Chapecó, Criciúma, Florianópolis, Joaçaba e Joinville, o jornal *A Notícia*, a empresa A Notícia S/A, Moacir Gervásio Thomazi, o Cade, a própria RBS e, finalmente, a União – a esta não se aplicava o pagamento de reparação<sup>201</sup>.

---

<sup>200</sup> Instrumento processual utilizado pelo Ministério Público para reprimir ou mesmo prevenir danos aos consumidores, ao meio ambiente, ao patrimônio público, aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico e turístico, por infração da ordem econômica e da economia popular ou da ordem urbanística. Os procuradores podem solicitar uma condenação em dinheiro ou o cumprimento de certas obrigações, as quais são descritas textualmente como “fazer” ou “não fazer”.

<sup>201</sup> Embora, segundo o próprio texto, o jornal *A Notícia* e a empresa jornalística A Notícia S/A fossem sediadas no mesmo endereço, eles aparecem separadamente na lista de réus porque remetem a pessoas jurídicas distintas: primeiro, o texto refere-se ao jornal antes da consumação da venda, por isso o responsável a ser citado era Rodrigo Fallgatter Thomazi, filho de Moacir Thomazi; no caso da empresa jornalística, o nome citado na petição é o de Nelson Pacheco Sirotsky, então presidente da RBS. A União fora incluída na lista de réus porque, de acordo com o texto, teria sido “conivente com oligopólio do Grupo RBS, tanto no âmbito da concentração dos jornais, crassa

O procurador Marcelo da Mota foi o responsável por revisar a redação da petição inicial e por agregar informações ao levantamento realizado por Celso Tres durante cerca de um ano e meio. Um dos aspectos mais proeminentes do texto é a utilização do termo *império* para caracterizar o domínio econômico exercido pelo conglomerado gaúcho em Santa Catarina<sup>202</sup> – a palavra aparece duas vezes na mesma página (SANTA CATARINA, 2008, p. 7).

O Celso [Tres] escreveu a base do texto e mandou para mim. Aí, eu dei uma revisada geral, porque ele tem um jeito bem peculiar de escrever, mais rebuscado, então eu tentei mudar um pouco isso. Então, o texto passou por mim, pela minha assessoria, e a gente buscou incluir outros elementos para instruir o procedimento. Também fiz alguns pedidos de informação para outros órgãos, como o Ministério das Comunicações e algumas juntas comerciais, para poder ter mais provas em relação à empresa mesmo, e depois disso a gente passou para outros colegas, que também deram mais alguns pequenos retoques. (MOTA, 2015)

No primeiro semestre de 2006, antes de a Ação Civil Pública ser ajuizada, Marcelo da Mota havia comunicado o setor jurídico da RBS sobre as acusações; a empresa, então, enviou ao MPF um ofício alegando que sua situação era “perfeitamente regular” (Ibidem) e solicitou ainda uma reunião presencial com o procurador para tentar dissuadi-lo de suas pretensões:

É um procedimento nosso, abrir defesa antes da Ação; fizemos isso com a RBS e com o próprio Ministério das Comunicações naquele caso, e eles

---

violação à ordem econômica (Lei nº 8.884/94), passividade do Ministério da Justiça (Secretaria de Direito Econômico), e, notadamente, quanto à radiodifusão, serviço por ela titularizado e concedido, tarefa afeta ao Ministério das Comunicações, perpetrando grave dano contra a coletividade, prejuízo brutal aos direitos fundamentais da informação, expressão e livre concorrência empresarial” (SANTA CATARINA, 2008, p. 32).

<sup>202</sup> Sobre o caráter imperialista da expansão da RBS em Santa Catarina, ver 1.4.

também enviaram sua defesa por escrito. (...) Então, o Tonet [Paulo Tonet Camargo, então diretor de relações institucionais da RBS] e mais um diretor jurídico do grupo, que veio de Porto Alegre, foram até a procuradoria em Itajaí, conversaram comigo, apresentaram sua defesa, deram algumas explicações. Eles argumentaram sobre a questão da internet, disseram que o mercado das comunicações estava mudando muito, mas nada daquilo era convincente, porque eles já vinham com essa situação de ilegalidade havia bastante tempo. (...) Essa conversa aconteceu um pouco antes de ajuizarmos a Ação Civil Pública, e não mudou em nada a nossa cabeça. (...) Talvez, eles tivessem a expectativa de que o assunto morreria ali. (Ibidem)

Em entrevista ao jornal *Diarinho* em outubro de 2009, Celso Antônio Tres afirmou que a explicação da RBS para atestar a legitimidade de seus empreendimentos era quase idêntica àquela que fora emitida pelo Ministério das Comunicações, o que instigou ainda mais os procuradores: “Parece que a defesa de ambos foi redigida pelas mesmas pessoas (risos)” (TRES, 2009, *on-line*). Marcelo da Mota acrescenta que o argumento de ambos consistia em uma mera reafirmação da diferença de titularidade entre as emissoras da RBS em Santa Catarina (MOTA, 2015) – “para burlar a lei, basta um grupo de comunicação ter uma família numerosa, e ir registrando uma empresa em nome de cada membro” (CRUZ, 1996, p. 70-71).

Além de estimular os debates sobre a democratização da propriedade dos meios de comunicação no Brasil, a Ação Civil Pública ajuizada em junho de 2008 foi aludida durante a 1ª Conferência Nacional de Comunicação (CONFECOM) entre 14 e 17 de dezembro do ano seguinte – a conferência reuniu demandas de diversos setores e evidenciou o papel da sociedade civil nas reivindicações por novas formas de regulamentação, apesar de certo esvaziamento (AGUIAR, 2014) – e abriu caminho para a utilização de outros instrumentos

processuais com propósito semelhante<sup>203</sup>. A partir de outubro de 2010, três Ações Diretas de Inconstitucionalidade por Omissão (ADOs)<sup>204</sup> tramitaram no Supremo Tribunal Federal (STF), solicitando que a Câmara dos Deputados e o Senado Federal regulamentassem, entre outros, os artigos 220 e 221 da Constituição Federal, que versam sobre a proibição de monopólios e oligopólios nos setores de comunicações e sobre os princípios da regionalização da produção, respectivamente. O relato de Fernando Ernesto Corrêa sobre os debates na Assembleia Nacional Constituinte, na década de 1980, indica que a não regulamentação de ambos os artigos é resultado de disputas políticas em que prevaleceu o *lobby* das empresas jornalísticas:

Nós, como representantes dos empresários, sabíamos que o importante era evitar que se colocasse na Constituição qualquer coisa que limitasse a propriedade ou o conteúdo veiculado nos meios de comunicação. Sempre defendemos que o Estado não se metesse nesses casos. A lei está aí, e quem quiser fixar esses limites vai ter que trabalhar em cima da lei, tem que dar um jeito

---

<sup>203</sup> O procurador Marcelo da Mota sugere, no entanto, que a Ação poderia ter sido “replicada” mais vezes, com pequenas adaptações, em outros estados brasileiros, justamente porque a propriedade cruzada não é exclusividade de Santa Catarina: “A primeira vez que se passou a discutir alguma coisa a respeito da concentração dos meios de comunicação foi quando surgiu o fenômeno Edir Macedo, da Record. Começou a se debater a posse de veículos por igrejas, o que é proibido. Mas depois disso, embora a área de monopólios e oligopólios seja uma área de atuação da Procuradoria e seja uma matéria cobrada no nosso concurso, (...) na área das telecomunicações e comunicação no geral, não me lembro de ter havido alguma ação parecida do Ministério Público em outro estado. (...) Depois que nós ajuizamos a Ação Civil Pública aqui em Santa Catarina, deu uma boa repercussão, mas poderia ter havido um efeito de multiplicação muito mais significativo” (MOTA, 2015).

<sup>204</sup> A Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão é uma maneira de “provocar” o Poder Judiciário para que seja reconhecida a demora na regulamentação de normas da Constituição Federal por omissão de um dos três Poderes ou de órgãos administrativos. Quando a Ação é julgada procedente, os responsáveis pelo referido Poder são notificados imediatamente da necessidade de regulamentação; se a ADO for atribuída a um órgão administrativo, o Supremo Tribunal Federal (STF) determina que a norma seja regulamentada em até 30 dias.

de regulamentar. O importante, então, era não colocar na Constituição, porque regulamentar, depois, já é outra conversa, já fica muito mais difícil. (...) O artigo que fala em proibição do oligopólio não está regulamentado. Podem até falar, mas têm que dar um jeito de provar que a RBS é oligopólio. Quero ver provar! A Constituição, por si só, não explica o que é. E, aí, sempre que eles tentarem regulamentar esse artigo, nós vamos trabalhar para deixar o texto de uma maneira que nos interesse. Claro, tem sido assim até hoje. (CORRÊA, 2015)

A definição jurídica de monopólio é relativamente simples; consiste no domínio total de determinado setor por uma única empresa ou por várias comandadas pelo mesmo proprietário. Não é essa a situação em que se encontrava a comunicação em Santa Catarina em 2008, pois outros grupos empresariais disputavam o mercado jornalístico no estado: além dos veículos pertencentes à RIC, à Band e ao SBT, circulavam pelo menos 190 pequenos jornais no interior do estado<sup>205</sup>. O conceito de oligopólio, por outro lado, abarca uma série de

---

<sup>205</sup> A sobrevivência de pequenas empresas e o relativo respeito à autonomia de territórios específicos, segundo o pesquisador Dênis de Moraes, costuma funcionar como estratégia para garantir concentração de poder sem, necessariamente, haver centralização operacional e homogeneização total (MORAES, 2003, p. 195-198). Assim, se a RBS não compra todos os pequenos jornais das regiões de Criciúma, Lages e Chapecó, por exemplo, não é porque não disponha de capital suficiente para tal, mas tão-somente porque as publicações não ameaçam sua liderança de mercado nem limitam o exercício abusivo de seu poder econômico, exemplificado no texto da Ação Civil Pública ajuizada pelo MPF por ocasião da compra do jornal *A Notícia*: “A rede de supermercados Angeloni não vende outros jornais que não sejam os editados pela RBS. (...) Em determinada ocasião, estava em andamento uma negociação entre o *Diarinho* [jornal popular que circula no Vale do Itajaí, na Grande Florianópolis e no litoral Norte catarinense] com um cliente. A mídia da agência que representava nosso cliente entrou em contato conosco e comunicou que não poderia assinar contrato com *Diarinho*, pois o cliente tinha contrato de exclusividade de mídia com a RBS. (...) A imposição de exclusividade é forte elemento abusivo utilizado por grandes grupos econômicos, minando a concorrência que, quando consegue entrar no

imprecisões e permite interpretações variadas, afinal, remete à ideia de um mercado concentrado por “poucas” empresas – abundância de demandantes e carência de ofertantes. Embora, em razão da ausência de critérios objetivos na Constituição Federal de 1988, não seja possível afirmar categoricamente que o domínio econômico exercido pela RBS em Santa Catarina configura um oligopólio midiático<sup>206</sup>, a petição inicial da Ação Civil Pública explicita a necessidade de regulação para assegurar a liberdade de concorrência:

A liberdade de concorrência é fator decisivo para todo o funcionamento de um modelo econômico liberal, pois permite a auto-regulação do mercado, fazendo com que as próprias empresas concorrentes garantam a prevenção de abusos por parte de um agente econômico específico. Há uma

---

mercado, sofre severas penas para sobreviver, sem a menor perspectiva de crescimento” (SANTA CATARINA, 2008, p. 14).

<sup>206</sup> Admito a utilização do termo *oligopólio* neste trabalho por considerar que, das duas definições mais aceitas nas democracias liberais do Ocidente, pelo menos uma serve para caracterizar a posição ocupada pela RBS no mercado jornalístico em Santa Catarina: “A noção de posição dominante na definição de mercado relevante é um elemento primordial. E isto é um elemento chave para a construção de um conceito jurídico de oligopólio. (...) Existe uma concepção mais antiga de dominação de mercados que, partindo de um estado dado do mercado, assimila à mera situação de ausência de concorrência a chamada posição dominante: se há falta de concorrência efetiva então há posição dominante. **A outra concepção, que nos parece mais adequada, prefere, no entanto, definir tal posição não diretamente da situação do mercado, mas como poder econômico ou capacidade de ação que pode gerar ausência de concorrência efetiva.** A mais antiga tem o defeito de ser estática. A outra, a vantagem de ser dinâmica. (...) De certo modo, estes fatores estão presentes na legislação brasileira, que no art. 20, § 2.” da Lei 8.884/94, presume a posição dominante no caso de uma participação de 20% em um mercado relevante, mas, por consequência, não a reduz a essa participação. Daí decorre que a chamada concepção estática nada mais é do que a descrição de um dos meios aptos a gerar uma posição dominante, não sendo a configuração do poder econômico consequência necessária de uma situação preponderante” (FERRAZ JÚNIOR, 1994, p. 195-197, grifo meu). A Lei 8.884/1994 teve alguns de seus dispositivos revogados em 30 de outubro de 2011, o que não alterou a definição de posição dominante nos termos supracitados – conforme o artigo 36 da Lei 12.529/2011.



relação de dependência por parte das empresas atuantes. Nesse aspecto, quando um agente econômico atinge posição dominante no mercado, passa a ter o poder de, unilateralmente, impor suas decisões aos consumidores e concorrentes, quando não pretender eliminar pura e simplesmente a concorrência<sup>207</sup>. A posição dominante permite ao agente econômico agir com independência, uma vez que, face ao seu capital e âmbito de atuação, tem a faculdade de (...) utilizar seu poderio para a aquisição de empresas menores, não permitindo qualquer liberdade de escolha aos seus proprietários. (SANTA CATARINA, 2008, p. 12-13)

Os procuradores pressupõem, neste fragmento, que Moacir Thomazi não tivera *liberdade de escolha* quanto ao futuro de seu jornal, ou seja, que a venda do diário *A Notícia* para a RBS era, de algum modo, inevitável. Nesse sentido, há indícios de que a presunção do procurador da República estava correta; além da previsibilidade da transação, exposta por Formiga (2007, p. 75), o próprio Thomazi afirma em entrevista que os aciocnistas minoritários “sabiam que um dia chegaria o momento em que iríamos vender para a RBS” (THOMAZI, 2015). Ainda sobre a imposição de decisões aos concorrentes, a petição inicial da Ação menciona o lançamento e a comercialização do jornal *Hora de Santa Catarina* ao preço de 25 centavos como um caso de *dumping* – edição deficitária, abaixo do preço de custo – para sabotar o concorrente *Notícias do Dia*, do Grupo RIC, o que configura uma violação à ordem econômica, segundo o art. 21 da Lei n 8.884/1994, e reforça a incapacidade de autorregulação do mercado.

---

<sup>207</sup> Primeiro chefe de reportagem do *Diário Catarinense*, Renan Antunes de Oliveira acrescenta que a derrocada do jornal *O Estado* deve-se em grande medida a abusos do poder econômico por parte da RBS: “Desde o início, funcionou assim: eles liam os jornais que circulavam, e se alguém anunciasse em um jornal do estado, eles ofereciam aquele mesmo anúncio muito mais barato e ainda colocavam um tempinho na televisão e na rádio. Assim, eles mataram a sessão de classificados do jornal *O Estado*, e foram matando o jornal aos poucos. Aí, quando eles dominaram o mercado, os preços voltaram ao normal. Isso é uma prática comercial, inteligente e saudável – saudável só para eles, claro” (OLIVEIRA, 2015).

Apesar do antagonismo que caracterizou os debates da Assembleia Nacional Constituinte, entre 1987 e 1988, não são apenas os parlamentares progressistas (PILATTI, 2008) ou a “esquerda estatizante” (CORRÊA, 2015) que admitem a necessidade de intervenção estatal nesses casos. Entusiasta da livre iniciativa e da livre concorrência, o jurista brasileiro Tércio Sampaio Ferraz Júnior reconhece que “o fenômeno da concentração não é uma exceção no jogo do mercado”<sup>208</sup>, mas um dado virtualmente constante das relações econômicas” (FERRAZ JÚNIOR, 1994, p. 192), e sublinha que o texto constitucional prevê a atuação do Estado para evitar distorções e promover a competitividade. É relevante considerar ainda que as empresas jornalísticas produzem mercadoria, mas “não uma mercadoria qualquer” (SARTRE apud GENRO FILHO, 1987, p. 5), dada a sua função social diferenciada, que remete a uma concepção de jornalismo como forma de conhecimento<sup>209</sup> e apreensão da realidade social. Esta

---

<sup>208</sup> Ferraz Júnior (1994) apenas ratifica, neste fragmento, a hipótese de Karl Marx de que a concentração é inerente ao próprio desenvolvimento do capitalismo. Segundo a interpretação do geógrafo britânico David Harvey (2003), “a competição, como Marx observou, tende sempre ao monopólio (ou oligopólio), simplesmente porque a sobrevivência do mais apto na guerra de todos contra todos elimina as empresas mais fracas. Quanto mais feroz a competição, mais veloz a tendência ao oligopólio, para não dizer monopólio. (...) O poder monopólico da propriedade privada é, pois, tanto o ponto de partida quanto o de chegada de toda atividade capitalista. (HARVEY, 2003, p. 145-146). Ver Marx (1983).

<sup>209</sup> Adelmo Genro Filho considera a atividade jornalística como “produto histórico da sociedade burguesa, mas um produto cuja potencialidade a ultrapassa e se expressa desde agora de forma contraditória, à medida que se constitui como uma nova modalidade social” (GENRO FILHO, 1987, p. 5). Eduardo Meditsch (1997) interpreta que o jornalismo pode produzir um conhecimento mais sintético e até mais holístico que aquele produzido pela ciência, por estar cristalizado no *singular* enquanto categoria hegeliana – ver Genro Filho (1987) – e por operar na lógica do senso comum; ele defende, nesse sentido, um controle social mais rígido sobre a produção jornalística, o que certamente inclui uma fiscalização mais efetiva do Estado sobre a propriedade dos meios de comunicação e sobre as condições de produção da informação. “O conhecimento da realidade é uma questão tão vital para os indivíduos e para as sociedades que (...) deve estar submetido a um controle social e a uma avaliação técnica mais próxima e mais permanente. A questão do conhecimento que o jornalismo produz e reproduz e de seus efeitos pode

particularidade corrobora a necessidade de regulação econômica no mercado jornalístico – de forma mais explícita, até, que em outros setores – e poderia, em última instância, compelir o Estado a tomar providências urgentes diante de qualquer indício de oligopólio ou de posição dominante, como exerce a RBS em Santa Catarina.

Vinte anos após a promulgação da Constituição Federal de 1988, as 33 páginas da petição inicial da Ação Civil Pública nº 2008.72.00.014043-5 simbolizam a primeira proposta efetiva de desmonte de uma estrutura de propriedade cruzada nascida com o respaldo da ditadura militar. Para a RBS, o enfrentamento do MPF foi uma espécie de prova real: a absolvição naquele processo representaria, além de uma “autorização” para o prosseguimento de seus negócios, o sucesso absoluto das estratégias de articulação política e relação institucional empreendidas desde 1957, no Rio Grande do Sul, e desde a metade da década de 1970, em Santa Catarina. Por isso mesmo, dentre todos os investimentos que conformaram o plano de recuperação econômica encabeçado por Pedro Pullen Parente, a aquisição do jornal *A Notícia* foi considerado “o troféu mais caro” (MICK, 2009, p. 9) – certamente, nas duas acepções da palavra: tanto como sinônimo de *custoso*, *dispendioso*, quanto no sentido de *estimado*, *valioso*.

### **5.3. A legitimação da propriedade cruzada em Santa Catarina**

Nenhuma empresa brasileira pode controlar mais de cinco emissoras de televisão no território nacional, respeitando-se ainda o número máximo de duas concessões em VHF por estado. Estabelecidos pelo Decreto-Lei 236/1967 nos primeiros anos da ditadura militar, esses limites foram parcialmente flexibilizados através da Lei 10.610/2002, mas a RBS jamais se mostrou disposta a acatar aquelas determinações – conforme mencionado neste trabalho, o conglomerado possui 18 estações televisivas em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. Para se adequar à norma legal, a família Sirotsky realiza desde a década de 1970

---

ser demasiado estratégica para a vida de uma sociedade para ser controlada exclusivamente pelos jornalistas como grupo profissional ou pelas organizações onde trabalham” (MEDITSCH, 1997, p. 12).

uma manobra na composição do quadro societário de suas emissoras, que consiste na “distribuição da titularidade das concessões entre pessoas que possuem vínculos comuns (em regras de natureza familiar)” (FARACO, 2009, p. 172). Ainda que o Ministério das Comunicações verifique o cumprimento dos limites apenas a partir do nome de quem formalmente detém a concessão, permissão ou autorização, o artifício usado para mascarar a concentração da propriedade de meios de comunicação é aparentemente fácil de se comprovar. Não há dúvidas, por exemplo, de que as emissoras RBS TV de Chapecó, Criciúma e Florianópolis pertencem ao mesmo grupo; afinal, programas como o RBS Notícias, o Bom Dia Santa Catarina e a edição estadual do Globo Esporte são transmitidos no mesmo horário para todas as regiões e veiculam reportagens produzidas em conjunto pelas praças. A Ação Civil Pública de junho de 2008, porém, foi a primeira vez que aquela artimanha foi denunciada como uma irregularidade – os procuradores consideraram que, mesmo que não afrontasse diretamente a legislação em vigor, a manobra deveria ser combatida pelo Estado. De acordo com a petição inicial assinada por Celso Tres, Roger Fabre e Marcelo da Mota,

(...) a interpretação puramente literal e demasiadamente restritiva dada aos comandos legais pelo Órgão do Executivo beira a ingenuidade, não possuindo qualquer amparo doutrinário ou legal. Por certo, o legislador, ao limitar o número de estações geradoras de sinal para um mesmo proprietário, o fez de modo a não permitir a concentração dos veículos de radiodifusão de imagem sob “uma mesma ordem”, “um mesmo comando”, de forma a garantir a pluralidade de ideias e a preservação do acesso à informação, direitos fundamentais do cidadão brasileiro, bem como a liberdade de iniciativa e de concorrência, evitando o abuso do poder econômico. (SANTA CATARINA, 2008, p. 19)

Mesmo assim, no dia 21 de março de 2011, a Ação foi julgada improcedente. A sentença de 1º grau, proferida por Diógenes Marcelino Teixeira, juiz substituto da 3º Vara Federal de Florianópolis, considerou

que, no caso das emissoras de televisão, “não houve a concessão de serviços de radiodifusão à ‘família Sirotsky’, e sim a pessoas jurídicas distintas, com quadro societário diverso” (BRASIL, 2011, *on-line*). Segundo informações fornecidas por Celso Antônio Tres via e-mail, o MPF apelou ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região em março de 2012 e aguarda o julgamento do recurso no Rio Grande do Sul<sup>210</sup> (TRES, 2015). O procurador Marcelo da Mota relata que a sentença decepcionou os procuradores porque legitimou um artifício usado justamente para ludibriar o Poder Judiciário:

O Diógenes [Marcelino Teixeira] é um juiz qualificado, que eu respeito bastante, mas aquela sentença foi terrível! Tecnicamente, bem fraca. Como se alguém dissesse que dois e dois são cinco e ele repetisse: “cinco!”. Ele fechou os olhos para a realidade. (...) Foi muito retrógrado. (...) Eles [a RBS] não respeitavam as normas. Fizeram uma confusão, colocando as empresas em nomes de parentes, mas estavam *bem* fora da lei. (MOTA, 2015)

Um dos aspectos mais relevantes do texto da sentença de 1º grau é a complacência manifestada pela União, enquanto ré, em relação às artimanhas utilizadas pela RBS para garantir seu domínio econômico em Santa Catarina. Entre os “esclarecimentos” prestados pela União ao Tribunal – redigidos certamente por representantes do Ministério das Comunicações –, chama a atenção a indisposição do Estado para combater a concentração de mídia e assegurar aos cidadãos o direito à informação:

A competência constitucional exclusiva atribuída à União para prestar ou conceder a terceiros os serviços de radiodifusão de sons e imagens está motivada por questões de ordem técnica, qual seja, a necessidade de centralizar o controle e a

---

<sup>210</sup> A certidão narrativa que confirma que a apelação cível nº 5001303-26.2012.404.7200/SC tramita desde 15 de março de 2012 na 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região está disponível para consulta em: <http://www2.trf4.jus.br>. Acesso em: 12 out. 2015.

distribuição de espectros radioelétricos, e não no alegado dever de defesa do direito de informação do cidadão. (...) A previsão legal constante do Decreto-Lei n. 236/94, que restringe a 2 (duas) as estações radiodifusoras de som e imagem por entidade em cada estado da federação, não é feita buscando evitar a formação de monopólios e oligopólios. (BRASIL, 2011, *on-line*)

A posição dominante da RBS no mercado jornalístico catarinense, porém, não se caracterizava apenas pelo acúmulo de emissoras de televisão. A União e o Ministério das Comunicações parecem desconsiderar que, além de possuir outras 26 estações de rádio AM e FM, o conglomerado passou a controlar, a partir da compra do jornal *A Notícia*, “todos os jornais no estado de Santa Catarina que possuem uma circulação expressiva” (TRICHES; TEIXEIRA 2011, p. 1). Essa estrutura, somada aos investimentos da família Sirotsky em portais de notícias na internet e canais por assinatura, configura um caso inequívoco de propriedade cruzada (LIMA, 2001), com prejuízos evidentes à pluralidade e ao direito à informação no território estadual. Jacques Mick (2009) enfatiza, nesse sentido, que a concentração de mídia em Santa Catarina:

a) reduz o acesso do público à informação; como informação é conhecimento e poder, há também concentração de poder; b) amplifica o poder de poucos grupos no campo da produção técnica de imagens aceitas tacitamente como “representações da realidade”; c) amplia a lucratividade e o poder político de um número limitado de empresas, que com isso podem se beneficiar, de maneira privilegiada, de políticas públicas ou de governo (como nos processos de privatização); reduz o mercado para a atuação de jornalistas e outros profissionais de mídia, aviltando-o com salários reduzidos, superexploração da força de trabalho e condições de produção inadequadas; e) afeta a autonomia de agentes políticos locais, face a conglomerados de mídia regionais, nacionais ou internacionais; f) representa ameaça à liberdade de expressão; e, por fim, numa síntese de todos os

riscos anteriores, g) representa ameaça à democracia. (MICK, 2009, p. 7-8)

A propriedade cruzada é o modelo predominante entre as afiliadas da Rede Globo em dezenas de estados brasileiros, e não apenas em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul – no Paraná, por exemplo, o Grupo Paranaense de Comunicação (GRPCOM) controla rádios AM e FM, o jornal de maior circulação (*Gazeta do Povo*) e as emissoras de televisão aberta líderes de audiência em todas as regiões do estado. É possível afirmar que a concentração de mídia no Brasil foi financiada pela ditadura militar, a qual, segundo o pesquisador Sérgio Mattos (2002), beneficiou os empreendimentos de Roberto Marinho e foi decisiva para o crescimento de seus negócios até 1985 – através de “subsídios indecorosos, (...), financiamentos generosos a juros modestíssimos, apoio a atividades paralelas, e publicidade farta dos grandes agentes econômicos do governo” (CAVALCANTI FILHO, 1993, p. 35). As redes de influência política historicamente tecidas pela RBS no Congresso Nacional e na Esplanada dos Ministérios contribuíram para ampliar os privilégios que naturalmente seriam legados à empresa por seu vínculo com a Globo, e ainda garantiram “proteção” a seus negócios mesmo após a derrocada do regime; é o que insinua o procurador Marcelo da Mota, segundo o qual o poder econômico da família Sirotsky foi um dos fatores determinantes para que a Justiça não anulasse a compra do jornal *A Notícia*:

O poder econômico e o poder político são tão fortes que, independentemente da Constituição, eles passam por cima. Não importa se a lei é boa ou ruim. Não é uma boa lei que vai impedir isso. (...) No nosso caso, deu para ver que a RBS tem uma grande penetração no Ministério das Comunicações, e é uma coisa que já vem de muito tempo. Eles praticamente mandam lá dentro. O assessor jurídico da RBS, o Tonet morava em Brasília, tinha um apartamento lá. (...) Então, realmente, pudemos sentir que eles tinham total controle da máquina administrativa do Ministério das Comunicações. (MOTA, 2015)

A sentença do juiz Diógenes Marcelino Teixeira, de março de 2011, serviu ainda para “premiar” o esforço dos empresários e das entidades corporativas para evitar a regulamentação dos artigos 220 e 221 da Constituição, que proíbem a formação de monopólios e oligopólios no setor de comunicações e recomendam a regionalização da produção cultural, artística e jornalística. Segundo as palavras do magistrado:

Não vislumbro dominação do mercado em Santa Catarina no que alude aos serviços de radiodifusão de som e imagem, visto que é público e notório que outras empresas atuam no mercado, filiadas a grandes redes nacionais, como o Sistema Brasileiro de Televisão - SBT, Rede Bandeirantes de Televisão e Rede Record de Televisão, havendo entre todas as emissoras, ao que se sabe, a sadia disputa por fatias do mercado publicitário e pela audiência dos telespectadores. (...) **O referido artigo 221 nunca foi regulamentado, de maneira que não há como impor à rés obrigação ainda não positivada.** Saliente-se que o Judiciário atua meramente como legislador negativo, não podendo atuar de forma positiva. (...) Isto posto, rejeito as preliminares e julgo improcedente o pedido [de anulação da compra do jornal *A Notícia*], e decreto a extinção do processo. (BRASIL, 2011, *on-line*, grifo meu)

Eis a consagração de Fernando Ernesto Corrêa, da família Sirotsky e dos parlamentares conservadores pelas pressões exercidas sobre o Congresso Nacional no sentido de preservar os privilégios empresariais adquiridos durante a ditadura militar e de impedir que a Constituição se transformasse em um meio eficaz de enfrentamento aos oligopólios.

Além do *lobby* praticado há várias décadas em defesa da desregulamentação do setor, o jornalista César Valente sugere em seu *blog* “De Olho na Capital” que uma das estratégias da RBS para se defender das alegações do MPF foi a contratação de Paulo Gallotti para o cargo de diretor institucional e jurídico em Santa Catarina em 2009 –



“uma aquisição de peso para enfrentar o Celso Tres e sua turma” (VALENTE, 2009, *on-line*). Gallotti havia sido nomeado ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) em junho de 1999 e exercera esta função por dez anos, quando se aposentou voluntariamente para aceitar a proposta do conglomerado gaúcho. Nelson Pacheco Sirotsky, então presidente da RBS, nega qualquer relação entre aquele convite e a Ação Civil Pública ajuizada no ano anterior: “Se eu não me engano, aquele processo do Ministério Público já estava até encerrado quando nós convidamos o Gallotti. Não tem nada a ver uma coisa com a outra” (SIROTSKY, 2015). Embora não haja informações suficientes para se analisar em que medida o trabalho do novo diretor teve repercussões na sentença do juiz Diógenes Marcelino Teixeira, presume-se que, ao deixar o STJ, ele também passou a atuar como “intelectual orgânico”. A exemplo de Pedro Parente, Paulo Gallotti havia sido nomeado para um cargo de relevância estratégica pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, e a experiência acumulada por ambos junto ao poder público foi aproveitada pela RBS em momentos-chave de sua história recente; primeiro, sob um ponto de vista predominantemente econômico e, mais tarde, jurídico.

Ao julgar improcedente o pedido de anulação da compra do jornal *A Notícia*, a sentença legitimou uma estrutura oligopólica cujos danos à pluralidade produzem efeitos sensíveis em todos os municípios catarinenses. O domínio da RBS em diferentes plataformas era ainda mais evidente na região de Joinville, a maior cidade do estado: além do impresso, os Sirotsky controlavam a principal emissora de televisão aberta e duas rádios FM (Atlântida e Itapema), enquanto os portais ClicRBS<sup>211</sup> e *Hagah* também produziam conteúdos exclusivos para a região Norte de Santa Catarina. Nesse sentido, a ampliação do acesso à internet e às novas mídias possibilitou à família Sirotsky estender sua supremacia não apenas territorialmente, mas no ambiente digital, através da diversificação das plataformas de veiculação de materiais jornalísticos – no ano seguinte à aquisição do jornal joinvilense, a RBS passou a editar ainda a versão *on-line* do Diário Catarinense, que rompeu a lógica dos horários de fechamento da edição impressa e, com

---

<sup>211</sup> Lançado em 2000, o ClicRBS “abriga o site do jornal e, entre outros *links*, oferecia em abril de 2009 33 blogs ativos, 18 dos quais eram de autores locais” (MICK, 2009, p. 9).

informações atualizadas “em tempo real”, logo se tornou a principal referência de consumo de notícias pelos catarinenses no ambiente virtual.

O lançamento de plataformas digitais, que demandavam cada vez mais a contratação de profissionais não jornalistas <sup>212</sup> – *webdesigners*, programadores, especialistas em informática – com salários presumivelmente mais altos que os repórteres e editores, provocou um incremento nos custos de produção, o que reforça a hipótese de que Moacir Thomazi não teria outra opção senão a venda do jornal *A Notícia*, por ser incapaz de competir com a RBS em um contexto de popularização da internet. As novas mídias, portanto, contribuíram para alargar a diferença entre o patrimônio do conglomerado da família Sirotsky e o de seus concorrentes: em 2008, o faturamento de suas empresas foi, pela primeira vez, superior a um bilhão de reais, o que tornou o cenário ainda mais propício para o abuso de poder econômico, conforme descrito na petição inicial da Ação Civil Pública de junho de 2008.

De acordo com o primeiro chefe de reportagem do *Diário Catarinense*, Renan Antunes de Oliveira, a RBS procurou manter desde sua entrada em Santa Catarina uma postura de deferência e respeito em relação ao Poder Judiciário, justamente para constranger e desencorajar seus representantes: “Eles inventaram os tais prêmios de valorização das ‘grandes iniciativas’ da Justiça, do Ministério Público... a ideia era que, depois, os homenageados apresentassem a ‘fatura’, arquivando os processos contra a RBS” (OLIVEIRA, 2015). Ainda nesse sentido, o procurador Marcelo da Mota relata que as tentativas de cooptação transformaram-se em esforços de coerção a partir do segundo semestre de 2008, possivelmente porque, com o ajuizamento da Ação, as

---

<sup>212</sup> A equipe dedicada à produção jornalística, pelo contrário, foi reduzida, segundo Cláudio Thomas: “Em dezembro de 2007, criamos um núcleo dentro da redação exclusivamente para o *DC On-line*. (...) E, conforme a RBS foi adquirindo novos jornais e migrando para o *on-line*, foram diminuindo os postos de trabalho para jornalistas. (...) Quando me tornei editor-chefe, em 1998, trabalhavam 120 jornalistas no *Diário Catarinense*; quando eu saí, em 2009, eram 90 para o jornal impresso e 14 para a versão *on-line*” (THOMAS, 2015).

premiações e homenagens teriam um efeito adverso – fariam aumentar a credibilidade do MPF junto ao público, o que iria de encontro aos interesses da empresa.

Todo mundo que trabalha no Ministério Público sabe que a RBS ficou magoada conosco por causa daquela Ação. Ninguém veio nos falar isso; dava para perceber nas coberturas. Nós fomos muito mal tratados depois daquilo nas coberturas deles – não só nós que assinamos o documento, mas o Ministério Público como um todo. (...) Eles começaram a demonizar e desqualificar o Ministério Público, foi bem perceptível. Hoje, parou um pouco. Fiz uma visita lá como procurador-chefe, nosso procurador eleitoral também foi lá, e parece estar um pouco melhor, provavelmente porque entraram outros profissionais na chefia da RBS. Mas ficou um bom tempo nessa situação, (...) e para nós foi até surpreendente essa postura deles, de nos atacar por causa daquilo, pois a relação com eles sempre tinha sido muito boa. (MOTA, 2015)

A possibilidade de uma única empresa “moldar” a opinião pública sobre uma instituição federal é, em si, uma demonstração de que a concentração da propriedade subordina o interesse público – que deveria ser predominante nos noticiários – a interesses privados:

Este é um processo que atualmente está em curso em Santa Catarina e, além das decorrências de ordem comercial (...), resulta no aviltamento da atividade jornalística, seja através da prática corporativa de transformar a notícia em mercadoria, em flexibilizar à revelia da legislação os direitos trabalhistas dos jornalistas, ou no não cumprimento do Código de Ética do jornalista, ao tornar a informação subordinada a interesses e controle de um grupo econômico. (...) Deixa de existir o jornalista comprometido com o leitor, com o processamento ético da informação e com a reportagem de qualidade, substituído pelo amigo do rei, por aquele que informa apenas o que e

como interessa aos ditames do grupo (FORMIGA, 2007, p. 68-76)

Questionado sobre as repercussões da Ação Civil Pública de junho de 2008 no interior das redações dos veículos da RBS, o comentarista político Moacir Pereira relata simplesmente que “não se deu muita importância àquele processo, porque foi uma coisa que as esquerdas se reuniram e tentaram provar a questão do monopólio, mas é claro que aquilo não foi para frente” (PEREIRA, 2014). O procurador Marcelo da Mota ratifica que não houve influência partidária na elaboração do texto: “Ele [Celso Tres] reuniu o material e começou a conversar comigo e com outros colegas, e a questão foi evoluindo assim, amadurecendo entre nós mesmo, sem interferência externa” (MOTA, 2015).

Em artigo publicado no portal *Observatório da Imprensa* em 2011, o pesquisador Venício de Lima considera que a sentença proferida pelo juiz Diógenes Marcelino Teixeira em 1º grau, mais do que absolver a RBS por supostas irregularidades ou estimular a flexibilização das condições de trabalho dos jornalistas, ratificou uma espécie de censura que se verifica no Brasil há pelo menos quatro séculos:

A Justiça Federal de Santa Catarina... (1) ao considerar que a compra do *A Notícia* não constitui “qualquer infração à ordem econômica, com a formação, por exemplo, de oligopólio”, acatando, sem mais, a decisão administrativa do CADE; (2) ao decidir que “não houve a concessão de serviços de radiodifusão à ‘família Sirotsky’, e sim a pessoas jurídicas distintas, com quadro societário diverso”, mesmo sendo de conhecimento público que as pessoas jurídicas “distintas” que controlam mais de duas emissoras de televisão em Santa Catarina são, de fato, vinculadas ao mesmo grupo familiar; e (3) **ao deixar de cumprir o que manda o artigo 221 da CF por falta de regulação; contribui para perpetuar uma situação onde apenas alguns poucos grupos têm direito a voz enquanto a imensa maioria da população permanece sem a possibilidade de exercer sua liberdade de**

**expressão no espaço público.** Essa é, na verdade, uma forma de censura dissimulada que (...) perpetua aquilo que desde o século 17 o padre Antônio Vieira já considerava “a maior ocasião de nossos males”, isto é, “o pior acidente que teve o Brasil em sua enfermidade foi o tolher-se-lhe a fala”. (LIMA, 2011a, *on-line*, grifo meu)

As relações estabelecidas pela RBS junto às elites políticas e empresariais do Sul do país e aos poderes Executivo e Legislativo há quase meio século, com implicações inclusive sobre o texto final da Constituição de 1988, enfim, tornaram o Judiciário incapaz de frear as pretensões monopólicas do conglomerado no Sul do país. Se os governos militares haviam tratado de extinguir os veículos de oposição, e o próprio mercado, influenciado pelo declínio do regime, abolira mais tarde o jornalismo partidário das velhas oligarquias, sobreviveram aqueles que, como os Sirotsky, souberam articular-se politicamente a cada mudança na conjuntura do país, conjugando esforços com outros empresários do setor para assegurar a omissão do Estado e proteger – sob a égide da “liberdade” – as bases do seu império, cujo poder de barganha impede qualquer tentativa de regulação.



## CONCLUSÃO

“A RBS apoiou a ditadura?”. Fui interpelado várias vezes por essa pergunta durante a elaboração da dissertação, e jamais hesitei em responder que sim – ainda que a sentença afirmativa que muitos colegas esperam não apareça textualmente em um único fragmento, mas no conjunto da narrativa. Àqueles que não se derem por satisfeitos, recomendo a leitura do artigo de Eleutério Carpena publicado no caderno especial da revista *Porém* em novembro de 2003. “Mas, lá no fundo, os Sirotsky eram contra os militares; eram até meio comunistas”, contestou-me certa vez um amigo, de modo a prevenir um suposto erro de análise ou interpretação. Talvez. No entanto, mais do que desnudar o sentimento ou a posição ideológica dos dirigentes da empresa, o que me motivou a realizar a pesquisa foi compreender como a RBS, que se configurou como a maior empresa jornalística do Sul do país durante a ditadura militar, tornou-se capaz de sobreviver ao fim do regime e, ainda, se fortalecer nos anos seguintes, até a consolidação de um oligopólio sem precedentes em Santa Catarina.

Conforme as fontes consultadas permitiram demonstrar, a não regulamentação do artigo 220 da Constituição Federal de 1988, que proíbe a formação de monopólios e oligopólios no mercado da comunicação social, é resultado de embates políticos em que prevaleceram os interesses dos grandes conglomerados. Graças a um eficiente trabalho de bastidores, orquestrado junto a membros das bancadas mais conservadoras do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, eles passaram a difundir um conceito paradoxalmente arbitrário de liberdade de imprensa, cuja única serventia é defender a hegemonia da elite empresarial e assegurar que não haja obstáculos legais para a expansão de seus empreendimentos. Confirma-se, pois, a hipótese de que as articulações políticas foram tão ou mais determinantes para o crescimento dos negócios da família Sirotsky do que a sua competência empresarial ou a qualidade técnica de suas produções (HERZ, 1992).

Embora seja um conglomerado regional, a participação da RBS nos espaços de tomada de decisão em Brasília não é menos intensa ou frequente que a dos grupos Folha, Globo e Estado, que controlam veículos com abrangência nacional. Maurício Sirotsky Sobrinho, Jayme

Sirotsky, Fernando Ernesto Corrêa e Nelson Pacheco Sirotsky ocuparam cargos diretivos nas principais entidades de representação corporativa do setor, como a ANJ e a Abert, o que contribuiu para amplificar o poder de influência da empresa após a derrocada do regime militar. Os três primeiros capítulos evidenciaram, portanto, que a família Sirotsky nunca fala *apenas por si*, mas em nome de uma estrutura de comunicação desregulamentada e, por isso mesmo, oligopólica, que beneficia apenas os atores sociais que historicamente detêm o *monopólio da fala* no Brasil.

O jornalismo, via de regra, atua junto com grandes forças econômicas e sociais: um conglomerado jornalístico raramente fala sozinho. Ele é ao mesmo tempo a voz de outros conglomerados econômicos ou grupos políticos que querem dar às suas opiniões subjetivas e particularistas o foro da objetividade. (MARCONDES FILHO, 1989, p. 11)

Acerca da conjuntura da década de 1990, corroboro a hipótese de Suzy dos Santos e Sérgio Capparelli de que “a RBS esteve presente em todos os momentos do processo de privatização das telecomunicações no país” (SANTOS; CAPPARELLI, 1999, p. 11), aproveitando sua capacidade de influência junto a representantes do poder público para ampliar seu patrimônio e diversificar suas atividades. Espero que o quarto capítulo, especificamente, contenha subsídios para estudos posteriores sobre a atuação de intelectuais orgânicos nas empresas de comunicação – a partir dos casos exemplares de Pedro Pullen Parente e Derly Massaud de Anunciação – e, se possível, agregue novos paradigmas às reflexões de pesquisadores brasileiros sobre regulação de mídia e liberdade de expressão. Ressalto, nesse sentido, a importância do trabalho do professor Venício de Lima, a quem tive o privilégio de visitar em sua residência, em Brasília, para uma conversa sobre as perspectivas de democratização de mídia no governo Dilma Rousseff, e cujos livros e artigos publicados em portais como o *Observatório da Imprensa* contribuíram para qualificar, em grande medida, minha própria pesquisa.



As informações reunidas durante quase dois anos de entrevistas e leitura crítica de fontes históricas, somadas à passividade dos governos do PT frente ao conservadorismo galopante do Congresso Nacional, conduzem a uma série de constatações pessimistas: os artigos 220 e 221 da Constituição Federal provavelmente não serão regulamentados, pelo menos até o final do mandato de Dilma Rousseff; a internet, ao contrário do que sugere o senso comum, não irá romper os fluxos de informação e diminuir a influência dos grandes conglomerados sobre a opinião pública; a programação da EBC deverá continuar restrita em termos de alcance territorial e de audiência; enfim, as perspectivas de regulação da propriedade dos meios de comunicação no Brasil em curto prazo são ínfimas, senão nulas. A conjuntura atual, porém, permite vislumbrar a formação de nuvens negras e carregadas no horizonte dos oligopólios midiáticos brasileiros, e os alertas de tempestade, com riscos de desmoronamento, não advêm de esforços do Poder Executivo nem do Legislativo; é o Judiciário, em conjunto com a Polícia Federal, que aparenta ter mais capacidade de ameaçar o patrimônio dos “donos da mídia”. Apesar da omissão e imobilidade de Lula e Dilma Rousseff para responder de maneira efetiva a demandas da classe trabalhadora, como a reforma agrária e a auditoria da dívida pública, são inegáveis os avanços relativos ao combate à corrupção em âmbito regional e nacional – embora não seja necessariamente um mérito da gestão do PT, a independência dos trabalhos de investigação nos setores público e privado, que permitiu inclusive a prisão de aliados históricos do partido, torna-se um aspecto relevante quando em comparação com as práticas de arquivamento verificadas nos governos anteriores (RIBEIRO JR., 2011). A RBS, particularmente, passou a ser investigada em 2013 por sua suposta participação em um esquema bilionário de sonegação fiscal; a chamada *Operação Zelotes*, que encontrou indícios de pagamento de propina a integrantes do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) para reduzir multas e débitos junto à Receita Federal, certamente não provocará a ruína do conglomerado gaúcho nem suscitará a emergência de uma estrutura de comunicação mais democrática no Sul do país, mas, em última instância, poderá estimular questionamentos sobre as irregularidades concernentes à formação dos oligopólios midiáticos familiares no Brasil e, a médio prazo, reforçar a necessidade de regulação.

A escolha das fontes orais, cujos relatos foram transcritos, selecionados e dispostos no texto, baseou-se na necessidade de checar informações contraditórias, imprecisas ou insuficientes constantes nas demais fontes históricas. Por exemplo, julguei desnecessário conversar com Derly Massaud de Anunciação após verificar que ele havia manifestado em outras ocasiões certa indisposição para comentar sua transição do *Diário Catarinense* para a Secom-SC, entre 2002 e 2003; por outro lado, decidi incluir em minha lista o nome de Fernando Ernesto Corrêa para questioná-lo sobre as razões da suposta “demissão de esquerdistas” em novembro de 1980 (BRASIL, 1980) e para confrontar informações extraídas das atas da Assembleia Nacional Constituinte e do relato que ele publicara em 2002 no livro “Direito no Plural” (CORRÊA, 2002). Da lista prévia de entrevistados, apenas dois rejeitaram o convite para colaborar com a pesquisa: Carlos Machado Fehlberg alegou que sua memória estava afetada por problemas de saúde, enquanto Armando Burd justificou a recusa afirmando que seus últimos relatos haviam sido distorcidos por jornalistas e pesquisadores, e que isso o deixara “um pouco traumatizado”. As informações obtidas através de entrevistas contribuíram, por exemplo, para que eu objetasse de forma mais consistente a hipótese de que a despersonalização da gestão da RBS, impulsionada pela assunção de Pedro Pullen Parente como vice-presidente executivo em 2003, tornara a empresa menos vinculada às elites políticas e às classes dominantes – isso está implícito nos depoimentos de Nelson Sirotsky, Esperidião Amin e Cláudio Thomas, entre outros. Cabe ratificar que a inserção gradativa de novos sócios e acionistas minoritários tampouco provocou rupturas significativas, visto que muitos deles eram intelectuais orgânicos vinculados ao projeto privatista neoliberal, como o também ex-ministro de FHC e especialista em operações financeiras, Armínio Fraga. Através da Gávea Investimentos, o economista adquiriu 12,6% do capital da RBS por valor não divulgado<sup>213</sup> e passou a participar da estrutura de governança do conglomerado gaúcho a partir de 2008.

---

<sup>213</sup> Uma notícia veiculada no portal ClicRBS em 16 de outubro de 2008 confirmou aquela operação, ressaltando, através das palavras de Pedro Pullen Parente, sua importância para a “profissionalização” da empresa. Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticia/2008/10/grupo-rbs-conclui-operacao-com-gavea-investimentos-2247192.html>. Acesso em: 2 set. 2015.

Consideradas as devidas proporções territoriais, as fontes consultadas também permitiram verificar que, diante de diferentes conjunturas políticas, o trabalho de bastidores realizado pela RBS é comparável, em eficácia, ao da própria Rede Globo, a qual “tornou-se o pivô do consenso político buscado por governantes das tendências mais diversas (...) e continuou intocada em seus privilégios” (CAPPARELLI; LIMA, 2004, p. 139). A exemplo do que fizera Roberto Marinho na segunda metade do século XX, a família Sirotsky soube agir com “sagacidade, audácia e oportunismo” (Ibidem, p. 78) para ampliar seu patrimônio e preservar os benefícios de um grupo restrito de empresários da comunicação que historicamente hegemonomizam o debate público e afrontam o direito à informação no Brasil. A disposição de aliar interesses conservadores para antecipar tendências nas relações entre o jornalismo e a política ajudou a RBS a legitimar a inauguração da TV Catarinense em 1979 e atingiu seu apogeu durante a abertura política do país na década seguinte. Essa capacidade articuladora permanece até hoje como peça-chave para a compreensão da trajetória do conglomerado, cujo domínio de mercado em Santa Catarina desafia os limites constitucionais e expõe as fragilidades daquilo que se convencionou chamar *democracia representativa*. Afinal, a quem mesmo ela representa?



## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Itamar. **1ª CONFECOM: os interesses em jogo**. Florianópolis: Ed. do autor, 2014.

\_\_\_\_\_. **Violência e golpe eleitoral: Jaison e Amin na disputa pelo governo catarinense**. Blumenau: Editora da Furb, 1995.

\_\_\_\_\_. **Eleições presidenciais de 2002: partidos, elites e a perspectiva de mudança**. Tese (Doutorado em Sociologia Política), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. Disponível em: <http://www.tede.ufsc.br/teses/PSOP0252.pdf>. Acesso em: 5 mai. 2015.

ALBUQUERQUE, Durval Muniz. **O tecelão dos tempos: o historiador como artesão das temporalidades**. In: Revista eletrônica Boletim do Tempo, ano 4, v. 19. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. 3ª ed., Petrópolis: Vozes, 1985.

AMIN, Esperidião. Entrevista gravada. 6 abr. 2015.

ANDERSON, Perry. **As antinomias de Gramsci**. In: ANDERSON, Perry et. al. (orgs.). *A estratégia revolucionária na atualidade*. São Paulo: Joruês, 1986.

\_\_\_\_\_. **Balço do neoliberalismo**. In: SADER, E. & GENTILI, P. (orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANDRADE, Sérgio Murillo. Entrevista gravada. 9 jul. 2015.

ANUNCIACÃO, Derly Massaud. **Secretário de Comunicação fala sobre o mercado catarinense**. Entrevista concedida ao portal *Acontecendo Aqui* e reproduzida no portal da Acaert. 26 jul. 2013.

Disponível em: <http://www.acaert.com.br/secretario-de-comunicacao-fala-sobre-o-mercado-catarinense#.VV-GJkbRY00>. Acesso em: 11 fev. 2015.

ÁVILA, Alisson. **RBS altera hierarquias de comando**. 17 mar. 2003. Disponível em: <http://www.tv-pesquisa.com.puc-rio.br/mostraregistro.asp?CodRegistro=86501&PageNo=4>. Acesso em: 16 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. **Pedro Parente vai para a RBS**. 11 nov. 2012. Disponível em: <http://www.tv-pesquisa.com.puc-rio.br/mostraregistro.asp?CodRegistro=83172&PageNo=3>. Acesso em: 16 abr. 2015.

A IMPRENSA deve ser fortalecida e nós devemos ter nela um veículo de informações corretas. **Recado**, Porto Alegre, nº 7, abr. 1979, p. 3.

A REDE Catarinense de Televisão. **Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, 1º e 2 mai. 1979, Editorial, p. 2.

BARBOSA, Marialva. **O dia em que o Brasil parou: a morte de Tancredo Neves como cerimônia midiática**. In: *Comunicação & Informação*, Goiânia, vol. 7, nº 1, p.62-79, jan.-jun. 2004.

\_\_\_\_\_. **História cultural da imprensa: Brasil (1900-2000)**. Rio de Janeiro: Mauadx, 2007.

\_\_\_\_\_; RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Por uma história do jornalismo no Brasil**. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Rio de Janeiro, 2005. Anais... Rio de Janeiro, Intercom. 1:1-15.

BEZERRA, Marcos Otávio. **Corrupção: um estudo sobre poder público e relações pessoais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

BIASIBETTI, Julia Machado. **A construção da imagem da candidata Ana Amélia Lemos pelo discurso da Zero Hora nas eleições de 2010**. Monografia (Graduação em Comunicação Social), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em:

<http://www.bibliotecadigital.ufrgs.br/da.php?nrb=000871843&loc=2013&l=32c799012bd3805b>. Acesso em: 10 out. 2015.

BIBLIOTECA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Discurso no 3º congresso de *marketing* e negócios do Fórum de Integração do Cone Sul**. Florianópolis, 1º nov. 1996. Disponível em:

[http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/discursos-1/1o-mandato/copy\\_of\\_1996/68%20-%20Discurso%20no%203o%20congresso%20de%20marketing%20e%20negocios%20do%20Forum%20de%20Integracao%20do%20Cone%20Sul%20-%20Florianopolis%20-%20SC%20-%2010-11-1996.pdf](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/discursos-1/1o-mandato/copy_of_1996/68%20-%20Discurso%20no%203o%20congresso%20de%20marketing%20e%20negocios%20do%20Forum%20de%20Integracao%20do%20Cone%20Sul%20-%20Florianopolis%20-%20SC%20-%2010-11-1996.pdf). Acesso em: 10 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia de inauguração do novo parque gráfico do Grupo RBS**. Porto Alegre, 26 jun. 2009.

<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2009/1o-semester/26-06-2009-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-cerimonia-de-inauguracao-do-novo-parque-grafico-do-grupo-rbs>. Acesso em: 10 jun. 2015.

BIZ, Osvaldo; GUARESCHI; Pedrinho. **Mídia & Democracia**. 2ª ed. Porto Alegre: Evangraf, 2005.

BOBBIO, Norberto. Oligarquia. In: Bobbio, Norberto et. al. (orgs.). **Dicionário de política**. Brasília: UNB, 1982.

BOLAÑO, César Ricardo. Mercado brasileiro de televisão: 40 anos depois. In: BRITTOS, Valério Cruz.; BOLAÑO, César Ricardo. **Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia**. São Paulo: Paulus, 2005.

BONELLI, Maria da Glória. **O Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros e o Estado**: a profissionalização no Brasil e os limites dos modelos centrados no mercado. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, vol. 14, nº 39, p. 61-81, fev. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v14n39/1722.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2015.

BONES, Elmar. Entrevista gravada. 27 mai. 2015.

BORELLI, Viviane; CORRÊA, Rogério Saldanha. **Comunicação, cultura organizacional e notícia**: um estudo do Grupo RBS-Diário de Santa Maria, RS. In: Revista Anagrama, São Paulo, vol. 20, nº 4, jun.-ago. 2012. Disponível em: <http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/anagrama/article/viewFile/7973/7402>. Acesso em: 10 set. 2015.

BORNHAUSEN, Jorge Konder. Entrevista gravada. 13 mar. 2015.

BORNHAUSEN, Paulo Konder. **Retrato político de uma época**: 1960 - 1962. Florianópolis: Insular, 2000.

BOSCHI, Ricardo; DINIZ, Eli; SANTOS, Fabiano. **Elites políticas e econômicas no Brasil contemporâneo**: a desconstrução da ordem corporativa e o papel do Legislativo no cenário pós-reformas. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.

BRASIL. Arquivo Nacional – Brasília. **Jayme Sirotsky; Maurício Sirotsky Sobrinho**. 10 dez. 1973a.

\_\_\_\_\_. Arquivo Nacional – Brasília. **Ligações de Maurício Sirotsky Sobrinho e Jayme Sirotsky....** 29 jan. 1973b.

\_\_\_\_\_. Arquivo Nacional – Brasília. **Tendências dos principais órgãos de imprensa**. 15 out. 1975.

\_\_\_\_\_. Arquivo Nacional – Brasília. **Inter Press Service**. 18 mar. 1976a.

\_\_\_\_\_. Arquivo Nacional – Brasília. **Antecedentes**. 27 abr. 1976b.

\_\_\_\_\_. Arquivo Nacional – Brasília. **Envolvimento do ministro das Comunicações com membros do MDB-Canela/RS**. 14 mai. 1976c.



\_\_\_\_\_. Arquivo Nacional – Brasília. **Rádio e Televisão Gaúcha S/A – Demissão de esquerdistas**. 6 nov. 1980.

\_\_\_\_\_. Arquivo Nacional – Brasília. **TV Catarinense e geradoras – Programação adversa**. 31 ago. 1984.

\_\_\_\_\_. Arquivo Nacional – Brasília. **Perfil da Constituinte**. 25 mar. 1987a.

\_\_\_\_\_. Arquivo Nacional – Brasília. **Considerações do deputado federal Adroaldo Marly Streck...** 28 jul. 1987b.

\_\_\_\_\_. Arquivo Nacional – Brasília. **Seminário: “Modernidade em jornal: a conquista de leitores e anunciantes” – Porto Alegre/RS**. 30 ago. 1989.

\_\_\_\_\_. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Diário da Câmara dos Deputados**, Brasília, ano 34, nº 44, 8 mai. 1979, p. 3.407. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD08MAI1979.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2015.

\_\_\_\_\_. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Diário da Câmara dos Deputados**, Brasília, ano 41, nº 24, p. 1871, 9 abr. 1986. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD09ABR1986.pdf#page=>. Acesso em: 11 fev. 2015.

\_\_\_\_\_. Congresso Nacional. Assembleia Nacional Constituinte (Atas de Comissões). **Ata da 8ª Reunião Ordinária realizada dia 29 de abril de 1987**. Brasília, 29 abr. 1987c. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/constituente/8b%20%20SUB.%20CI%20C3%20ANCIA%20E%20TECNOLOGIA%20E%20DA.pdf>. Acesso em: 6 set. 2015.

\_\_\_\_\_. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Diário da Câmara dos Deputados**, Brasília, ano 55, nº 78, p. 857, 4 mai. 2000a. Disponível em:

<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD04MAI2000.pdf#page>  
=. Acesso em: 7 fev. 2015.

\_\_\_\_\_. Congresso Nacional. Senado Federal. **Diário do Senado Federal**, Brasília, ano 55, nº 191, p. 24046, 1º dez. 2000b. Disponível em:  
<http://legis.senado.leg.br/diarios/BuscaDiario?codDiario=7408&paginaPesquisa=580&parametroPesquisa=%22%22REDE%20POPULAR%20COMUNICA%C3%87%C3%95ES%22%22>. Acesso em: 2 out. 2015.

\_\_\_\_\_. Diário Oficial da União. **Edital nº 37-73**. Seção I, Parte I. 17 dez. 1973c.

\_\_\_\_\_. Diário Oficial da União. **Decreto nº 79.644**. Seção I, Parte I. 4 mai. 1977.

\_\_\_\_\_. **Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969**, que edita o novo texto da Constituição Federal de 24 de janeiro de 1967. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Emendas/Emc\\_anterior1988/emc01-69.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc01-69.htm). Acesso em: 2 set. 2015.

\_\_\_\_\_. Medida Provisória nº 70, de 1º de outubro de 2002. Dispõe sobre a participação de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens, conforme o § 4o - do art. 222 da Constituição, altera os arts. 38 e 64 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, o § 3º do art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, nº 191, 2 out. 2002. Seção I, p. 2.

\_\_\_\_\_. Tribunal Regional Federal, Região 4. Extinção do processo com resolução de mérito, nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil. Relator: Diógenes Marcelino Teixeira. 21 de março de 2011. **Diário Eletrônico da Justiça Federal da 4ª Região**. Disponível em:  
[http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/visualizar\\_documento\\_gedpro.php?local=jfsc&documento=3534035&DocComposto=49064&Sequencia=](http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/visualizar_documento_gedpro.php?local=jfsc&documento=3534035&DocComposto=49064&Sequencia=)

13&hash=7dd2558a22b411358f0afec86bf799b3. Acesso em: 10 set. 2015.

BRENER, Jayme; COSTA, Sylvio. **Coronelismo eletrônico**: o governo Fernando Henrique e o novo capítulo de uma velha história. Comunicação & Política, Brasília, vol. 4, nº 2, 1997, p. 29-53.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia**: de Gutenberg à internet. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

BRITO, Judith; PEDREIRA, Ricardo. **A força dos jornais**: os 30 anos da Associação Nacional de Jornais no processo de democratização brasileiro. Brasília, Associação Nacional de Jornais, 2009.

BRITTOS, Valério Cruz. **Disputa e reconfiguração na TV brasileira**: anos 90. Porto Alegre, n. 12, p. 89-117, dez. 1999.

BUDDE, Leani. **Jornadas impressas**: O Estado e Florianópolis (1985 a 2009). Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

\_\_\_\_\_; VAZ, Alexandre Fernandez. **Jornalismo e ditadura em Florianópolis**: sobre o jornal *O Estado*. In: Estudos em Jornalismo e Mídia, v. 11, nº 1, jan.-jun. 2014. p. 191-202.

CADERNOS DE PORÉM. KOLECZA, Carlos Alberto. (org.) In: **Revista Porém**. Porto Alegre, ano 1, nº 1, 1º nov. 2003.

CASTRO, Celso; D'ARAÚJO, Maria Celina. **Dossiê Geisel**. FGV: Rio de Janeiro, 2012.

CALDAS, Breno. **Meio século de Correio do Povo**: Glória e agonia de um grande jornal - depoimento a José Pinheiro Machado. L&PM: 1987.

CALDAS, Graça. **Políticas de comunicação no Brasil**: de Sarney a FHC. In: Ensaios e Comunicação. Campo Grande: Uniderp, v.1, abr. 1998. p.39-48.

CAPPARELLI, Sérgio. **Televisão e capitalismo no Brasil**. Porto Alegre: L&PM, 1982.

\_\_\_\_\_; LIMA, Venício Artur. **Comunicação e televisão: desafios da pós-globalização**. São Paulo: Hacker, 2004.

CARDOSO, Luís Augusto Zillmer et. al. **Comunicação e desenvolvimento regional: análise das campanhas da RBS no Jornal de Santa Catarina, no período de 1992 a 2010, para o Vale do Itajaí (SC)**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional), Universidade Regional de Blumenau, 2010.

CASANOVA, Pablo González. (org.) **América Latina: história de meio século**. Brasília: Editora da UnB, 1986.

CAVALCANTI FILHO, José Paulo. **E Lord Jones morreu: Discurso por controles democráticos ao poder dos meios de comunicação**. In: CAVALCANTI FILHO, J. P. (org.). *Informação e poder*. Rio de Janeiro: Record; Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1994.

CATANHÊDE, Eliane. **José Alencar – Amor à vida: A saga de um brasileiro**. Rio de Janeiro: Sextante, 2010.

CERTEAU, Michel. A operação historiográfica. In: **A escrita da história**. 2ª ed. Editora Forense Universitária, 2002.

CHAGAS, Genira. **Radiodifusão no Brasil: poder, política, prestígio e influência**. São Paulo: Atlas, 2012.

CHAGAS, Genira; FERNANDES, Carla Montuori. **Lei de meios audiovisuais da República Argentina: paradigma para uma legislação brasileira?**. In: *Revista Eptic*. São Cristóvão: UFSC, v. 2, mai.-ago. 2015, p. 85-102.

CLARK, Walter; PRIOLLI, Gabriel. **O campeão de audiência: uma autobiografia**. São Paulo: Best Seller, 1991.

CONTI, Mário Sérgio. **Notícias do planalto**. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.

CORRÊA, Fernando Ernesto. Liberdade de expressão. In: REDECKER, Ana Cláudia; ANDRADE, Fábio Siebeneichler. (orgs.). **Direito no plural**. Porto Alegre: Campos Escritórios Associados, 2012. p. 15-22.

\_\_\_\_\_. Entrevista gravada. 22 set. 2015.

COSTA, Hélio. **Lembranças de um tempo fantástico**. São Paulo: Saraiva, 2010.

CRUZ, Dulce Márcia. **Televisão e Negócio**: a RBS em Santa Catarina. Florianópolis/Blumenau: Editoras UFSC e FURB, 1996.

\_\_\_\_\_. **A Televisão como um negócio**: a RBS em Santa Catarina. In: Revista Linguagem em (Dis)curso, vol. 2, nº 1, jul./dez. 2001. Disponível em: [http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem\\_Discurso/article/view/197/225](http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/197/225). Acesso em: 11 mar. 2015.

CRUZ, Renato. **Fora da Caixa**: o processo de decisão sobre o sistema de TV digital no Brasil. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Universidade de São Paulo, 2006. Disponível em: [www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27142/tde...224008/.../1853139.pdf](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27142/tde...224008/.../1853139.pdf). Acesso em: 9 mai. 2015.

DE MARCO, Benhur. **O controle da mídia**: elites e a radiodifusão em Santa Catarina. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1991.

DOURADO, Jaqueline. **Rede Globo**: mercado ou cidadania? Teresina: EDUFPI, 2011.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981.

\_\_\_\_\_. **O jogo da direita na Nova República**. Petrópolis: Vozes, 1989.

EBLING, Ricardo. **Tradição catarinense: RBS manda na publicidade**. 16 jan. 2015. Disponível em: <http://www.brasil247.com/pt/247/midiatech/166824/Tradi%C3%A7%C3%A3o-catarinense-RBS-manda-na-publicidade.htm>. Acesso em: 11 out. 2015.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **Manifesto comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

ENZENSBERGER, Hans Magnus. **Elementos para uma teoria dos meios de comunicação**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora UnB, 2001.

FARACO, Alexandre Ditzel. **Democracia e regulação das redes eletrônicas de comunicação: rádio, televisão e internet**. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

FARIA, Glauco. A história da doce mídia. **Revista Fórum (on-line)**. 17 out. 2011. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/blog/2011/10/a-historia-da-doce-midia/>. Acesso em: 10 mai. 2015.

FERNANDES, Florestan. **Nova República?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

FERRARETTO, Luiz Artur. **Rádio e capitalismo no Rio Grande do Sul: as emissoras comerciais e suas estratégias de programação na segunda metade do século 20**. Canoas: ULBRA, 2007.

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. **O conceito jurídico de oligopólio e a legislação sobre o abuso do poder econômico**. In: Cadernos de Direito Tributário e Finanças Públicas. São Paulo: ano 3, nº 9, out.-dez. 1994, p. 192-201.

FISS, Owen. **A Ironia da Liberdade de Expressão**. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

FONSECA, Alexandre Leboutte. **Jornalismo e interesses econômico-políticos: o caso das montadoras e o governo do PT em Zero Hora...** Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

FORMADA a RCTV. *Jornal de Santa Catarina*, Blumenau, 1º e 2 mai. 1979, Caderno 2, p. 11.

FORMIGA, Aristheu. **Vende-se a notícia!**: a notícia como mercadoria em jornais catarinenses. Blumenau: Edifurb, 2007.

FOUCAULT Michel. **A ordem do discurso**. 5ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para liberdade e outros escritos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

GALVANI, Walter. **Olha a Folha**: amor, traição e morte de um jornal. Porto Alegre: Sulina, 1996.

GARCIA, Bruno Silva. **Espaço livre**: a história do programa jornalístico da rádio Cotrisel, de São Sepé (RS), com base no relato oral. Monografia (Graduação em Jornalismo), Centro Universitário Franciscano, Santa Maria, 2013.

GARCIA, João Antônio. **João Garcia: entrevista completa**. Entrevista concedida à Rádio FAMECOS-PUCRS e reproduzida no portal do projeto Vozes do Rádio. 24 abr. 2001. Disponível em: <http://eusoufamecos.uni5.net/vozesdoradio/entrevista-completa-45/>. Acesso em: 18 fev. 2015.

GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Tchê, 1987.

GOLBSPAN, Ricardo Boklis. **Gestão de marca e comunicação integrada de marketing: o caso do Grupo RBS no Rio Grande do Sul**. Monografia (Graduação em Comunicação Social), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

GOLEMBIEWSKI, Carlos. **O impeachment na mídia**: o caso Paulo Afonso em Santa Catarina. 2000. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

\_\_\_\_\_. **Comunicação e pós-modernidade no Jornal Nacional e RBS Notícias**: uma abordagem compreensiva. Tese (Doutorado em Comunicação Social), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

\_\_\_\_\_. **A RBS em Santa Catarina**: “preferência política” e concentração de mídias. 6º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia. Niterói, 13 a 16 mai. 2008. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/6o-encontro-2008-1/A%20RBS%20EM%20SANTA%20CATARINA.pdf>. Acesso em: 11 mai. 2015.

GOMES, Pedro Gilberto. **Comunicação social**: filosofia, ética, política. São Leopoldo: Unisinos, 1997.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1979.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do cárcere, volume 2**: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.



\_\_\_\_\_. **Cadernos do cárcere**: Introdução ao Estudo da Filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

GROTH, O. **O poder cultural desconhecido**: fundamento da Ciência dos Jornais. Petrópolis: Vozes, 2011.

GUARESCHI, Pedrinho; Ramos, Roberto. **Máquina capitalista**. Petrópolis: Vozes, 1992.

GUTEMBERG, Luiz. **Quem é... Jorge Bornhausen**. Brasília: Edições Dédalo, 2002.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HARVEY, David. A arte de lucrar: globalização, monopólio e exploração da cultura. In: MORAES, D. (org.). **Por uma outra comunicação**. Rio de Janeiro: Record, 2003, p. 139-172.

HERZ, Daniel. **A História Secreta da Rede Globo**. Porto Alegre: Tchê!, 1986.

\_\_\_\_\_. **O monopólio da RBS**. Um problema do Rio Grande do Sul e... da RBS. XV Congresso da Intercom. São Bernardo do Campo, 14 a 17 out. 1992. Disponível em:  
[http://www.danielherz.com.br/system/files/acervo/DANIEL/O+Monopolo+da+RBS\(texto\).pdf](http://www.danielherz.com.br/system/files/acervo/DANIEL/O+Monopolo+da+RBS(texto).pdf). Acesso em: 24 abr. 2009.

HILFERDING, Rudolf. **O capital financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

HOBBSAWM, Eric. **A Era Dos Extremos**: O Breve Século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBSON, John. **Estudio del imperialismo**. Madrid: Capitán Swing, 2009.

HOINEFF, Nelson. **A nova televisão: desmassificação e o impasse das grandes redes**. Rio de Janeiro: Comunicação Alternativa/Relume Dumará, 1996.

IANNI, Octavio. **Imperialismo y cultura de la violencia en América Latina**. Cidade do México: Siglo Veintiuno, 1970.

\_\_\_\_\_. **Imperialismo na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

KEHL, Maria Rita. Eu vi um Brasil na TV. In: COSTA, Alcir; SIMÕES, Inimá; KEHL, Maria Rita (orgs.). **Um país no ar: história da TV brasileira em três canais**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Scritta Editorial, 1991.

KURTH, Estela Doris. **A contribuição das afiliadas na formação das redes nacionais de televisão no Brasil: o caso da RBS/Rede Globo em Santa Catarina**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

LARANGEIRA, Álvaro. **Comunicação monoteísta: a fonte dos discursos do Partido dos Trabalhadores e da Rede Brasil Sul**. Porto Alegre: Sulina, 2006.

LÊNIN, Vladimir. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. 6ª ed. São Paulo: Global, 1991.

LIEDTKE, Paulo Fernando. **Governando com a mídia: duplo agendamento e enquadramento no governo Lula (2003-2006)**. Tese (Doutorado), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/88858/237437.pdf?sequence=1>. Acesso em: 2 jun. 2015.

LIMA, Venício Artur. **Mídia: teoria e política**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

\_\_\_\_\_. **A comunicação na Constituinte de 87/88**. 30 set. 2008. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/caderno-da-cidadania/a-comunicacao-na-constituente-de-8788/>. Acesso em: 17 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. **As lições de democracia da SIP**. 24 mar. 2009. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/diretorio-academico/as-licoes-de-democracia-da-sip/>. Acesso em: 21 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. **A censura dissimulada**. 11 jul. 2011a. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/caderno-da-cidadania/a-censura-dissimulada/>. Acesso em: 10 out. 2015.

\_\_\_\_\_. **Regulação das comunicações: história, poder e direitos**. São Paulo: Paulus, 2011b.

\_\_\_\_\_. Normas legais de comunicação social: interesse privado vs. Interesse público. In: AMORIM, Ana Paola et. al. (orgs.). **Em defesa de uma opinião pública democrática: conceitos, entraves e desafios**. São Paulo: Paulus, 2014.

LIMA, Samuel Pantoja; MICK, Jacques. **Os riscos da monopolização**. 29 ago. 2006. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/interesse-publico/os-riscos-da-monopolizacao/>. Acesso em: 15 out. 2015.

LOBATO, Elvira. **GRUPO RBS demite 275 funcionários**. 25 set. 1998. Disponível em: <http://www.tv-pesquisa.com.puc-rio.br/mostraregistro.asp?CodRegistro=40846&PageNo=3>. Acesso em: 16 abr. 2015.

LOCATELLI, Carlos Augusto. **O oligopólio privado das comunicações como herança arbitrária do Estado brasileiro**. In: Estudos de Jornalismo e Mídia, Florianópolis: vol. 12, nº 2, jul./dez. 2009, p. 161-173.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. **O tempo da notícia**: cidade, ditadura e redemocratização nas páginas de *O Estado* (1964-1985). In: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, Porto Alegre: vol. 19, nº 36, dez. 2012, p. 121-147.

LÖWY, Michael. **O marxismo na América Latina**: uma antologia de 1909 aos dias atuais. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

LUNGE, Rubens. Entrevista gravada. 21 jul. 2015.

MACHADO, Maria Berenice. **Estratégias híbridas de ação política e mercadológica**: estudos dos discursos normativo, jornalístico e publicitário do jornal *Zero Hora*, no período 1998-2004. Tese (Doutorado em Comunicação Social), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

MARCONDES, Valéria et. al. **Memórias e história da publicidade em Chapecó-SC**. 9º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia. Ouro Preto, 30 mai. a 1º jun. 2013. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historia-da-publicidade-e-da-comunicacao-institucional/memorias-e-historia-da-publicidade-em-chapeco>. Acesso em: 11 mai. 2015.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia**: jornalismo como produção social de segunda natureza. 2ª edição. São Paulo: Ática, 1989.

MARINI, Ruy Mauro. **La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo**. In: Cuadernos Políticos, v. 12, nº 12. Cidade do México: Ediciones Era, abr.-jun. 1977.

\_\_\_\_\_. **La lucha por la democracia en América Latina**. In: Cuadernos del Pensamiento Crítico Latinoamericano, vol. 1, nº 1. Buenos Aires: CLACSO - Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, out. 2007 Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/cuadernos/marini/marini.pdf>. Acesso em: 10 set. 2015.

\_\_\_\_\_. Socialismo e Democracia, 1992. In: MARINI, Ruy Mauro. **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Tecnicidades, identidades e alteridades: mudanças e opacidades da comunicação no novo século. In: MORAES, Dênis de (org.). **Sociedade midiaticizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006. p. 51-79.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política – Volumes 1, 2 e 3. São Paulo: Nova Fronteira, 1983.

MATTOS, Laura. Governo libera TVs na reta final. *Folha de S. Paulo (on-line)*. 27 dez. 2002. Disponível em: [www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/asp010120034.htm](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/asp010120034.htm). Acesso em 10 mai. 2015.

MATTOS, Sérgio. **História da televisão brasileira**: uma visão econômica, social e política. Petrópolis: Vozes, 2002.

MEDITSCH, Eduardo. Barreto. **O jornalismo é uma forma de conhecimento?**. Biblioteca Online de Ciências da Comunicação (BOCC), 1997. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-jornalismo-conhecimento.html>. Acesso em: 26 set. 2015.

\_\_\_\_\_. Entrevista gravada. 30 jun. 2015.

MEMÓRIA GLOBO. **Jornal Nacional: a notícia faz história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

MICK, Jacques. **Jornalismo em cima do muro**. In: *Jornalismo e Perspectiva*, s.n, p. 165-184, Florianópolis: Editora da UFSC, 2005. Disponível em: <http://www.redactor.com.br/downloads/artigos/19.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. **RBS expande seus domínios**. 28 ago. 2007. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/circo-da-noticia/rbs-expande-seus-dominios/>. Acesso em: 20 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. **A concentração de propriedade na mídia e os prejuízos para a esfera pública:** a ação da RBS em A Notícia (Joinville/SC). Sociologia & Política, Curitiba, 2009. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/site/evento/SociologiaPolitica/GTsONLINE/GT3/EixoI/concentracao-de-propriedade-JacquesMick.pdf>. Acesso em: 2 de agosto de 2014.

MIGUEL, Luís Felipe. **A eleição visível:** a Rede Globo descobre a política em 2002. In: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 46, n° 2, 2003, p. 289-310.

MORAES, Dênis de. O capital da mídia na lógica da globalização. In: MORAES, Dênis de (org.). **Por uma outra comunicação.** Rio de Janeiro: Record, 2003, p. 187-216.

MORAIS, Fernando. **Chatô: o rei do Brasil.** 4ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

MOTA, Marcelo da. Entrevista gravada. 12 jun. 2015.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise crítica da narrativa.** Brasília: Editora UnB: 2013.

MOTTER, Paulino. **O uso político das concessões das emissoras de rádio e televisão no governo Sarney.** In: Comunicação & Política, Brasília, vol. 1, n. 1, ago.-nov. 1994, p. 89-116.

MOURA, Ranniele. **Marialva Barbosa, entre a história e o jornalismo.** Anuário Unesco/Metodista de Comunicação Regional, Ano 14 n.14, p. 143-155 jan/dez. 2010. Acesso em: 20 jun. 2015.

NAVES, Laura Coutinho. **Assessoria de chumbos:** A relação dos jornalistas com a Secretaria de Imprensa da Presidência da República durante os governos Costa e Silva e Médici. Dissertação (Mestrado), Universidade Nacional de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: [http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/17154/1/2014\\_LauraMariaCoutinhoXavierNaves.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/17154/1/2014_LauraMariaCoutinhoXavierNaves.pdf). Acesso em: 20 jun. 2015.

NELSON SIROTSKY: o dilema da mídia. *Carta Capital*. São Paulo: Carta Editorial, ano 3, n. 74, p. 52-57, 27 mai. 1998.

NEVES, Flora. **Telejornalismo e poder nas eleições presidenciais**. São Paulo: Summus, 2008.

NEVEU, Erik. **Sociologia do jornalismo**. Porto (Portugal): Porto Editora, 2005.

NOGUEIRA, Paulo. **Um macaco teria erguido um império nas condições dadas a Roberto Marinho pela ditadura em troca de apoio político**. Disponível em: <http://www.diariodocentrodomundo.com.br/um-macaco-teria-erguido-um-imperio-nas-condicoes-dadas-a-roberto-marinho-pela-ditadura-em-troca-de-apoio-politico/>. Acesso em: 16 jun. 2015.

O ÚNICO caminho: eleições em 88. *Zero Hora*, Porto Alegre, 11 nov. 1987, Editorial, p. 2.

OLIVEIRA, Renan Antunes. Entrevista gravada. 23 jun. 2015.

ORLANDI, Eni. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999.

\_\_\_\_\_. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6ª edição. Campinas: Unicamp, 2007.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

PAIVA, Denise. **Era outra história: política social do governo Itamar Franco (1992-1994)**. Juíz de Fora: Editora UFJF/FAP, 2009.

PALOCCI, Antônio. **Sobre formigas e cigarras**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

PARAÍSO, Cláudio Prisco. Entrevista gravada. 29 jun. 2015.

PEDROSO, Rosa Nívea. **Elementos para compreender o jornalismo informativo**. In: Sala de Prensa. Ano IV, vol. 2, jan. 2003. Disponível em: [www.saladeprensa.org/art411.htm](http://www.saladeprensa.org/art411.htm). Acesso em: 30 jan. 2015.

PEREIRA, Moacir. **Imprensa & poder: a comunicação em Santa Catarina**. Florianópolis: Editora Lunardelli, 1992.

\_\_\_\_\_. Entrevista gravada. 22 mai. 2014.

PEREIRA, Maurício Fernandes.; LISSONI, Juliano. **Estratégia de crescimento e profissionalização em uma empresa familiar: o caso do grupo RBS**. XIII SIMPEP. Bauru, 6 a 8 nov. 2006. Disponível em: [http://www.simpep.feb.unesp.br/anais/anais\\_13/artigos/1155.pdf](http://www.simpep.feb.unesp.br/anais/anais_13/artigos/1155.pdf). Acesso em: 20 mai. 2015.

PETRARCA, Fernanda Rios. **O jornalismo como profissão: recursos sociais, titulação acadêmica e inserção profissional dos jornalistas no Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/10761/000601473.pdf?sequence=1>. Acesso em: 8 jun. 2015.

PETRAS, James. **Ensaio contra a ordem**. São Paulo: Scritta, 1995.

\_\_\_\_\_. **The politics of language and the language of political regression**. 18 mai. 2012. Disponível em: <http://petras.lahaine.org/?p=1898>. Acesso em: 15 mai. 2015.

PIERANTI, Octavio Penna. **Políticas para a mídia: dos militares ao governo Lula**. In: Lua Nova. São Paulo, n. 69, p. 91-121, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n68/a04n68.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2015.

PILATTI, Adriano. **A Constituinte de 1987-1988: progressistas, conservadores, ordem econômica e regras do jogo**. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2008.



POSSEBON, Samuel. **Daniel Herz conta como o CCS pode ajudar a democratizar a comunicação no País**. 31 nov. 2013. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/asp301220033.htm>. Acesso em: 11 out. 2015.

QUEIROZ, Adolpho. **TV de papel**: a imprensa como instrumento de legitimação da televisão. Piracicaba: Unimep, 1992.

QUEM É quem na TV Catarinense. **Recado**, Porto Alegre, p. 5, abr. 1979.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo. (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais – CLACSO, 2005.

RESSURGE A democracia. **O Globo**, Rio de Janeiro, 2 abr. 1964, Editorial, p. 2.

RIBEIRO, Marili. Duda Sirotsky quer novas fronteiras para a RBS. **O Estado de S. Paulo** (blog). 30 nov. 2010. Disponível em: <http://blogs.estadao.com.br/marili-ribeiro/duda-sirotsky-quer-novas-fronteiras-para-o-rbs/>. Acesso em: 20 set. 2015.

RIBEIRO JR., Amaury. **A privatária Tucana**. São Paulo: Geração editorial, 2011.

RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa. 67ª Sessão Ordinária. 14 ago. 1996. Disponível em: [www.al.rs.gov.br/taquigrafia2003/transcricoes/sexoesplenarias/49/1996/960814.htm](http://www.al.rs.gov.br/taquigrafia2003/transcricoes/sexoesplenarias/49/1996/960814.htm). Acesso em: 30 jun. 2015.

RODRIGUES, Theófilo Machado. **A Constituição de 1988 e a comunicação**: história de um processo inacabado de regulamentação. In: *Revista Mosaico*, Rio de Janeiro, vol. 7, ano IV, ago-nov. 2014. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/mosaico/?q=artigo/constitui%C3%A7%C3%A3o-de->

1988-e-comunica%C3%A7%C3%A3o-hist%C3%B3ria-de-um-processo-inacabado-de-regulamenta%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 7 set. 2015.

RUBIM, Sérgio. Entrevista gravada. 11 ago. 2015.

SÁ, Nelson. Desastroso. *Folha de S. Paulo*, 11 jul. 2002, p. A-9.

SANTA CATARINA. Tribunal de Contas. **Parecer prévio sobre as Contas do Governo do Estado – exercício 2006**. Florianópolis: Tribunal de Contas, 2007.

\_\_\_\_\_. Ministério Público Federal. Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão. **Ação civil pública nos autos do processo nº 1.33.008.000308/2007-63** [Petição inicial]. Itajaí, 30 jun. 2008.

Disponível em:

[http://www.direitoacomunicacao.org.br/index2.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=429&Itemid=99999999](http://www.direitoacomunicacao.org.br/index2.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=429&Itemid=99999999). Acesso em: 20 mar. 2015.

SANTIAGO, Nelson. **Comunicação interna nas empresas, causas e efeitos da não-integridade da informação**: a realidade de duas empresas de confecção da região metropolitana do Médio Vale do Itajaí. Dissertação (Mestrado em Administração), Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2003.

SANTOS, Suzy; CAPPARELLI, S. RBS: **Novas tecnologias e convergências das teles e da TV a cabo**. In: 8º Encontro Anual da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação - COMPOS, 1999. Belo Horizonte, vol. 1, p. 01-15.

SARTORI, Giovanni. **A teoria da democracia revisitada**, Volume I: o debate contemporâneo. São Paulo: Ática, 1994.

SCARDUELLI, Paulo. **Network de Bombacha**: os segredos da TV regional da RBS. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

SCHILLER, Nina Glick, et al. **Beyond the ethnic lens**: locality, globality, and born-again incorporation. In: American Ethnologist, Berkeley: vol. 33, nº 4, p. 612-633, 2006. Disponível em: [https://www.uio.no/studier/emner/sv/sai/SOSANT2210/v11/Schiller\\_Ca\\_glar\\_Gulbrandsen\\_Beyond\\_the\\_ethnic.pdf](https://www.uio.no/studier/emner/sv/sai/SOSANT2210/v11/Schiller_Ca_glar_Gulbrandsen_Beyond_the_ethnic.pdf). Acesso em: 10 mar. 2015.

SCHIRMER, Lauro. **RBS, Da voz-do-poste à multimídia**: a história e as histórias nunca contadas da maior rede de comunicação do sul do Brasil. Porto Alegre: L&PM, 2002.

\_\_\_\_\_. **Jayme Sirotsky, diplomata da comunicação**: de menino de Passo Fundo a cidadão do mundo. Porto Alegre: Palotti, 2005.

SCHUSTER, Marco Antônio. **Do Raio X à Página 10**. 4 nov. 2003. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/da041120032p.htm>. Acesso em: 11 jun. 2015.

SCLIAR, Moacyr. **Maurício**: a trajetória, o cenário histórico, a dimensão humana de um pioneiro da comunicação no Brasil. Porto Alegre: Sulina, 1991.

SEEP - SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES. Secretaria de Anais. **Assembleia Nacional Constituinte - 20 anos**: Atas da Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Brasília, 2008

SEVERO, Eurides Antunes. Entrevista gravada. 20 jun. 2014.

SILVEIRA, Lauro Carvalho; GUILMO, Nátaly Santiago. **Ruy Mauro Marini: repensando a democracia latino-americana**. XV Encontro de Ciência Sociais do Norte e Nordeste & Pré-Asas Brasil. Teresina, 4 a 7 set. 2012. Disponível em: <http://www.sinteseeventos.com.br/ciso/anaisxvciso/resumos/GT17-23.pdf>. Acesso em: 10 out. 2015.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. Cia. das Letras: São Paulo: 2012.

SIROTSKY, Nelson Pacheco. **Não gosto do formato reality show** (depoimento). Entrevista concedida ao portal Panorama Mercantil, publicada em 8 jul. 2011. Disponível em: <http://www.panoramamercantil.com.br/entrevista-com-nelson-sirotsky/>. Acesso em: 5 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. Entrevista gravada. 22 set. 2015.

SIROTSKY SOBRINHO, Maurício. [**Carta**] 24 mar. 1979, Porto Alegre [para] Jornal do Brasil, Brasília. 2f. Considerações sobre a matéria Padrão Globo de Televisão Cria o Modismo Eletrônico.

SODRÉ, Muniz. **O monopólio da fala: função e linguagem da televisão no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2001.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUSA, Paulo Henrique; LÍRIO, Sérgio. A mídia se entrega. *Carta Capital*, São Paulo, nº 167, p. 28-32, 28 nov. 2001.

SOUZA, Carlos Alberto. **O fundo do espelho é outro: quem liga a RBS liga a Globo**. Itajaí: Univali, 1999.

STADNIK, Célia. **A hipótese do fenômeno do coronelismo eletrônico e as ligações dos parlamentares federais e governadores com os meios de comunicação de massa no Brasil**. Monografia (Graduação em Comunicação Social), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1991.

\_\_\_\_\_. **Os grupos e os veículos de comunicação ligados às redes nacionais de televisão**. Monografia (Graduação em Jornalismo), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1994.

STODIECK, Beto. Por ocasião do Dia do Trabalho. *O Estado de Santa Catarina*. Florianópolis, 1º mai. 1979, p. 14.

TANCREDO, Luiz Henrique. **Doutor Deba, poder e generosidade**. Florianópolis: Insular, 1998.

TERNES, Apolinário. **História do jornal A Notícia - 1923-1983**. Joinville: A Notícia, 1983.

THOMAS, Cláudio Luiz. Entrevista gravada. 17 ago. 2015.

THOMAZI, Moacir Gervário. Entrevista gravada. 10 set. 2015.

THOMPSON, John Brookshire. **A mídia e a modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1998.

TRES, Celso Antônio. **Celso Tres: Procurador da República**. Entrevista concedida ao *blog* do jornal *Diarinho (Diário do Litoral)*. 31 out. 2009. Disponível em: <http://blog.diarinho.com.br/celso-trs-procurador-da-repblica>. Acesso em: 11 nov. 2014.

\_\_\_\_\_. **Solicitação de informações – Ação Civil Pública**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <daniel.giovanaz@gmail.com>. 6 out. 2015.

TRICHES, Janete; TEIXEIRA, Pedro. **Configuração do monopólio da mídia impressa em Santa Catarina e suas conseqüências para a democracia**. In: *Amicus Curiae*, vol. 8, nº 8, 2011. Disponível em: <http://periodicos.unesc.net/index.php/amicus/article/viewFile/573/560>. Acesso em: 10 out. 2015.

TV CATARINENSE: entrar em SC foi um passo bem certo. *O Estado de Santa Catarina*, Florianópolis, 1º mai. 1979, p. 15.

UNESCO. **Um mundo e muitas vozes: Comunicação e informação na nossa época**. Rio de Janeiro: FGV, 1983.

VALENTE, César. **O novo executivo da RBS em SC**. 6 ago. 2009. Disponível em: <http://www.deolhonacapital.com.br/2009/08/06/o-novo-executivo-da-rbs-em-sc/>. Acesso em: 10 out. 2015.

\_\_\_\_\_. **A imprensa na Grande Florianópolis.** In: *Jornalismo e Perspectiva*, s.n., p. 71-84, Florianópolis: Editora da UFSC, 2005. Disponível em: <http://www.redactor.com.br/downloads/artigos/19.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2014.

VARGAS, Nilson. Entrevista gravada. 23 set. 2015.

VENANCIO, Rafael Duarte. **Jornalismo e linha editorial:** construção das notícias na imprensa partidária e comercial. Rio de Janeiro: E-papers, 2009.

VERÓN, Eliseo. **A análise do contrato de leitura:** um novo método para os estudos de posicionamento dos suportes impressos. In: *Les médias – experiences, recherches actuelles, applications*. Paris: IERP, 1985.

VIANNA, Gaspar. **Privatização das telecomunicações.** Rio de Janeiro: Notrya: 1993.

VICENZI, Celso. Entrevista gravada. 26 jun. 2015.

WILLIAMS, Raymond. **On television.** Londres: Routledge, 1989.

\_\_\_\_\_. **Television:** technology and cultural form. 2ª ed. Londres: Routledge, 1990.

**ANEXO A – Lista de entrevistados (em ordem alfabética)**

Celso Vicenzi, ex-repórter do *Diário Catarinense* e ex-presidente do Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina.

Cláudio Prisco Paraíso, ex-comentarista político do *Diário Catarinense* e da TV Catarinense.

Cláudio Luiz Thomas, ex-editor-chefe do *Diário Catarinense*.

Eduardo Barreto Meditsch, ex-repórter da Rádio Gaúcha.

Elmar Bones, ex-repórter da *Folha da Manhã*, concorrente do jornal *Zero Hora* no Rio Grande do Sul.

Esperidião Amin Helou Filho, ex-governador de Santa Catarina.

Eurides Antunes Severo, primeiro diretor comercial da RBS em Santa Catarina.

Fernando Ernesto Corrêa, fundador da RBS ao lado de Maurício Sirotsky Sobrinho e vice-presidente da Abert durante a Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988).

Jorge Konder Bornhausen, ex-governador de Santa Catarina.

Marcelo da Mota, procurador-chefe do Ministério Público Federal em Santa Catarina.

Moacir Pereira, comentarista político da RBS.

Moacir Gervásio Thomazi, ex-proprietário do jornal *A Notícia*.

Nelson Pacheco Sirotsky, ex-presidente da RBS e ex-presidente do Conselho de Administração da RBS.

Nilson Vargas, editor-chefe do jornal *Zero Hora* e ex-editor-chefe dos jornais *A Notícia*, *Diário de Santa Maria*, *Diário Gaúcho* e *Diário Catarinense*.

Renan Antunes de Oliveira, primeiro chefe de reportagem do *Diário Catarinense* e prêmio Esso de Reportagem em 2004.

Rubens Lunge, ex-repórter do *Diário Catarinense* e ex-presidente do Sindicato de Jornalistas de Santa Catarina.

Sérgio Murillo de Andrade, ex-repórter do *Diário Catarinense* e ex-presidente da Fenaj.

Sérgio Rubim, ex-editor de telejornalismo da TV Catarinense.



**ANEXO B – “Quem é quem na TV Catarinense”: quinta página da revista *Recado*, editada em 1979 por ocasião do lançamento da TV Catarinense**

## QUEM É QUEM NA TV CATARINENSE



*Nelson Sirotsky — Diretor*



*Nelson Vaccari — Gerente Executivo*



*Antunes Severo — Gerente Comercial*



*Avremiro Zimmermann  
Gerente da Sucursal Porto Alegre*



*Ariel Bottaro Filho  
Editor-Chefe do Telejornalismo*

A TV Catarinense, Canal 12, instalou uma sucursal em Porto Alegre para atender ao mercado gaúcho. Na sua gerência, o publicitário Avremiro Zimmermann, convidado especialmente pela Rede Brasil Sul para ocupar esse cargo.


A sucursal servirá de intermediária da nova emissora, inclusive facilitando a sua comercialização, além de agilizar seus programas noticiosos, telejornais e as produções em geral.

A sucursal da TV Catarinense está arrendendo no prédio-sede da RBS, na Avenida Ipiranga, 1075 — telefone 23-4266, ramal 113 — e pretende ser mais um forte elo de ligação entre os dois mercados vizinhos.

## A SUCURSAL EM PORTO ALEGRE



**ANEXO C – Fragmento de relatório confidencial do SNI que  
descreve a atuação dos jornais em circulação no Rio Grande do Sul  
em 15 de outubro de 1975**

<b>CONFIDENCIAL</b>		11658	
<u>(Continuação de ...INFORMAÇÃO.....Nº 734/19.../AQA/75...-S/Nº 3...)</u>			
DIRETOR SECRETÁRIO	- <u>JOÃO CALMON</u>		
DIRETOR GERENTE	- <u>NELSON DIMAS DE OLIVEIRA</u>		
CIRCULAÇÃO	- ESTADUAL		
LINHA BÁSICA DE ATUAÇÃO	- Discreto		
	Apóio aos Governos Federal e Estadual.		
-	<u>"JORNAL DO COMÉRCIO"/ P ALEGRE/RS</u>		
	Propriedade da Cia Jornalística J.C. JARROS		
DIRETORA-PRESIDENTE	- <u>ZAIDA J. JARROS</u>		
DIRETOR-VICE-PRESIDENTE	- <u>DELMAR J. BARROS</u>		
DIRETOR- SECRETÁRIO	- <u>HOMERO GUERREIRO</u>		
CIRCULAÇÃO	- Estadual		
LINHA BÁSICA DE ATUAÇÃO	- Sôbria, dedica-se a assuntos do interesse da indústria, do comércio e da agropecuária.		
	Enfoca com seriedade temas de interesse geral.		
-	<u>"ZERO HORA"/P ALEGRE/RS</u>		
	Propriedade da GAUCHA GRÁFICA E EDITORA JORNALÍSTICA S/A		
DIRETOR-PRESIDENTE:	<u>MAURÍCIO STROTSKY SOBRINHO</u>		
DIRETOR VICE-PRESIDENTE:	<u>FERNANDO ERNESTO CORRÊA</u>		
DIRETOR - EDITOR:	<u>LAURO SCHIRNER</u>		
EDITOR - CHefe:	<u>CARLOS FEHLBERG</u>		
CIRCULAÇÃO:	Estadual.		
LINHA BÁSICA DE ATUAÇÃO:	Analisa fatos com certa seriedade. Dedicar grandes espaços à crônica policial. Não apoia incondicionalmente a Revolução; não incorre na crítica sistemática aos atos das autoridades.		
-	<u>"JORNAL DA SEMANA"/P ALEGRE/RS</u>		
	Propriedade do GRUPO EDITORIAL SINGS S/A		
DIRETORES:	<u>MÁRIO C. JARROS</u>		

BRASIL. Arquivo Nacional – Brasília. **Tendências dos principais órgãos de imprensa.** 15 out. 1975.



**ANEXO D – Fragmento de documento do SNI que notifica a demissão de profissionais “esquerdistas” da RBS em novembro de 1980**

012435

**CONFIDENCIAL**

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

INFORMAÇÃO N.º 0622 / 81 / DSI/MC / SNM

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Divisão de Registro e Informação  
*Brasil*

DATA : 06 NOV 1980

ASSUNTO : RÁDIO E TELEVISÃO GAÚCHA S/A - Demissão de Esquerdistas. PORTO ALEGRE/RS. 1980.

ORIGEM :

REFERÊNCIA :

DIF ANTERIOR :

DIFUSÃO ATUAL : NC/SNI

ANEXO : folhetim

S. N. I.  
AGENCIA CENTRAL  
023157 -6 NOV 80  
PROTOCOLO

---

Em 8 de setembro deste ano, FERNANDO ERNESTO CORREIA, diretor da RÁDIO E TELEVISÃO GAÚCHA S/A., Canal 12, de Porto Alegre/RS confidenciou a um informante ter dado início naquela emissora a um processo de expurgo, dispensando todos que fossem considerados esquerdistas.

No dia 25 de outubro foram dispensadas as seguintes pessoas:

<u>José Félix Valente</u>	Supervisor
<u>José Roberto Garcia</u>	Coordenador de Produção
<u>Eduardo Barreto Vianna Meditsch</u>	Chefe de Reportagem
<u>Vera Regina Cardoso da Silva</u>	Editor
<u>Miriam Lia Gusmão Rodrigues</u>	Repórter
<u>Janete Jobim Alves</u>	Repórter
<u>Marcia Beatriz Turcato Heinzemann</u>	Repórter
<u>Luiz César da Costa</u>	Redator
<u>Maria Angélica Costa de Moraes</u>	Redator
<u>Silka Elvira Penzi Girardelo</u>	Redator
<u>Eneida Posser</u>	Redator
<u>Marcos Valério C. Oliveira</u>	Redator

Em 26 de outubro foram também dispensados, por justa causa, em conseqüência de movimentos de paralisação e agitação:

<u>Valci Regina M. Zucaloto</u>	Editor
<u>Adrialdo Bauer Spindola Correa</u>	Assistente Coordenação
<u>Robson de Freitas Pereira</u>	Repórter

Continua.....



ANEXO E – Capa da primeira edição do jornal *Diário Catarinense*  
(05/06/1986)

Sarney, exclusivo: “Vou fazer mais reformas na área econômica”

☐ PÁGINA 3



Difteria: hoje o último dia para vacinar

☐ PÁGINAS 44 e 45

# Diário Catarinense

ANO 1 ☐ N° 1 ☐ SEGUNDA-FEIRA, 5 DE MAIO DE 1986

☐ Cr\$ 3,00

## LIBERADOS OS DÓLARES QUE SC ESPERAVA

O ministro da Fazenda, Dílson Funaro, informou que o financiamento de 76 milhões de dólares (Cr\$ 1 bilhão e 64 milhões) foi aprovado pela União. Recursos terão aplicação em estradas e obras de infraestrutura em cidades de pequeno porte de Santa Catarina.

☐ PÁGINA 15

Joinville empata e mantém a liderança

☐ PÁGINAS 66 e 69

**Índice**

Primeiro caderno..... 88 páginas  
Caderno de variedades..... 16 páginas  
Suplemento especial..... 16 páginas  
TOTAL DA EDIÇÃO..... 120 PÁGINAS



Foto de Tarciso Mendes, Jorvaldo/CC

O zagueiro Leandro, do Joinville, cabeceia sem sucesso na área do Mercílio Luz

Bornhausen apoiará Kleinübing

☐ PÁGINA 21

Grupo de Jaison abandona a convenção do PDT

☐ PÁGINA 1E

SANTA CATARINA MERECE MAIS UM GRANDE  
JORNAL. BENVINDO, DIÁRIO CATARINENSE.



Santa Catarina-São Paulo-Minas Gerais-Pernambuco-Amazonas-Alemanha-Estados Unidos





**ANEXO F – Portaria PPS-256-1986, que confirma a nomeação de Ana Amélia Lemos como Secretária Parlamentar em junho de 1986**

PPS-256-1986 (PORTARIA DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO)

Origem ISECR - PRIMEIRA-SECRETARIA (SF)

Data da Norma 09/06/1986

Data de Vigência

Ementa

Observação

Código de Classificação

Arquivística

Vide

PORTARIA No.256, DE 1986.

O PRIMEIRO SECRETÁRIO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, letra "k", no. 02, do Regimento Interno e de acordo com o disposto no artigo 357 do Regulamento Administrativo,

RESOLVE

designar ANA AMÉLIA DE LEMOS, para exercer a função de Secretária Parlamentar, CLT, do Gabinete do Vice-Líder do Partido Democrático Social, Senador Octávio Cardoso, a partir de 01 de abril do corrente ano.

Senado Federal, em 09 de junho de 1986.

Senador Enéas Faria

Primeiro-Secretário

Indexação

DESIGNAÇÃO

SECRETÁRIA PARLAMENTAR